

Marcelo de Sousa Dantas

**Migrações no Nordeste metropolitano
nas décadas de 1990 e 2000**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2017

Marcelo de Sousa Dantas

Migrações no Nordeste metropolitano nas décadas de 1990 e 2000

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia.

Orientador: Prof. Alisson Flávio Barbieri

Co-orientador: Prof. Gilvan Ramalho Guedes

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2017

Ficha catalográfica

D192m
2017 Dantas, Marcelo de Sousa.
Migrações no Nordeste metropolitano nas décadas de 1990 e
2000 / Marcelo de Sousa Dantas. – 2017.
267 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientador: Alisson Flávio Barbieri.

Coorientador: Gilvan Ramalho Guedes

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento
Regional.

Inclui bibliografia (f. 224-231) e anexos.

1. Migração interna – Brasil, Nordeste - Teses. 2.
Demografia da família – Teses. 3. Demografia – Teses. I.
Barbieri, Alisson F. - (Alisson Flávio). II. Guedes, Gilvan
Ramalho. III. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
VI. Título.

CDD:

304.80981

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – FPS/081/2018

Folha de Aprovação

A Cecilia e Francisco, com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Cecília, por ter sempre acreditado em mim e ter sido o maior incentivo à realização do doutorado. Por ter me acompanhado a Belo Horizonte com entusiasmo e amor. A Francisco, que nasceu durante o curso e me ensinou o quanto o altruísmo é fundamental.

Aos meus pais, Edson (in memoriam) e Cristina, por terem desde sempre me dado a liberdade de escolher meus caminhos e valorizado minhas escolhas. Por serem uma referência para mim na minha trajetória de vida e de trabalho e na tarefa de educar Francisco. Aos meus irmãos, Ricardo e Sérgio, pelo companheirismo e alegria que sempre me estimularam.

Aos meus sogros, Ribamar e Esmelinda, por todo apoio que deram e por terem sempre representado, para mim e para Cecília, um porto seguro em nossa jornada.

Ao IBGE pela oportunidade de realização do doutorado. Ao colega Dinílson, que sempre me estimulou e cobrou, com bom humor, que iniciasse o curso.

A André Magalhães, pelo incentivo e sugestões para o projeto inicial, proposto ao aplicar para o processo de seleção junto ao Cedeplar.

Ao meu orientador, Alisson, por ter me indicado o caminho valioso de uma perspectiva diferenciada na análise sobre migração e por ter me estimulado a segui-lo. Pela paciência comigo e também por seu rigor e comentários precisos, primordiais na elaboração da tese. Meu principal agradecimento.

Ao meu co-orientador, Gilvan, cuja orientação sobre o método GoM foi crucial. Por sua revisão cuidadosa, pela presteza em nossa comunicação na análise dos resultados e pelo estímulo positivo na finalização da tese.

A Wilson Fusco, cujas conversas no início da tese e as indicações em como estimar os grupos nos domicílios foram de grande valia.

Aos membros da banca de qualificação, Zé Marcos, Wilson, Irineu e Dimitri pelas contribuições que muito enriqueceram a tese.

Aos professores do CEDEPLAR, com quem tive o privilégio de aprender sobre demografia. Em especial a Simone, Alisson, Irineu e Gilvan.

Aos servidores do CEDEPLAR, nas pessoas de Maria Cecília e Sebastião, pela eficiência e agilidade sempre que foi necessário.

A todos os colegas de coorte no CEDEPLAR, pela ótima companhia ao longo do curso. Em especial a Fátima, Jarvis e Márcio, amigos com quem compartilhei a preparação para o exame de área. Aos amigos Jarvis, por me mostrar os passos

fundamentais no manuseio dos microdados, e Márcio, cujo talento em demografia me foi enriquecedor.

Agradeço, de maneira geral, a todos que contribuíram para a elaboração desta tese.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CIA – Centro Industrial de Aratu

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

GOM – Grade of Membership

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU – Organizações das Nações Unidas

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A

RNEST – Refinaria General Abreu e Lima ou Refinaria do Nordeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	28
1.2 – Estrutura da tese	32
2 – O CENÁRIO DAS MIGRAÇÕES NAS REGIÕES METROPOLITANAS NORDESTINAS: ECONOMIA E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000	34
2.1 – Industrialização nas RMs e contexto econômico nas décadas de 1990 e 2000	34
2.1.1 – Região Metropolitana de Salvador: Petróleo e especialização da indústria baiana	40
2.1.2 – Região Metropolitana de Recife: Industrialização anterior e estrutura mais diversificada	43
2.1.3 – Região Metropolitana de Fortaleza: Industrialização tardia e ênfase nos segmentos tradicionais.....	47
2.2 – Transição demográfica e migração no contexto do Nordeste e das RMs ...	51
2.2.1 – Transição demográfica: conceituação e referências para o Brasil	52
2.2.2 – As Regiões Metropolitanas no contexto da transição demográfica brasileira – cenário para as migrações	55
2.3 – Considerações Gerais	68
3 – MIGRAÇÃO NO NORDESTE E EM SUAS REGIÕES METROPOLITANAS.....	70
3.1 - Desequilíbrio regional e padrões de migração no Nordeste.....	71
3.2 – Migração recente na Região Nordeste: principais fluxos.....	77
3.3 – Migração nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador nas décadas de 1990 e 2000.	86
4 – MIGRAÇÃO DA FAMÍLIA E ARRANJOS DOMICILIARES.....	107

4.1 – A escolha da unidade de análise.....	107
4.2 – Referencial teórico de Migração da família.	112
4.2.1 – Migração da família e teoria do capital humano.	112
4.2.2 – Abordagens pluralistas de migração	117
4.2.3 – Abordagens do ciclo de vida das famílias e da recomposição das histórias migratórias.....	121
4.3 – Domicílio, família e arranjos domiciliares.	127
5 – MIGRAÇÃO E ARRANJOS DOMICILIARES NAS REGIÕES METROPOLITANAS NORDESTINAS	134
5.1 – Estimações dos arranjos domiciliares e da migração nas RMs.....	137
5.2 – Hipóteses sobre a migração nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.	153
6 – MÉTODOS	161
6.1 – Migração e censos demográficos.....	161
6.2 – Estratégias de análise	164
CAPÍTULO 7 – PERFIS DOS MIGRANTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS.....	174
7.1 – Perfis estimados para o Modelo 1	174
7.2 – Perfis estimados para o Modelo 2.....	188
7.2.1 – Arranjos domiciliares nucleares.....	188
7.2.2 – Arranjos domiciliares de família estendida	204
8 CONCLUSÃO.....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
ANEXO 1.....	232
ANEXO 2.....	240
ANEXO 3.....	243

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 2.1 - TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL NO BRASIL – 1940/2010.....	54
TABELA 2.1 – TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E SEUS MUNICÍPIOS, PERNAMBUCO E BRASIL – 2000 E 2010.....	57
TABELA 2.2 – TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E SEUS MUNICÍPIOS, CEARÁ E BRASIL – 2000 E 2010.....	58
TABELA 2.3 – TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E SEUS MUNICÍPIOS, BAHIA E BRASIL – 2000 E 2010.....	60
GRÁFICO 2.2 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, 2000 E 2010.....	62
GRÁFICO 2.3 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, 2000 E 2010.....	63
GRÁFICO 2.4 - PIRÂMIDE ETÁRIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2000 E 2010.....	63
TABELA 2.4 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO SEGUNDO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS AS REGIÕES METROPOLITANAS, SUAS UFS E BRASIL – 2000 E 2010.....	66
TABELA 2.5 – RAZÃO DE DEPENDÊNCIA TOTAL, DOS MAIS JOVENS E IDOSOS PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS, SUAS UFS E BRASIL – 2000 E 2010.....	68
TABELA 3.1 – POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO DE NATURALIDADE E POR RESIDÊNCIA, PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO PRESENTE E	

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO - REGIÃO NORDESTE, 1991, 2000 E 2010.....	79
TABELA 3.2 – IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQUIDA POR DATA FIXA – NORDESTE E SUDESTE, 1986/1991, 1995/2000 E 2005/2010.....	82
TABELA 3.3 IMIGRANTES INTERESTADUAIS DE RETORNO DE DATA-FIXA E PROPORÇÃO DO TOTAL DE IMIGRANTES – REGIÃO NORDESTE E BRASIL, 1986/1991, 1995/2000 E 2005/2010.....	85
TABELA 3.4 – POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL, PROPORÇÃO DA RM NA UF. RMF, RMR, RMS, CONJUNTO DOS MUNICÍPIOS DAS RMS, UFS, NORDESTE E BRASIL – 1991, 2000 E 2010.....	88
TABELA 3.5 – IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQUIDA POR DATA-FIXA – MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, 1995/2000 E 2005/2010.....	91
TABELA 3.6 – IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQUIDA POR DATA-FIXA – MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE, 1995/2000 E 2005/2010.....	92
TABELA 3.7 – IMIGRANTES, EMIGRANTES, SALDO MIGRATÓRIO E TAXA LÍQUIDA POR DATA-FIXA – MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1995/2000 E 2005/2010.....	94
TABELA 3.8 – MIGRAÇÃO INTRAREGIONAL ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS E OS DEMAIS ESTADOS NORDESTINOS-IMIGRANTES, EMIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO - 1995-2000 E 2005-2010.....	96
TABELA 3.9 – MIGRAÇÃO INTER-REGIONAL ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS E DEMAIS REGIÕES - IMIGRANTES, EMIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO - 1995-2000 E 2005-2010.....	96
TABELA 3.10 – MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS E DEMAIS ÁREAS DE SEUS ESTADOS -	

IMIGRANTES, EMIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO - 1995-2000 E 2005-2010.....	98
TABELA 3.11 – IMIGRAÇÃO NOS NÚCLEOS METROPOLITANOS DE FORTALEZA, RECIFE, SALVADOR - 1995-2000 E 2005-2010.....	98
TABELA 3.12 – MIGRAÇÃO A PARTIR DOS NÚCLEOS METROPOLITANOS DE FORTALEZA, RECIFE, SALVADOR - 1995-2000 E 2005-2010	99
TABELA 3.13 – MIGRAÇÃO EM DIREÇÃO AOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DAS RMS - 1995-2000 E 2005-2010.....	100
TABELA 3.14 – MIGRAÇÃO DE RETORNO, TOTAL DOS IMIGRANTES E PROPORÇÃO DE RETORNADOS PARA AS RMS DE FORTALEZA, RECIFE E SALVADOR - 1995-2000 E 2005-2010	101
GRÁFICO 3.1 – PROPORÇÕES DE MIGRANTES POR IDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000 E 2010	103
GRÁFICO 3.2 – PROPORÇÕES DE MIGRANTES POR IDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000 E 2010	103
GRÁFICO 3.3 – PROPORÇÕES DE MIGRANTES POR IDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010.....	104
GRÁFICO 3.4 – PROPORÇÕES DE MIGRANTES PARA A RMSP – 2000 E 2010.....	106
TABELA 5.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES SEGUNDO OS TIPOS DEFINIDOS – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010.....	138
GRÁFICO 5.1 – TIPOS DE ARRANJOS DOMICILIARES PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000 E 2010	138
TABELA 5.2 – DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS RESIDENTES SEGUNDO OS TIPOS DE ARRANJOS DOMICILIARES E PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR ARRANJO – REGIÃO	

METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010	140
GRÁFICO 5.2 – COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010.....	141
TABELA 5.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES POR TIPO, SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000.....	143
TABELA 5.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS DOMICILIARES POR TIPO, SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010.....	144
TABELA 5.5 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS CASAL SEM OU COM FILHOS, SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA E TEMPO DE MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RESPONSÁVEL E DO CÔNJUGE – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010.....	146
TABELA 5.6 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS POR IDADE MÉDIA DO CASAL COM FILHO NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO DO RESPONSÁVEL, POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010.....	148
TABELA 5.7 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS POR IDADE MÉDIA DO CASAL SEM FILHO NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO DO RESPONSÁVEL, POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO	

METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010.....	149
TABELA 5.8 – NÚMERO MÉDIO DE FILHOS RESIDENTES DOS CASAIS COM FILHOS, POR IDADE MÉDIA DO CASAL, SEGUNDO A CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010.....	150
TABELA 5.9 – PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM FILHOS RESIDENTES MENORES DE 16 ANOS, COM 16 ANOS OU MAIS E MENORES OU MAIORES DE 16 ANOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL – REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010.....	152
QUADRO 5.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VARÁVEIS SELECIONADAS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE FORTALEZA, RECIFE E SALVADOR NAS DÉCADAS DE 1990 E DE 2010	160
QUADRO 6.1 – CÓDIGOS E CATEGORIZAÇÃO PARA AS VARIÁVEIS UTILIZADAS MODELO1.....	172
QUADRO 6.2 – CÓDIGOS E CATEGORIZAÇÃO PARA AS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO MODELO2	173
TABELA 7.1 – REPRESENTATIVIDADE DOS INDIVÍDUOS TIPOS PUROS E DOS INDIVÍDUOS HETEROGÊNEOS: REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010.....	175
TABELA 7.2 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000.....	176

TABELA 7.3 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000.....	177
TABELA 7.4 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000.....	179
TABELA 7.5 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010.....	180
TABELA 7.6 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010.....	181
TABELA 7.7 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010.....	182
TABELA 7.8 – MODELO 2 PARA ARRANJOS NUCLEARES. REPRESENTATIVIDADE DOS INDIVÍDUOS TIPOS PUROS E DOS INDIVÍDUOS HETEROGÊNEOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010.....	189
TABELA 7.9 – MODELO 2 PARA ARRANJOS NUCLEARES. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000.....	190
TABELA 7.10 – MODELO 2 PARA ARRANJOS NUCLEARES. FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000.....	192

TABELA 7.11 – MODELO 2 PARA ARRANJOS NUCLEARES. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000	193
TABELA 7.12 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA RMS, 2010.....	194
TABELA 7.13 – MODELO 2 PARA ARRANJOS NUCLEARES. FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010	196
TABELA 7.14 – MODELO 2 PARA ARRANJOS NUCLEARES. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010	197
TABELA 7.15 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA – REPRESENTATIVIDADE DOS INDIVÍDUOS TIPOS PUROS E DOS INDIVÍDUOS HETEROGÊNEOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000 E 2010.....	204
TABELA 7.16 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA RMF, 2000.....	205
TABELA 7.17 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000	206
TABELA 7.18 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS	

MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000.....	207
TABELA 7.19 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA RMF, 2010	208
TABELA 7.20 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010	209
TABELA 7.21 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010.....	210
QUADRO 7.1 – SÍNTESE DE RESULTADOS DOS PERFIS DOS MIGRANTES PARA O MODELO 1 E PARA OS ARRANJOS NUCLEARES DO MODELO 2	213
TABELA A 1.1 – MUNICÍPIOS DAS RMS NA DATA DE REFERÊNCIA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010, CÓDIGO DO IBGE, LEGISLAÇÃO DE INCLUSÃO NA RM E DATA DA LEI.....	232
TABELA A 1.2 - POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS, PROPORÇÃO DE IMIGRANTES E DE EMIGRANTES. RMF, 2000 E 2010.....	233
TABELA A 1.3 - POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS, PROPORÇÃO DE IMIGRANTES E DE EMIGRANTES. RMR, 2000 E 2010	233
TABELA A 1.4 - POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS, PROPORÇÃO DE IMIGRANTES E DE EMIGRANTES. RMS, 2000 E 2010.....	234
TABELA A 1.5 – MIGRAÇÃO DE DATA FIXA INTRAMETROPOLITANA PARA RM DE FORTALEZA - 2000 E 2010	234

TABELA A 1.6 – MIGRAÇÃO DE DATA FIXA INTRAMETROPOLITANA PARA RM DE RECIFE - 2000 E 2010	235
TABELA A 1.7 – MIGRAÇÃO DE DATA FIXA INTRAMETROPOLITANA PARA RM DE SALVADOR - 2000 E 2010.....	235
TABELA A 1.8 – FLUXOS DE MIGRANTES COM ORIGEM NAS RMS E DESTINO NAS UFS DO NORDESTE EM ORDEM DECRESCENTE - 2000 E 2010.....	236
TABELA A 1.9 – FLUXOS DE MIGRANTES COM ORIGEM NAS UFS DO NORDESTE E DESTINO NAS RMS EM ORDEM DECRESCENTE - 2000 E 2010.....	237
TABELA A 1.10 - FLUXO DE MIGRANTES COM ORIGEM NAS RMS E DESTINO NAS UFS FORA DO NORDESTE EM ORDEM DECRESCENTE - 2000 E 2010	238
TABELA A 1.11 - FLUXO DE MIGRANTES COM ORIGEM NAS UFS FORA DO NORDESTE E DESTINO NAS RMS EM ORDEM DECRESCENTE - 2000 E 2010.....	239
GRÁFICO A 2.1 – TIPOS DE ARRANJOS DOMICILIARES PARA A RMR – 2000 E 2010.....	240
GRÁFICO A 2.2 – TIPOS DE ARRANJOS DOMICILIARES PARA A RMR – 2000 E 2010.....	240
GRÁFICO A 2.3 – COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARA A RMF – 2000 E 2010.....	241
GRÁFICO A 2.4 – COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARA A RMR – 2000 E 2010.....	241
TABELA A 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS CASAL SEM OU COM FILHOS, SEGUNDO CONDIÇÃO MIGRATÓRIA E TEMPO DE MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RESPONSÁVEL E DO CÔNJUGE - RMF, RMR E RMS – 2000.....	242

TABELA A 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ARRANJOS POR IDADE MÉDIA DO CASAL NO MOMENTO DA MIGRAÇÃO DO RESPONSÁVEL, POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA DO RESPONSÁVEL E RM DE RESIDÊNCIA NO CENSO - RMF, RMR E RMS – 2000.....	242
TABELA A 3.1 – MODELO 1 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	243
TABELA A 3.2 – MODELO 1 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	243
TABELA A 3.3 – MODELO 1 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	244
TABELA A 3.4 – MODELO 1 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	244
TABELA A 3.5 – MODELO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000 E 2010.....	245
TABELA A 3.6 – MODELO 1 – RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000	245
TABELA A 3.7 – MODELO 1 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS	

VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000	246
TABELA A 3.8 – MODELO 1. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	246
TABELA A 3.9 – MODELO 1 – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010	247
TABELA A 3.10 – MODELO 1. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000 E 2010	248
TABELA A 3.11 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000.....	248
TABELA A 3.12 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000	249
TABELA A 3.13 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000 E 2010	250
TABELA A 3.14 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010.....	250

TABELA A 3.15 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010	251
TABELA A 3.16 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	252
TABELA A 3.17 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	253
TABELA A 3.18 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES. DISTRIBUIÇÃO DOS ESCORES GOM PARA OS PERFIS MISTOS CONSTRUÍDOS PARA OS MIGRANTES METROPOLITANOS. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000 E 2010	254
TABELA A 3.19 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	254
TABELA A 3.20 – MODELO 2 – ARRANJOS NUCLEARES – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	255
TABELA A 3.21 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	256
TABELA A 3.22 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO	

NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	256
TABELA A 3.23 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	257
TABELA A 3.24 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	258
TABELA A 3.25 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000	259
TABELA A 3.26 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AKAIKE PARA DEFINIÇÃO DO NÚMERO ÓTIMO DE PERFIS PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010	259
TABELA A 3.27 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000	260
TABELA A 3.28 – MODELO 2 – FAMÍLIA ESTENDIDA – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010	261
TABELA A 3.29 – MODELO 2 – UNIPESSOAL – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2000	262

TABELA A 3.30 – MODELO 2 – UNIPESSOAL – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – 2010	263
TABELA A 3.31 – MODELO 2 – UNIPESSOAL – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2000	264
TABELA A 3.32 – MODELO 2 – UNIPESSOAL – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – 2010	265
TABELA A 3.33 – MODELO 2 – UNIPESSOAL – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2000	266
TABELA A 3.34 – MODELO 2 – UNIPESSOAL – FREQUÊNCIA ABSOLUTA, PROBABILIDADES MARGINAIS, COEFICIENTES (λ_{KJL}) DAS VARIÁVEIS DO MODELO E RAZÕES RLFM. REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – 2010	267

RESUMO

A tese analisa a migração para e nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador nas décadas de 1990 e de 2000. O recorte espacial metropolitano ressalta áreas que concentram parcela considerável da absorção regional de migrantes, pois ainda apresentam fortes dinâmicas industrial e urbana e continuam a receber a maior parte dos investimentos na região. A literatura utilizada indica que na família domiciliar há o condicionamento da proximidade física e dos laços de parentesco e esses elementos podem moldar o comportamento individual e de grupo, inclusive como estratégias que refletem a forma com a qual as famílias se adaptam às forças além dos limites do domicílio. As análises utilizam o conceito de família domiciliar e consideram a relação entre os seus diferentes arranjos domiciliares e a migração interna. O uso dos arranjos domiciliares representa um novo olhar para os estudos migratórios sobre o Nordeste, que usualmente se detém sobre a análise dos fluxos migratórios ou dos atributos individuais dos migrantes. Foram utilizados os Censos Demográficos de 2000 e de 2010 para medir os fluxos migratórios, delinear os perfis dos migrantes e estabelecer associações entre os arranjos domiciliares e os tipos de migração. Neste último caso, utilizou-se o método de análise multivariada *Grade of Membership*. Quando as características individuais são as únicas utilizadas no modelo GoM, observa-se um claro padrão de migração dos polos às periferias e que os deslocamentos intraestaduais ou intraregionais são compostos predominantemente por migrantes vindos de municípios mais pobres, diferentemente dos deslocamentos inter-regionais. Quando as variáveis que definem os arranjos domiciliares são incluídas, observa-se que migrantes em domicílios monoparentais têm maior probabilidade de empreender deslocamentos de curta distância (intrametropolitanos e intraestaduais) e de terem menor renda per capita domiciliar. Os migrantes que vivem em domicílios com arranjos biparentais de casal com filho têm maior probabilidade de executar deslocamentos de maior distância e de terem renda domiciliar *per capita* mais alta. Por fim, os perfis dos migrantes indicam maior prevalência para os estágios iniciais do ciclo vital familiar e sugerem que as mulheres atuam mais como *tied movers* ou segundo migrante na busca por trabalho. Em geral, observou-se um

perfil de maior fragilidade socioeconômica nos arranjos domiciliares dos migrantes que empreendem os deslocamentos mais curtos quando comparados àqueles que se deslocam por distâncias maiores, o que representa um avanço sobre a compreensão do padrão migratório no Nordeste.

Palavras-chave: migração, contexto das regiões metropolitanas, arranjos domiciliares.

ABSTRACT

The thesis analyzes migration to and within the Metropolitan Regions of Fortaleza, Recife and Salvador in the 1990s and 2000s. A metropolitan spatial cut highlights areas where a considerable part of the regional absorption of migrants is concentrated. These areas are the ones that present strong industrial and urban dynamics and continue to receive most of the investments in the region. The literature indicates that the household family is conditioned by physical proximity and kinship, and these elements can shape individual and group behavior, including the development of strategies that reflect the way in which families adapt to forces beyond the limits of the household. The analysis uses the household family concept and considers the relationship between different migrant household arrangements and internal migration. The use of household arrangements represents a new look at migratory studies about the Northeast, which usually focuses on the analysis of migratory flows or the individual attributes of migrants. The Demographic Census data from 2000 and 2010 were used to measure migratory flows, to delineate the profiles of migrants and to establish associations between household arrangements and types of migration. In the latter case, the Grade of Membership multivariate method was used. When the individual characteristics are the only ones used in the GoM model, a clear pattern of migration from the poles to the peripheries is observed and also that the intra-state or intra-regional displacements are predominantly composed of migrants from poorer municipalities, unlike inter-regional flows. When the variables that define the household arrangements are included, the data show that migrants in single-parent households are more likely to undertake short-distance (intra-metropolitan and intra-state) movements and to have lower per capita household income. Migrants living in households with biparental couple-child arrangements are more likely to move further away and to exhibit higher per capita household income. Finally, migrant profiles indicate a higher prevalence of displacement in the early stages of the family life cycle and suggest that women act more as tied movers or as the second migrant in the search for work. In general, a profile of greater

socioeconomic fragility has been observed in the household arrangements of migrants who undertake shorter displacements when compared with those who travel greater distances, which represents progress in the understanding of the migratory patterns in the Northeast.

Keywords: migration, metropolitan context, household arrangements.

1 INTRODUÇÃO

As migrações internas no Brasil estão intrinsicamente associadas às desigualdades regionais. Essas desigualdades alimentaram-se de um processo de industrialização e urbanização, o qual se acentuou na segunda metade do séc. XX e esteve fortemente associado à redistribuição espacial da população através das migrações internas. Esses elementos, ligados ao contexto histórico da industrialização brasileira, possuem uma relevância especial na Região Nordeste, que, não por acaso, revela-se como a região que historicamente possui a associação mais forte com os processos migratórios nacionais.

O padrão migratório formado entre Nordeste e Sudeste constitui um padrão dominante nacionalmente formado a partir de meados do século passado (SIMÕES *et al*, 2012). A história mais recente das migrações nordestinas, porém, tem revelado uma maior complexidade dos movimentos migratórios. A partir da década de 1980, por exemplo, cresce sensivelmente o movimento de retorno à região (RIBEIRO, 1997; MARTINE, 2015). Mais recentemente, os movimentos internos nordestinos passam a gerar interesse nos deslocamentos intraregionais. Com o aumento de sua importância relativa (BAENINGER, 2000), os movimentos intraregionais refletem uma região heterogênea estimulada pelo surgimento de diversos polos de atração regional (CAMPOS e FUSCO, 2009).

A despeito da importância da visão regional, muitos dos elementos da dinâmica migratória nordestina podem ser encontrados quando consideramos um recorte espacial diferente, ao mesmo tempo relevante e revelador da distribuição espacial da população nordestina pela ótica da interação entre fatores econômicos e demográficos. As regiões metropolitanas oferecem muitas possibilidades de análise nesse sentido, especialmente para as últimas décadas, uma vez que foram e ainda são espaços de intensa urbanização e industrialização (LYRA e VASCONCELOS, 2015).

A articulação dos mercados regionais e integração produtiva do Nordeste nacionalmente encontra destaque na transferência de capital industrial para a

região (GUIMARÃES, 1989). A combinação entre a desconcentração do capital industrial do Sudeste e a atuação do Estado ao enfrentar os desequilíbrios regionais através da industrialização incentivada foi fundamental para o crescimento econômico e demográfico das regiões metropolitanas nordestinas (SANTOS, 1994; IPEA, 1999; LEMOS e FERREIRA, 2001; SANTOS e ROSÁRIO, 2011).

A concentração de capital industrial nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador ocorreu também pela estrutura urbana concentrada no eixo litorâneo, próprio das economias exportadoras mais articuladas historicamente com o mercado externo (IPEA, 1999). Por essas áreas apresentarem vantagens prévias em receber os investimentos, a maior parte das inversões em capital industrial direcionou-se a essas regiões metropolitanas (SANTOS, 1994).

A concentração econômica regional em suas regiões metropolitanas possui associação com a dinâmica demográfica dessas áreas. As três regiões metropolitanas (RMs) nordestinas acompanharam a tendência nacional observada no processo de transição demográfica, caracterizada pela redução da mortalidade seguida pela queda da fecundidade (LYRA e VASCONCELOS, 2015; BOMTEMPO, 2015). Esse fenômeno deu maior peso relativo à migração na dinâmica populacional das RMs, que apresentaram crescimento populacional superior ao de seus estados, da região e do país nas décadas de 1990 e de 2000¹.

As RMs nordestinas de Fortaleza, Recife e Salvador constituem espaços com importantes características em comum e com dinâmicas econômica e populacional diferenciadas na região, mas que ao mesmo tempo compõem parte importante do quadro migratório regional. As microrregiões destas RMs destacam-se regionalmente em suas estruturas de emprego e salários industriais e maior grau de diversificação industrial de modo que nenhuma outra microrregião nordestina conseguiu se equiparar a elas nas décadas de 1990 e de 2000

1 À exceção da RM de Recife na década de 2000.

(SANTOS e ROSÁRIO, 2011). Na medida em que essas regiões metropolitanas exibiam melhor estrutura para a atividade produtiva, elas se beneficiam dos diferentes cenários das décadas abrangidas por esta tese.

Os contextos das últimas décadas também chamam a atenção na medida em que exibiram características distintas e marcantes. A década de 1990 foi marcada pela liberalização da economia brasileira, pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento estimulado pelo Estado e pelo acirramento das disputas dos governos estaduais por investimentos através de estímulos fiscais (SANTOS e ROSÁRIO, 2011; ALMEIDA, 2008; BAER, 2002). A década de 2000, por seu turno, caracterizou-se pela retomada do crescimento, pelo ativismo fiscal e pela atração de investimentos estruturadores que beneficiaram o Nordeste (MONTEIRO NETO *et al*, 2015; BAER, 2002). A despeito das peculiaridades da economia brasileira nas duas últimas décadas, as três RMs continuam a concentrar regionalmente os investimentos (SANTOS e ROSÁRIO, 2011; LEMOS e FERREIRA, 2001).

Apesar das mudanças recentes na economia nordestina, persistem fatores de expulsão no interior da região como a concentração de terras e o predomínio dos pastos, bem como a heterogeneidade regional nos investimentos ou nas políticas públicas (Oliveira *et al*, 2015). Esses são elementos possivelmente relacionados à relevância dos deslocamentos intraestaduais e intraregionais para as três regiões metropolitanas.

Devido às suas características em comum², quais sejam seu caráter primaz como destino de investimentos produtivos em uma região com fortes fatores de expulsão, com destaque para suas populações no contexto regional, optamos por estudar o fenômeno migratório nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador. A proposta de estudá-las em conjunto merece uma ressalva importante, por se tratar de áreas com processos históricos de formação distintos e características próprias com diferenças que serão consideradas adiante.

² Outro ponto em comum entre as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador reside em que ganharam esse status metropolitano através da Lei Complementar 14 de 1973, que além das três RMs nordestinas, estabeleceu também as RMs de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Belém.

Outras questões, no entanto, marcaram a definição do escopo desta tese, além da delimitação espacial e temporal. Muitos trabalhos em migração utilizam em sua análise a perspectiva do fluxo ou do indivíduo, de modo que o contexto mais amplo relativo a um grupo no qual a decisão de migrar pode ocorrer não tem merecido uma atenção proporcionalmente parecida. Neste sentido, a utilização de pesquisas domiciliares como os censos demográficos permite analisar um grupo que apresenta características marcantes pela proximidade física e também por seus laços de parentesco: a família que reside no mesmo domicílio, ou a família domiciliar (WAJNMAN, 2012). Aproveitar essa possibilidade de análise pode permitir lançar luz sobre relações importantes no contexto familiar do indivíduo, relevantes para a decisão de migrar.

O estudo da família na qualidade de importante unidade de análise na migração encontra-se defendido por diversos autores. De acordo com Mincer (1978), por exemplo, o ganho líquido da família é o principal elemento que motiva a migração e para que haja o movimento, é suficiente que esse ganho seja positivo. Wood (1982), por sua vez, busca a integração das perspectivas individual e estrutural pela migração enquanto estratégia do domicílio como forma de compreender melhor o fenômeno migratório. As estratégias possíveis definidas no domicílio como resposta às forças que formam o contexto maior em que se encontram incluem a mobilidade de parte ou de todos os seus membros (WOOD, 1982). Em trabalho mais recente, De Haas (2010), evidencia as interações entre migração e desenvolvimento através da ênfase nas estratégias de grupos menores como as famílias ou domicílios.

Alguns autores sustentam que a decisão de migrar pertence ao indivíduo, mas ela está condicionada ao grupo menor composto pela família domiciliar (MINCER, 1978; HARBISON, 1981; WOOD, 1982; COOKE, 2008; DE HAAS, 2010). Cooke (2008) afirma que a pesquisa em migração interna deve considerar a família como uma componente central da migração, ou que a migração da família deveria se mover ao centro das discussões referentes à migração de forma geral.

O *contexto das RMs, a migração e a família domiciliar* constituem os elementos centrais do objetivo geral desta tese: estudar as características dos

migrantes que se dirigem às RMs de Fortalezas, Recife e Salvador considerando a família domiciliar e o indivíduo no contexto familiar nas décadas de 1990 e 2000. Justifica-se o recorte temporal pelas décadas de 1990 e de 2000 porque correspondem aos períodos referentes aos últimos dois censos demográficos e por permitirem análise comparativa entre décadas com diferenças sensíveis.

Esta tese procura contribuir para o tema das migrações internas no Brasil ao entender as migrações no Nordeste a partir do recorte metropolitano proposto, bem como analisar as possíveis associações entre o contexto maior das RMs, os arranjos das famílias domiciliares e o fenômeno migratório.

1.2 – Estrutura da tese

Esta tese encontra-se dividida em seis capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta uma breve análise dos principais aspectos econômicos que marcaram a dinâmica da industrialização das regiões metropolitanas assim como aspectos demográficos dessas áreas, buscando estabelecer um contexto para a análise do fenômeno migratório. O Capítulo 3 analisa os fluxos migratórios através de dois recortes espaciais: Nordeste e as três RMs. A inclusão da macrorregião Nordeste é importante, pois a perspectiva regional fornece um suporte importante na compreensão do contexto econômico e demográfico dessas RMs.

O quarto capítulo apresenta a revisão da literatura sobre aspectos conceituais e teóricos acerca da família e sua importância como unidade de análise no estudo do fenômeno migratório. Buscou-se, neste sentido, identificar e discutir um grupo de abordagens teóricas que veem a migração no contexto da família ou domicílio como principal unidade de decisão para a migração, abordagens essas que servirão de suporte à formulação de hipóteses e discussão dos resultados. O quinto capítulo exhibe a estimação dos arranjos domiciliares para as RMs nordestinas na perspectiva dos tipos de arranjos e também da população residente nesses arranjos. O Capítulo 5 expõe ainda a análise descritiva que combina os tipos de arranjos da família domiciliar aos diversos tipos de fluxos

migratórios, além de apresentar as principais hipóteses e variáveis que serão analisadas nos capítulos seguintes.

O Capítulo 6 discute os métodos utilizados para a análise da migração nas RMs através dos dados dos Censos demográficos de 2000 e de 2010. Discute-se o uso da técnica direta de migração para estimar os fluxos de migrantes e também o método estatístico para delineamento de perfis de migrantes e seus arranjos domiciliares. Propõem-se também dois modelos que serão estimados no contexto da estratégia de análise. O Capítulo 7 apresenta os resultados encontrados após a aplicação do método para os dois modelos definidos no caso das três regiões metropolitanas e com a referência temporal dos dois censos mencionados. Nesse capítulo, encontra-se a análise dos perfis que permite a observação de padrões espaciais nos deslocamentos e padrões a partir das variáveis construídas com foco na família domiciliar.

Finalmente, o último capítulo expõe os resultados mais importantes observados ao longo da tese, tanto na análise descritiva quanto na de perfis. Ressalta a contribuição da tese para a demografia pela análise conjunta de migração e família e para o estudo migratório no Nordeste através de suas maiores RMs em termos populacionais e de concentração de atividades econômicas.

2 – O CENÁRIO DAS MIGRAÇÕES NAS REGIÕES METROPOLITANAS NORDESTINAS: ECONOMIA E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

Este capítulo discute, em sua primeira seção os aspectos econômicos responsáveis pelo destaque regional que as três regiões metropolitanas estudadas possuem a partir, principalmente, do processo de industrialização incentivada pelo Estado. Aborda também, para as décadas de 1990 e de 2000, as distinções entre esses contextos econômicos mais recentes.

A análise demográfica para as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador encontra-se na segunda seção. Buscou-se uma discussão que caracterizasse cada região metropolitana no curso da transição demográfica observada no país através dos principais indicadores para a fecundidade e mortalidade. Foram discutidos também os principais reflexos desse fenômeno na composição das populações metropolitanas e o que pode ser apreendido das mudanças recentes na investigação para a migração.

2.1 – Industrialização nas RMs e contexto econômico nas décadas de 1990 e 2000

A escolha das três regiões metropolitanas como objeto de estudo do fenômeno migratório no Nordeste envolve uma relação profunda com o processo de formação de sua estrutura econômica e urbana, bem como seu processo de industrialização. Lemos e Ferreira (2001), por exemplo, ressaltam que as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador destacam-se por cumprirem um

papel importante no processo de estruturação de um espaço regional fragmentado como o nordestino.

Santos e Rosário (2011) observaram que as três RMs destacam-se na economia regional nas duas décadas em estudo. O peso das regiões metropolitanas na economia regional fornece um indicativo valioso: em 2000 o produto interno bruto – PIB – das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador representava cerca de 39% do produto regional, enquanto que em 2010 esse valor se situa em torno de 35% (IBGE, 2012). Apesar da redução verificada no período, mais de um terço do produto regional continuou a ser produzido nessas três regiões metropolitanas até a década passada.

O processo de metropolização não está, necessariamente, condicionado ao processo de industrialização, pois uma metrópole não precisa ser uma cidade industrial. No contexto brasileiro, no entanto, o processo de metropolização caracterizou-se pela consolidação das indústrias nos espaços metropolitanos: “o papel da indústria na configuração e consolidação dos espaços metropolitanos [brasileiros] é histórico, com o capital produtivo e as atividades econômicas dele resultantes sendo responsáveis pela difusão de aspectos metropolitanos para amplas áreas do território” (PEREIRA JUNIOR, 2015, p. 93).

As mudanças na economia nordestina a partir da segunda metade do séc. XX são em boa parte decorrentes do processo de desconcentração do capital do Sudeste, especialmente de São Paulo, para as áreas periféricas em combinação com os estímulos oferecidos pelo Estado, em um processo que ficou conhecido como “industrialização incentivada”. Essas mudanças ocorreram no contexto que Guimarães Neto (1989) definiu como “alteração nos termos de intercâmbio entre o Nordeste e Centro-Sul”, com a passagem de uma “articulação meramente comercial” para a fase de “integração produtiva”, cujo destaque encontra-se na transferência de capital industrial.

As transformações no Nordeste, a partir da desconcentração de capital do Sudeste e da industrialização incentivada, encontram na região uma rede urbana cuja característica mais evidente é a grande concentração no eixo litorâneo, resultado da ocupação secular ao longo do litoral, das relações comerciais com o

exterior e das grandes disparidades intraregionais (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999). Essa malha urbana mais densa no litoral não apenas sofre poucas alterações causadas pelo processo de industrialização da região, mas também tem essa característica reforçada com a destinação da maior parte dos investimentos aos três espaços metropolitanos estudados.

De acordo com Santos (1994), mesmo que a intervenção do Estado no Nordeste tenha ocorrido através de diversas frentes³, é inevitável destacar o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – pela abrangência e intensidade dos incentivos fiscais e financeiros conhecidos como sistema 34/18 - FINOR⁴. O arranjo desse sistema estabelece como principal eixo de acumulação a expansão industrial⁵, inicialmente concentrando investimentos na ampliação e modernização da produção de bens de consumo não duráveis e, posteriormente, na indústria de bens intermediários e básicos, com destaque para a indústria química.

O caráter espacial concentrador foi reforçado pela industrialização incentivada no Nordeste, com investimentos inicialmente concentrados nas RMs de Recife e Salvador e, a partir dos anos 1980, na RM de Fortaleza (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999). Neste sentido, Santos (1994) mostra que entre 1978 e 1986 o número de empresas incentivadas pelo sistema 34/18 – FINOR em Pernambuco, Bahia e Ceará manteve-se em torno de 64% do total de empreendimentos na região, sendo 47% somente nas três RMs. Outros indicadores também mostram a intensidade dessa concentração: em 1986, 71,7% do volume de vendas das indústrias incentivadas encontravam-se nas RMs em estudo, além de 57,7% dos empregos gerados por esses empreendimentos (SANTOS, 1994).

³ PETROBRÁS, CHESF, BNB, BNDES, BNH, dentre outros, possibilitaram o crescimento dos investimentos privados na região.

⁴ Em referência ao artigo 34 do Decreto 3.995 de 1961, complementado pelo artigo 18 do Decreto 4.239 de 1963 relativos aos mecanismos de incentivos fiscais e financeiros. Posteriormente, em 1974, foi criado o Fundo de Investimentos para o Nordeste – FINOR, como reforço aos 34/18 (SANTOS, 1994).

⁵ Segundo Santos (1994), já no I Plano Diretor da Sudene fica clara a intenção de favorecer a acumulação industrial, resultando entre 1962-70 em 581 projetos industriais para a região.

Em parte, os investimentos da industrialização incentivada concentraram-se nas três metrópoles regionais em decorrência das economias de aglomeração⁶ encontradas nos seus respectivos estados, antes do início do processo de desconcentração em direção ao Nordeste. Nos três espaços metropolitanos em estudo havia condições pré-estabelecidas de atração da maior parte dos investimentos, como maior infraestrutura, dotação de matérias primas ou maior influência política das elites locais nas questões nacionais (BRANDÃO, 1985; IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999; SANTOS, 1994; ALMEIDA, 2008).

Segundo Baer (2002), as realizações dos planos de desenvolvimento da SUDENE nas décadas de 1960 e 1970 ficaram muito abaixo das metas originais; a preocupação com emprego e distribuição de renda nunca foi vinculada a programas específicos e instrumentos de políticas. Segundo esse autor,

Depositou-se muita confiança no esquema de incentivos fiscais (programas relativos à Lei 34/18) para aumentar os investimentos privados no Nordeste e muito foi investido nas indústrias na segunda metade da década de 1960 e início da de 1970. Entretanto, a maioria das empresas instalou-se nas cidades de Salvador e Recife e suas atividades geraram relativamente poucos empregos. Dessa forma, o processo de industrialização do Nordeste pouco fez para resolver os problemas endêmicos de subemprego da região (BAER, 2002, p. 358).

Contrariamente à expectativa criada com o surgimento da SUDENE, a indústria incentivada no Nordeste teve um impacto social muito limitado, mesmo que tendo gerado empregos e melhorado a qualificação, remuneração e produtividade do trabalho na indústria nos setores mais dinâmicos e também nos setores tradicionais da economia (SANTOS, 1994; BRANDÃO, 1985; CARVALHO e BORGES, 2015).

Gomes (1987 *apud* Baer, 2002) constata que o impacto da crise de 1980-83 foi muito mais moderado no Nordeste e indica que o desempenho melhor que o restante do país se deveu aos investimentos compensatórios por parte do

⁶ Segundo Mills (1980), as economias de aglomeração decorrem do conceito de economias de escala; consistem em vantagens da concentração espacial que resultam da escala de uma área urbana e não apenas de uma firma ou indústria.

governo e empresas estatais⁷. Esse autor conclui que o aumento do emprego e investimentos públicos no Nordeste trouxe como principal consequência a ampliação da dependência da região em relação às transferências do restante do país.

A década de 1990 foi marcada pela liberalização da economia brasileira e evidenciou o esgotamento do padrão de financiamento e de desenvolvimento fomentado pelo Estado nas regiões mais atrasadas economicamente. Para Santos e Rosário (2011), as políticas voltadas ao desenvolvimento passaram a ser implementadas, predominantemente, pelos governos estaduais, e as decisões de investimento guiadas de maneira fundamental pelo setor privado. Segundo Baer (2002), a abertura da economia nacional ao comércio e investimentos internacionais associada ao processo de privatização – característicos dos anos 1990 – reforçam a posição das forças de mercado, que em combinação com o surgimento do Mercosul gerou uma inclinação natural para as multinacionais alocarem seus investimentos no eixo Centro-Sul do país.

Baer (2002) destaca, no entanto, um aspecto positivo para o Nordeste nessa nova configuração econômica nacional: a ida de várias firmas do setor têxtil e de calçados para a região. Segundo Almeida (2008), muitas empresas foram atraídas pelos incentivos fiscais estaduais – gerando o que ficou conhecido como “guerra fiscal” – e pelos baixos salários pagos no Nordeste⁸, além de fugirem das deseconomias de aglomeração presentes no Centro-Sul, com destaque para os sindicatos fortes de seus polos industriais. Neste sentido, Santos e Rosário (2011) afirmam que foram as RMs nordestinas as maiores beneficiadas desse processo.

A década de 2000, por sua vez, caracterizou-se, especialmente a partir de 2003, por uma nova etapa de crescimento no país, e em especial para o Nordeste, através da retomada da maior atuação do Estado. Segundo Monteiro Neto et al (2015), essa década foi marcada pela recomposição das finanças

⁷ Segundo Maia Gomes (1987 apud Baer, 2002), enquanto os investimentos públicos no período 1980-83 caíram em 0,7% para o país, aumentaram em 21,4% no Nordeste.

⁸ Almeida (2008) cita o caso da indústria calçadista, que abandona o Rio Grande do Sul e São Paulo para se reinstalar na Bahia e no Ceará; além das várias empresas de call-centers de telemarketing.

federais e de sua capacidade de propor estratégias produtivas para os entes subnacionais, mostrando ser possível a retomada do crescimento econômico motivada por investimentos de grande porte que atuassem como estímulo e atração de novos investimentos privados. Neste contexto, pode-se destacar na RM de Recife – RMR – a fase de implantação da Refinaria General Abreu e Lima ou Refinaria do Nordeste – RNEST.

As três regiões metropolitanas estudadas foram as principais beneficiadas na região em termos de industrialização, num processo estimulado de maneira ativa pelo Estado e que teve como consequência o reforço da concentração espacial intraestadual e regional da população e das atividades econômicas. Santos e Rosário (2011) destacam os atributos em comum entre as três RMs⁹, como a concentração regional de atividade industrial, da população e da infraestrutura física e humana mais adequada para a exploração de suas vantagens competitivas.

É importante destacar, no entanto, que cada região metropolitana apresenta sua própria formação histórica no que se refere às atividades econômicas e de suas populações. Por serem regiões distintas, a análise de suas especificidades precisa ser considerada. Ao estudar as RMs de Salvador e Recife, Brandão (1985) afirma que “não é possível comparar estritamente os territórios de duas regiões metropolitanas, conforme definidos nas estatísticas oficiais. Contudo, isso não impede de considerar-se as diferenças no tempo, dentro de cada área” (BRANDÃO, 1985; p. 91).

Esse cuidado no estudo de regiões metropolitanas diferentes requer a apreciação de cada uma delas, de forma separada. A seguir são apresentadas breves considerações sobre cada um dos três espaços metropolitanos estudados, com destaque nas diferenças de seus processos de industrialização incentivada e também na maneira como as condições econômicas nacionais claramente diversas entre as décadas de 1990 e de 2000 repercutiram nesses espaços.

⁹ Através de análise de cluster para todas as microrregiões nordestinas, apenas as três RMs estudadas apresentaram desempenho parecido, sendo consideradas outliers na análise e compondo um grupo com índices acima da média dos demais grupos (SANTOS e ROSÁRIO, 2011).

2.1.1 – Região Metropolitana de Salvador: Petróleo e especialização da indústria baiana

Durante a primeira metade do séc. XX, a economia de Salvador era dominada pelas atividades comerciais e financeiras e a atividade industrial não exibiu dinamismo próprio, sendo uma extensão do capital mercantil (SANTOS, 1994; CARVALHO e BORGES, 2014). O período seguinte apresentaria mudanças sensíveis neste sentido e, para Brandão (1985), se o Nordeste representa um marco simbólico do processo de reorganização espacial das atividades econômicas no Brasil, a RM de Salvador assume a forma mais radical dessas mudanças, um caso limite dessa reorganização do capital no território nacional.

A presença de petróleo nas proximidades de Salvador permitiu a especialização da indústria na Bahia, que já na década de 1950 experimenta uma mudança que gerou “cerca de 13 mil empregos em menos de uma década e uma máquina assombrosa para sua experiência de então: a Refinaria Landolfo Alves” (BRANDÃO, 1985, p. 78). Segundo Almeida (2008), trata-se de um empreendimento que constituiu um mercado de força de trabalho especializada e que no ano de pico das inversões da Petrobrás na refinaria – em 1959 – absorveu valores correspondentes a 59,9% do PIB industrial do estado. A partir dessa experiência, um parque industrial na Bahia foi estruturado antes dos incentivos do sistema 34/18 – FINOR.

A chegada dos incentivos da SUDENE motiva o setor público estadual a realizar obras em infraestrutura e permite o surgimento do Centro Industrial de Aratu¹⁰ – CIA –, que entra em funcionamento em 1968 e passa a concentrar grande número de empreendimentos que reforçaram a mudança do perfil da

¹⁰ Localizado no município de Simões Filho, na RM de Salvador, Brandão (1985) mostra que o CIA absorveu boa parte dos incentivos da SUDENE para a Bahia entre 1966-67 (cerca de 61% do total para a indústria incentivada no Nordeste neste período).

indústria baiana (BRANDÃO, 1985; SANTOS, 1994). Apesar da importância do CIA para a indústria baiana, Almeida (2008) destaca seu caráter complementar à indústria do Centro-Sul, na linha da integração produtiva regional que se processava.

Quase dez anos após a criação do CIA, entra em funcionamento, em 1978, o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC. Ao final de 1980, havia cerca de 30 empresas em funcionamento gerando mais de 19 mil empregos diretos e um investimento estimado em 3,8 bilhões de dólares (BRANDÃO, 1985). De acordo com Santos (1994), a fase de industrialização incentivada na RMS teve na consolidação da indústria petroquímica seu principal representante e o COPEC foi um marco para a economia da Bahia, que passa à condição de fornecedora de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento industrial do país, reforçando o caráter complementar à indústria do Sudeste.

O ponto fundamental aqui reside em que as principais mudanças na industrialização na Bahia – representadas pela Refinaria Landolfo Alves pelo CIA e pelo COPEC – promoveram grande transformação na estrutura industrial e aumento do produto industrial estadual. O palco principal dessas transformações foi a RMS, que passou a figurar como uma das mais dinâmicas aglomerações urbanas do país até meados da década de 1980.

A participação da indústria no PIB estadual saltou de 12,0%, em 1960, para 31,6%, em 1980, e 38,1%, em 1990 (ALMEIDA, 2008). Apesar da industrialização na Bahia, esse quadro de mudança não foi acompanhado por mudanças significativas no mercado de trabalho, possivelmente como consequência da ênfase na indústria de bens intermediários que, pouco interligada com a indústria local, exibiu criação limitada de empregos em relação à demanda crescente por trabalho na RMS (ALMEIDA, 2008).

De acordo com Almeida (2008), a capital baiana chega ao início do séc. XXI com a taxa de desemprego aberto¹¹ em torno de 25%, tornando a RMS –

¹¹ Taxa de Desemprego Aberto - relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência (Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE).

principal polo industrial nordestino – a metrópole brasileira recordista em desemprego nesse momento. Parte da explicação desse resultado no mercado de trabalho da RMS encontra-se na estrutura concentrada da economia baiana e também nas mudanças ocorridas em toda economia nacional com o processo de liberalização que marcou os anos 1990. Neste sentido, foram importantes as mudanças com a entrada maior de capital estrangeiro, com novas tecnologias e novos formatos organizacionais¹² implicando em reengenharia e *downsizing* (ALMEIDA, 2008). Segundo Carvalho e Borges (2014), essas mudanças trouxeram impactos negativos sobre as condições de ocupação, desestruturando o mercado de trabalho local.

Carvalho e Borges (2014) argumentam que o aumento do desemprego acentua uma das características históricas mais marcantes da RMS: a vulnerabilidade social e a pobreza de sua população. O desemprego da RMS era agravado pelo aumento da oferta de trabalho que, nesse momento, ocorria em função da maior participação da mulher no mercado de trabalho e do contexto demográfico da virada do século, caracterizado pelo rápido crescimento de jovens e adultos jovens em busca de trabalho.

A partir de 2003, no entanto, configura-se uma nova etapa de crescimento econômico no Brasil, em especial no Nordeste, através da retomada do ativismo fiscal do Estado brasileiro. Carvalho e Borges (2014) destacam a recuperação do mercado de trabalho na RMS, onde as taxas de desemprego caíram significativamente, passando de 25,2% em 2000 para 13,8% em 2010. Segundo as autoras, no entanto, os novos empregos são de qualidade inferior àqueles do ciclo expansivo anterior da RMS (nos anos 1970 a meados de 1980) e tem como características os baixos rendimentos, elevada rotatividade e baixa exigência de qualificação, “coerente com o fato de que uma parte importante das vagas criadas nos anos 2000 é tributária da expansão do comércio e dos serviços provocada pela elevação do poder aquisitivo dos mais pobres” (CARVALHO E BORGES, 2014, p.105).

¹² Almeida (2008) menciona a redução do peso da ocupação em serviços financeiros e em utilidade pública em Salvador e também o caso do COPEC, que reduziu em 1/3 sua mão de obra direta em decorrência dos processos de enxugamento.

Em relação à estrutura produtiva da RMS no ano de 2010, Salvador continuava se destacando como centro de serviços, sendo responsável por 48,6% do PIB da RMS, enquanto Camaçari, São Francisco do Conde, Candeias e Simões Filho, municípios de base industrial, produziam 41,1% desse produto (CARVALHO e BORGES, 2014). Os demais municípios da RMS tinham economia com base na presença de instituições públicas e serviços de baixa produtividade.

2.1.2 – Região Metropolitana de Recife: Industrialização anterior e estrutura mais diversificada

Recife possui um histórico diferenciado quanto ao surgimento e consolidação do setor secundário, compondo um dos mais antigos e tradicionais polos industriais do Brasil (LEMOS e FERREIRA, 2001). A indústria em Pernambuco surge a partir dos sistemas açucareiro e algodoeiro, pela combinação das tecnologias usadas nos engenhos centrais e, posteriormente, nas usinas no final do séc. XIX, e também das primeiras fábricas de fiação e tecelagem em meados também do séc. XIX (SANTOS, 1994).

De acordo com Singer (1977), houve um surto de industrialização no Recife a partir de 1875¹³, embora sua indústria não tenha alcançado destaque maior no mercado nacional (cuja formação se dá entre 1900 e 1950). Um dos fatores responsáveis encontra-se na fragilidade da demanda do mercado regional à disposição da indústria¹⁴. A proporção da população que predominantemente participava da economia desse mercado era pequena e com baixo poder aquisitivo.

¹³ Os dados dos Almanques da época indicam que podiam ser encontradas na cidade fábricas de alimentos, bebidas, roupas, vassouras e charutos entre outras. (SINGER, 1977).

¹⁴ Singer, através da análise da rede ferroviária, avalia a extensão do mercado disponível a Recife, no início do século XX: toda a área leste e parte da setentrional, o que incluía os Estados das Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A construção de estrada de ferro era considerada o principal campo de batalha na luta pelo domínio econômico da Região.

Segundo Santos (1994), a maior integração da economia nacional durante os anos 1950 expõe a indústria pernambucana a novos padrões da indústria moderna paulista, gerando um contexto de crise no setor que não apresentava condições de competição, em especial a indústria têxtil. A partir de então, a indústria pernambucana sofre mudanças através da atuação do Estado pelo processo de industrialização incentivada com os recursos, notadamente, da SUDENE¹⁵.

Recife reunia condições diferenciadas de infraestrutura econômica e social na região. E essas economias de aglomeração permitiram que a cidade recebesse a maior parte dos recursos da SUDENE, entre 1960 e 1965. Como resultado, o parque industrial da RMR passa por um profundo processo de ampliação e diversificação com o aumento da participação de segmentos tradicionalmente de pouco destaque, como a metalurgia, a indústria de material elétrico e de comunicações e produtos de matéria plástica, sempre em um caráter complementar à expansão industrial liderada por São Paulo (SANTOS, 1994).

Na década de 1970 a RMR apresentou grande dinamismo econômico, firmando-se como metrópole industrial regional (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999). Segundo Brandão (1985), a estrutura industrial de Recife nessa década era muito mais diversificada e gerava mais empregos que a de Salvador, embora a última já apresentasse maior intensidade de capital, salário médio e produtividade. A partir das diretrizes do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – o II PND, que privilegiavam a instalação de complexos industriais para a transformação de matérias-primas no Nordeste, Pernambuco perde espaço no financiamento dos projetos incentivados por não possuir uma base de recursos naturais. Como resultado, a RMR não registra investimento significativo, como o COPEC na RMS (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999).

Após a sequência de duas décadas de crescimento industrial contundente na RMR, a década de 1980 caracterizou-se pela redução nos investimentos

¹⁵ O papel que o sistema 34/18 FINOR representou para a RMR teve uma relevância sensivelmente maior que no caso da RMS, cujo financiamento da indústria incentivada foi mais complexo.

(ROSA e OLIVEIRA, 2015). A economia estadual sente as mudanças macroeconômicas, em especial a redução na capacidade de intervenção do Estado como fomentador de crescimento econômico.

Segundo Monteiro Neto e colaboradores, “a característica marcante da determinação do desenvolvimento de uma economia estadual como a pernambucana é sua dependência das orientações e dos recursos econômico-financeiros procedentes da União” (MONTEIRO NETO *et al*, 2015, p. 53). Para esses autores, a economia pernambucana apresenta também um efeito de “colagem” aos movimentos da economia nacional que condiciona e limita seu crescimento no longo prazo. Neste sentido, e com a concentração da base produtiva em setores de bens de consumo não durável e alguns bens intermediários, a possibilidade de mudança de padrão de produtividade no estado depende da intervenção do governo federal para a redefinição de sua estrutura setorial.

As características que marcaram a década de 1990, como a maior austeridade fiscal do Estado, encontram-se associadas às baixas taxas de crescimento no período para o país e para Pernambuco¹⁶, o qual passa a se desindustrializar com perda de competitividade estrutural (MONTEIRO NETO *et al*, 2015). Houve aumento do desemprego, subemprego e da informalidade na RMR, com a intensificação da ocupação urbana nas cidades do entorno de Recife e reprodução, na periferia da RMR, das condições socioeconômicas precárias, mais características do núcleo metropolitano (ROSA e OLIVEIRA, 2015).

Na década de 2000, por sua vez, assiste-se à recomposição das instituições federais voltadas ao crescimento econômico. Neste contexto, Pernambuco (e em especial a RMR) passa a receber investimentos de grande porte, capazes de atrair novos investimentos privados e permitir a recuperação do setor industrial metropolitano. De acordo com Monteiro Neto *et al* (2015), este novo ciclo consolida uma estratégia perseguida desde o final da década de 1970 por sucessivos governos estaduais para modernização da economia estadual

¹⁶ Segundo Monteiro Neto *et al* (2015), entre 1990 e 2002, o PIB de Pernambuco se expandiu a 1,2% a.a., contra 2,8% do Nordeste e 2,6% do Brasil.

através do complexo industrial-portuário de Suape¹⁷. Como resultado, a economia estadual cresceu à taxa anual de 4,22% entre 2003-2012, enquanto o Nordeste e o Brasil se expandiram a 3,68% e 3,03% ao ano, respectivamente.

O Complexo de Suape recebeu investimentos relevantes como o Estaleiro Atlântico Sul e a Petroquímica Suape. O investimento mais representativo desta nova fase, no entanto, encontra-se na RNEST. Simões *et al* (2013) analisam o desempenho econômico da microrregião de Suape, sua relevância não apenas para Pernambuco, mas também para o Nordeste, e consideram que este evento pode representar um indício de formação de um polo de crescimento¹⁸ na região.

Os resultados encontrados por Simões *et al* (2013) indicam que a construção da RNEST pode ter levado a um aumento de 1,14% no produto total pernambucano, gerando aproximadamente 1,23 milhões de empregos diretos e indiretos no estado (32,8% do emprego total em Pernambuco) e R\$ 4 bilhões de renda adicional às famílias no estado. São números contundentes que levam Simões *et al* (2013) a concluir que a região de Suape apresenta indícios para ser caracterizada como polo de crescimento. A nota dissonante reside nos efeitos de vazamento encontrados nesses investimentos¹⁹, indicando a integração fraca da economia nordestina como um todo.

O desempenho observado na microrregião de Suape²⁰ reforça a concentração das atividades produtivas no território da RMR em relação ao estado, ao mesmo tempo em que as desconcentra na própria região

¹⁷ Localizado na microrregião de Suape, no município de Ipojuca, litoral sul da RMR.

¹⁸ Para Simões *et al* (2013), o conceito de polo de crescimento requer a existência de uma indústria motriz, capaz de atrair novas empresas relacionadas a ela. Neste sentido, sugerem a RNEST como núcleo relevante da indústria motriz de Suape. Esse estudo analisa os impactos relativos à fase de construção da RNEST, considerando o período de obras entre 2007 e 2014, através do uso de uma matriz de insumo-produto inter-regional Nordeste e estados com ano base 2004.

¹⁹ As estimativas indicam que Pernambuco teria absorvido 75,1%, enquanto que 3,5% e 21,4% devem transbordar para o restante do Nordeste e o restante do Brasil, respectivamente (SIMÕES *et al*, 2013).

²⁰ Segundo Monteiro *et al* (2015), essa microrregião exibiu um crescimento anual em seu PIB per capita de 11,6% entre 1996 e 2010 passando de R\$ 4,5 mil a R\$ 22,7 mil, tornando-se o maior do estado.

metropolitana, em direção aos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, que compõem essa microrregião (MONTEIRO *et al*, 2015).

O polo metropolitano vem aumentando sua participação no setor terciário, ressaltando os serviços modernos vinculados à tecnologia da informação e comunicação, varejo (*shopping centers*) e serviços especializados em educação e saúde. Segundo Lemos e Ferreira (2001), a RMR conta com economias de aglomerações regionais que se originam na disponibilidade de serviços de apoio à atividade industrial, com infraestrutura logística de alta qualidade, tendo consolidado sua condição de centro de formação de recursos humanos qualificados através dos seus serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999).

Esse último ciclo de crescimento na RMR trouxe mudanças no mercado de trabalho metropolitano. Segundo Rosa e Oliveira (2015), houve uma melhora significativa entre 2000 e 2010, quando a população ocupada cresceu a uma taxa anual de 3% (contra 2,5% em Pernambuco e 2,8% no Brasil), aumentando em 34% esse contingente. O emprego formal cresceu a 6,2% ao ano no setor industrial e de 4,8% no setor de serviços, passando de 621 mil pessoas formalmente ocupadas em 2000 para pouco mais de 1 milhão em 2010 (ROSA e OLIVEIRA, 2015). Recife destacou-se na criação de empregos no setor terciário, enquanto que Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Igarassu, no setor secundário.

2.1.3 – Região Metropolitana de Fortaleza: Industrialização tardia e ênfase nos segmentos tradicionais

A formação territorial cearense esteve vinculada à pecuária e ao algodão para o mercado externo e à acumulação do capital mercantil, em combinação com a predominância do clima semiárido. Este padrão definiu uma configuração urbana muito concentrada, em que poucos centros urbanos expandiram sua zona de influência, uma situação que se acentuou quando Fortaleza estendeu sua

influência sobre todo o Ceará, em meados do séc. XIX. A indústria desenvolveu-se, inicialmente, subordinada a essa expansão urbana e comercial dos maiores centros, que reafirmam sua força econômica com a diversificação das atividades produtivas. A industrialização incentivada, no entanto, atuou sobre a indústria tradicional – com destaque para a indústria têxtil – reforçando a estrutura urbana concentrada (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Apresentando um processo de industrialização mais efetivo apenas em meados da década de 1970, já sob os estímulos da industrialização incentivada através da SUDENE, a Região Metropolitana de Fortaleza – RMF – exhibe diferenças importantes em relação às RMs de Salvador e Recife. Segundo Santos (1994), uma dessas diferenças encontra-se no caráter retardatário de sua industrialização, pois o Ceará não reunia vantagens relevantes²¹ para atrair grandes projetos nacionais ou internacionais nas décadas de 1960 e 1970, os quais se concentraram na Bahia e em Pernambuco. O projeto da SUDENE para o distrito industrial de Fortaleza, que começou a ser implementado na década de 1960, somente foi consolidado no final dos anos 1980 (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Outra diferença característica da RMF encontra-se na sua estrutura industrial, concentrada nos setores tradicionais (têxtil, de confecções e produtos alimentares) e que pouco se alterou mesmo após os incentivos da SUDENE (SANTOS, 1994). Essa característica guarda uma relação próxima com o fato de que os empresários regionais e locais exerceram a principal influência na construção do parque industrial do estado²², de maneira que “esta predominância dos capitais locais, assentados numa forte ligação com a base industrial anterior, resultou na estruturação de uma matriz industrial direcionada para os setores tradicionais e integrada ao mercado regional” (SANTOS, 1994, p. 137). A especialização na indústria tradicional permitiu competitividade, inclusive, para que os grupos locais se lançassem no mercado nacional, num movimento

²¹ Santos (1994) destaca que o Ceará possuía deficiência na oferta de energia elétrica para uso industrial; precariedade de infraestrutura portuária, rodoviária e de comunicação; mercado interno limitado; distância maior dos principais mercados nacionais e pouca influência nacional de sua elite local.

²² Pesquisa SUDENE/BNB de 1986 mostra que na RMF cerca de 93% do controle acionário da indústria incentivada tinha sua procedência no Nordeste (SANTOS, 1994).

claramente distinto daquele dos empresários em Pernambuco e na Bahia (SANTOS, 1994).

Para Pereira Júnior (2015), as transformações trazidas pelo processo de industrialização ocorrem em conjunto com outras alterações no quadro socioespacial, dando um verdadeiro sentido à região metropolitana:

Com efeito, à medida que evidenciou uma forte gama de relações com os municípios vizinhos, cujo arranjo espacial passou a se organizar de forma hierarquizada, a RMF passou a ser cada vez mais um centro difusor de inovações, transformando o território institucionalmente conhecido como metropolitano numa unidade de funcionamento real (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 85).

A distribuição populacional e das atividades econômicas no Ceará é uma das mais concentradas no Brasil. A consequência mais contundente dessa concentração na RMF foi a grande pressão por investimentos públicos no espaço metropolitano, em apenas uma região, atraindo uma grande parcela da população rural que chegou à RMF sem condições mínimas de habitação digna na área urbana (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999). O governo estadual passou a formular políticas que revertessem esse quadro e desenvolveu, a partir de 1995, um programa de atração de indústrias com um sistema de incentivos que priorizasse as indústrias interessadas em se instalar no interior do estado, fora da RMF (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999).

Até a década de 1990, a RMF preservou a estrutura industrial montada através dos incentivos do sistema 34/18 FINOR, com a predominância dos setores industriais mais tradicionais. A partir de então, especialmente a partir de 1995, a RMF passa por uma reestruturação na qual outros segmentos passam a ganhar alguma importância, especialmente a indústria metal-mecânica (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

A liberalização da economia nacional e a redução de investimentos do governo federal na década de 1990 estimularam os governos regionais a se empenharem em competição pelo capital privado através de mecanismos fiscais.

O Ceará conseguiu se beneficiar de maneira destacada do deslocamento de empresas²³ da indústria têxtil e calçadista de São Paulo e do Rio Grande do Sul para o Nordeste em busca dos incentivos fiscais e salários mais baixos (BAER, 2002; ALMEIDA, 2008).

Segundo Lemos e Ferreira (2001), Bahia e Ceará foram os dois estados nordestinos que mais se beneficiaram da desconcentração industrial a partir do Sudeste. No entanto, os investimentos na Bahia se deram de forma relativamente equilibrada entre o interior e a região metropolitana, enquanto que no Ceará a RMF concentra virtualmente a totalidade da produção industrial do estado.

Em 2003 foi elaborado um plano de desenvolvimento para fortalecer ainda mais os objetivos de “interiorização” das atividades econômicas, com destaque para a atividade industrial, em que núcleos urbanos além da RMF teriam pontuação elevada nas concessões fiscais. De maneira geral, segundo Pereira Júnior (2015), os planos de desconcentração não atingiram seus objetivos²⁴, tendo como exceção a indústria calçadista agindo de forma mais desconcentrada em consequência da procura por mão de obra barata. A indústria têxtil, a mais representativa da indústria tradicional, manteve sua configuração quase que inalterada.

Apesar da dificuldade em desconcentrar a atividade econômica além da RMF através das concessões fiscais, houve o deslocamento das atividades produtivas para os municípios do entorno da capital. A desconcentração ocorrida em direção aos municípios metropolitanos de Maracanaú e Horizonte chama a atenção (PEREIRA JÚNIOR, 2015). Além dos antigos estabelecimentos incentivados através do sistema 34/18 FINOR, foram para esses municípios as maiores unidades industriais, como a fábrica de calçados da Vulcabrás/Azaleia em Horizonte, que emprega diretamente mais de 14 mil trabalhadores. As várias

²³ Parte dessas empresas são definidas como “footloose” (livre para ir a onde quiser) pela liberdade de localização através da terceirização, subcontratação de serviços e redução do valor imobilizado em capital fixo num contexto de redução dos custos com transportes e telecomunicação (ALMEIDA, 2008).

²⁴ Fortaleza continua a receber grande parte dos empreendimentos, mesmo sem vantagens fiscais.

fábricas têxteis e do segmento metal-mecânico foram preferencialmente para os distritos industriais instalados em Maracanaú.

Em 2012, os municípios de Maracanaú e Horizonte detinham 25,3% do total de empregos formais na indústria, enquanto que Fortaleza concentrava ainda 50,3% de todo o estoque de empregos formais da região metropolitana. Houve redução no crescimento do emprego industrial na capital e aumento nesses municípios metropolitanos (PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Apesar do dinamismo industrial recente, Fortaleza manteve sua característica terciário-comercial, apresentando a composição setorial do emprego com larga predominância no setor terciário. Fortaleza concentra uma proporção de empregos no setor secundário superior àquelas observadas em Recife e Salvador, mas quando se observa os demais municípios da RMF, as proporções são próximas àquelas dos outros dois espaços metropolitanos (IPEA/UNICAMP/IBGE, 1999). A RMF conseguiu também atrair muitos empreendimentos na área de turismo, transformando-a num vetor dinamizador de sua economia (LEMOS e FERREIRA, 2001).

A despeito dos elementos em comum em relação às demais RMs estudadas, como os ganhos aglomerativos com a concentração da atividade econômica, a Região Metropolitana de Fortaleza possui características singulares. Dentre elas, a industrialização incentivada em um momento posterior; a maior concentração de setores da indústria tradicional como os de alimentos, têxtil e de calçados; e o peso maior da atividade industrial em seu polo metropolitano.

2.2 – Transição demográfica e migração no contexto do Nordeste e das RMs

Esta seção procura caracterizar o curso da transição demográfica no contexto das RMs em estudo. São discutidos os principais elementos da transição demográfica no Brasil e, em seguida, contextualizadas as mudanças

demográficas nas regiões metropolitanas nesse processo. Por fim, são investigadas também as principais mudanças na composição das populações das regiões metropolitanas, mudanças essas que são relacionadas ao o fenômeno migratório.

2.2.1 – Transição demográfica: conceituação e referências para o Brasil

O processo de transição demográfica em uma sociedade permite a análise das principais mudanças na mortalidade, fecundidade e, conseqüentemente, na estrutura etária da população. As mudanças observadas no processo apontam para transições na fecundidade e mortalidade em diferentes fases²⁵, através de variações nesses componentes da dinâmica demográfica, de taxas elevadas para taxas sensivelmente menores. Considerando a transição demográfica em uma perspectiva histórica, para grupos de países em diferentes níveis de desenvolvimento, observa-se, de maneira geral, que o declínio da mortalidade precede a redução da fecundidade (LEE, 2003).

Para Carvalho e Wong (2008), o Brasil experimentou uma redução sensível na mortalidade entre os anos 1940 e 1960, produzindo uma população jovem e com taxas elevadas de crescimento. A transição da fecundidade no país tem seu início na década de 1960 nas regiões mais desenvolvidas, generalizando-se rapidamente em seu território no final dessa década. As conseqüências dessas transições já bem estabelecidas – de mortalidade e fecundidade – operam nas

²⁵ De acordo com Lee (2003), na primeira fase da transição, as taxas de mortalidade e fecundidade são elevadas; a mortalidade cai, enquanto a fecundidade permanece alta, o que provoca a aceleração do crescimento populacional. Na segunda fase, a fecundidade inicia seu declínio levando a uma redução no ritmo de crescimento da população, que permanece ainda bastante jovem. A terceira fase é marcada pelo envelhecimento da população, decorrente da redução na fecundidade e do aumento na esperança de vida ao nascer; o crescimento populacional reduz sensivelmente e se aproxima de zero. Como resultado de toda a transição, há mudanças significativas na estrutura etária da população (sensivelmente mais envelhecida) e taxas de mortalidade e fecundidade em níveis muito baixos.

mudanças profundas observadas na estrutura etária e do ritmo de crescimento da população brasileira (CARVALHO e WONG, 2008).

A razão de dependência – RD²⁶ – expressa o grau de dependência de uma população, de maneira que menores razões implicam situação demográfica favorável para as demandas socioeconômicas para uma sociedade. A RD pode ser obtida de forma desagregada pelos seus componentes em razão de dependência dos mais jovens – RDJ – e razão de dependência dos idosos – RDI – de maneira que a primeira contabiliza em seu numerador o grupo etário mais novo, ao passo que a segunda, o mais velho. Para Lee (2003), ao final do processo de transição demográfica a RD volta aos níveis pré-transição demográfica, mas a RDJ será mais baixa e a RDI será mais alta que antes, caracterizando o processo de envelhecimento populacional.

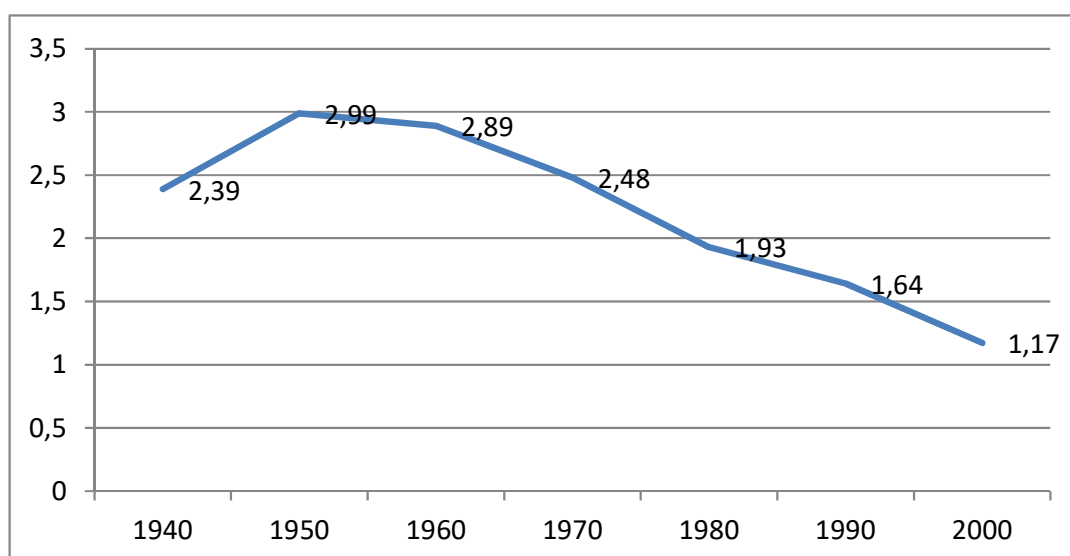
A segunda fase da transição demográfica no Brasil teria tido seu início com a queda sensível da mortalidade entre as décadas de 1940 e 1960 e a manutenção dos níveis de fecundidade, produzindo aceleração na taxa de crescimento populacional²⁷, conforme pode ser observado no Gráfico 2.1. Segundo Carvalho (2001), quando a fecundidade declinou nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, ela o fez a partir de um nível muito alto – com ou sem políticas explícitas de controle de natalidade ou planejamento familiar – e num ritmo nunca antes observado nos países desenvolvidos, quando estes iniciaram o processo de redução da fecundidade.

²⁶ Definida através dos três grandes grupos etários: menos de 15 anos; 15 a 64 anos e 65 anos e mais. Trata-se do quociente entre a soma dos dois grupos extremos – o grupo mais novo e o mais velho – pelo grupo intermediário, teoricamente em idade economicamente produtiva. Pode ser estimada por $RD = \frac{(P_{0-14} + P_{65+})}{P_{15-64}} * 100$.

²⁷ Taxa anualizada de crescimento pode ser definida como $r^* = \frac{\ln\left(\frac{N(T)}{N(0)}\right)}{T}$ em que r* expressa o crescimento para um intervalo de tempo discreto T como um conjunto de taxas instantâneas prevalecentes no período; N(T) é a população no final do período e N(0), no início (PRESTON *et al*, 2001).

Segundo Carvalho e Wong (2008), a transição da mortalidade e a da fecundidade – forças motoras da transição demográfica brasileira – encontram-se em estágio avançado no Brasil, sendo improvável a reversão de suas tendências. As mudanças apontam para a sensível modificação da estrutura etária e rápido declínio do crescimento populacional como consequências dessas transições. Como pode ser visto no Gráfico 2.1, a taxa média geométrica de crescimento anual para o Brasil chega a 2,99% na década de 1950 e vai reduzindo até chegar a 1,17% na década de 2000, refletindo a transição em curso e suas implicações para o envelhecimento populacional. De acordo com Carvalho e Wong (2008), as mudanças na estrutura por idade alteram as relações intergeracionais, o que pode ser visto pelas transformações nos três grandes grupos etários (menos de 15 anos; 15 a 64 anos e 65 anos e mais), de maneira que as mudanças mais acentuadas ocorrem nos grupos extremos: “os menores de 15 anos perderam representatividade, desde os anos 70; os maiores de 65 anos apresentarão peso relativo crescente durante toda a primeira metade deste século” (CARVALHO e WONG, 2008; p. 600).

Gráfico 2.1 - Taxa média geométrica de crescimento anual no Brasil – 1940/2010



Fonte: IBGE (2013)

Com a redução rápida da fecundidade e do ritmo de crescimento populacional no país, as migrações adquirem relevância para a compreensão das tendências de distribuição espacial da população (RIGOTTI *et al*, 2015). As migrações, nesse sentido, ganham força na definição do tamanho, composição e estrutura etária das populações tanto na origem quanto no destino do deslocamento, refletindo a tendência de concentração urbana e metropolitana da população. Segundo os autores:

O conseqüente processo de envelhecimento tende a diminuir, ao menos relativamente, a participação da população nas idades nas quais as migrações são mais frequentes – jovens adultos. Ao mesmo tempo, a redução do número de filhos também colabora para a redução do número de pessoas que empreendem uma migração familiar. Estas alterações na dinâmica populacional precisam ser bem contextualizadas no processo de transição demográfica, uma vez que a participação da população em idade ativa ainda cresce no Brasil – em termos absolutos e relativos (RIGOTTI *et al*, 2015, p. 32).

A despeito da rápida convergência nas taxas de fecundidade, e em menor grau de mortalidade, disparidades regionais ainda persistem, contribuindo de forma distinta para o processo de reorganização espacial da população. Neste sentido, é importante analisar se as RMs objeto deste estudo acompanharam o processo de transição demográfica verificado no país e quais as repercussões na relevância das migrações para as regiões metropolitanas. Na próxima seção, busca-se lançar luz sobre essas questões e discutir a influência do processo de transição demográfica sobre as populações e as migrações das três RMs nordestinas em estudo.

2.2.2 – As Regiões Metropolitanas no contexto da transição demográfica brasileira – cenário para as migrações

A transição demográfica no Brasil encontra-se atualmente em seu terceiro estágio, com a redução marcante da mortalidade e fecundidade e o recrudescimento do envelhecimento da população. A partir desse contexto, buscam-se apontamentos sobre se as regiões estudadas – as três maiores RMs nordestinas – também acompanham esta tendência nacional. Para tanto, será feita, uma breve caracterização do processo da transição demográfica no contexto das RMs, em especial a partir da comparação com a tendência geral observada na dinâmica para o Brasil.

Para Lyra e Vasconcelos (2015), a fecundidade é a componente demográfica mais decisiva na transição demográfica. A rápida queda nos níveis de fecundidade e sua tendência de convergência regional caracterizam o fenômeno demográfico mais relevante das últimas décadas. Myrrha (2009) destaca que o efeito puro do declínio da fecundidade tem um impacto maior que aquele da mortalidade na estrutura etária da população brasileira e que os ganhos da mortalidade vêm se concentrando nas idades mais avançadas, reforçando o efeito de envelhecimento populacional.

A fecundidade vem declinando no Brasil desde a década de 1960, quando o Censo de 1970 apontou uma taxa de fecundidade total²⁸ – TFT – de 5,8 filhos, numa trajetória declinante até 2,3 e 1,9 filhos indicados nos Censos de 2000 e 2010, respectivamente. A redução da fecundidade foi o principal fator de redução na taxa de crescimento da população brasileira (IBGE, 2012), refletindo a introdução de novos métodos anticoncepcionais, em meados da década de 1960 (IBGE, 2004). As regiões Norte e Nordeste apresentaram historicamente a maior fecundidade entre as grandes regiões brasileiras²⁹. Talvez por essa razão tenham exibido, entre 2000 e 2010, as maiores quedas na TFT, de 23,4% e 21,8%, respectivamente (IBGE, 2012).

²⁸ Segundo Preston et al (2001), a TFT é o indicador único mais importante de fecundidade. Corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria se sobrevivesse ao final do período reprodutivo e tivesse experimentado cada conjunto de taxas específicas de fecundidade desse período.

²⁹ O Censo de 1970 indica valores da TFT de 8,2 e 7,5 filhos para as regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

A tendência a menores níveis da TFT também se manifestou nas RMs estudadas. A Tabela 2.1, que apresenta os principais indicadores demográficos recentes para a RMR, indica que o ritmo de redução da TFT na década de 2000 foi semelhante ao observado no Brasil – cerca de 20%. A partir da tabela, percebe-se que os municípios da RMR, de forma geral, inserem-se na tendência nacional, exibindo uma TFT próxima ao nível de reposição em 2010, sendo que a menor taxa é a do polo metropolitano: Recife atinge em 2010 com uma TFT de 1,35 filhos por mulher. Lyra e Vasconcelos (2015) consideram que as tendências na fecundidade da RMR têm como fatores recentes o processo de urbanização e a entrada da mulher no mercado de trabalho. A menor taxa em Recife deve-se “às condições socioeconômicas mais elevadas e a um processo de transição demográfica mais antigo” (LYRA e VASCONCELOS, 2015, p. 74).

Tabela 2.1 – Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer. Região Metropolitana de Recife e seus municípios, Pernambuco e Brasil – 2000 e 2010

RM Recife e Municípios, Pernambuco e Brasil	Taxa de Fecundidade Total			Taxa de mortalidade infantil			Esperança de vida ao nascer		
	2000	2010	Variação 2000- 2010	2000	2010	Variação 2000- 2010	2000	2010	Variação 2000- 2010
Abreu e Lima	2,15	1,67	-22,3%	45,6	20,1	-56,0%	67,9	72,5	6,8%
Araçoiaba	3,13	2,63	-16,0%	51,3	24,4	-52,5%	66,5	70,9	6,6%
Cabo de Santo Agostinho	2,39	1,74	-27,2%	41,0	17,2	-58,0%	69,0	73,7	6,8%
Camaragibe	2,18	1,56	-28,4%	34,8	18,1	-48,0%	70,7	73,3	3,7%
Igarassu	2,52	1,84	-27,0%	45,6	21,7	-52,4%	67,9	71,8	5,9%
Ilha de Itamaracá	2,77	2,36	-14,8%	34,81	17,4	-50,0%	70,7	73,6	4,1%
Ipojuca	2,71	2,53	-6,6%	46,1	22,8	-50,6%	67,7	71,4	5,5%
Itapissuma	3,25	2,26	-30,5%	45,6	24,4	-46,5%	67,9	70,9	4,4%
Jaboatão dos Guararapes	2,09	1,81	-13,4%	27,5	15,95	-42,0%	72,8	74,8	2,8%
Moreno	2,37	1,78	-24,9%	45,7	18,1	-60,4%	67,8	73,3	8,0%
Olinda	1,85	1,66	-10,3%	29,1	14,79	-49,1%	72,3	75,2	3,9%
Paulista	2,04	1,73	-15,2%	27,5	15	-45,4%	72,8	74,8	2,7%
Recife	1,81	1,35	-25,4%	29,8	15,56	-47,8%	68,6	74,5	8,6%
São Lourenço da Mata	2,58	1,88	-27,1%	46,1	19,8	-57,1%	67,7	72,6	7,2%
RM Recife	2,1	1,69	-19,5%	38,4	17,3	-54,9%	69,26	73,79	6,5%
Pernambuco	2,48	1,92	-22,6%	47,31	20,43	-56,8%	67,32	72,32	7,4%
Brasil	2,37	1,89	-20,3%	30,57	16,7	-45,4%	68,61	73,94	7,8%

Fonte: estimado por PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA (2013), a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

As tabelas 2.2 e 2.3 apresentam, respectivamente, os indicadores de fecundidade e mortalidade para as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e de Salvador, nos anos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Todos os municípios na RMS apresentaram redução na TFT, que se encontra abaixo do nível de reposição na maior parte deles em 2010. A capital apresenta o menor valor do estado: 1,53 filhos. Na RMF, a TFT reduziu de 2,38 para 1,91 filhos,

embora a maioria dos municípios tenha exibido a taxa um pouco acima do nível de reposição.

Embora Fortaleza e Salvador ainda apresentassem TFT mais elevadas que as de Recife em 2010, a redução foi maior nas duas primeiras entre 2000 e 2010, reforçando o argumento de Carvalho e Wong (2008) de convergência mais rápida para os locais com níveis iniciais mais altos. De maneira geral, a tendência da fecundidade nas três RMs acompanha o declínio da TFT nacional. Seus valores encontram-se abaixo do observado em seus próprios estados e os polos metropolitanos possuem as menores taxas.

Tabela 2.2 – Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer. Região Metropolitana de Fortaleza e seus municípios, Ceará e Brasil – 2000 e 2010.

RM Fortaleza e Municípios, Ceará e Brasil	Taxa de Fecundidade Total			Taxa de mortalidade infantil			Esperança de vida ao nascer		
	2000	2010	Variação 2000-2010	2000	2010	Variação 2000-2010	2000	2010	Variação 2000-2010
Aquiraz (CE)	3,04	2,11	-30,6%	41,94	20,2	-51,8%	67,48	72,27	7,1%
Cascavel (CE)	2,32	1,82	-21,6%	36,19	19,5	-46,1%	69,11	72,57	5,0%
Caucaia (CE)	3,02	2,01	-33,4%	30,5	17,57	-42,4%	70,83	73,48	3,7%
Chorozinho (CE)	3,54	2,13	-39,8%	52	27,9	-46,3%	64,88	69,53	7,2%
Eusébio (CE)	3,47	2,06	-40,6%	41,94	19,2	-54,2%	67,48	72,66	7,7%
Fortaleza (CE)	2,16	1,62	-25,0%	34,57	15,76	-54,4%	69,63	74,41	6,9%
Guaiúba (CE)	3,24	2,13	-34,3%	38,23	23,4	-38,8%	68,52	71,05	3,7%
Horizonte (CE)	3	1,94	-35,3%	42,21	20,1	-52,4%	67,41	72,3	7,3%
Itaitinga (CE)	2,98	1,86	-37,6%	41,94	23,4	-44,2%	67,48	71,05	5,3%
Maracanaú (CE)	2,62	1,81	-30,9%	31,29	20,2	-35,4%	70,59	72,27	2,4%
Maranguape (CE)	2,76	2,03	-26,4%	35,99	20,2	-43,9%	69,16	72,27	4,5%
Pacajus (CE)	2,45	1,96	-20,0%	42,21	20,1	-52,4%	67,41	72,3	7,3%
Pacatuba (CE)	3,11	1,93	-37,9%	34,53	21,6	-37,4%	69,59	71,75	3,1%
Pindoretama (CE)	3,21	2,19	-31,8%	46,66	25,7	-44,9%	66,22	70,25	6,1%
São Gonçalo do Amarante (CE)	2,53	2,22	-12,3%	50,06	22,3	-55,5%	65,36	71,47	9,3%
RM Fortaleza	2,38	1,91	-19,7%	33	16,78	-49,2%	69,55	73,86	6,2%
Ceará	2,84	1,99	-29,9%	41,43	19,29	-53,4%	67,77	72,6	7,1%
Brasil	2,37	1,89	-20,3%	30,57	16,7	-45,4%	68,61	73,94	7,8%

Fonte: estimado por PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA (2013), a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A taxa de mortalidade infantil³⁰ – TMI – e a esperança de vida ao nascer³¹ são parâmetros estreitamente relacionados³² e frequentemente utilizados como indicadores das condições de mortalidade de um determinado contexto. A TMI no Brasil declinou em 45,4% entre 2000 e 2010, e para a Região Nordeste esse valor foi de 58,6% – a maior redução no país (IBGE, 2012). Os principais fatores que atuaram nessa queda histórica da TMI são ligados a políticas públicas em medicina preventiva, saneamento básico, programas de saúde materno-infantil e campanhas de vacinação; soma-se a esses elementos a política de aumento do salário mínimo e de ampliação dos programas de transferência de renda (IBGE, 2012).

Uma referência na análise da TMI para as regiões metropolitanas estudadas consiste na classificação da Organização Mundial de Saúde – OMS – que define como altas as taxas acima de 50 mortes ou mais por mil nascidos vivos; médias as taxas entre 20 e 49 mortes e baixas aquelas menores de 20 mortes por mil nascidos vivos (IBGE, 2000). De maneira geral, as tabelas 2.1, 2.2 e 2.3 mostram que para as três RMs a TMI converge ao nível nacional em 2010, tendo passado por uma redução maior de seus valores entre os Censos de 2000 e 2010.

Para a RMR, a maioria dos municípios possui mortalidade infantil baixa, à exceção de Araçoiaba e Itapissuma – municípios com características rurais marcantes na RM. No caso da RMS, chama a atenção que todos os seus municípios exibem mortalidade baixa. Na RMF, a maior parte de seus municípios se encontra no nível médio de mortalidade infantil, à exceção de Cascavel, Caucaia e Fortaleza, que se encontram no nível baixo e são municípios que possuem dinâmica econômica mais forte, vinculada ao setor industrial. As diferenças entre os níveis da TMI no interior de cada RM sugerem a resistência

³⁰ A TMI mede o número de óbitos por mil nascidos vivos e corresponde ao risco de que um nascido vivo venha a falecer antes de completar um ano de idade, tendo implícito neste conceito a ideia de probabilidade (CARVALHO et al, 1998).

³¹ Pode ser obtida através de uma tabela de sobrevivência por uma coorte hipotética, a partir da experiência de mortalidade vivida por uma população real, seguindo até que o último indivíduo morra (CARVALHO et al, 1998).

³² São estimados a partir da mesma tábua de mortalidade e têm a vantagem de não serem influenciados pela estrutura etária da população.

de fatores sociais e ambientais negativos que impediram o sucesso de maneira mais homogênea em todo o território metropolitano (LYRA e VASCONCELOS, 2015).

A forte redução da TMI observada nas regiões metropolitanas em estudo entre os Censos de 2000 e 2010 repercute diretamente no aumento da esperança de vida ao nascer, outro indicador que reflete bem as condições socioeconômicas de uma população. Através das tabelas 2.1, 2.2 e 2.3, verifica-se que as três RMs seguem de perto a tendência nacional entre 2000 e 2010. Em 2010, todos os municípios apresentaram uma esperança de vida ao nascer acima de 70 anos; à exceção de Chorozinho na RMF (69,5 anos), município mais ligado a atividades rurais de agricultura de sequeiro (BOMTEMPO, 2015) e que possuía a maior TMI de sua RM em 2010.

Tabela 2.3 – Taxa de fecundidade total, taxa de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer. Região Metropolitana de Salvador e seus municípios, Bahia e Brasil – 2000 e 2010.

RMSalvador e Municípios, Bahia e Brasil	Taxa de Fecundidade Total			Taxa de mortalidade infantil			Esperança de vida ao nascer		
	2000	2010	Variação 2000-2010	2000	2010	Variação 2000-2010	2000	2010	Variação 2000-2010
Camaçari (BA)	2,23	1,91	-14,3%	34,32	17,37	-49,4%	67,45	72,9	8,1%
Candeias (BA)	2,23	1,85	-17,0%	38,73	15,8	-59,2%	66,06	74,39	12,6%
Dias D'Ávila (BA)	2,33	2,13	-8,6%	32,83	17,5	-46,7%	67,93	73,66	8,4%
Itaparica (BA)	2,76	1,79	-35,1%	37,84	15,4	-59,3%	66,34	74,56	12,4%
Lauro de Freitas (BA)	2,69	1,84	-31,6%	31,19	15,13	-51,5%	68,49	74,61	8,9%
Madre de Deus (BA)	2,2	1,83	-16,8%	34,32	20	-41,7%	67,45	72,64	7,7%
Mata de São João (BA)	2,38	1,97	-17,2%	38,51	16,5	-57,2%	66,13	74,09	12,0%
Pojuca (BA)	2,38	2,03	-14,7%	39,61	16,4	-58,6%	65,79	74,14	12,7%
Salvador (BA)	1,69	1,53	-9,5%	36,35	14,92	-59,0%	69,64	75,1	7,8%
São Francisco do Conde (BA)	2,51	2,2	-12,4%	37,84	17,4	-54,0%	66,34	73,71	11,1%
São Sebastião do Passé (BA)	2,38	1,81	-23,9%	42,13	17,4	-58,7%	65,05	73,69	13,3%
Simões Filho (BA)	2,2	1,84	-16,4%	36,91	17,3	-53,1%	66,62	73,75	10,7%
Vera Cruz (BA)	2,74	2,43	-11,3%	37,84	16,7	-55,9%	66,34	74,02	11,6%
RM Salvador	1,9	1,68	-11,6%	39,8	16,2	-59,3%	69,58	74,45	7,0%
Bahia	2,5	2,05	-18,0%	41,81	21,73	-48,0%	65,8	71,97	9,4%
Brasil	2,37	1,89	-20,3%	30,57	16,7	-45,4%	68,61	73,94	7,8%

Fonte: estimado por PNUD/Fundação João Pinheiro/IPEA (2013), a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os principais indicadores de fecundidade e mortalidade considerados nas tabelas 2.1 a 2.3 deixam claro que essas componentes demográficas nas RMs não apenas acompanham a tendência de queda observada no contexto nacional, mas também, em alguns casos, apresentam uma redução ainda maior. Esta é a situação da RMS, que em 2010 exibia a TFT e a TMI menores e a esperança de vida maior que as brasileiras; ou da RMR que apresentou a TFT menor que a nacional. No caso da RMF, os indicadores seguem os nacionais com muita proximidade.

O primeiro aspecto relevante das consequências da transição demográfica para as RMs em estudo encontra-se na redução de suas taxas de crescimento populacional. De maneira próxima ao ocorrido nacionalmente (observado no Gráfico 2.1), a análise dos últimos censos demográficos³³ indica a redução no crescimento anualizado nas três regiões metropolitanas entre as décadas estudadas: de 2,43% na década de 1990 para 1,68% na década de 2000 na RMF; de 1,5% a 1,01% no caso da RMR; e de 2,1% a 1,36% na RMS. A redução da fecundidade a níveis sensivelmente inferiores ao de reposição para a RMR e RMS e um pouco abaixo para a RMF provavelmente desempenhou um papel relevante na redução do crescimento vegetativo da população nessas áreas, de forma similar ao observado para o país.

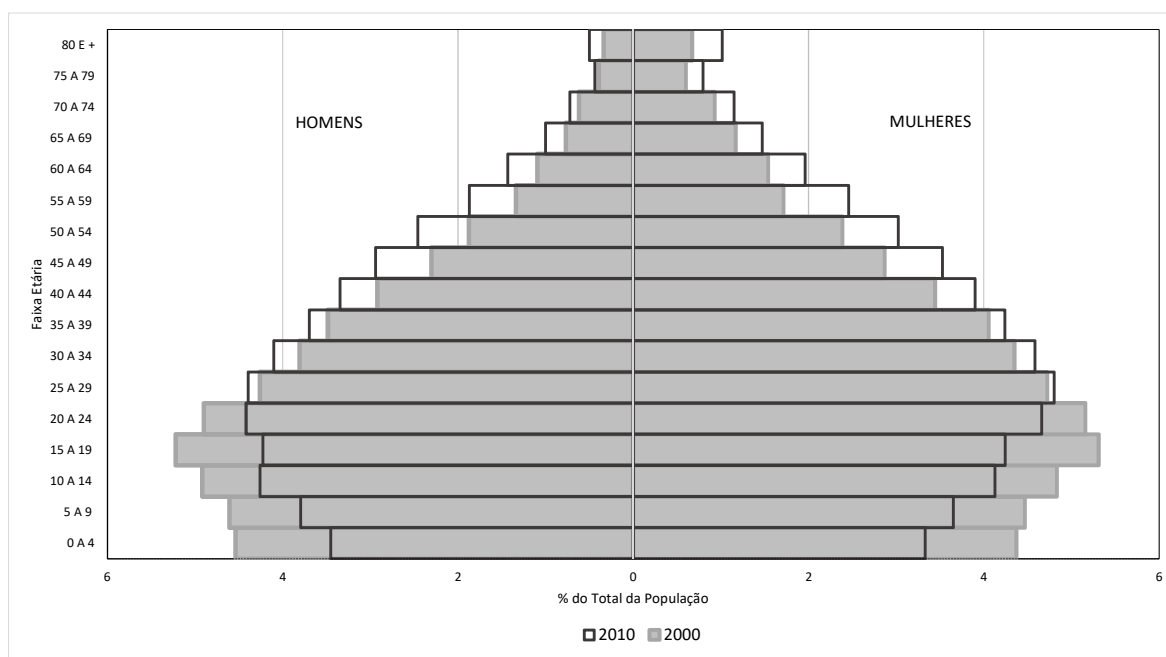
O processo de transição demográfica, no entanto, não atuou apenas sobre o crescimento populacional das RMs nordestinas. A redução consistente da fecundidade, por exemplo, teve forte efeito sobre a estrutura etária da população brasileira (MYRRHA, 2009) e possivelmente também sobre o perfil etário das RMs, uma vez que este perfil etário reflete o resultado acumulado de tendências passadas de mortalidade, fecundidade e migração (WONG, 2004).

Na medida em que as RMs nordestinas em análise seguem de maneira próxima o processo de transição demográfica observado no país, devemos esperar reflexos desse processo em sua composição populacional. As pirâmides

³³ O crescimento anualizado entre as décadas foi estimado a partir das populações nas regiões metropolitanas obtidas através dos microdados dos censos de 1991, 2000 e 2010.

da população³⁴ constituem um instrumento valioso para a análise da composição de uma população. Os gráficos 2.2, 2.3 e 2.4 apresentam as pirâmides para a RMR, RMF e RMS, respectivamente. Segundo Wong (2004), a área de cada barra é determinada pela combinação do efetivo de nascimentos de uma geração ou coorte, o peso da mortalidade e a importância das migrações.

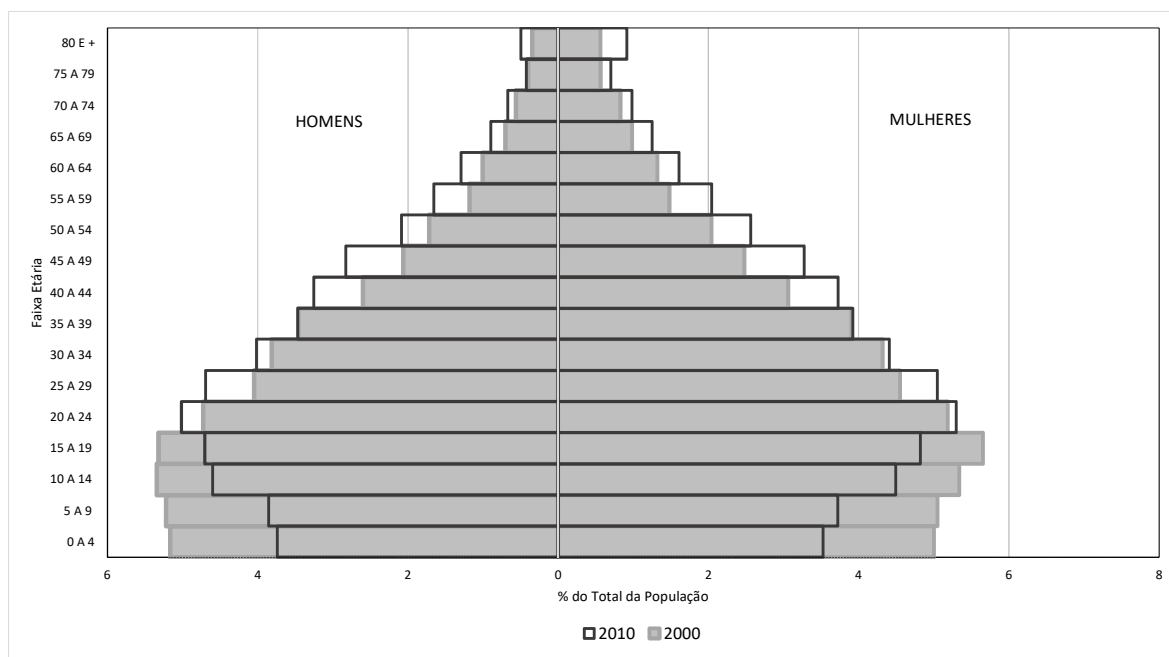
Gráfico 2.2 - Pirâmide etária da Região Metropolitana do Recife, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

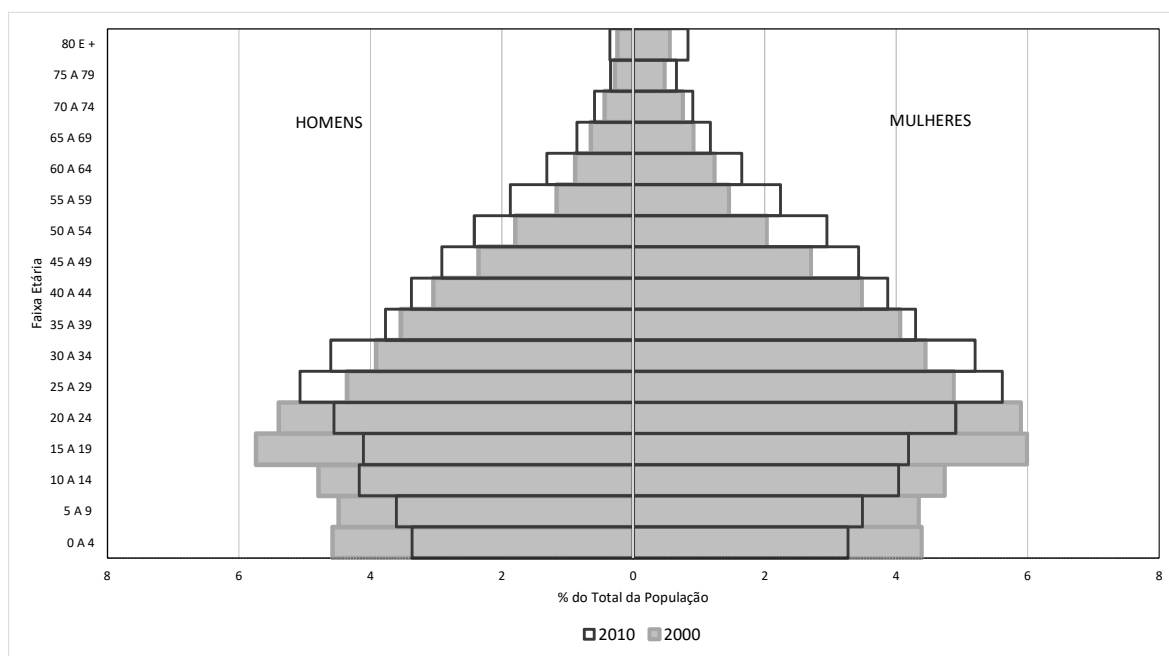
³⁴ Gráficos de duplo histograma horizontal ou barras, por sexo e idade nos quais a população mais nova se encontra na base e que possuem configuração de pirâmide para a maioria das populações (WONG, 2004).

Gráfico 2.3 - Pirâmide etária da Região Metropolitana de Fortaleza, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico 2.4 - Pirâmide etária da Região Metropolitana de Salvador, 2000 e 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A comparação entre a estrutura das populações nos anos de 2000 e 2010, observada nos gráficos de pirâmides, indica que mudanças intensas vêm ocorrendo nas RMs num período relativamente curto. Talvez o fenômeno de maior destaque seja o recrudescimento do estreitamento das bases, reforçando o comportamento que torna convexa a parte inferior das pirâmides. Trata-se da redução da fecundidade refletindo-se na queda da natalidade através da redução do grupo etário de 0 a 4 anos, que se torna menor que o grupo seguinte. Para a RMF, a redução desse grupo etário foi de 10,1% do total da população em 2000 para 7,2% em 2010, enquanto que a RMR e RMS apresentam números parecidos, com uma redução de valores em torno de 8,9% para 6,6%.

Myrrha (2009) encontrou resultados que indicam que os ganhos de mortalidade no Brasil vêm se concentrando nas idades mais avançadas. O aumento da esperança de vida nas três regiões metropolitanas encontra-se associado às barras mais largas no ápice das pirâmides etárias para os grupos mais velhos, quando comparamos as pirâmides de 2000 e 2010, produzindo o efeito do aumento de representatividade das pessoas com mais idade na população. A queda na mortalidade associada ao aumento da esperança de vida e também a redução na fecundidade produziram repercussões na estrutura etária caracterizando o envelhecimento da população metropolitana em análise.

Para os jovens e adultos em idade produtiva percebe-se, de maneira geral, um alargamento dos grupos etários nas pirâmides entre os anos de 2000 e o de 2010. Este fenômeno pode ser também associado à imigração nas regiões metropolitanas, pois as RMs são áreas de atração populacional no contexto regional. Ademais, com a queda da fecundidade e mortalidade, a migração ganha importância relativa na definição da composição e no total da população. Segundo Lyra e Vasconcelos (2015), ao analisar a composição da população da RMR na década de 2000:

Os movimentos migratórios influenciam a distribuição etária da população, pela concentração dos imigrantes nas faixas dos adultos jovens e adultos, em especial naquelas faixas etárias produtivas, na população urbana feminina e na população rural masculina (LYRA e VASCONCELOS, 2015, p. 103).

Ao considerarem a diversidade interna da RMR, Lyra e Vasconcelos (2015) destacam que todos os municípios se caracterizam pela redução na fecundidade e mortalidade (mesmo que em diferentes níveis), mas a migração constitui a componente que impõe as maiores distinções no comportamento da dinâmica populacional dos municípios, especialmente pela atração que grandes investimentos que combinaram capital público e privado exerceram recentemente na RMR.

Além das pirâmides por grupos quinquenais, podemos considerar a população das RMs em grandes grupos etários, de acordo com a idade economicamente ativa. Essa divisão permite a observação de elementos importantes na compreensão da dinâmica demográfica das populações estudadas e, segundo Wong (2004), possibilita também a apreciação das inter-relações socioeconômicas entre esses grupos, na medida em que o grupo em idade economicamente ativa teoricamente sustenta os menores de 15 anos e os maiores de 65 anos. A Tabela 2.4 mostra a divisão da população nos grandes grupos de crianças e jovens, idade economicamente ativa e idosos para as RMs, suas respectivas UFs e para o Brasil.

Tabela 2.4 – Distribuição relativa da população segundo grandes grupos etários as Regiões Metropolitanas, suas UFs e Brasil – 2000 e 2010

RM e UF	Grupo etário	2000		2010	
		População	%	População	%
RMF	0 a 14	951.278	31,1%	865.166	23,9%
	15 a 64	1.954.260	63,9%	2.521.506	69,7%
	65 ou +	151.231	4,9%	229.095	6,3%
Ceará	0 a 14	2.492.916	33,5%	2.188.542	25,9%
	15 a 64	4.480.309	60,3%	5.621.104	66,5%
	65 ou +	458.373	6,2%	642.735	7,6%
RMR	0 a 14	925.878	27,7%	834.835	22,6%
	15 a 64	2.228.373	66,8%	2.594.071	70,3%
	65 ou +	183.314	5,5%	261.641	7,1%
Pernambuco	0 a 14	2.469.186	31,1%	2.257.875	25,7%
	15 a 64	4.973.299	62,7%	5.889.481	67,0%
	65 ou +	486.669	6,1%	649.091	7,4%
RMS	0 a 14	852.708	27,3%	783.608	21,9%
	15 a 64	2.133.012	68,4%	2.585.782	72,4%
	65 ou +	134.583	4,3%	204.583	5,7%
Bahia	0 a 14	4.191.794	32,0%	3.592.358	25,6%
	15 a 64	8.142.600	62,2%	9.410.240	67,1%
	65 ou +	751.374	5,7%	1.014.308	7,2%
Brasil	0 a 14	50.266.122	29,6%	45.932.294	24,1%
	15 a 64	109.597.948	64,5%	130.742.028	68,5%
	65 ou +	9.935.100	5,9%	14.081.477	7,4%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Através da Tabela 2.4, observa-se que a proporção da população entre 15 e 64 anos das RMs é sempre maior que a de suas respectivas UFs, tanto para o ano de 2000 quanto para 2010. De acordo com Wong (2004), a tendência de aumento da população em idade ativa é decorrente, em parte, dos regimes passados de alta fecundidade. Desta maneira, podemos considerar que se as RMs possuem fecundidades passadas inferiores àquelas de suas UFs (como foi visto antes, nesta seção) e apresentam a população em idade ativa superior, há possivelmente uma ligação com o fenômeno migratório como parte da explicação. Na comparação com o observado no Brasil, a Tabela 2.4 exhibe que, à exceção da RMF em 2000, as proporções da população em idade ativa nas regiões metropolitanas são superiores aos níveis nacionais. A Tabela 2.4 indica ainda que os grupos de idosos das UFs são maiores que aqueles das RMs, a despeito da fecundidade inferior das últimas.

A análise dos grandes grupos etários pode ser feita também na relação entre eles e sua variação no tempo. A Tabela 2.5 apresenta as RDs desagregadas por RDJ e RDI para as RMs nordestinas em foco, suas respectivas UFs e o Brasil. É possível observar através dessa tabela que as RDs para as RMs possuem valores inferiores àqueles observados para suas respectivas UFs, num indicativo de menor dependência econômica e maior possibilidade produtiva, uma situação demograficamente mais favorável, portanto. Outro ponto relevante é a redução sensível da RDJ e aumento na RDI em consequência das variações nas populações mais novas e de idosos, de acordo com o esperado pelos indicativos do processo de envelhecimento das populações nas RMs.

A Tabela 2.5 permite também a comparação entre as RMs. Podemos destacar que a RMF exibiu a maior redução na RD entre as duas décadas e a RMS apresentou as menores RDs nos dois períodos e também as maiores diferenças em comparação com a sua UF. A Tabela 2.4 exhibe para a RMF as maiores proporções dos grupos etários mais jovens em 2000, ponto que possivelmente está ligado à maior redução em sua RD. O exame dos gráficos de pirâmide da população indica que o Gráfico 2.4, referente à RMS, possui as bases mais estreitas nos dois períodos quando comparados aos demais gráficos. Este pode ser o indicativo que a RMS encontra-se um pouco mais adiantada em seu processo de transição demográfica e possui RDs menores.

Wong (2004) prevê RDs mínimas para o Brasil entre 2010 e 2020, uma vez que a grande população jovem em períodos anteriores continua a engrossar a população ativa, constituindo um ponto ótimo na perspectiva demográfica e econômica, de pouca dependência. Neste sentido, e se as RMs irão continuar a exibir indicadores demográficos próximos aos nacionais, podemos ainda esperar redução nas RDs dessas RMs nordestinas.

Tabela 2.5 – Razão de dependência total, dos mais jovens e idosos para as Regiões Metropolitanas, suas UFs e Brasil – 2000 e 2010

RM e UF	Razão de dependência	2000	2010
RMF	RD	56,4%	43,4%
	RDJ	48,7%	34,3%
	RDI	7,7%	9,1%
Ceará	RD	65,9%	50,4%
	RDJ	55,6%	38,9%
	RDI	10,2%	11,4%
RMR	RD	49,8%	42,3%
	RDJ	41,5%	32,2%
	RDI	8,2%	10,1%
Pernambuco	RD	59,4%	49,4%
	RDJ	49,6%	38,3%
	RDI	9,8%	11,0%
RMS	RD	46,3%	38,2%
	RDJ	40,0%	30,3%
	RDI	6,3%	7,9%
Bahia	RD	60,7%	49,0%
	RDJ	51,5%	38,2%
	RDI	9,2%	10,8%
Brasil	RD	54,9%	45,9%
	RDJ	45,9%	35,1%
	RDI	9,1%	10,8%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

2.3 – Considerações Gerais

A industrialização das Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador foi o principal vetor da concentração espacial das atividades econômicas no Nordeste e reforçou uma estrutura urbana historicamente concentrada no litoral. O poder de atração de investimentos públicos ou privados para essas áreas em nível regional permanece até as décadas mais recentes, de maneira que mesmo nas diferentes conjunturas econômicas observadas nas décadas de 1990 e de 2000, as três RMs continuam como principal destino de investimentos na região.

As dimensões de espaço e tempo das atividades econômicas conferem relevância em estudar as três RMs separadamente, pois essas áreas possuem

diversas características que as distinguem, como foi discutido na primeira seção deste capítulo. Fornecem também indícios de que a análise do fenômeno migratório para o conjunto das três regiões metropolitanas deve representar um elemento importante para suas populações na medida em que a fecundidade e mortalidade convergem rapidamente para os baixos níveis apresentados para o Brasil.

A apreciação do processo de transição demográfica para as RMs situa seus principais indicadores demográficos em relação ao observado nacionalmente, exhibe importantes variáveis que definem o total e a composição das populações dessas áreas e permite apontamentos relevantes que destacam a migração nessas áreas com um diferencial em relação a suas respectivas UFs.

As RMs nordestinas analisadas seguem, de maneira próxima, o observado no processo de transição demográfica no país, enquanto que o exame da composição recente da população das RMs através dos grupos quinquenais e dos grandes grupos etários, fornece indicação de um papel marcante do fenômeno migratório nas regiões metropolitanas no contexto do processo de transição demográfica por elas recentemente experimentado.

As RMs constituem um espaço econômico regional diferenciado, com a evidente concentração de investimento, produção e emprego. As variáveis demográficas analisadas assinalam diferenças no interior das próprias regiões metropolitanas e também entre elas e outras áreas, como suas respectivas UFs. A partir desses indicativos que além de caracterizar os três espaços estudados, apontam para a relevância da migração na composição de suas populações, o próximo capítulo busca aprofundar o estudo das migrações com foco na região e nas regiões metropolitanas.

3 – MIGRAÇÃO NO NORDESTE E EM SUAS REGIÕES METROPOLITANAS

A discussão do processo de concentração regional das atividades econômicas nas três regiões metropolitanas e também da composição de suas populações no contexto da transição demográfica nos forneceu os indicativos da importância do fenômeno migratório para esses espaços. Neste sentido, este capítulo avança na análise dos padrões migratórios em cada uma das três RMs e sua evolução ao longo das décadas de 1990 e de 2000.

A Seção 3.1 traz uma discussão sobre desequilíbrio regional e formação de padrões migratórios no Nordeste brasileiro desde os anos 1990. São discutidos aspectos relativos ao desenvolvimento econômico que podem estar relacionados à formação dos padrões migratórios mais relevantes na região e que podem ser vistos como o contexto mais geral no qual as RMs se inserem.

A Seção 3.2 apresenta estimativas de migração para a Região Nordeste, a partir da migração acumulada e também da estimação dos fluxos de data fixa. São feitas considerações sobre a migração intraregional, a migração inter-regional e a migração de retorno na perspectiva regional.

A Seção 3.3 mostra os resultados das estimações por data fixa para os Censos de 2000 e 2010 utilizando como referência espacial as três RMs e seus municípios. São estimados os fluxos intrametropolitanos, intraestaduais, inter-regionais e de retorno que caracterizam os principais aspectos da dinâmica migratória dessas áreas. Por fim, foram elaboradas as curvas de migração para as regiões metropolitanas em foco.

3.1 - Desequilíbrio regional e padrões de migração no Nordeste

A Região Nordeste apresenta relevância histórica no contexto migratório brasileiro, em especial nas suas trocas com a Região Sudeste, com destaque para sua relação com o estado de São Paulo. A desigualdade regional observada no Brasil constitui aspecto muito relevante dessa questão. A hipótese estruturalista para o problema das desigualdades regionais, tendo como foco o Nordeste possui grande destaque (RANDS, 2011). Furtado (1998) situa a origem das desigualdades regionais brasileiras na causalidade do contexto histórico em que a expansão industrial teve início no país.

Para a abordagem estruturalista, a formação da economia nordestina pode explicar a origem da expressiva desigualdade regional entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do país. Sua formação histórica econômica está diretamente ligada à produção de açúcar, a qual justificou a ocupação brasileira no início de sua colonização. A criação de gado representou um segundo sistema econômico no Nordeste, com origem na demanda por carne e animais para tração, combinada com a abundância de terras e dependência da economia açucareira (PRADO, 1978).

Segundo Furtado (1998), as formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – são elementos fundamentais para entender o que vem a ser a atual economia nordestina e, conseqüentemente, como se deu a ocupação do espaço na região. A queda no preço do açúcar no mercado externo, a partir de meados do século XVII, levou a economia nordestina a um longo período de atrofiamento. Essa retração econômica se estendeu até o começo do século XIX, quando se verifica nova recuperação dos preços da *commodity*. “Esse atrofiamento constituiu o processo de formação do que no séc. XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características permanecem até hoje” (Furtado, 1998: 63).

Furtado (1998) aplica a análise estrutural para apresentar o contexto em que, a partir da crise na cultura do café no início do séc. XX observa-se a

expansão industrial no país, especialmente em São Paulo. Essa causalidade do início da expansão industrial fora do Nordeste encontra-se relacionada às desigualdades regionais que, para Singer (1981), são o principal motor das migrações internas brasileiras.

A abordagem estruturalista também se destaca na análise do desequilíbrio regional por ter sido utilizada na elaboração do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN – em 1958. Este documento compôs um diagnóstico das principais causas do atraso nordestino e deu origem à SUDENE como instrumento de política pública para o fomento do desenvolvimento na região, constituindo uma das mais importantes experiências de política de desenvolvimento no Brasil.

O desequilíbrio no desenvolvimento regional representa um forte incentivo à formação das trajetórias migratórias e, segundo Simões *et al* (2012), “a forma como essas trajetórias se articulam aos contextos históricos para atender às necessidades econômicas, sociais, políticas e demográficas constitui um padrão migratório” (SIMÕES *et al*, 2012, p.1). Os padrões migratórios nordestinos são fortemente influenciados por questões regionais e, como resultado, o padrão formado entre Nordeste e Sudeste constitui ainda hoje o de maior dimensão no Brasil, sendo o que possivelmente torna a região tão caracteristicamente ligada ao ato de migrar, histórica e socialmente.

Segundo Simões *et al* (2012) e Brito (1997), o padrão dominante nas migrações brasileiras possui como caso especial o fluxo populacional entre Nordeste e Sudeste e tem sua formação no período 1940-1980. A formação do padrão migratório dominante no cenário nacional entre Nordeste e Sudeste ocorreu no contexto de industrialização e articulação dos mercados regionais, com a complementaridade dos parques industriais nordestinos à indústria no Sudeste (GUIMARÃES NETO, 1989) e também do vigoroso processo de urbanização e metropolização observados no século passado, do qual faz parte a grande transferência da população do campo para a cidade (MARTINE, 1989).

Sobre a transferência das pessoas para as cidades, Martine (1989) estima que de um incremento de 49 milhões de pessoas na população urbana do país,

entre 1960/80, 28 milhões, ou 57% do total, pode ser atribuído aos deslocamentos do tipo campo-cidade. Para o autor, “se a história da urbanização brasileira é a história do Sudeste, as tendências da população rural do país refletem, em grande parte, as tendências da população do Nordeste” (Martine, 1989, p. 22). Mesmo que esses fluxos não se dirigissem diretamente às metrópoles, eram elas que recebiam o impacto populacional desse movimento. São Paulo, como metrópole de âmbito nacional, absorvia parte desse fluxo com origem rural, inclusive pela falta de dinamismo produtivo das metrópoles.

A migração do campo para as cidades perde força no país na década de 1980 (MARTINE, 2015). No Nordeste, o Censo de 1980 mostra, pela primeira vez, uma pequena diferença em favor da população urbana³⁵. Segundo Martine (2015), a década de 1980 apresenta importantes mudanças econômicas e demográficas no Brasil, com impactos nos processos migratórios, de maneira que este período representa um divisor de águas na história migratória do Brasil e também do Nordeste. Na década de 1980 observa-se uma série de mudanças: os efeitos da desconcentração econômica iniciada na década de 1970 a partir do Sudeste sobre as migrações em nível nacional; o arrefecimento da migração rural-urbana; a redução do crescimento urbano e da concentração metropolitana e os efeitos da conhecida crise econômica dessa década (MARTINE, 2015). Essas questões, somadas à queda na fecundidade e mortalidade observadas no Nordeste, possuem um peso relevante para que a região passe a perder um contingente menor de sua população e também a presenciar o recrudescimento do fenômeno do retorno de seus naturais nessa década marcante.

Ribeiro (1997) estima que se na década de 1970, 42,4% do total da imigração para os estados do Nordeste estavam associados à migração de retorno, na década de 1980 esse valor passou para 64,7%, revelando que a imigração de não-naturais para os estados da região sem associação com o retorno foi restrita nesse período. Ojima e Fusco (2015) destacam a relevância da década de 1980 como o momento em que as migrações no Brasil tornam-se mais

³⁵ A região apresenta 50,71% da população urbana contra 49,29% da rural. Para o Censo de 1991, esses números são 39,36% e 60,63%, respectivamente; num indicativo da força do processo de urbanização.

complexas e quando predominam os deslocamentos com o padrão urbano-urbano. Utilizando os dados do Censo de 2010, os autores pontuam que no Nordeste a proporção dos migrantes retornados exibiu a maior participação nacional em relação ao total dos movimentos migratórios, e estimam que os imigrantes de data fixa não naturais da região, mas que residiam em domicílios cujo responsável era retornado, seriam cerca 100 mil imigrantes, considerados como efeito indireto da migração de retorno.

Conforme Campos *et al* (2012), a migração de retorno representa um dos principais eventos na dinâmica populacional brasileira nas últimas décadas. Trata-se de um fenômeno estreitamente ligado aos fluxos historicamente dominantes, os quais inclusive reforçam o movimento de retorno (FAZITO, 2005). A ligação do retorno com um padrão migratório previamente estabelecido produziu para o Nordeste uma posição de destaque em relação a esse tipo de movimento. Campos *et al* (2012) observam que todos os nove estados nordestinos e Minas Gerais exibiram os fluxos de retorno mais intensos nas últimas três décadas.

O padrão mais complexo de mobilidade que passa a ser observado nas últimas décadas inclui também o aumento no movimento de retorno de curto prazo ou retorno pleno, quando os migrantes emigram e retornam dentro do quinquênio em que é considerado o quesito de data fixa. Campos *et al* (2012) estimam os saldos dos fluxos interestaduais no Brasil e percebem dois fenômenos: a redução dos saldos de longa distância e também a intensificação dos movimentos de curto prazo nos últimos censos demográficos. Em relação ao segundo fenômeno, os migrantes nordestinos dão uma contribuição importante, destacando-se também nessa modalidade de movimento, de maneira que os três maiores percentuais de migrantes de curto prazo observados no Censo de 2010 referem-se ao Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia (CAMPOS *et al*, 2012).

Em Campos e Fusco (2009) encontramos análise³⁶ sobre desenvolvimento e migração na Região Nordeste através da apreciação do volume da população nos municípios da região associado a medidas de atração e/ou retenção,

³⁶ Através de do uso de econometria espacial para investigação da relação entre o crescimento populacional e o crescimento do PIB, a densidade populacional e o grau de urbanização.

conferindo destaque à criação de polos de atração regional que possuem relação estreita com o movimento de migração intraregional e também com a migração de retorno. Como exemplo da dinâmica populacional heterogênea no Nordeste, os autores citam o caso de Pernambuco, que exibe crescimento populacional maior em municípios da RMR, em áreas da fruticultura irrigada no Sertão do São Francisco e no polo de confecções (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama). Por outro lado, o estado apresenta esvaziamento populacional em pequenos municípios do agreste em direção a centros regionais mais dinâmicos.

Os desequilíbrios regionais entre Nordeste e o Centro-Sul do país contribuem para o entendimento do padrão dominante de migração (SIMÕES *et al*, 2012), mas também a própria região Nordeste é profundamente marcada pela heterogeneidade econômica e geográfica, com reflexo em diferentes dinâmicas migratórias internas. Para o Censo de 1991, por exemplo, Simões *et al* (2012) observam no Nordeste que enquanto as áreas com maior número de migrantes continuavam a ser as capitais estaduais, paralelamente surgiram áreas de expansão econômica como Petrolina, Campina Grande e o Vale do Açu, as quais também se mostraram capazes de atrair migrantes.

A migração interna no Nordeste possui uma dinâmica populacional que vêm se modificando, em parte devido à formação de novos polos econômicos. O recrudescimento da migração intraregional pode ser considerado um elemento a ser destacado, inclusive no sentido dado por Simões *et al* (2012) em sua referência ao reforço observado nos fluxos migratórios secundários. Neste sentido, Baeninger (2000), em trabalho sobre a criação de novos espaços de migração no Brasil, afirma que é preciso considerar a dinâmica migratória intraregional, se não em termos absolutos, em seu caráter relativo pelas transformações que esse fenômeno pode permitir captar. A autora afirma que:

Conquanto se deva levar em conta a significativa importância dos fluxos migratórios entre as Grandes Regiões e entre os estados de modo geral, recentemente, no contexto intra-regional, processos migratórios vêm se operacionalizando e tomando força, propiciando alterações importantes no processo de distribuição populacional no nível interno das Grandes Regiões (BAENINGER, 2000, p.19).

De modo geral, Baeninger (2000) considera que, na medida em que o Nordeste se destaca como área de emigração para outras regiões, a migração intraregional passou a adquirir maior importância relativa, pois foram esses movimentos que garantiram a maior entrada de pessoas em alguns de seus estados. Para os intervalos 1986-1991 e 1991-1996, por exemplo, ao menos metade da imigração em Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tinha origem na própria região nos períodos analisados.

Ojima e Fusco (2015) estimaram, a partir dos Censos de 1991, 2000 e 2010, que entre as pessoas que deixaram suas residências durante a década, 73,1%, 65,5% e 68,9% escolheram um município da própria região, respectivamente. Para esses autores, a redução da emigração do Nordeste ocorre de maneira simultânea a uma recente e maior heterogeneidade de contextos migratórios na região. Ainda segundo os autores, para o melhor entendimento dos padrões e volumes das migrações nordestinas, “talvez não seja suficiente pensar a migração no Nordeste a partir apenas de sua relação umbilical com os processos sociais e econômicos que ocorrem no Sudeste do país, mas entender as características e a seletividade da migração nordestina a partir de um olhar nordestino” (OJIMA e FUSCO, 2015, p. 23). Este último ponto ressalta a importância da análise da migração a partir de questões comuns aos estados da região, à população nordestina de forma geral, conforme discutido no Capítulo 2 desta tese.

O Nordeste apresenta um contexto migratório muito rico, com diversas modalidades de movimentos. Para Martine (2015), nenhuma grande região brasileira foi mais afetada por processos migratórios que o Nordeste, um fenômeno central na história recente do Brasil; de maneira que “a região é vista como símbolo e a materialização da migração” (MARTINE, 2015; p. 1).

Os apontamentos teóricos com referência nos desequilíbrios regionais e também a heterogeneidade intraregional indicam como principais trajetórias migratórias que originaram padrões migratórios para o Nordeste ou na própria região:

- i) O fluxo populacional entre Nordeste e Sudeste – em especial com São Paulo – que comporta parte considerável da migração inter-regional nordestina;
- ii) O movimento de retorno para os estados nordestinos – em especial retornados do Sudeste – com especial referência à migração de retorno como consequência do padrão migratório dominante entre Nordeste e Sudeste ;
- iii) O movimento feito por naturais nordestinos ou seus familiares em sua própria região – a migração intraregional.

3.2 – Migração recente na Região Nordeste: principais fluxos

A revisão da literatura sobre a formação dos principais fluxos e padrões migratórios regionais fornece o contexto para a estimação e discussão dos resultados de estimação para a migração na Região Nordeste no período considerado nesta tese, abrangido pelos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Para a estimação da migração inter-regional para o Nordeste, bem como a migração intraregional, em suas diversas possibilidades, utilizam-se normalmente técnicas diretas de migração, normalmente associadas à utilização dos quesitos censitários referentes aos migrantes (RIGOTTI, 2000). Essa opção pode ser feita a despeito da possibilidade de uso de técnicas indiretas de mensuração da migração, em que se avaliam os saldos migratórios, sem desagregação entre imigrantes e emigrantes, a partir da diferença encontrada entre a população observada e a população que seria de se esperar em um determinado período, caso atuasse apenas o crescimento vegetativo (CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Nesta tese foram utilizadas apenas as estimativas baseadas nas técnicas diretas de migração aplicadas aos Censos Demográficos.

Como referência inicial, o trabalho de Moura (1980) exhibe uma visão ampla para as migrações no Nordeste, considerando, no entanto, o período entre 1940 e

1970. Moura (1980) conclui que a taxa de crescimento da população presente na região não se intensificou nesse período em razão da forte intensidade emigratória, que historicamente caracteriza a região.

O estudo de Moura (1980) faz uma análise a partir dos efetivos demográficos classificados por situações de naturalidade e presença ou residência e permite a apreciação da migração na região na perspectiva inter-regional e intraregional. Podemos utilizar essa forma de análise da migração acumulada, atualizando-a para as décadas mais recentes – 1980, 1990 e 2000. Pode-se, assim, mensurar o movimento de migrantes naturais e não naturais da região para o Nordeste, no movimento de retorno para a região, e também a migração de naturais entre os estados da região na perspectiva intraregional. A Tabela 3.1 apresenta os contingentes observados em cada censo de acordo com a UF de nascimento, com valores agregados para a grande região, bem como as taxas de crescimento intercensitárias anualizadas.

Um ponto que chama a atenção consiste numa pequena redução no valor absoluto do contingente de naturais ausentes – item 2 na Tabela 3.1 – entre os censos de 2000 e 2010. Trata-se de um grupo populacional que aumentava sensivelmente desde 1940 (conforme Moura, 1980) passando a decrescer a uma taxa anual negativa de 0,07%. Mais ainda, quando essa população é subdividida entre os itens 2.1 e 2.2 da tabela, o contingente de nordestinos residindo fora da região exibe uma taxa de decréscimo de -0,13% ao ano, ficando claro que a redução nos naturais ausentes deve-se ao decréscimo no número de naturais nordestinos que vivem em outras regiões do país. Observando a proporção do contingente do item 2.2 em relação ao total da população residente, percebe-se que em 2010 ela retrocede a níveis próximos de 1991, passando de 20,55% em 2000 para 17,99% em 2010. Parte da explicação desses números possivelmente deve-se ao movimento de retorno de naturais para a região, além de um possível efeito da mortalidade dos nordestinos fora da região.

Tabela 3.1 – População segundo situação de naturalidade e por residência, proporção da população presente e taxa anual de crescimento - Região Nordeste, 1991, 2000 e 2010

Discriminação	População			Taxa de crescimento	
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
1 - Naturais residentes na UF de nascimento	39.688.670	44.530.392	49.371.706	1,29%	1,03%
2 - Naturais ausentes	9.434.353	11.870.215	11.786.351	2,58%	-0,07%
2.1 - Residentes no resto do NE	2.034.453	2.195.257	2.237.478	0,85%	0,19%
2.2 - Residentes fora do NE	7.399.900	9.674.958	9.548.873	3,01%	-0,13%
3 - População natural (1+2)	49.123.023	56.400.607	61.158.057	1,55%	0,81%
4 - Não naturais residentes	2.805.437	3.252.093	3.710.244	1,66%	1,32%
4.1 - Naturais do resto do NE	2.034.453	2.195.257	2.237.478	0,85%	0,19%
4.2 - Naturais de fora do NE	770.984	1.056.836	1.472.766	3,54%	3,32%
5 - População residente (1+4)	42.494.107	47.782.485	53.081.950	1,32%	1,05%
6 - Ganhos ou perdas migratórias (4-2)	-6.628.916	-8.618.122	-8.076.107	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O próprio movimento de retorno, amplamente discutido na literatura sobre migrações no Brasil (RIBEIRO, 1997; BAENINGER, 2000; RIGOTTI, 2006; CAMPOS *et al*, 2012) pode ter seu reflexo observado no comportamento do contingente de naturais de fora do NE – item 4.2 da Tabela 3.1– que praticamente duplica entre 1991 e 2010, com taxas de crescimento anuais de 3,54% e 3,32% para os intervalos 1991/2000 e 2000/2010, respectivamente.

Parte desse aumento dos naturais de fora do NE possivelmente reflete o que Ribeiro (1997) analisa como um dos componentes do efeito indireto do fluxo de retorno, resultando na modificação do volume e perfil da população receptora não apenas pela volta dos antigos emigrantes, mas também pela imigração de não-naturais associados ao retorno. Outra parte desse aumento, no entanto, permite a especulação da migração para o Nordeste de não-naturais atraídos por oportunidades geradas por um contexto recente de menor desigualdade socioeconômica na região. De qualquer forma, ainda que a proporção do contingente de não-naturais residente no Nordeste em relação à população residente total tenha crescido de 1,81% para 2,21% e 2,77% em 1991, 2000 e 2010, respectivamente; seu nível denota a baixa expressividade da região como área de atração migratória.

Outro aspecto observado na Tabela 3.1 refere-se ao contingente de naturais ausentes de seus estados e residindo no resto do NE – item 2.1 – que pode ser considerado um indicador para o movimento intraregional de naturais da região. O número de pessoas da região residindo em outra UF da própria região apresentou um aumento contínuo no intervalo 1991 a 2010, embora o ritmo de seu aumento tenha diminuído de 0,85% ao ano entre 1991/2000 para 0,19% no intervalo 2000/2010 e esteja abaixo do crescimento da população residente no item 5 para os dois intervalos. Essa dinâmica do deslocamento intraregional encontra-se possivelmente ligada à criação de novos polos de atração regional, analisados por Campos e Fusco (2009), e ganham a importância relativa nos saldos migratórios das UFs considerada por Baeninger (2000).

No entanto, a migração acumulada tendo como base o lugar de nascimento não permite uma percepção mais acurada do que vem acontecendo no curto prazo, o que pode não refletir, necessariamente, o padrão histórico (RIGOTTI,

1999). Neste sentido, a análise dos fluxos mais recentes pode ampliar percepção do fenômeno na região, seja através da migração interestadual para o Nordeste ou dentro da própria região, ainda que se controle pela naturalidade.

Para a estimação dos fluxos migratórios para e no Nordeste, foi utilizado o quesito de data fixa, presente nos censos desde o Censo 1991. O quesito indaga, para as pessoas de cinco anos ou mais de idade, sobre o lugar de residência – município, UF ou país estrangeiro – cinco anos antes da data de referência do recenseamento. Por este critério, os migrantes podem ser definidos através da “diferença entre o volume dos que não residiam na região no início do período em análise e para lá migraram (imigrantes) e aqueles que lá residiam no início do período e dela saíram (emigrantes)” (CARVALHO e RIGOTTI, 1998, p.341).

Para Rigotti (1999), o uso do quesito de data fixa permite a estimação de todas as medidas convencionais utilizadas em migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório – SM – o que torna este quesito atraente do ponto de vista metodológico. Com relação ao SM, é importante destacar que corresponde à diferença entre imigrantes e emigrantes e permite o cálculo da taxa líquida de migração – TLM³⁷. Este indicador corresponde à proporção entre o SM e a população observada no final do período.

As tendências recentes da migração no Brasil indicam a redução dos fluxos migratórios de longa distância, ou seja, queda nos fluxos inter-regionais percebidas nas últimas décadas, vis-à-vis o aumento da importância dos movimentos de menor distância (RIGOTTI, 2010; CAMPOS *et al*, 2012; SIMÕES *et al*, 2012; BAENINGER, 2000). Neste sentido, a Tabela 3.2 apresenta a estimação dos fluxos interestaduais para todo o país por data fixa. São exibidos apenas os resultados para os estados do Nordeste e para o Sudeste, visto que esta última região é a que realiza as maiores trocas populacionais com o Nordeste.

³⁷ Que pode ser calculada da seguinte forma, considerando o quinquênio 2005-2010: $TLM = (SM_{2005/2010} / População_{2010}) * 100$.

Tabela 3.2 – Imigrantes, emigrantes, saldo migratório e taxa líquida por data fixa – Nordeste e Sudeste, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigrantes	Emigrantes	SM	TLM	Imigrantes	Emigrantes	SM	TLM	Imigrantes	Emigrantes	SM	TLM
MARANHÃO	103.447	237.929	-134.482	-2,73%	100.820	274.470	-173.650	-3,07%	105.682	270.663	-164.981	-2,51%
PIAUÍ	72.949	139.447	-66.498	-2,58%	88.736	140.815	-52.079	-1,83%	73.614	144.036	-70.422	-2,26%
CEARÁ	121.649	245.166	-123.517	-1,94%	162.926	186.709	-23.783	-0,32%	112.372	181.223	-68.851	-0,81%
RIO G. DO NORTE	75.570	76.443	-873	-0,04%	77.917	71.286	6.631	0,24%	67.728	54.014	13.714	0,43%
PARAÍBA	88.903	174.058	-85.155	-2,66%	102.005	163.485	-61.480	-1,78%	96.028	125.523	-29.495	-0,78%
PERNAMBUCO	171.677	317.232	-145.555	-2,04%	164.872	280.289	-115.417	-1,46%	148.498	223.586	-75.088	-0,85%
ALAGOAS	60.881	112.632	-51.751	-2,06%	55.967	127.949	-71.982	-2,55%	53.591	130.307	-76.716	-2,46%
SERGIPE	55.976	42.213	13.763	0,92%	52.109	56.931	-4.822	-0,27%	53.038	45.143	7.895	0,38%
BAHIA	186.614	469.091	-282.477	-2,38%	250.572	518.038	-267.466	-2,04%	229.226	466.360	-237.134	-1,69%
NORDESTE	937.666	1.814.211	-876.545	-2,06%	1.055.924	1.819.972	-764.048	-1,60%	939.777	1.640.855	-701.078	-1,32%
MINAS GERAIS	371.888	479.398	-107.510	-0,68%	447.781	408.659	39.122	0,22%	376.519	390.624	-14.105	-0,07%
ESPÍRITO SANTO	135.421	90.908	44.513	1,71%	129.169	95.166	34.003	1,10%	130.820	70.120	60.700	1,73%
RIO DE JANEIRO	253.402	295.071	-41.669	-0,33%	319.749	274.212	45.537	0,32%	270.412	247.308	23.104	0,14%
SÃO PAULO	1.392.792	647.994	744.798	2,36%	1.223.809	883.884	339.925	0,92%	991.313	735.517	255.796	0,62%
SUDESTE	2.153.503	1.513.371	640.132	1,02%	2.120.508	1.661.921	458.587	0,63%	1.769.064	1.443.569	325.495	0,41%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em relação ao Sudeste, adota-se como principal referência São Paulo, visto que este estado concentra uma parte sensível do SM para a região, de maneira que sua trajetória irá definir aquela seguida pela região. A Região Sudeste apresentou uma forte redução dos SMs positivos nas três décadas observadas, principalmente entre os quinquênios 1986/1991 (640.132) e 1995/2000 (458.587), uma queda de 28,4% no saldo migratório neste intervalo. No quinquênio 2005/2010 o saldo observado de 325.495 pessoas significou uma redução de 29,02% no saldo migratório em relação ao período anterior. São Paulo registrou uma queda muito acentuada do SM entre 1986/1991 e 1995/2000 (744.798 e 339.925, respectivamente). Essa redução do SM apresenta forte relação com a redução do número de imigrantes, mas, principalmente, com o aumento dos emigrantes observado no Censo 2000, o que provavelmente está relacionado com a migração de retorno, em grande parte para regiões de Minas Gerais e para a Região Nordeste como um todo. No quinquênio 2005/2010, o SM na ordem de 255.796 é resultado da redução tanto no contingente de emigrantes como imigrantes, embora a redução deste último tenha sido mais acentuada, demonstrando de certo modo a redução na capacidade de absorção. Apesar da redução no volume de migrantes, São Paulo continua como o principal polo de atração nacional (BAENINGER, 2000) especialmente da população nordestina.

O contraponto ao descrito acima para a Região Sudeste – e São Paulo em especial – possivelmente pode ser observado no comportamento da Região Nordeste. O seu SM apresenta, nos três quinquênios em questão, uma tendência de redução do valor negativo, ou seja, redução da perda populacional para o Nordeste (uma redução dos SMs negativos de -876.545, -764.048 e -701.078, respectivamente aos quinquênios da Tabela 3.2). Observa-se que entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000, os emigrantes na região permaneceram em patamares estáveis (1.814.211 e 1.819.972, respectivamente aos dois períodos), sendo que os imigrantes aumentaram em 12,61% (de 937.666 para 1.055.924, entre os quinquênios). Este resultado constitui um indicativo de que o fenômeno de redução do SM negativo possui relação com o fenômeno da migração de retorno na região, que apresentou um aumento sensível na década de 1980

(RIBEIRO, 1997). Contudo, no quinquênio 2005/2010, a diminuição das perdas é menos expressiva, com um peso maior para a queda do número de emigrantes em relação aos imigrantes³⁸, o que pode estar relacionado a uma crescente capacidade de absorção na região e, talvez, uma pequena diminuição no peso da migração de retorno.

Outra maneira de perceber a redução das perdas populacionais para o Nordeste é através das TLMs, as quais nos fornecem um indicativo do significado da componente migratória para dinâmica demográfica das populações. Conforme esperado, a partir do comportamento dos SMs, as TLMs para o Nordeste apresentam redução – de -2,06% para -1,64% e, finalmente de -1,32%, nos três quinquênios, respectivamente – indicando redução do efeito negativo da migração para o crescimento demográfico da região.

Para os estados nordestinos entre os últimos dois quinquênios, percebe-se a redução na maior parte das TLMs negativas e o aumento da taxa positiva para o Rio Grande do Norte que, ao lado de Sergipe, exibe as únicas TLMs positivas na região. Entre as UFs das RMs estudadas, há uma redução nas TLMs negativas para a Bahia – de -2,04% para -1,69% – e para Pernambuco de -1,46% para -0,85%. O Ceará apresenta um pequeno aumento em uma taxa já muito próxima de zero, de -0,32% para -0,81%.

As informações de data fixa contidas na Tabela 3.2 nos fornecem um indicativo sobre o comportamento da migração de retorno para o Nordeste. A estimação dos migrantes de retorno para os quinquênios aqui considerados pode ser feita a partir do quesito de UF de nascimento, de maneira a combiná-lo com o contingente que retorna para as suas UFs de destino. A Tabela 3.3 apresenta a estimação dos migrantes interestaduais de retorno de data fixa para os quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 considerando todo o país, mas exibindo apenas os resultados para o Nordeste. Além disso, a tabela mostra a proporção dos imigrantes de retorno em relação ao total dos migrantes de data fixa.

³⁸ Redução no quinquênio em 179.117 emigrantes contra queda em 116.147 imigrantes inter-regionais.

A Tabela 3.3 mostra que os valores absolutos e relativos da migração de retorno para a Região Nordeste são muito elevados: 362.861, 458.959 e 352.738 pessoas nos três quinquênios, respectivamente, e com valores relativos ao total dos imigrantes de data fixa na proporção de 38,7%, 43,47% e 37,53%. A migração de retorno no Nordeste possui um caráter de destaque em relação ao observado no resto do Brasil. As proporções das migrações de retorno para as regiões Sudeste e Sul nos quinquênios em questão, por exemplo, são de 32,39%, 27,86% e 23,36% para o Sul e de 16,2%, 16,44% e 18,89% para o Sudeste, respectivamente. O Nordeste, tendo sido a região que historicamente mais perdeu população nacionalmente, apresenta a maior recuperação de sua população natural nos quinquênios considerados.

Tabela 3.3 Imigrantes interestaduais de retorno de data-fixa e proporção do total de imigrantes – Região Nordeste e Brasil, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	Imig. Retomo	Imig. Total %	Imig. Retomo	Imig. Total %	Imig. Retomo	Imig. Total %
MARANHÃO	34.997	33,8%	43.187	42,8%	40.915	38,7%
PIAUI	28.236	38,7%	40.998	46,2%	28.695	39,0%
CEARÁ	63.058	51,8%	78.469	48,2%	49.004	43,6%
RIO G. DO NORTE	27.658	36,6%	27.749	35,6%	20.435	30,2%
PARAIBA	43.050	48,4%	50.154	49,2%	39.223	40,9%
PERNAMBUCO	73.555	42,8%	73.557	44,6%	54.050	36,4%
ALAGOAS	17.006	27,9%	23.239	41,5%	20.274	37,8%
SERGIPE	14.296	25,5%	13.512	25,9%	13.502	25,5%
BAHIA	61.005	32,7%	108.094	43,1%	86.640	37,8%
NORDESTE	362.861	38,7%	458.959	43,5%	352.738	37,5%
BRASIL	1.008.037	20,1%	1.129.694	21,7%	705.476	21,5%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Considerando os estados em relação à migração de retorno, podemos observar a partir da Tabela 3.3, que quando se trata de valores absolutos os estados com os maiores contingentes populacionais da região – Bahia, Pernambuco e Ceará – surgem sempre como os três estados com os maiores

contingentes de retornados. Esses estados possuem proporções elevadas de retornados de mais de quarenta por cento no quinquênio 1995-2000 e apresentam redução nessas proporções no período seguinte: Pernambuco exhibe proporção de 36,4% e Bahia 37,8 e o Ceará mantém-se com proporção mais elevada de 43,61%. A seção seguinte contextualiza os resultados encontrados nesta seção com o enfoque metropolitano.

3.3 – Migração nas RMs de Fortaleza, Recife e Salvador nas décadas de 1990 e 2000.

Conforme a discussão feita no Capítulo 2, o contexto em que ocorreu a dinâmica demográfica recente nas RMs estudadas foi formado em grande parte na segunda metade do século passado, quando elementos econômicos e demográficos combinaram-se de maneira a reforçar a concentração regional de população e atividade econômica na RMF, RMR e RMS. A análise da composição das populações dessas áreas, que também seguiram o processo de transição demográfica observado nacionalmente, forneceu os indicativos da relevância dos deslocamentos populacionais. Os processos de transição demográfica, de urbanização e de industrialização na região compuseram o pano de fundo sobre o qual a migração ocorreu nesses espaços metropolitanos nordestinos.

A Tabela 3.4 apresenta as taxas de crescimento populacional e a população residente para as RMs e respectivas UFs, além de Nordeste e Brasil. Observa-se que o Nordeste, as UFs e também as RMs mostram redução de seu crescimento, acompanhando a tendência de redução nas taxas de crescimento populacionais no Brasil e dentro do contexto nacional das consequências de queda na mortalidade e fecundidade, contida no processo de transição demográfica, comentado anteriormente.

Observa-se, inicialmente, que a população da RMR continua à frente das demais em 2010, embora suas taxas de crescimento sejam as menores nos dois

períodos considerados. A população da RMF ultrapassa a RMS na década de 2000 e se aproxima da RMR. Esse fenômeno pode se inserir no comentário de Lemos e Ferreira (2001) sobre o processo econômico de *catching up* de Fortaleza em relação ao Recife, acelerado entre as décadas de 1970 e 1990, quando a primeira apresentou um crescimento médio anual do PIB mais de duas vezes superior ao de Recife.

A Tabela 3.4 indica ainda que para os dois períodos considerados, 1991-2000 e 2000-2010, o crescimento do Ceará supera o de Pernambuco e da Bahia – esta última com a menor taxa. Esse maior crescimento do Ceará está possivelmente ligado ao maior crescimento da RMF nos dois períodos – com taxas médias anuais de 2,43% e 1,68%. Neste sentido, a RMF atinge as maiores proporções da população em sua UF em 2010, chegando a 42,78% da população do estado e ultrapassando a RMR que exibiu uma concentração de 41,95% e historicamente estava à frente neste critério.

Na comparação entre o crescimento populacional nas RMs e nos demais municípios de suas UFs, a Tabela 3.4 aponta, de maneira geral, o maior crescimento nas RMs nas duas décadas analisadas. O maior diferencial em favor da região metropolitana encontra-se na RMS, que cresce a uma taxa mais de duas vezes superior nos dois períodos; seguida pela RMF com uma taxa sensivelmente maior que do grupo dos demais municípios no Ceará. Este resultado deve guardar relação com o baixo crescimento dos demais municípios baianos, o menor deste grupo nas UFs observadas. A RMR cresce mais na década de 1990, mas depois exhibe crescimento um pouco menor, o que pode estar ligado ao crescimento de áreas fora da RMR como as de fruticultura irrigada e de produção de confecções (CAMPOS e FUSCO, 2009). Neste sentido, o grupo dos demais municípios pernambucanos é o único na Tabela 3.4 que apresentou aumento na taxa de crescimento entre as duas décadas, passando de 0,95% a.a. para 1,09% a.a.

O maior crescimento da população nas regiões metropolitanas não causa surpresa, tendo em vista a associação conhecida entre crescimento econômico e populacional devido à forte concentração do PIB regional nesses espaços, conforme analisado no capítulo anterior.

Outro ponto de destaque na Tabela 3.4 refere-se à comparação entre o crescimento do município da capital com os demais municípios da RM. Para as três RMs e nos dois períodos analisados, o crescimento dos demais municípios sem a capital é maior do que o crescimento do núcleo. Os maiores diferenciais encontram-se na RMS, cujos demais municípios sem o polo apresentaram o maior crescimento nas duas décadas: 3,16% e 2,83%, seguida pela RMF com 3,13% e 2,4% e da RMR com as menores taxas de 1,86% e 1,17%.

Tabela 3.4 – População residente, taxa de crescimento médio anual, proporção da RM na UF. RMF, RMR, RMS, conjunto dos municípios das RMs, UFs, Nordeste e Brasil – 1991, 2000 e 2010

Município, RM, UF, NE e Brasil	População residente			Taxa de crescimento		Proporção da RM na UF		
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010	1991	2000	2010
Fortaleza	1.768.637	2.141.402	2.452.185	2,14%	1,36%			
RMF	2.460.827	3.056.769	3.615.767	2,43%	1,68%	38,65%	41,14%	42,78%
Municípios da RMF sem a capital	692.190	915.367	1.163.582	3,13%	2,40%			
Municípios no CE sem a RMF	3.905.820	4.373.892	4.836.614	1,27%	1,01%			
Ceará	6.366.647	7.430.661	8.452.381	1,73%	1,29%			
Recife	1.298.229	1.422.905	1.537.704	1,03%	0,78%			
RMR	2.919.979	3.337.565	3.690.547	1,50%	1,01%	40,97%	42,15%	41,95%
Municípios da RMR sem a capital	1.621.750	1.914.660	2.152.843	1,86%	1,17%			
Municípios em PE sem a RMR	4.207.876	4.580.779	5.105.901	0,95%	1,09%			
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	8.796.448	1,18%	1,05%			
Salvador	2.075.273	2.443.107	2.675.656	1,83%	0,91%			
RMS	2.586.366	3.120.303	3.573.973	2,10%	1,36%	21,79%	23,87%	25,50%
Municípios da RMS sem a capital	511.093	677.196	898.317	3,16%	2,83%			
Municípios na BA sem a RMS	9.281.625	9.949.947	10.442.933	0,78%	0,48%			
Bahia	11.867.991	13.070.250	14.016.906	1,08%	0,70%			
Nordeste	42.497.540	47.741.711	53.081.950	1,30%	1,06%			
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	1,63%	1,16%			

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O maior crescimento nas RMs dos municípios sem a capital em relação ao polo remete à questão da relação entre centro e periferia, que se exhibe complexa. Cunha (1994) trata especificamente da Região Metropolitana de São Paulo –

RMSP – e comenta significados possíveis para o termo periferia, como a noção espacial de “contorno” ou “vizinhança”; ou mesmo a noção mais popular de periferia, que implica a periferia no centro, através da presença das favelas. O município núcleo teria seu centro e também periferia, enquanto que os demais municípios metropolitanos repetiriam esse padrão à sua maneira. Para Cunha (1994), o processo de periferização seria o processo de ocupação e adensamento dos municípios com “baixa renda diferencial”, “onde ‘morar’ fosse acessível para as populações de baixa renda e, portanto, cuja principal função dentro da Região Metropolitana de São Paulo fosse exatamente a de abrigar este contingente demográfico impossibilitado de residir nas valorizadas áreas mais centrais” (CUNHA, 1994, p. 52).

Para efeito de simplificação na classificação entre centro e periferia, esta tese considera como municípios periféricos todos aqueles que não forem o polo metropolitano numa aproximação prática para a análise da migração intrametropolitana, e que guarda um sentido importante contido nas condições socioeconômicas precárias do núcleo das RMs nordestinas, que se reproduzem com intensidade maior nos demais municípios.

A partir da investigação da composição da população das RMs no contexto da transição demográfica, encontrada no Capítulo 2, obtivemos indicativo da importância da migração para as regiões metropolitanas. As taxas de crescimento das RMs apontam, de forma geral, que elas possuem uma dinâmica populacional diferenciada em relação a seus estados e também ao observado para a região. Esse diferencial constitui, possivelmente, mais um indício da importância da migração para essas áreas, de sua relevância na redistribuição espacial da população, que vem ganhando destaque relativo com o avanço do processo de transição demográfica. A análise do comportamento da migração nessas regiões metropolitanas nordestinas nas décadas de 1990 e 2000 constitui o objetivo desta seção.

Em análise sobre a dinâmica demográfica recente da RMR, Lyra e Vasconcelos (2015) destacam o envelhecimento da população metropolitana e os deslocamentos populacionais para áreas de dinâmica econômica emergente

como principais características. Sobre o papel atual das RMs no país, segundo as autoras:

As regiões metropolitanas, no Brasil, ainda são as responsáveis por grande parte da absorção de imigrantes internacionais, inter-regionais, intraregionais ou intrametropolitanos. Isso se deve ao fato de que foram nelas onde as dinâmicas industrial e urbana se iniciaram e ainda estão bastante presentes, movimentando boa parte da economia das cidades que as formam. (...) Na atualidade, as migrações internas são as responsáveis pela maioria dos fluxos migratórios no país e, permanecem sendo destinados às regiões metropolitanas, ainda que sob níveis diferentes em relação ao passado (LYRA e VASCONCELOS, 2015; p.79).

Para Fusco (2012), três fenômenos se destacam na migração recente nordestina e também de suas três RMs: as secas de sua zona semiárida; a maturação dos investimentos na industrialização incentivada e nos projetos agropecuários administrados pela SUDENE; as ações governamentais na década de 2000, resultado de um ativismo fiscal que diferenciou a postura do Estado em relação à década anterior. Segundo o autor, “enquanto as secas constituem motivo potencial para a emigração, a implementação de projetos favorecidos por incentivos fiscais pode ter colaborado, se não como atração para imigrantes, pelo menos como fator de retenção de potenciais emigrantes” (FUSCO, 2012; p.113).

A estimação da migração nas RMs foi feita pelo uso do quesito de data fixa, que vai permitir a definição dos SMs e TLMs. O conjunto de municípios considerados em cada RM nas estimações dos fluxos foi o mesmo da configuração da RMF, RMR e RMS no Censo de 2010 e encontra-se na Tabela A 1.1 do Anexo 1. O objetivo dessa opção é que seja possível a comparação das RMs em diferentes censos, diante das mudanças de municípios incluídos ou desmembrados nas regiões metropolitanas após sua criação pela Lei Complementar 14 de 1973.

A Tabela 3.5 apresenta as principais medidas usadas em migração para os municípios da RMF, considerando as trocas ocorridas com todos os demais municípios brasileiros. Os municípios que apresentam os maiores SMs tanto em

2000 quanto em 2010, Caucaia, Maracanaú e Horizonte, são os de maior dinamismo econômico, com atividade industrial e comercial consolidadas no contexto da RMF, segundo Bomtempo (2015). No outro extremo, com SM negativo nos dois períodos, encontra-se o município de Chorozinho, que possui economia associada a atividades agrícolas tradicionais e que apresenta a menor esperança da vida ao nascer em 2010, conforme a Tabela 2.2. Bomtempo (2015) destaca também a expansão do setor imobiliário e do turismo em Caucaia, Eusébio e Fortaleza.

Tabela 3.5 – Imigrantes, emigrantes, saldo migratório e taxa líquida por data-fixa – Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, 1995/2000 e 2005/2010

RM de Fortaleza	1995-2000				2005-2010			
	Imig.	Emig.	Saldo	TLM	Imig.	Emig.	Saldo	TLM
AQUIRAZ	6.804	2.682	4.122	7,64%	6.769	2.640	4.129	6,16%
CASCAVEL	4.046	3.243	803	1,57%	3.984	2.548	1.436	2,34%
CAUCAIA	32.292	5.549	26.743	12,17%	25.998	6.855	19.143	6,40%
CHOROZINHO	1.584	2.131	-547	-3,29%	1.332	1.753	-421	-2,41%
EUSÉBIO	4.176	979	3.197	11,57%	6.498	1.121	5.377	12,77%
FORTALEZA	121.530	143.106	-21.576	-1,11%	92.622	136.607	-43.985	-1,93%
GUAIÚBA	1.040	1.060	-20	-0,11%	1.065	994	71	0,32%
HORIZONTE	7.476	1.076	6.400	21,65%	9.310	2.163	7.147	14,15%
ITAITINGA	2.702	925	1.777	6,89%	2.676	1.204	1.472	4,48%
MARACANAÚ	22.645	7.514	15.131	9,48%	15.384	6.595	8.789	4,56%
MARANGUAPE	4.888	4.596	292	0,37%	3.277	3.498	-221	-0,21%
PACAJUS	5.531	2.380	3.151	8,12%	6.918	2.956	3.962	6,97%
PACATUBA	6.943	1.498	5.445	11,93%	3.494	1.422	2.072	3,13%
PINDORETAMA	1.177	573	604	4,49%	1.769	687	1.082	6,27%
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.494	1.528	966	3,07%	4.308	1.695	2.613	6,47%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O comportamento do polo metropolitano nos dois períodos indica o aumento do SM de -21.576 para -43.985, embora a TLM tenha permanecido em valores relativamente baixos passando de -1,11% para -1,93%. Esse comportamento do SM pode ser visto pela redução na proporção de imigrantes de 6,27% para 4,06%, observados na Tabela A 1.2 do Anexo 1. Fortaleza mantém para os dois quinquênios o menor saldo negativo entre as capitais das três RMs, como se verá adiante. A RMF passou por uma reestruturação industrial na década de 1990 e conseguiu atrair investimentos da indústria têxtil e de calçados

de maneira destacada nacionalmente, e a capital cearense se beneficia muito dessa transferência de capital, de acordo com o discutido no Capítulo 2.

Em relação às trocas migratórias intrametropolitanas, a Tabela A 1.5 no Anexo 1 mostra que o polo metropolitano apresenta SM negativo de 41.188 no primeiro quinquênio, 1995-2000, valor superior ao que perdeu na troca com todos os municípios do país visto na Tabela 3.5, num indicativo da força do crescimento da periferia na RMF. No segundo quinquênio 2005-2010, Fortaleza perde 34.809 para os demais municípios da RMF.

A Tabela 3.6 apresenta os imigrantes, emigrantes e os saldos e taxas para a RMR, estimados através do quesito de data fixa. Entre os municípios com maiores SMs nos dois quinquênios, Jaboatão possui saldo de 39.953 no primeiro quinquênio e 24.548 no segundo. Segundo Lyra e Vasconcelos (2015), por se tratar de um município limítrofe a Recife, Jaboatão se destaca como receptor de imigrantes não só pela dinâmica econômica de crescimento do núcleo metropolitano, mas também, pela atração de migrantes que se deslocam para trabalhar nos empreendimentos iniciados em Suape, de maneira que apresenta o setor imobiliário com forte atuação no município.

Tabela 3.6 – Imigrantes, emigrantes, saldo migratório e taxa líquida por data-fixa – Municípios da Região Metropolitana de Recife, 1995/2000 e 2005/2010

RM de Recife	1995-2000				2005-2010			
	Imig.	Emig.	Saldo	TLM	Imig.	Emig.	Saldo	TLM
ABREU E LIMA	7.890	5.449	2.441	3,03%	8.075	5.224	2.851	3,25%
ARAÇOIABA	1.247	700	547	4,08%	901	783	118	0,71%
CABO DE SANTO AGOSTINHO	9.028	6.217	2.811	2,05%	12.434	6.493	5.941	3,47%
CAMARAGIBE	11.287	6.948	4.339	3,71%	8.907	7.465	1.442	1,07%
IGARASSU	6.695	4.527	2.168	2,93%	6.760	5.221	1.539	1,63%
IPOJUCA	4.394	2.794	1.600	3,04%	6.091	2.859	3.232	4,42%
ILHA DE ITAMARACÁ	3.515	187	3.328	23,19%	4.626	1.024	3.602	17,70%
ITAPISSUMA	1.365	1.292	73	0,41%	1.901	1.201	700	3,20%
JABOATÃO DOS GUARARAPES	60.281	20.328	39.953	7,59%	45.239	20.691	24.548	4,10%
MORENO	2.828	1.690	1.138	2,56%	2.704	1.985	719	1,36%
OLINDA	29.823	28.511	1.312	0,39%	19.666	25.540	-5.874	-1,66%
PAULISTA	34.853	12.985	21.868	9,12%	26.897	13.452	13.445	4,80%
RECIFE	65.667	149.115	-83.448	-6,40%	62.309	132.003	-69.694	-4,84%
SÃO LOURENÇO DA MATA	6.343	5.872	471	0,58%	7.064	3.777	3.287	3,45%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Itamaracá se destaca com as maiores TLMs nos dois períodos – 23,19% e 17,7%, respectivamente – e de acordo com Lyra e Vasconcelos (2015) esse fenômeno se deve à atração que o complexo penitenciário da ilha exerce sobre as famílias dos detentos.

Os casos de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca chamam a atenção por se tratar de municípios que se encontram na microrregião de Suape e recebem influência direta dos efeitos do Complexo de Suape. Segundo Simões *et al* (2013), este apresenta indícios de se caracterizar como polo de crescimento e, de acordo com Monteiro *et al* (2015), desconcentra fortemente atividade econômica dentro da própria RMR em direção a seu litoral sul. Através da Tabela 3.6, observa-se que Ipojuca duplica seu SM entre os dois quinquênios, que passa de 1.600 para 3.232, com reflexo também na sua TLM que chega a 4,42% para 2005-2010 e também em sua taxa de crescimento anual de 3,08% na década de 2000. O município do Cabo de Santo Agostinho também duplica seu SM na comparação entre os dois períodos – de 2.811 para 5.941 – chega a uma TLM de 3,47% e apresenta crescimento de 1,9% na década de 2000. As mudanças nos valores dos indicadores da dinâmica migratória desses municípios apontam a força da oferta de trabalho no rearranjo espacial da população nessa área de elevado crescimento econômico em Pernambuco.

A Tabela 3.6 mostra também que o SM de Recife reduziu o seu valor negativo, de -83.448 no quinquênio 1995-2000 para -69.694 no período seguinte. Recife possui os maiores percentuais de emigrantes – 11,43% e 9,16% nos dois quinquênios (ver Tabela A 1.3 do Anexo 1) – e SM negativo sensivelmente maior que os de Fortaleza e Salvador, para os dois quinquênios. A capital pernambucana exibe também as menores taxas anuais de crescimento populacional entre as capitais, como se vê pela Tabela 3.4, de 1,03% na década de 1990 e 0,78% na de 2000. Na comparação com os demais municípios da RMR, os SMs negativos do polo metropolitano vistos na Tabela 3.6 indicam perda para a periferia da RM, o que se confirma pelas trocas migratórias apenas na própria RM em que Recife exibe SMs de -53.994 e -35.685 nos dois quinquênios (ver Tabela A 1.6 do Anexo 1). Recife, que segundo Lyra e Vasconcelos (2015)

era historicamente receptora de imigrantes, passa a perder população para os demais municípios metropolitanos.

Para a RMS, a Tabela 3.7 apresenta de maneira similar às anteriores, as medidas dos imigrantes, emigrantes, SMs e TLMs por data fixa para seus municípios nos dois quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010. Entre os municípios que exibem forte dinâmica migratória nos dois quinquênios, Simões Filhos e Camaçari são associados à dinâmica industrial da reestruturação da economia baiana que se observou na segunda metade do século passado, na medida em que o primeiro recebeu o centro industrial CIA, em 1968; enquanto que o segundo recebeu o COPEC, que entra em funcionamento quase dez anos após o CIA, em 1978. A partir desses investimentos, a economia baiana é reestruturada em seu setor industrial, que passa a fornecer matérias-primas à indústria nacional, reforçando seu caráter complementar à indústria do Sudeste (BRANDÃO, 1985; SANTOS, 1994). Simões Filho apresenta SM de 8.714 no primeiro quinquênio e 7.641 no segundo, enquanto esses valores para Camaçari são 13.347 e 24.811, respectivamente.

Tabela 3.7 – Imigrantes, emigrantes, saldo migratório e taxa líquida por data-fixa – Municípios da Região Metropolitana de Salvador, 1995/2000 e 2005/2010

RM de Salvador	1995-2000				2005-2010			
	Imig.	Emig.	Saldo	TLM	Imig.	Emig.	Saldo	TLM
CAMAÇARI	21.918	8.571	13.347	9,26%	35.064	10.253	24.811	11,13%
CANDEIAS	3.608	3.869	-261	-0,38%	4.421	4.948	-527	-0,69%
DIAS D'ÁVILA	7.894	2.673	5.221	12,91%	8.782	3.825	4.957	8,21%
ITAPARICA	1.869	1.841	28	0,17%	2.018	1.379	639	3,33%
LAURO DE FREITAS	23.369	3.887	19.482	19,12%	24.878	6.824	18.054	11,92%
MADRE DE DEUS	1.226	537	689	6,35%	2.363	730	1.633	10,12%
MATA DE SÃO JOÃO	2.422	3.188	-766	-2,60%	2.974	2.350	624	1,69%
POJUCA	1.880	2.508	-628	-2,65%	2.312	1.807	505	1,65%
SALVADOR	118.012	146.871	-28.859	-1,29%	97.368	157.086	-59.718	-2,38%
SÃO FRANCISCO DO CONDE	1.378	979	399	1,71%	1.971	1.102	869	2,84%
SÃO SEBASTIÃO DO PASSE	1.651	2.662	-1.011	-2,81%	2.062	1.944	118	0,30%
SIMÕES FILHO	12.460	3.746	8.714	10,42%	12.254	4.613	7.641	7,08%
VERA CRUZ	3.684	1.401	2.283	8,65%	4.217	1.447	2.770	7,95%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O município de Lauro de Freitas apresenta SMs entre os maiores nos dois quinquênios: 19.482 e 18.054. Trata-se de um município conurbado a Salvador e cuja dinâmica encontra-se associada ao que Brandão (1985) define como salários extravagantes aos padrões locais introduzidos pela chegada das atividades com o petróleo e constituíram alvo do setor imobiliário. Segundo Fernandes e Guimarães (2014), Lauro de Freitas passou por forte influência do setor de habitação para classe média e média alta (com a construção de condomínios) para os migrantes de Salvador ou de capitais do Sudeste em condições superiores àquelas quem vêm do interior do estado.

O núcleo metropolitano da RMS exhibe SMs negativos nos dois intervalos analisados: -28.859 no primeiro quinquênio e de -59.718 no segundo. A proporção de imigrantes em Salvador mostra redução de 5,28% para 3,88% na comparação entre 1995-2000 e 2005-2010, enquanto que o de emigrantes permanece em torno de 6% com pequena tendência de queda (ver Tabela A 1.4 do Anexo 1) e como consequência temos o aumento no SM negativo. A Tabela A 1.7 do Anexo 1 confirma o aumento da perda de população de Salvador para os demais municípios metropolitanos através dos SMs de -26.680 e -36.235.

Para a análise das trocas entre as RMs e os demais estados do Nordeste, a Tabela 3.8 apresenta a informação agregada por RM, com os imigrantes, emigrantes e o SM regionais. De maneira geral, o SM positivo para as três RMs no quinquênio 1995-2000, em decorrência da RMF cujo SM foi 8.133, passa a ser negativo no segundo quinquênio. Especialmente a RMR passa de um SM negativo de -2.693 para -8.065 entre os dois períodos. Para Campos e Fusco (2009) a diversidade regional, refletida no surgimento de polos de atração e também manchas de esvaziamento, explica os movimentos intraregionais recentes mais intensos. Na migração restrita ao Nordeste, as RMs em seu conjunto não têm, de maneira geral, conseguido atrair população, considerando seus SMs.

Quando analisamos a origem e destino entre as RMs e as UFs do Nordeste, percebemos alguns padrões entre as regiões metropolitanas. As tabelas A 1.8 e A 1.9 (no Anexo 1) mostram os fluxos de migrantes entre as RMs e as UFs nordestinas e vice-versa, respectivamente, para 2000 e 2010. Podemos

identificar que as regiões metropolitanas exibem claramente maiores trocas com as UFs que lhes são mais próximas. A RMF, por exemplo, envia e recebe mais migrantes do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte para os dois anos censitários.

Tabela 3.8 – Migração intraregional entre as regiões metropolitanas e os demais estados nordestinos- imigrantes, emigrantes e saldo migratório - 1995-2000 e 2005-2010

Região Metropolitana	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Fortaleza	21.960	13.827	8.133	13.539	13.205	334
Recife	21.316	24.009	-2.693	17.183	25.248	-8.065
Salvador	12.308	12.080	228	12.755	13.510	-755

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Quando as trocas consideradas são as ocorridas entre as RMs e as demais regiões, há uma mudança no comportamento migratório em relação ao visto na perspectiva regional. A Tabela 3.9 mostra os SMs negativos para as RMs, à exceção da RMF no quinquênio 1995-2000, com associações possíveis ao desempenho que essa RM apresentou na década de 1990. Segundo Oliveira *et al* (2015), apesar das mudanças recentes, a dinâmica migratória nordestina ainda é impulsionada pelos mesmos elementos que condicionaram o padrão migratório principal entre o Nordeste e Sudeste.

Tabela 3.9 – Migração inter-regional entre as regiões metropolitanas e demais regiões - imigrantes, emigrantes e saldo migratório - 1995-2000 e 2005-2010

Região Metropolitana	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Fortaleza	41.876	36.211	5.665	26.192	32.939	-6.747
Recife	31.733	52.411	-20.678	28.688	42.062	-13.374
Salvador	29.551	48.115	-18.564	27.930	50.619	-22.689

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A migração na perspectiva inter-regional pode também ser apreciada através dos fluxos a partir de e para as RMs, considerando as UFs em outras regiões. As tabelas A 1.10 e A 1.11 (no Anexo 1) apresentam essas informações. Podemos observar que São Paulo e Rio de Janeiro são, destacadamente, as UFs para as quais as três RMs mais enviam migrantes. Esses dois estados são também aqueles que mais enviam migrantes para as regiões metropolitanas estudadas. Vale salientar que há uma diferença sensível entre o quantitativo de migrantes de e para São Paulo, comparativamente ao Rio de Janeiro. Este resultado não causa surpresa e São Paulo é o destaque indiscutível, em consonância com a formação do padrão migratório dominante entre Nordeste e Sudeste.

A Tabela 3.10 apresenta a informação sobre migração intraestadual também agregada por RM, sendo possível perceber dois fenômenos: os SMs positivos, assinalando a relevância da migração intraestadual e a redução geral desses SMs no segundo quinquênio. O primeiro ressalta a importância da migração intraestadual para as três regiões metropolitanas, enquanto que o segundo pode ter algumas explicações possíveis. De acordo com Fusco (2012), o fato de o primeiro quinquênio ter sido caracterizado por secas mais contundentes, desarticulando a produção agropecuária, enquanto que o segundo contou com a ampliação dos efeitos dos polos regionais e de ações do estado como a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina. São questões ambientais e de investimentos com geração de renda moldando de alguma maneira a migração nos estados dessas RMs.

Tabela 3.10 – Migração intraestadual entre as regiões metropolitanas e demais áreas de seus estados - imigrantes, emigrantes e saldo migratório - 1995-2000 e 2005-2010

Região Metropolitana	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
Fortaleza	83.380	52.161	31.219	74.362	55.443	18.919
Recife	58.204	33.774	24.430	48.224	41.081	7.143
Salvador	102.488	66.235	36.253	92.821	66.689	26.132

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A análise da migração nos polos metropolitanos constitui um indicador valioso da dinâmica migratória da RM, pois são eles que concentram população e comandam a maior parte da dinâmica econômica da área sob sua influência. A Tabela 3.11 exibe a migração em direção aos núcleos metropolitanos estudados e indica que Salvador e Fortaleza recebem a maior proporção de imigrantes de seus próprios estados: em torno de 63% nos dois quinquênios para a capital baiana; 46,06% no primeiro intervalo e 52,52% no segundo para a capital cearense. São valores que indicam a importância da migração intraestadual na dinâmica migratória das RMs.

Tabela 3.11 – Imigração nos núcleos metropolitanos de Fortaleza, Recife, Salvador - 1995-2000 e 2005-2010

Núcleo Metropolitano	Quinquênio	Migração Intrametrop.	% Imig.	Migração Intraestadual	% Imig.	Migração Interestadual	% Imig.	Total de Imigrantes
Fortaleza	1995-2000	9.732	8,0%	55.972	46,1%	55.826	45,9%	121.530
	2005-2010	9.282	10,0%	48.642	52,5%	34.698	37,5%	92.622
Recife	1995-2000	15.075	23,0%	22.285	33,9%	28.307	43,1%	65.667
	2005-2010	17.501	28,1%	19.925	32,0%	24.883	39,9%	62.309
Salvador	1995-2000	8.822	7,5%	74.786	63,4%	34.404	29,2%	118.012
	2005-2010	7.541	7,7%	61.746	63,4%	28.081	28,8%	97.368

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O terceiro núcleo – Recife – diferencia-se das outras capitais por não receber uma proporção maior de seus imigrantes do próprio estado, mas de outras UFs, como pode ser visto na Tabela 3.11: 43,11% e 39,93% nos dois

quinquênios, entre os maiores percentuais observados para o fluxo interestadual. Outra diferença reside em que Recife recebe uma proporção sensivelmente maior que Fortaleza e Salvador de seus imigrantes dos demais municípios da RMR: 22,9% e 28% nos dois intervalos.

O contexto das trocas entre as RMs e seus próprios estados ou demais estados da região no Nordeste reflete sua grande heterogeneidade regional, assunto tratado por Oliveira *et al* (2015) ao utilizarem a ideia de um Nordeste metropolitano e outro não metropolitano. Para os autores, a última década trouxe mudanças como a maior dinâmica no mercado de trabalho e também os programas sociais de transferência de renda, mas esses são elementos que convivem com os fatores expulsivos estruturais, ligados ao setor primário; ou seja, o “Nordeste metropolitano que concentra a renda, população e contextos favoráveis de mercado de trabalho, convive com o interior de economia debilitada, movida à base de aposentadorias e programas sociais de transferências de renda” (OLIVEIRA *et al*, 2015; p. 85).

A análise do destino dos migrantes que partem dos núcleos metropolitanos também revela elementos importantes da dinâmica migratória das RMs. A Tabela 3.12 mostra que os demais municípios das RMs possuem um peso relativo muito importante nos destinos de quem parte da capital, especialmente para Recife cujos emigrantes intrametropolitanos correspondem a 46,32% e 40,29% nos dois quinquênios. De maneira geral, no quinquênio 2005-2010 pelo menos um terço dos emigrantes destinou-se aos municípios da periferia das RMs.

Tabela 3.12 – Migração a partir dos núcleos metropolitanos de Fortaleza, Recife, Salvador - 1995-2000 e 2005-2010

Núcleo Metropolitano	Quinquênio	Migração Intrametrop.	% Emig.	Migração Intraestadual	% Emig.	Migração Interestadual	% Emig.	Total de emigrantes
Fortaleza	1995-2000	50.920	35,6%	43.627	30,5%	48.559	33,9%	143.106
	2005-2010	44.091	32,3%	46.865	34,3%	45.651	33,4%	136.607
Recife	1995-2000	69.069	46,3%	22.129	14,8%	57.917	38,8%	149.115
	2005-2010	53.186	40,3%	27.062	20,5%	51.755	39,2%	132.003
Salvador	1995-2000	35.502	24,2%	55.869	38,0%	55.500	37,8%	146.871
	2005-2010	43.776	29,4%	55.975	37,5%	57.335	38,5%	149.115

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

As estimativas da Tabela 3.12 para migração intrametropolitana indicam fenômenos conhecidos de migração acompanhando a expansão urbana da metrópole. Cunha (1994) estudou a migração intrametropolitana na RMSP através de fenômenos como a periferização e a desconcentração industrial na metrópole paulista, considerando a influência da habitação e da criação de empregos como elementos estruturais que incentivam ou restringem o movimento. A migração intrametropolitana foi um elemento muito importante no crescimento dos municípios da RMSP na década de 1970 (CUNHA, 1994).

A Tabela 3.13 mostra que a migração intrametropolitana tem um peso muito importante no total de imigrantes que se dirigem à periferia das RMs. A maior parte desse fluxo está contida no sentido núcleo para a periferia, que se somada ao fluxo da periferia para a periferia, compõem mais da metade dos imigrantes nesses municípios metropolitanos. Para o quinquênio 2005-2010, a soma desses fluxos representava 63,25% dos imigrantes na periferia da RMF, 64,56% no caso da RMR e 54,13% para a RMS. São números que mostram a força da migração intrametropolitana nos municípios da periferia das RMs nordestinas.

Tabela 3.13 – Migração em direção aos municípios periféricos das RMs - 1995-2000 e 2005-2010

Região Metropolitana	Quinquênio	Migrantes Intrametropolitanos				Mig. Intraestaduais para a Periferia		Mig. Interestaduais para a Periferia		Total imig. na periferia
		Núcleo-Periferia		Periferia-Periferia		N	%	N	%	
		N	%	N	%					
Periferia RMF	1995-2000	50.920	49,1%	13.298	12,81%	27.408	26,4%	12.172	11,7%	103.798
	2005-2010	44.091	47,5%	14.591	15,7%	25.720	27,7%	8.380	9,0%	92.782
Periferia RMR	1995-2000	69.069	38,5%	46.845	26,1%	35.919	20,0%	27.716	15,4%	179.549
	2005-2010	53.186	35,2%	44.267	29,3%	28.299	18,7%	25.504	16,9%	151.256
Periferia RMS	1995-2000	35.502	42,6%	10.707	12,8%	26.084	31,3%	11.066	13,3%	83.359
	2005-2010	43.776	42,4%	12.151	11,8%	31.075	30,1%	16.314	15,8%	103.316

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A migração de retorno no Nordeste passa a se destacar pelo aumento em sua intensidade a partir da década de 1980 (RIBEIRO, 1997; MARTINE, 2015;

OLIVEIRA *et al*, 2015). A Tabela 3.14 apresenta os imigrantes de retorno para as RMs nos quinquênios de 1995-2000 e de 2005-2010, estimados por data fixa. Podemos observar o aumento no número de retornados para as três RMs, bem como o aumento ainda maior nas proporções de retornados em relação ao total de imigrantes nas regiões metropolitanas, na medida em que houve a redução do número de imigrantes em todas elas. Esse fenômeno torna-se ainda mais interessante quando comparamos os resultados com a Tabela 3.4, que nos indica que a migração de retorno de data fixa para Ceará, Pernambuco e Bahia apresentaram redução em suas proporções sobre o total de imigrantes nessas UFs entre os quinquênios de 1995-2000 e de 2005-2010. Ou seja, o fluxo de retornados tornou-se mais relevante, entre os dois períodos analisados, nas RMs em comparação a seus respectivos estados.

Tabela 3.14 – Migração de retorno, total dos imigrantes e proporção de retornados para as RMs de Fortaleza, Recife e Salvador - 1995-2000 e 2005-2010

Região Metropolitana	1995-2000			2005-2010		
	Retornados	Total Imig	%	Retornados	Total Imig	%
Fortaleza	13.721	151.378	9,06%	14.801	117.440	12,60%
Recife	11.763	114.227	10,30%	13.027	98.611	13,21%
Salvador	12.211	146.340	8,34%	13.042	137.216	9,50%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

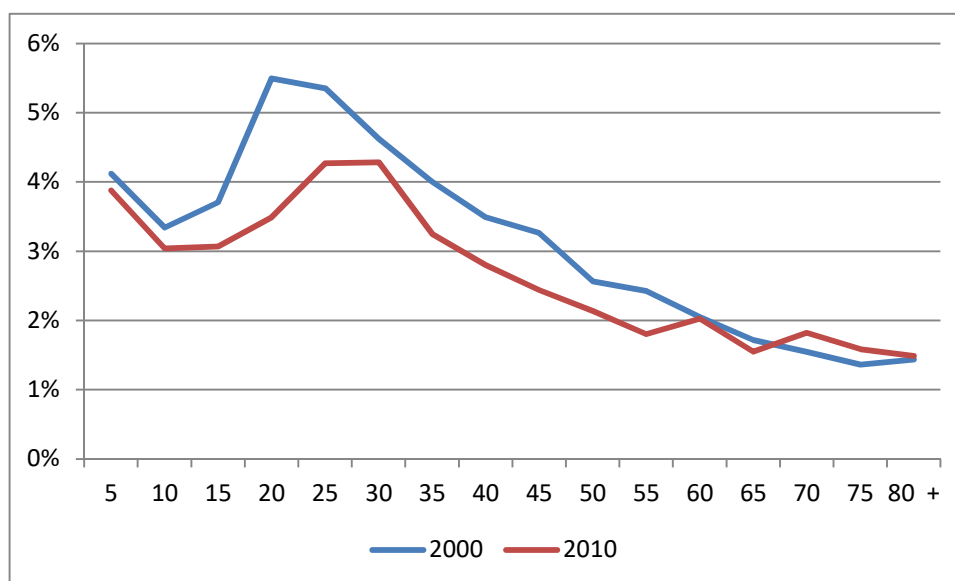
Com o objetivo de completar a análise da migração nas RMs nordestinas em foco e de investigar, de forma geral, o comportamento dessa migração no período proposto nesta tese, podemos analisar a probabilidade de emigrar³⁹, observada através das curvas de migração, de acordo com o definido por Rogers e Castro (1981).

³⁹ Definida, para uma determinada unidade de área em um período definido, pela razão entre o número de emigrantes pela população exposta ao risco de migrar, obtida através da população no final do período menos os imigrantes e mais os emigrantes observados.

Segundo Rigotti *et al* (2015), a análise das curvas de migração através das proporções de migrantes por idade e região são relevantes na medida em que saldos migratórios modestos podem esconder grande interação entre regiões e também por complementar o quadro de mudanças demográficas, refletindo transformações estruturais e históricas. As curvas de migração para as RMs em estudo foram elaboradas a partir dos fluxos migratórios estimados através do quesito de data fixa para os dois censos considerados, ou seja, considerando os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010. Os gráficos 3.1, 3.2 e 3.3 apresentam o nível e a estrutura etária da propensão a migrar para a RMF, RMR e RMS, respectivamente.

Inicialmente, percebem-se nas curvas dos gráficos das RMs algumas regularidades que, segundo Rogers e Castro (1981), são notavelmente encontradas nas curvas de migração. De maneira geral, a migração para o grupo etário mais novo – de 5 a 9 anos – seria um reflexo das altas proporções de migração de seus pais, jovens adultos de meados ao final de seus 20 anos de idade, e constitui um indicativo do caráter familiar da migração. A partir de então, há um ponto local de mínimo em torno dos 15 anos, quando a curva cresce até atingir o pico global para em seguida decrescer monotonicamente até as idades de aposentadoria.

Gráfico 3.1 – Proporções de migrantes por idade na Região Metropolitana de Fortaleza – 2000 e 2010



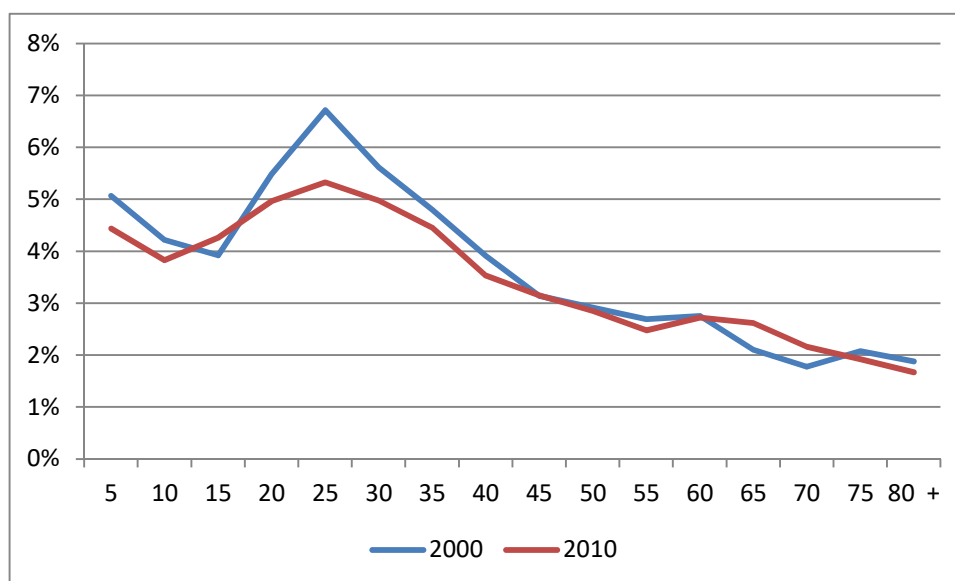
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico 3.2 – Proporções de migrantes por idade na Região Metropolitana de Recife – 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico 3.3 – Proporções de migrantes por idade na Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Como a migração é altamente seletiva por idade, com a maior parte dos migrantes nos grupos etários de adultos jovens, o ápice das curvas e a maior parte da área sob as curvas encontram-se entre os grupos etários de 20-39 anos. Vale destacar que enquanto a RMR e a RMS mantêm para 2000 e 2010 o pico das curvas no grupo etário de 25-29 anos, a RMF apresenta um deslocamento de seu pico em 2010 do grupo de 20-24 para 30-34 anos, um envelhecimento das idades mais propensas a migrar. Essas observações encontram-se em conformidade com o encontrado por Caetano (2015), que analisa a propensão a emigrar do Nordeste ao Sudeste e vice-versa para 1991 e 2000: para o primeiro caso verifica o pico da migração em torno dos 20 anos, enquanto que para o segundo, após os 30 anos de idade e associada ao movimento de retorno ao Nordeste.

O fenômeno mais notável ao observarmos os gráficos 3.1, 3.2 e 3.3, no entanto, encontra-se na mudança de nível das curvas para as RMs, ou seja, na redução da propensão a migrar entre 2000 e 2010. Nas três RMs observa-se a redução da emigração, sendo que a RMF apresenta uma redução mais pronunciada, além de alteração maior em sua estrutura. Em Rigotti *et al* (2015) verifica-se uma redução constante na propensão a migrar nos municípios

brasileiros entre 1991 e 2010, com indicativo de ser um fenômeno generalizado nacionalmente.

Rigotti *et al* (2015) comparam a propensão a emigrar da Região Nordeste com a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP entre 2000 e 2010. Para o Nordeste, percebem um perfil mais jovem e concentrado entre 20 e 25 anos, além da redução da emigração de forma “mais lenta e discreta, embora este processo seja constante e estrutural” (RIGOTTI *et al*, 2015, p. 38); enquanto que no caso da RMSP, as curvas exibem níveis mais altos de emigração na idade de 5 anos, ou seja, um indício mais forte de emigração familiar num padrão diferente da emigração nordestina.

No sentido de compararmos as RMs nordestinas em foco com uma região metropolitana de influência nacional, como a RMSP, estimamos as curvas de padrão de migração para essa área no Gráfico 3.4. Percebe-se também a redução clara de nível entre as duas curvas da RMSP, e algumas diferenças entre essa região metropolitana e as RMs nordestinas, a começar pelo formato mais achatado das curvas da primeira e em níveis mais elevados de emigração. Há um diferencial também claro entre o nível de migração na idade de 5 anos e os níveis das RMs nordestinas, num indicativo de que o caráter familiar da emigração na RMSP possui também uma relevância maior que a das regiões metropolitanas nordestinas.

Gráfico 3.4 – Proporções de migrantes para a RMSP – 2000 e 2010

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A discussão feita no capítulo anterior indica que as RMs seguem o processo de transição demográfica, que levaria teoricamente a uma perspectiva futura de redução da migração em decorrência da redução dos grupos de jovens adultos, normalmente mais propensos a migrar. Este ponto encontra-se em sintonia com a redução no nível das migrações observada nesta seção. No entanto, foi visto antes também que os grupos etários de adultos jovens continuam a crescer nas décadas recentes, a ponto de Wong (2004) prever razões de dependência mínimas entre 2010 e 2020.

Rigotti *et al* (2015) analisam esses elementos e afirmam que as “(...) alterações na dinâmica populacional precisam ser bem contextualizadas no processo de transição demográfica, uma vez que a participação da população ativa ainda cresce no Brasil em termos absolutos e relativos” (RIGOTTI *et al*, 2015, p. 32). A migração nas RMs estudadas apresenta redução em seu nível, seguindo o observado como tendência nacional, apesar da população nessas regiões metropolitanas e no Brasil, de maneira geral, ser ainda eminentemente jovem.

4 – MIGRAÇÃO DA FAMÍLIA E ARRANJOS DOMICILIARES

4.1 – A escolha da unidade de análise

As análises descritivas contidas no capítulo anterior tiveram como foco a maneira como as forças macroestruturais ligadas ao crescimento econômico e desenvolvimento formaram importantes padrões de migração, especialmente entre as regiões Nordeste e Sudeste, mas também destacando os padrões no próprio Nordeste e no nível intraestadual. Os estudos em migração possuem diversas abordagens do fenômeno migratório, destacando-se a abordagem estruturalista e a neoclássica⁴⁰.

Segundo De Haas (2010), a teoria neoclássica possui uma visão otimista da migração como forma de otimizar a alocação de fatores na economia e foi dominante até o início da década de 1970. Esta percebe a migração como forma de otimizar a alocação dos fatores de produção em benefício das áreas de origem e destino. Para o autor, tal abordagem tende a ver o migrante de forma atomística, como maximizador de utilidade individual; neste sentido, desconsidera outras motivações ao deslocamento, como o pertencimento do indivíduo a grupos sociais como famílias ou comunidades⁴¹.

⁴⁰ De Haas (2010) faz uma apreciação das mudanças entre os vieses pessimistas ou otimistas dos discursos das abordagens mais influentes em determinado período, de maneira que a alternância de viés decorreria das mudanças mais gerais nas teorias sociais e de desenvolvimento. Em larga medida, essa divisão refletiria as diferenças ideológicas entre as visões neoliberais e aquelas centradas no estado.

⁴¹ Para DaVanzo (1981), no entanto, a impressão de que a abordagem microeconômica da migração ignora questões como estar próximo a amigos e parentes é falsa. Esses fatores não seriam normalmente incluídos nos modelos utilizados pela dificuldade na operacionalização empírica, não pela visão econômica limitada dos custos e benefícios do processo de migração.

Segundo De Haas (2010), ao final dos anos 1960 a perspectiva neoclássica foi desafiada pela influência combinada da mudança de paradigma nas teorias sociais e de desenvolvimento em direção à abordagem histórico-estruturalista e da dependência. Para Wood (1982), nessa abordagem a migração é conceitualizada como um fenômeno de classe no qual a unidade de análise é o fluxo⁴², em oposição à abordagem atomística que trata a migração como resultado da máxima utilidade obtida pelo valor descontado da soma das escolhas individuais.

Wood (1982) analisa, ainda, a polarização entre os arcabouços analíticos da abordagem neoclássica e da histórico-estruturalista através da avaliação crítica de cada uma delas, no sentido de indicar a presença de inconsistências em aceitar apenas uma das teorias e desconsiderar a contribuição da outra.

A crítica dirigida à abordagem microeconômica não se refere à suposição de que as pessoas têm racionalidade ou que a busca por vantagem econômica pode motivar trabalhadores a ir para as áreas mais ricas. Ao invés disso, Wood (1982) define como problema o equilíbrio que, presumidamente, segue da mobilidade do trabalho, além do caráter a-histórico da abordagem e de seu reducionismo, os quais impedem a atenção às causas subjacentes dos parâmetros estruturais nos quais as decisões individuais são definidas.

Em relação ao pensamento estruturalista, Wood (1982) menciona que se a abordagem neoclássica peca pelo reducionismo, os estruturalistas seguem no caminho oposto. Uma vez especificadas as forças macroestruturais que determinam os desequilíbrios dos salários, do emprego e das amenidades, a perspectiva histórico-estrutural destinaria pouca atenção aos fatores que motivam os atores individuais. A abordagem lida com todos os indivíduos, enquanto presume que seu comportamento pode ser explicado, primordialmente, pela localização do indivíduo no sistema maior. Segundo esse autor, os estruturalistas enfrentam o grande desafio de delinear o impacto na migração de forças em

⁴² Explicações para os padrões de migração são definidas a partir da análise histórica dos múltiplos aspectos do modelo geral de desenvolvimento socioeconômico e político; pelo exame das pressões internas e externas à economia nacional que levam a mudanças na organização da produção (WOOD, 1982).

sentidos opostos cuja origem encontra-se em vários níveis: internacional, nacional, regional e local.

A partir da discussão acerca das duas grandes abordagens, Wood (1982) propõe um arcabouço que integre as perspectivas individual e estrutural ao estudo da migração, que possibilite uma compreensão maior do fenômeno migratório do que apenas uma das perspectivas. O ponto central dessa proposta reside na mudança da unidade de análise para o domicílio⁴³.

O comportamento do domicílio pode ser observado por uma série de estratégias de sustento para o ajuste entre as necessidades de consumo, força de trabalho disponível e as alternativas de gerar renda monetária e não monetária. Para Wood (1982), as estratégias devem ser dinâmicas, inclusive porque a composição do domicílio muda com seus diferentes estágios de ciclo de vida. Segundo o autor:

As estratégias de sustento refletem a forma como os domicílios se adaptam às forças que se encontram além da unidade domiciliar. Essas incluem elementos como oportunidades de trabalho, inflação, tributos, preços de mercadorias, taxa de juros, custos de transportes (...) O caráter macroestrutural dessas contingências pede explicações que são necessariamente elencadas no nível geral da economia política da produção e distribuição (WOOD, 1982, p. 313).

De acordo com Wood (1982), os mecanismos pelos quais esses fatores estruturais refletem na população podem ser delineados pela análise das estratégias dos domicílios. Nas estratégias possíveis, os domicílios podem considerar a mobilidade de alguns ou de todos os seus membros⁴⁴. É esta interação das famílias com o ambiente social, econômico e político que vai

⁴³ O autor define domicílio como um grupo de pessoas unidas para assegurar a manutenção e reprodução da vida, através da produção e partilha de um fundo de recursos coletivo.

⁴⁴ No entanto, migração é uma opção que depende da relação entre o consumo do domicílio e sua capacidade produtiva.

determinar, a partir de suas estratégias, sua propensão a migrar de forma permanente ou sazonal.

Massey *et al* (1993) defendem que a compreensão do fenômeno migratório não pode ser alcançada, de forma satisfatória, através das ferramentas de uma única disciplina ou pelo foco em um único nível de análise. Ao invés disso, “sua natureza complexa e multifacetada requer uma teoria sofisticada que incorpore a variedade de perspectivas, níveis e suposições” (Massey *et al*, 1993; p. 432), sendo possível que múltiplas forças, em diferentes escalas e de diferentes naturezas atuem simultaneamente em relação à decisão de migrar. Por exemplo, é possível que indivíduos realizem seus cálculos de custo-benefício, que famílias atuem no sentido de diversificar a alocação de seu trabalho a fim de reduzir os riscos, e que o contexto socioeconômico no qual as decisões são tomadas seja determinado por forças estruturais operando no nível nacional e internacional.

Massey *et al* (1993) mostram-se contrários ao argumento da exclusividade teórica e exibem ceticismo quanto às teorias atomísticas, as quais negam a importância das restrições estruturais nas decisões individuais e também quanto às teorias estruturais que descuidem das decisões dos indivíduos e das famílias. Os autores defendem um posicionamento mais amplo, em que os processos causais relevantes para a migração operam em muitos níveis simultaneamente.

Massey (1990), por sua vez, trata do caráter multidisciplinar da migração e considera que a disciplina encontra-se “fragmentada” em vários campos semiautônomos de pesquisa, sendo que uma das dimensões em que a disputa se dá refere-se ao nível apropriado de análise. O autor defende que, a partir dessa visão, os modelos empíricos de comportamento do migrante devem ser especificados e estimados utilizando os domicílios ou famílias como unidades de análise.

O deslocamento da perspectiva de análise para a família ou domicílio como unidade principal pode representar um avanço no sentido das possibilidades teóricas de análise da migração. A partir das considerações expostas nesta seção (WOOD, 1982; MASSEY *et al*, 1993 e MASSEY, 1990), esta tese pretende utilizar como unidade de análise para a migração nas regiões metropolitanas nordestinas

propostas a família ou domicílio. Esta opção, no entanto, também requer cuidados, como pode ser percebido nas considerações de Barbieri (2007):

Obviamente, o foco exclusivo no domicílio como unidade de análise privilegiada, sem a consideração de outros determinantes micro ou macro, representa a mesma armadilha de outras abordagens que não incluem a articulação entre múltiplos níveis e escalas. Assumir o domicílio ou família como a unidade de análise privilegiada não implica a negligência de indivíduos, comunidades, regiões, etc. como unidades articuladas de análise (BARBIERI, 2007, p.230).

A escolha do domicílio ou família como unidade de análise para esta tese requer outras ponderações. Quando analisada de forma agregada, a família pode assumir diferentes aspectos, como nos modelos de produção domiciliar (BECKER, 1981) em que o altruísmo possui mais importância para as famílias em relação às transações de mercado. Os modelos de capital humano (desenvolvidos a partir de Mincer, 1978), por sua vez, ignoram o poder dos processos de barganha e seus efeitos na decisão de deslocamento da família e os modelos de empoderamento de gênero tem como foco o conflito na família.

A discussão teórica sobre o tema permite observar as diferentes perspectivas de como pode ser pensado o fenômeno migratório a partir de uma perspectiva da família. Além disso, pode fornecer subsídios importantes para a análise empírica desta tese. Neste sentido, a próxima seção discute diferentes abordagens da migração da família para uma melhor definição conceitual dessa unidade de análise e também apontamentos da maneira como a discussão pode contribuir com esta tese.

4.2 – Referencial teórico de Migração da família.

4.2.1 – Migração da família e teoria do capital humano.

A migração da família é objeto das abordagens que utilizam a teoria do capital humano e, neste sentido, tem-se em Mincer (1978) um trabalho seminal, a partir do modelo de capital humano de Sjaastad⁴⁵ (1962). Mincer aplica a ideia do retorno líquido típico da abordagem neoclássica, só que para toda a família, ao invés apenas do indivíduo, de modo que tem como foco exclusivamente o contexto da família.

A análise de Mincer (1978) parte do reconhecimento de que o ganho líquido da família, ao invés apenas do pessoal, motiva a migração. Assim, para que haja o movimento, basta que esse ganho seja positivo. Considerando o casal, se os ganhos têm o mesmo sinal para marido e esposa, não há contradição. As contradições surgem quando os sinais são diferentes e, se o retorno para a família for positivo, um dos cônjuges pode se deslocar mesmo que seus ganhos privados indiquem ser melhor ficar. A perda líquida desse possível *tied mover* (aquele cujos laços levam ao deslocamento por ser melhor para o casal) deve ser menor do que o ganho do outro cônjuge, de maneira que disso resulte um ganho líquido para a família. Alternativamente, se um dos cônjuges exibe ganho positivo com a migração, mas o sinal do ganho para o casal resultar negativo, essa situação caracterizará o *tied stayer* (aquele cujos laços levam a permanecer, por ser melhor para o casal), pois a migração não ocorrerá. Em suma, nos dois casos, o cônjuge *tied* é aquele para quem o valor esperado da perda (ganho) absoluta é menor do que o valor esperado do ganho (perda) absoluto do outro cônjuge.

⁴⁵ Por sua vez a primeira apresentação formal de um modelo de migração.

Alguns pontos podem ser destacados entre os resultados encontrados no trabalho de Mincer (1978): (i) a presença de laços detém a migração das famílias, muito embora haja os *tied movers*; as pessoas casadas são menos prováveis de se deslocar do que as solteiras; (ii) a migração tende a reduzir o desemprego dos homens e aumentar o das mulheres, na medida em que elas tendem a atuar como os *tied movers*; (iii) e por imporem externalidades privadas negativas para pelo menos um dos cônjuges, as decisões de deslocamento das famílias podem ser um desafio para sua integridade.

Em Borjas (2008) também encontramos uma discussão sobre a mobilidade da família pela ótica do capital humano. A comparação pré e pós-migração indica que os *tied movers* perdem, do ponto do ganho privado, com a migração. Borjas comenta sobre as evidências de que as mulheres nos Estados Unidos sofrem uma perda em seus salários após a migração (na ordem de US\$1.000 por ano). No entanto, a família como um todo ganharia e todos estariam em situação melhor, ainda que o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho coloca ambos, marido e esposa, em maiores possibilidades de situações em que seus incentivos pessoais não coincidem com os da família. O aumento das possibilidades de conflito na decisão de migrar torna a unidade familiar mais instável.

Borjas (2008) descreve um fenômeno interessante nos Estados Unidos, o aumento do número de *power couples*, ou seja, de casais em que marido e esposa possuem graduação. Em 1940, 20,1% das esposas em casais assim descritos trabalhavam, enquanto que em 1990, 73,3% delas trabalhavam. Essa nova realidade gera situações em que o casal pode decidir morar em cidades diferentes ou aceitar o fato de que alguém será *tied stayer* ou *tied mover*. Mas os *power couples* podem minimizar esse conflito escolhendo lugares onde a probabilidade de trabalho para marido e esposa sejam atraentes. De fato isso tem ocorrido, de maneira que a proporção desses casais que residem em regiões metropolitanas americanas passou de 14,6% em 1970 para 34% em 1990.

Tenn (2010), também utilizando uma adaptação do arcabouço teórico desenvolvido por Mincer (1978), questiona se as esposas se tornaram determinantes mais relevantes das decisões de migrar das famílias no período

1960-2000 nos Estados Unidos. Este questionamento decorre do aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho americano no período mencionado; ou seja, dado o aumento da importância econômica da carreira da mulher, poderíamos esperar uma maior influência delas nas decisões do domicílio, inclusive sobre a decisão de migrar.

Os resultados das estimações em Tenn (2010) indicam que a situação não se alterou no período considerado: as esposas constituíam um determinante fraco da migração das famílias em 1960 e continuam sendo assim também em 2000. Os resultados também sugerem a dificuldade de equilibrar duas carreiras simultaneamente, de modo que os casais encontram o ponto ótimo no foco da carreira do marido.

Maciel e Oliveira (2011) analisam o efeito da composição do domicílio na relação com a migração para o Brasil, tendo como base a abordagem microeconômica do capital humano. Dentre os principais resultados, os autores encontraram que o retorno do investimento na migração é positivo para o caso brasileiro, de maneira que há um diferencial de salários em favor dos migrantes. Além disso, encontraram resultados associados às características individuais estatisticamente significantes entre os migrantes, com homens apresentando salários maiores que as mulheres.

As variáveis associadas à família se mostraram estatisticamente significativas em relação à decisão individual de migrar. Para os indivíduos casados com filhos ou para o grupo familiar composto por mãe e filhos, a probabilidade de migrar é menor do que para os indivíduos casados e sem filhos. Além disso, os indivíduos pertencentes ao grupo unipessoal têm probabilidade maior de migrar do que os casados e sem filhos. Para os autores,

Esse resultado mostra que os efeitos dos laços familiares sobre a decisão de migração são relevantes, e está de acordo com o apontado por Mincer (1978), de que as pessoas casadas são menos propensas a migrar do que as solteiras, ou seja, os laços familiares tendem a deter a migração, embora eles criem “tied movers” (MACIEL e OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Os indicativos para a relação entre migração e família estariam relacionados à função de utilidade da família, a que a decisão de migrar seria motivada pelos retornos e custos para toda a família (MACIEL e OLIVEIRA, 2011).

A abordagem do capital humano aplicada para a migração da família parece indicar a dificuldade em elaborar uma estratégia para a migração que consiga privilegiar as carreiras profissionais dos cônjuges, na medida da maior participação da mulher no mercado de trabalho. Este ponto suscita a discussão sobre as questões de gênero na migração, muito embora não seja esse o foco primordial da teoria do capital humano para a migração.

A abordagem do capital humano para migração se encontra numa linha de pesquisa que Cooke (2008a) considera decorrente do estudo mais sistemático em migração da família conduzido especialmente por economistas e sociólogos na década de 1970. A motivação para esses estudos situou-se na redução observada nessa década nas taxas de migração da família decorrentes da maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Cooke (2005), “o domicílio e a família são instituições que moldam profundamente o comportamento individual e de grupo” (COOKE, 2005, p. 401) e isso é demonstrado pelo grande número de pesquisas sobre os efeitos dos deslocamentos no emprego do marido e da esposa. Segundo o autor, o efeito *trailing wife* foi cunhado por resultados empíricos consistentes que apontavam que a migração da família prejudicava o status econômico das esposas em relação ao dos maridos por até alguns anos após o movimento. As evidências sugerem que esse aspecto decorre da construção social do papel de gênero na família, de maneira que mesmo quando a esposa possui maior qualificação que o marido, a migração exibe um viés favorável à carreira do marido.

Para Cooke (2003), há um grande número de evidências empíricas que indicam o efeito negativo para as mulheres casadas da migração familiar sobre o emprego, o número de semanas e as horas trabalhadas, a renda e a atitude em relação ao trabalho. O fenômeno *trailing wife* possui duas abordagens que competem para explica-lo. De um lado o modelo de capital humano para a

migração da família (perspectiva dominante e com a explicação teórica mais consistente). Do outro lado o modelo do papel de gênero da migração da família (COOKE, 2003).

Cooke (2003) argumenta que, para o modelo do capital humano, as decisões da família são igualitárias, simétricas e com base nos ganhos potenciais relativos dos cônjuges. A explicação alternativa, por sua vez, foca em como a identidade e papel de gênero são a base na qual as decisões de migração da família são tomadas e que a decisão de migração é assimétrica e não igualitária. Cooke (2003) afirma que a segunda abordagem não nega a dimensão econômica do efeito *trailing wife*, mas enfatiza que as esposas são *tied movers* porque a migração familiar tem como contexto um sistema de decisão com domínio masculino e aquiescência feminina, além de uma segmentação mercado de trabalho com viés de gênero⁴⁶.

A discussão da abordagem do capital humano na migração da família fornece um indicativo valioso da relevância do domicílio e da família na decisão de migrar. A explicação do modelo de papel de gênero indica que, além da racionalidade econômica, as decisões de migrar são tomadas num contexto tradicional com viés de gênero. Essa discussão proporciona elementos que podem ser utilizados na análise empírica desta tese, mesmo que o objetivo não seja testar uma teoria especificamente. Os microdados censitários possuem informações sobre trabalho na data de referência do censo e elas podem ser utilizadas como indicativos da influência do domicílio ou família no comportamento migratório através do efeito *trailing wife*, que prejudica o status econômico da esposa.

⁴⁶ Cooke (2003) cita enfermagem e educação primária como profissões que permitem às mulheres anteciparem-se aos futuros papéis de gênero como mães, que precisam de flexibilidade de horário de trabalho, ou como *tied movers*, que necessitam de um trabalho que será demandado em qualquer localidade.

4.2.2 – Abordagens pluralistas de migração

Barbieri (2007) comenta, a partir de considerações sobre uma abordagem multiescalar para a migração, que uma mudança importante na literatura sobre mobilidade populacional foi o deslocamento de perspectivas atomísticas e microeconômicas para uma abordagem em que o domicílio ou a família constitui uma unidade privilegiada de análise. Uma das perspectivas teóricas a apontar nessa direção foi a Nova Economia da Migração do Trabalho (*New Economics of Labor Migration*) – NELM.

Em Massey *et al* (1993) encontramos algumas considerações sobre a NELM, dentre as quais podemos destacar que as decisões de migração não são tomadas isoladamente por indivíduos, mas por unidades maiores de pessoas – as famílias ou domicílios. Nesta abordagem, a migração é parte de um esforço das famílias para maximizar a renda ou minimizar riscos, como resposta à fragilidade dos diversos mercados (de trabalho, de crédito, de seguros, etc.) na região de origem. A migração também é uma forma de obtenção de renda pelas famílias para reduzir a *privação relativa*, ou seja, para aumentar o nível de renda em relação à comunidade. Diferentemente dos indivíduos, as famílias estão em posição de controlar os riscos pela diversificação da alocação dos recursos do domicílio, como os do fator trabalho; o que, tendo como referência o contexto dos países em desenvolvimento, em que as falhas institucionais e de mercado são maiores, representa maiores incentivos para a diversificação desse risco.

Na análise de Massey (1993), a migração na abordagem da NELM apresenta a forma de um “contrato” entre o migrante e sua família. Em consequência, o foco da teoria da migração se desloca do indivíduo independente para a interdependência mútua entre os membros da família. Segundo Lucas e Stark (1985), as remessas entre o migrante e seu domicílio na origem do deslocamento representam o resultado de um contrato implícito com base em dois componentes principais: o pagamento pelo migrante pelo suporte dado pelo domicílio e também como um seguro para as partes. No primeiro caso, parte das remessas para o domicílio é um pagamento pelos investimentos anteriores dos

outros membros do domicílio no migrante, como em educação, por exemplo. O segundo componente funciona, na falta de seguro para desemprego ou para colheitas, como um seguro para o migrante e o domicílio. Como o migrante e o domicílio situam-se em áreas diferentes e em diferentes setores da economia, torna-se mais provável o suporte para os tempos difíceis (LUCAS e STARK, 1985).

A abordagem definida por Lucas e Stark (1985) para as remessas entre o migrante e seu domicílio de origem não é a única disponível na literatura. Vanwey (2004) destaca a relevância das teorias do altruísmo para as remessas, que argumentam que os migrantes podem atuar de forma altruísta enviando dinheiro ou outras formas de suporte para aumentar o bem-estar dos membros da família. Este ponto não implica que os membros das famílias não possuem interesse próprio, mas que seu comportamento responde às necessidades dos demais membros do domicílio (VANWEY, 2004). A autora trata as remessas através das duas perspectivas, a contratual e a altruísta, através da abordagem de gênero. Vanwey (2004) conclui que homens e mulheres agem de forma altruísta e contratual, mas as mulheres e os domicílios mais pobres agem de maneira mais altruísta, enquanto os homens e os domicílios mais ricos, de forma mais contratual.

Para a NELM, a interpretação dos processos migratórios não se traduz segundo os pressupostos da economia neoclássica, pois as migrações representariam um esforço das famílias para superarem as falhas nos diversos mercados que limitam a produção econômica nos locais de origem (LUCAS e STARK, 1985; MASSEY *et al*, 1993). Nessa perspectiva, as remessas de recursos são parte dos resultados esperados das migrações, visto que as migrações implicam em uma relação direta com os locais de origem, na medida em que se mostram como uma fonte alternativa de recursos necessários para superar as falhas dos mercados locais.

Os dados dos censos demográficos oferecem possibilidades de análise para a relação entre migração e família, mas não há informações sobre remessas de recursos entre migrantes e seus domicílios no destino. A importância da referência teórica das abordagens pluralistas como a NELM para esta tese

encontra-se, por exemplo, nos apontamentos de como a família e o domicílio são capazes de moldar o comportamento migratório do indivíduo. A família como unidade de subsistência define papéis produtivos relativos para seus membros, através do sexo, idade e outras características, de modo a explorar de maneira mais eficiente os recursos disponíveis. Segundo suas expectativas de ganho em bem-estar, as famílias encontram os incentivos para o recrutamento dos membros mais aptos a se inserirem no local destino.

A NELM apresenta como pressuposto a deficiência nos diversos mercados na origem dos deslocamentos. Como decorrência, as imigrações irão ocorrer a partir de regiões em que as famílias se defrontam com oportunidades econômicas pouco favoráveis, caracterizadas, por exemplo, por mercados de trabalho, de crédito ou de seguros mal estruturados. Este aspecto guarda uma relação estreita com a heterogeneidade regional comentada por Oliveira *et al* (2015), em sua análise comparativa do Nordeste metropolitano com melhores indicadores econômicos convivendo com o interior de economia debilitada. Gomes (2001) mostra a formação no Semiárido do Nordeste da economia sem produção a partir das transformações no Estado, da atuação do setor público. Esse autor analisa a formação recente nos sertões nordestinos do que chamou economia sem produção⁴⁷, baseada nas aposentadorias rurais e nos funcionários públicos municipais.

Utilizando o referencial teórico das abordagens pluralistas, De Haas (2010) apresenta um arcabouço teórico que analisa as interações recíprocas entre migração e desenvolvimento⁴⁸. O autor considera que o grau no qual se dá o desenvolvimento através da migração depende, fundamentalmente, do ambiente

⁴⁷ Gomes (2001) estimou, através de critérios de emprego e massa salarial, que o valor da economia sem produção superou o valor do produto agropecuário e do setor privado formal no semiárido nordestino em 1997.

⁴⁸ De Haas (2010) utiliza o conceito de desenvolvimento definido por Amartya Sen, sendo, de maneira geral, um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam; com gastos em áreas como educação, saúde, alimentação e moradia, dentre outras possibilidades.

mais geral para o investimento, e que a migração é normalmente uma estratégia para superação das restrições locais de desenvolvimento⁴⁹.

Ao analisar os fatores que interferem nessas relações recíprocas entre desenvolvimento e migração, De Haas (2010) faz algumas distinções entre diferentes contextos mutuamente ligados por relações diretas e mecanismos de *feedback*: o nível macro com desenvolvimento num contexto geral (nacional ou internacional); o nível local ou regional, definido como o contexto local que determina em que medida as condições de vida podem ser valorizadas com reflexo nas aspirações a migrar; o ambiente social ou econômico direto do migrante, que pode ser em nível do domicílio, família ou comunidade.

Segundo De Haas (2010), a migração afeta o contexto de desenvolvimento local através de seus efeitos no mercado de trabalho, no consumo, nos investimentos, na desigualdade, estratificação social, privação relativa, cultura e aspirações locais. A natureza dessa relação é espacialmente heterogênea e depende das características do contexto local. Por sua vez, o contexto local, que pode ser influenciado pela migração, é capaz também de afetar a própria propensão a migrar através das aspirações das pessoas e das necessidades e possibilidades de sustento.

A heterogeneidade considerada por De Haas (2010) pode ser também observada pela análise dos impactos da migração no contexto mais geral de desenvolvimento, no nível macro. A extensão da contribuição da migração para o desenvolvimento regional ou mesmo nacional depende de um contexto macro de maior desenvolvimento. A partir deste destaque do nível macro, o autor afirma que a estrutura importa e não deve ser negligenciada.

O arcabouço de De Haas (2010) mostra possibilidades de interação entre migração e desenvolvimento, com a ênfase nas estratégias definidas pelas famílias ou domicílios. Permite relacionarmos os diferentes contextos às estratégias de migração dos domicílios, considerarmos possibilidades como a

⁴⁹ Sendo improvável que apenas a migração possa resolver restrições mais gerais, como políticas macroeconômicas equivocadas.

migração pode influenciar o contexto local ou até o nacional, que por sua vez podem induzir o movimento dos indivíduos e das famílias.

4.2.3 – Abordagens do ciclo de vida das famílias e da recomposição das histórias migratórias.

Cooke (2008) afirma que a literatura em migração da família foi além de seu foco excessivo nos efeitos da migração para as mulheres (o efeito *trailing wife*). De acordo com Kulu e Milewski (2007), a consideração de abordagens que refletem a importância da dinâmica dos estágios pelos quais passam as pessoas e também as famílias, bem como sua relevância nas decisões de migrar, vem ganhando importância e, dentre elas, encontramos a que tem como foco o *ciclo de vida das famílias*.

Segundo Orand e Krecker (1990), o conceito do ciclo de vida da família é muito usado nas ciências sociais e tem sua versão mais forte em uma sequência de estágios na progressão da família representada por um casal com filhos, sua formação, extensão, contração e dissolução. Gilly e Enis (1982) argumentam que a redução na proporção das famílias nucleares e o aumento dos domicílios unipessoais tornam necessária uma visão de família diferente da forma mais tradicional. Os autores destacam que muito dessa mudança estaria ligada ao aumento no número de opções de estilo de vida disponíveis para as mulheres, dada sua maior participação no mercado de trabalho. O estudo desses autores tem como objetivo associar os diferentes estágios do ciclo de vida da família ao comportamento do consumidor, de maneira que as datas que marcam as mudanças no padrão de compras não sejam apenas os aniversários, mas também casamento, nascimento de filhos, dissolução do casamento e partida dos filhos (GILLY e ENIS, 1982). Trata-se do uso da ideia de ciclo de vida como preditora do comportamento das famílias, neste caso do consumo.

Em Gilly e Enis (1982) os estágios do ciclo de vida teriam como base características como a idade, o status marital e a presença e idade de crianças no domicílio. Os autores estabeleceram uma relação entre a estrutura etária da

população e o consumo das famílias. Utilizou-se o pressuposto de que pessoas ou famílias em etapas distintas do seu ciclo de vida apresentam diferenças no seu comportamento e em suas demandas.

Glick (1947) destaca algumas diferenças entre os casais com relação à estrutura etária: a permanência numa mesma residência é muito menos provável nas famílias em que a pessoa de referência tem menos de 35 anos, e muito mais quando tem mais de 55 anos, exibindo um alto grau de correlação entre o movimento da população e a idade: as famílias com casais mais jovens são muito mais prováveis de se deslocar no próprio município ou entre os municípios.

Glick e Parker (1965) destacam o aumento na propriedade do domicílio com a idade da pessoa responsável, e que parte do movimento das famílias encontra-se relacionado à compra da casa própria. Outras variáveis econômicas também são comentadas como possuindo relação com o ciclo de vida da família, como a renda da família, a renda familiar *per capita* e a situação de trabalho do marido ou da esposa (GLICK, 1947; GLICK e PARKER, 1965).

Uma aplicação da abordagem do ciclo de vida das famílias e para a análise da mobilidade podem ser encontrada em Nivalainen (2004). O autor investiga os fatores que afetam o deslocamento das famílias finlandesas, com destaque para os efeitos do ciclo de vida da família. Para esse autor, a migração devido ao ciclo de vida constitui uma parte importante da mobilidade geográfica e as variações na idade dos indivíduos observadas nas taxas de migração são o reflexo do efeito de suas carreiras e também dos estágios do ciclo de vida.

Nivalainen (2004) analisa a migração do casal e utiliza a idade média das esposas por considerá-la estreitamente associada aos estágios do ciclo de vida da família. Na sua revisão da literatura, o autor define o ciclo de vida em relação à mobilidade residencial da família como sendo dividido em diferentes fases: a de alta probabilidade de deslocamento, associada ao início do casamento e chegada dos filhos; uma fase de relativa estabilidade seguida de aumento na probabilidade de migrar, enquanto as crianças encontram-se na pré-escola; um período de grande estabilidade enquanto as crianças estão na escola e os pais estão

consolidando suas carreiras; e finalmente, a mobilidade pode aumentar novamente quando os filhos deixam o domicílio e menos espaço é requerido.

Em um estudo que aborda o consumo das famílias brasileiras e dos domicílios unipessoais a partir da análise de gênero e do ciclo de vida familiar, Carvalho e Alves (2010) avaliam as tendências mais recentes observadas nas famílias brasileiras – de estruturas familiares menores e mais heterogêneas; crescimento dos arranjos monoparentais; casais com apenas uma criança ou sem filhos e arranjos unipessoais. Esse estudo tenta captar, de forma mais acurada, como essas novas tendências repercutem nas condições e opções de consumo⁵⁰.

No sentido da criação de diferentes perfis de família, Carvalho e Alves (2010) definiram a idade de 15 anos como referência na avaliação de questões relativas à produção e consumo, “pois acredita-se que a presença de filhos e outros pequenos influencia diretamente a quantidade e o tipo de produtos e serviços requeridos pelas famílias, influenciando diretamente as despesas e conseqüentemente a disponibilidade e uso da renda” (Carvalho e Alves, 2010; p.9). Os autores chegaram a 18 tipos de arranjos domiciliares, a partir da combinação de categorias como casal com ou sem filhos; com filhos menores ou maiores de 15 anos; outros (agregados) maiores ou menores de 15 anos; domicílios monoparentais ou unipessoais. Para a caracterização sociodemográfica, foram utilizadas as variáveis sexo, idade, raça/cor e escolaridade do responsável pela família.

Na análise dos resultados, Carvalho e Alves (2010) constatam que, de modo geral, a chefia de domicílio é predominantemente masculina, mas nos arranjos monoparentais mais de 90% das pessoas de referência são as mulheres. Os resultados apontam para uma relação entre o ciclo de vida das famílias e a poupança, com a observação de que o arranjo em que o percentual de poupança se apresentou mais negativo foi o do tipo casal com filhos menores e outros maiores de 15 anos cujas pessoas de referência são as mulheres. Este é um indicativo da fragilidade dos orçamentos dos domicílios com arranjos

⁵⁰ Utiliza para tanto os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF – de 2002 e 2003.

monoparentais. Outro resultado relevante é que estabelece uma relação entre o ciclo de vida, razão de dependência das famílias e seus orçamentos nas considerações dos autores:

Pode-se verificar a influência do ciclo de vida no orçamento das famílias observando a idade dos filhos e/ou outros, pois as famílias que possuem filhos e/ou menores de 15 anos, independente do arranjo, apresentam as menores rendas, e contrariamente, as famílias com filhos e/ou outros maiores de 15 anos possuem as rendas mais elevadas, mostrando que arranjos com menor razão de dependência apresentam melhores condições de rendimento, e aqueles em que a razão de dependência é elevada, a renda familiar cai bruscamente. Pois componentes familiares maiores de 15 anos passam a ser co-provedores, podendo contribuir de alguma forma para a renda da família. E, contrariamente, moradores menores de 15 anos demandam muitos recursos e ainda não podem contribuir para o orçamento (CARVALHO e ALVES, 2010; p.9).

Fontes *et al* (2016) comparam os arranjos domiciliares monoparentais e os biparentais para o Brasil através de seus diferentes perfis identificados pela renda e o dispêndio⁵¹. Os autores ressaltam a discussão em que os arranjos monoparentais se destacam pela fragilidade econômica, em consequência da maior razão de dependência e da dificuldade da pessoa responsável, normalmente uma mulher, em conciliar as atividades produtivas e reprodutivas. O trabalho exibiu como cerne a presença no domicílio de filhos menores de 16 anos ou com 16 anos ou mais, por se tratar de um limite relevante na definição da razão de dependência no domicílio.

Fontes *et al* (2016) encontraram resultados que refletem a influência da presença de crianças no domicílio, as quais aumentam a razão de dependência e os custos da economia doméstica. Para a variável renda *per capita* domiciliar⁵²

⁵¹ O estudo utiliza os dados da PNAD e da POF para intervalos entre as décadas de 1990 e de 2000 e empregam os métodos estatísticos de Mínimos Quadrados Ordinários e de Seemingly Unrelated Regressions.

⁵² Tendo como referência o arranjo monoparental sem extensão (de outros parentes) e com a presença membros do domicílio menores de 16 anos.

encontrou-se, por exemplo, que pertencer a um domicílio monoparental sem extensão e com filho adulto aumenta em 69% essa variável, enquanto no caso de um domicílio biparental sem extensão e com filho adulto o aumento foi de 78% (o maior aumento encontrado). Esses são indicativos, através da ótica da renda domiciliar *per capita*, de que os arranjos monoparentais com filhos pequenos podem representar maiores restrições para os domicílios com essas características.

A análise feita por Carvalho e Alves (2010) e por Fontes *et al* (2016) é articulada também através das questões de gênero e a família, considerando transformações sociais como a autonomia e empoderamento da mulher como contribuição para mudanças no tamanho e composição das famílias. Essas transformações sociais, segundo os autores, repercutem na variável estudada, o consumo das famílias. Conforme discutido anteriormente neste capítulo, as questões de gênero representam um tema importante no estudo das famílias e, conseqüentemente, nos estudos sobre migração das famílias e sua relação com o ciclo de vida. Halfacree (1995 *apud* Cooke, 2008) questionou economistas e sociólogos por aceitarem sem críticas o contexto econômico e social no qual as decisões são tomadas, com base em estruturas patriarcais representadas pela posição de exploração da mulher no lar e no trabalho. A família típica americana com base na estrutura patriarcal, representada pela posição de exploração da esposa em casa e no trabalho, constituiria o contexto da migração. Para Halfacree (1995 *apud* Cooke, 2008) este movimento, que normalmente resulta na esposa como “segundo migrante”, reproduziria a estrutura patriarcal “original” na qual a migração se constituiu.

Peres (2014) estuda as transformações nos papéis de gênero na família e nos processos migratórios através da recomposição de trajetórias migratórias como proposta metodológica. É justamente através das relações de gênero que a autora aborda o tema do ciclo de vida da família e o utiliza em sua análise através da hipótese de reorientação das trajetórias migratórias em função das diferentes etapas do ciclo de vida familiar.

Na abordagem de Peres (2014), o gênero constitui elemento muito importante na definição de quem se desloca e qual o efeito dos deslocamentos

nas famílias e nas mulheres migrantes. Homens e mulheres têm diferentes experiências ao longo de suas trajetórias migratórias e é no âmbito da família que se podem observar essas transformações. A autora faz uma avaliação crítica em se utilizar apenas os censos demográficos, que não permitiriam que o pesquisador tenha acesso a todo processo migratório; ela considera que a noção de trajetória migratória proposta possibilitaria poder captar essas mudanças na família e suas relações com seus ciclos. Segundo Peres (2014) a abordagem das trajetórias permite a confirmação da hipótese que relaciona o ciclo de vida familiar e o planejamento da migração. A autora comenta que o ciclo vital para as mulheres possui maior peso, no sentido dos múltiplos papéis por elas assumidos nas etapas migratórias e cita a descrição do depoimento sobre a trajetória migratória de uma migrante da Bolívia a São Paulo, com o comentário seguinte:

A trajetória que descreve revela as transformações experimentadas por diferentes membros de sua família, tanto dos que migraram, quanto dos que permaneceram. Os projetos migratórios, associados ao ciclo de vida dos migrantes, são reforçados, portanto, como uma questão importante para se compreender os fluxos migratórios, internacionais e internos, além de se captar entradas e saídas de pessoas entre pontos específicos de origem e destino (PERES, 2014; p. 161).

A abordagem utilizada por Peres (2014) é um estudo qualitativo, no estilo história de vida, e pode também ser encontrada em Maciel (2012), que estuda os migrantes residentes em uma área urbana periférica do município de São Carlos, em São Paulo. São migrantes caracterizados por terem participado dos fluxos de sentido rural-urbano e que ainda mantêm relações de trabalho em atividades rurais, como corte de cana e a colheita de laranja e café nas regiões próximas ao município.

Maciel (2012) aborda a questão da migração na perspectiva da família, uma unidade de análise determinante do projeto migratório dos indivíduos, que nem sempre inclui todos os membros do domicílio. Nesse sentido, a autora analisa os arranjos familiares dos migrantes e destaca suas mudanças ocorridas ao longo da trajetória migratória, pois os elos são quebrados ou refeitos, seja

porque alguns membros permanecem no local de origem, seja porque os arranjos se modificam nos locais de destino, ou então porque as formas de relação são modificadas.

4.3 – Domicílio, família e arranjos domiciliares.

Burch (1979) afirma que é importante definir os conceitos de família e domicílio de maneira clara e sem ambiguidade para que sua mensuração ocorra de forma adequada. Wajnman (2012) considera que estudos sobre a evolução das famílias tendem a ser ditados, em grande medida, pelas pesquisas domiciliares, uma vez que elas constituem as principais fontes de informação a respeito. Em função do uso desse tipo de pesquisa, alguma confusão pode ocorrer quando se tenta entender os conceitos associados ao domicílio na identificação e mensuração das famílias, devido às diferentes possibilidades existentes nas pesquisas quando comparamos os sistemas estatísticos entre os países.

Encontramos em Ribeiro e Saboia (2008) uma análise dos conceitos relativos às famílias nas pesquisas domiciliares do IBGE em comparação com o padrão internacional dos sistemas estatísticos, especialmente as diretrizes das Organizações das Nações Unidas – ONU. As mudanças nos conceitos de família e domicílio utilizados nos censos demográficos brasileiros apresentaram como referência a ideia de habitação ou moradia, além do provimento da subsistência do domicílio. Neste sentido, as recomendações da ONU estabelecem o conceito de unidade doméstica como a estrutura dentro da qual a maioria dos indivíduos é identificada e que tem base nos arranjos feitos individualmente ou em grupo para garantir a alimentação e outros bens essenciais, sendo este um exemplo de unidade de consumo ou unidade de subsistência – conceito conhecido como *housekeeping* (NAÇÕES UNIDAS, 2008 *apud* RIBEIRO e SABOIA, 2008).

O número de unidades domésticas pode ser medido em relação ao de unidades domiciliares – ou domicílios⁵³ – de maneira que podemos encontrar mais de uma unidade doméstica em um domicílio. A distinção entre domicílio e unidade doméstica permite estabelecer uma diferença clara entre estrutura física e a organização social de seu interior, respectivamente.

Nem todos os países, no entanto, utilizam o conceito de *housekeeping*, de provimento de subsistência, como referência principal em suas pesquisas. Consideram em seu lugar a ideia de unidade de moradia – ou *housedwelling* – que traz a simplificação de que todas as pessoas que vivem em uma unidade de moradia fazem parte da mesma unidade doméstica, de maneira que o número de domicílios ocupados seja igual ao número de unidades domésticas (NAÇÕES UNIDAS, 2008 *apud* RIBEIRO e SABOIA, 2008). Wajnman (2012) comenta que a união dos conceitos de moradia e provisão na definição de *housedwelling* impede a identificação de mais de uma unidade doméstica no domicílio. Pode-se perceber, a partir desses conceitos, a possibilidade de uso de domicílio tanto com a referência de moradia quanto com a de subsistência, ou a combinação de ambos.

As referências ao domicílio e aos conceitos de moradia ou provisão da subsistência são, no entanto, uma forma de analisar a família, que na definição de Burch (1979) refere-se normalmente ao grupo de parentes, pessoas relacionadas por sangue, casamento ou adoção. Para Burch (1979), os parentes com quem não se divide a mesma unidade de moradia não são parte da mesma família no sentido demográfico, mesmo que vivam próximos ou que sejam socioeconomicamente integrados.

No Brasil, o conceito de família usado pelo IBGE apresenta mudanças de acordo com os diferentes valores e concepções da sociedade a seu respeito. Como destaque, podemos citar a definição de família para o Censo de 1970, que foi pouco modificada a cada novo censo até a atualidade: i) conjunto de pessoas

⁵³ Segundo o Manual do Recenseador do Censo Demográfico de 2010, “domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal” (Manual do Recenseador Censo Demográfico 2010, p. 56).

ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica e que morem no mesmo domicílio; ii) pessoa que more sozinha num domicílio particular; iii) conjunto de no máximo cinco pessoas que morem em um domicílio, embora não tenham laços de parentesco ou dependência doméstica (IBGE, 1970). A diferença entre a definição de família do IBGE e da ONU chama a atenção, e Wajnman (2012) comenta que

o conceito de família adotado pelos censos, afasta-se radicalmente, portanto, daquele recomendado nos documentos das Nações Unidas, nos quais família é definida como os membros de um domicílio que tem parentesco até um grau especificado, definido por consanguinidade, adoção ou casamento” (WAJNMAN, 2012, p.65).

Os conceitos que o IBGE usa nos censos e nas PNADs para a definição de família envolvem relações de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e residência na mesma unidade domiciliar, assim como a pessoa que mora sozinha no domicílio. Portanto, trata-se de uma definição que não está em sintonia com o definido pela ONU.

Ribeiro e Saboia (2008) observam que tanto para a ONU quanto para o IBGE, a primeira unidade de enumeração da investigação é o domicílio, considerando os critérios de separação e independência. Como segunda unidade de referência, a ONU recomenda o conceito de unidade doméstica, que não aparece nos censos ou PNADs: “essas pesquisas têm como unidades de enumeração os domicílios, as famílias e as pessoas, o que contraria a orientação das Nações Unidas, que propõe que a unidade doméstica seja a unidade de enumeração e a família um tópico específico de análise” (RIBEIRO e SABOIA, 2008, p. 20).

A despeito das diferenças conceituais entre o sistema estatístico nacional e as recomendações contidas em documentos da ONU, há um indicativo de mudanças no sentido de aproximação entre eles (RIBEIRO e SABOIA, 2008; WAJNMAN, 2012; ALVES e CAVANALGHI, 2011). Wajnman (2012) destaca uma mudança sutil no Censo de 2000 no conceito de separação do domicílio, que

passa a definir também a necessidade de arcar total ou parcialmente com suas despesas de alimentação ou moradia. Este ponto foi reforçado no Censo de 2010 e podemos vê-lo pela definição do critério de separação do domicílio, numa mudança que aproxima o conceito de domicílio do IBGE com o de unidade doméstica elaborado pela ONU:

Este critério é atendido quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto. Permite que as pessoas que nele habitam se isolem das demais para dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, **arcando total ou parcialmente com suas despesas de alimentação ou moradia** (Manual do Recenseador do Censo Demográfico de 2010, p. 56, grifo nosso).

Outro ponto importante reside em que, apesar das diferenças entre os conceitos, é possível separar nos censos demográficos as famílias nos domicílios da maneira como se encontram definidas no padrão internacional, ou seja, pelos critérios de consanguinidade, casamento ou adoção. Isto se dá pela forma como os quesitos dos questionários das pesquisas domiciliares do IBGE perguntam acerca da relação entre cada um dos membros do domicílio com a pessoa responsável ou de referência⁵⁴. Nos censos brasileiros há uma grande diversificação na forma de captar a relação da pessoa responsável com os demais membros do domicílio ou família, com muitas alternativas de classificação da condição das pessoas no domicílio e na família.

Segundo Wajnman (2012), a demografia percebe as famílias e os domicílios como resultantes das transições dos indivíduos em seus diferentes estágios de vida e entre as diversas formas de coabitação. Dessa combinação, temos os grupos familiares resultantes e seus vínculos de parentesco e de coabitação. Neste sentido, a escolha da unidade de análise para o estudo em demografia da família pode ser feita a partir de dois grupos: o grupo familiar ou

⁵⁴ No Censo de 2010 a pergunta é “Qual a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio?”

família parental⁵⁵ e o grupo domiciliar⁵⁶. Esses dois grupos constituem, através de sua interseção, a família domiciliar, que resulta no grupo de pessoas que vivem em um mesmo domicílio e que também possuem laços de parentesco.

O uso da família domiciliar na análise demográfica é muito comum em estudos empíricos sobre família, que na maior parte das vezes se limitam a analisar as pessoas com laços de parentesco e com a mesma residência compartilhada. Para Wajzman (2012), essa escolha possui aspecto pragmático contido no fato de que é este grupo que as pesquisas domiciliares são capazes de descrever com mais precisão. Segundo a autora, em referência à família domiciliar:

Este grupo baseia-se num núcleo, constituído por um indivíduo de referência (comumente denominado chefe), que pode ou não ter cônjuge e filhos, e pode também se estender incorporando outros tipos de parentes residindo juntos. (...) Além da conveniência prática do uso dessa unidade de análise, para grande parte dos propósitos, ela é também bastante apropriada, porque a combinação de parentesco com proximidade física define um grupo mínimo que tende a operar coletivamente em muitos aspectos (WAJZMAN, 2012, p. 19).

O condicionamento imposto pela proximidade física e pelos laços de parentesco encontrados na família domiciliar é um fator muito relevante em sua definição como unidade intermediária de análise entre o indivíduo e a população, na qual as decisões importantes são tomadas.

Quando se considera o domicílio como unidade que recebe renda e também compartilha bens e serviços básicos, o uso da família domiciliar pode ser satisfatório por causa das economias de escala e porque as transferências de renda acontecem em grande parte na família domiciliar e, além disso, as

⁵⁵ Grupo de pessoas com laços de parentesco que pode estar geograficamente disperso e com grau de convivência e suporte variáveis (WAJZMAN, 2012).

⁵⁶ Grupo de pessoas que vivem nos limites do domicílio.

transferências de renda entre parentes em domicílios distintos são menos relevantes (WAJNMAN, 2012).

A família domiciliar se exhibe, portanto, como importante unidade de análise socioeconômica e também demográfica, inclusive por ser o objeto usual das pesquisas domiciliares. A maneira como essa família domiciliar se organiza, em suas várias formas de composição, gerando diferentes tipos de domicílios, pode ser chamada de arranjos domiciliares. Este será o conceito utilizado nesta tese como referência à unidade de análise além do indivíduo.

A análise do fenômeno migratório metropolitano considerando também os arranjos domiciliares dos migrantes deve proporcionar uma perspectiva diferente da apreciação centrada apenas na caracterização do indivíduo. Espera-se que esse olhar diferenciado proporcione informação demográfica adicional que explique melhor os padrões normalmente observados através dos fluxos migratórios para os espaços apreciados.

De maneira geral, as associações entre os arranjos domiciliares e a migração familiar possuem referência na maneira como a família molda o comportamento individual ou de grupo (COOKE, 2005), na importância que os laços e a proximidade da família domiciliar possuem nas decisões coletivas (WAJNMAN, 2012), nas estratégias definidas no domicílio que podem considerar a mobilidade de parte ou de todos os seus membros (WOOD, 1982; LUCAS e STARK, 1985; MASSEY, 1993; DE HAAS, 2010).

A partir do referencial teórico exibido neste capítulo, temos a expectativa de observar determinados padrões de migração para as áreas em estudo. Por exemplo, na medida em que a migração é um fenômeno eminentemente seletivo por idade (como foi observado através das curvas de migração apresentadas no capítulo anterior), esperamos que os resultados exibam a preponderância dos arranjos domiciliares nas etapas iniciais do ciclo vital das famílias. A construção social do papel de gênero na família pode produzir o efeito *trailing wife* na migração, que privilegia o emprego do marido em detrimento ao da esposa. Esses são exemplos de aspectos da migração familiar que podem ser examinados

através dos arranjos domiciliares com os dados disponíveis nos Censos Demográficos.

A estimação dos arranjos domiciliares e as mudanças recentes em sua composição constitui o passo seguinte para adicionarmos elementos a essa discussão. O próximo capítulo apresenta os resultados mais relevantes encontrados para migrantes e não migrantes metropolitanos no período considerado.

5 – MIGRAÇÃO E ARRANJOS DOMICILIARES NAS REGIÕES METROPOLITANAS NORDESTINAS

Este capítulo tem como objetivo aproximar a análise do fenômeno migratório da perspectiva dos arranjos domiciliares pela discussão, na primeira seção, das mudanças recentes nos arranjos domiciliares e na composição dos domicílios para as três áreas em estudo. Além desses aspectos, exhibe resultados que combinam a estimação dos deslocamentos com os arranjos domiciliares. A partir dessa discussão, a segunda seção apresenta as principais hipóteses do trabalho e as variáveis para a análise empírica feita a seguir.

Através do uso do quesito censitário que relaciona os moradores do domicílio com o responsável, podemos estabelecer, para fins analíticos, a proporção de moradores do domicílio por categoria de relação com o responsável ou chefe, se é cônjuge, filho, pai, mãe, sogro, sogra, etc. Não podemos, no entanto, estabelecer a relação dos membros de um domicílio com os de outro que contenham membros da família parental.

As considerações sobre a família domiciliar, seus diversos arranjos e também as possibilidades empíricas a partir dos quesitos censitários nos trazem o indicativo sobre o que será estimado através dos microdados dos censos demográficos propostos. Neste sentido, os arranjos domiciliares propostos para análise nesta tese a partir dos microdados são os seguintes:

- Unipessoais – quando o arranjo domiciliar possuir apenas um adulto responsável;
- Monoparentais – se o arranjo domiciliar dispor de responsável sem cônjuge, mas com filhos;
- Casal sem filhos – caso o arranjo domiciliar exiba a pessoa responsável e o cônjuge sem a presença de filhos;
- Casal com filhos – quando o arranjo domiciliar possuir, além da pessoa responsável e o cônjuge, um ou mais filhos do casal;

- Famílias estendidas – arranjo domiciliar que inclui além dos parentes da família nuclear (composta por pais e filhos), outros parentes residentes, como netos, mãe ou irmão do responsável.

Os domicílios coletivos⁵⁷ ou domicílios com arranjos que não conformam os tipos descritos acima serão classificados na análise descritiva como outros domicílios.

Em relação aos arranjos unipessoais, apesar de serem não familiares – e, portanto fora do escopo de análise proposto – representam uma referência na comparação com as unidades familiares aqui definidas. Esse aspecto foi discutido no Capítulo 4 quando, por exemplo, considerou-se que a presença dos laços familiares poderia proporcionar às pessoas casadas uma menor probabilidade de se deslocar do que as solteiras.

A classificação acima apresenta similaridade com a encontrada em Wajnman (2012), que analisa, a partir de dados censitários, aspectos relevantes na evolução dos arranjos domiciliares e também da população nos tipos de arranjo para o intervalo 1960/2000 para o Brasil. A autora constata que, apesar das mudanças observadas não serem radicais⁵⁸, há tendências temporais suaves, embora significativas: de aumento dos arranjos unipessoais e de casais sem filhos. Além dessas, a tendência que chamou a atenção da autora reside no aumento da proporção dos domicílios com família estendida, até por não encontrar maiores referências na literatura.

Para a estimação dos arranjos propostos acima será utilizado o quesito censitário que relaciona os membros residentes do domicílio com a pessoa responsável ou de referência, presente em todos os censos propostos de análise por esta tese. Através desse quesito, além de estimar o total de arranjos por tipo e sua proporção em relação ao total, de acordo com a área escolhida, podemos

⁵⁷ Esses domicílios são descritos no Manual do Recenseador do Censo de 2010 como uma instituição ou estabelecimento em que a relação entre as pessoas era restrita a normas de subordinação administrativa, como hotéis, pensões, quartéis, hospitais, presídios, etc.

⁵⁸ Os arranjos continuam sendo predominantemente familiares, centrados nos núcleos familiares biparentais com filhos.

estimar a população residente nesses arranjos. Estabelece-se, dessa maneira, uma diferença entre as proporções dos arranjos e das populações neles residentes.

A estimação dos arranjos domiciliares para os migrantes merece uma ressalva importante em relação ao que pode ser observado na data de referência dos censos e aquilo que efetivamente ocorreu no momento da migração. Cunha (1994) menciona a dificuldade em se trabalhar com a informação obtida na data de referência, pois os arranjos e até mesmo a situação conjugal dos indivíduos pode variar em intervalo curto, o que traria dificuldades em analisar o momento específico da migração. Segundo Cunha (1994), “(...) não é possível, com base nos dados dos Censos, reconstituir os arranjos familiares vigentes no momento em que ocorreu a migração. Contudo, algumas aproximações podem ser feitas de forma a obter indicações sobre esta questão” (CUNHA, 1994, p. 158).

Ao analisar a migração de pessoas idosas e sua posição na estrutura domiciliar, Campos (2012) afirma que essa posição se refere àquela observada na data do censo; portanto, os arranjos domiciliares devem ser considerados como uma *proxy* da composição familiar do grupo migrante, ao passo que os arranjos no local de origem podem ser distintos daqueles observados no local de destino na data do censo. Por exemplo, é possível perceber uma formação familiar pós-migração (ou seja, um casamento ou separação após o ato migratório), gerando uma diferença entre a composição na origem (no ato de migrar) e no destino (na conclusão do ato migratório).

Através da reflexão sobre as limitações para a estimação dos arranjos domiciliares dos migrantes e a partir das transformações possíveis no intervalo entre a migração e a data de referência dos censos, esta tese considera os arranjos dos migrantes estimados pelos microdados censitários como aproximações ou proxies dos arranjos no momento da migração. Essa aproximação tem sido usada em outros trabalhos (como no caso de Cunha, 1994 e Campos, 2012), e segundo os gráficos apresentados no Capítulo 3 (risco migratório por idade), os picos nas idades de 20-25 e 5-9 (menor) sugerem que

parte importante dos movimentos migratórios “carregam” a estrutura familiar da migração entre o momento de saída e de chegada ao destino⁵⁹.

5.1 – Estimações dos arranjos domiciliares e da migração nas RMs

Com a finalidade de apresentar as mudanças recentes para as regiões metropolitanas em estudo, a Tabela 5.1 contém a distribuição dos tipos de arranjos domiciliares para 2000 e 2010 e suas proporções relativas ao total de domicílios⁶⁰. São resultados que guardam similaridade com aqueles encontrados por Wajnman (2012) para o Brasil para o intervalo 1960 a 2000, em que os arranjos de casais com filhos mostraram-se destacadamente em maior proporção e o crescimento dos arranjos unipessoais, casais sem filhos e monoparentais apontavam para tendências mais identificadas com as sociedades mais desenvolvidas. No entanto, enquanto Wajnman (2012) verifica o crescimento para os arranjos de família domiciliar estendida até o ano 2000 para o Brasil, a Tabela 5.1 mostra uma pequena redução, na proporção desses arranjos para as RMs em estudo entre 2000 e 2010.

A partir do Gráfico 5.1, que ilustra os resultados da tabela acima para a RMF, observa-se o aumento nas proporções dos arranjos unipessoais de 6,6% para 9,6% entre 2000 e 2010; casal sem filho de 8,1% para 11,7%, enquanto que o arranjo monoparental exibe um pequeno aumento de 11,3% para 11,9%. Em contrapartida, o arranjo casal com filho apresenta redução de 47,5% para 39,9%. Veremos adiante que essa diminuição está associada às mudanças na fecundidade, discutidas no Capítulo 2.

⁵⁹ Embora a estrutura familiar da migração parece mais forte em outros locais, como a RMSP do que nas RMs estudadas nesta tese. No entanto, essa limitação é insuperável com os dados censitários e devem ser mantidas em perspectiva na interpretação dos resultados.

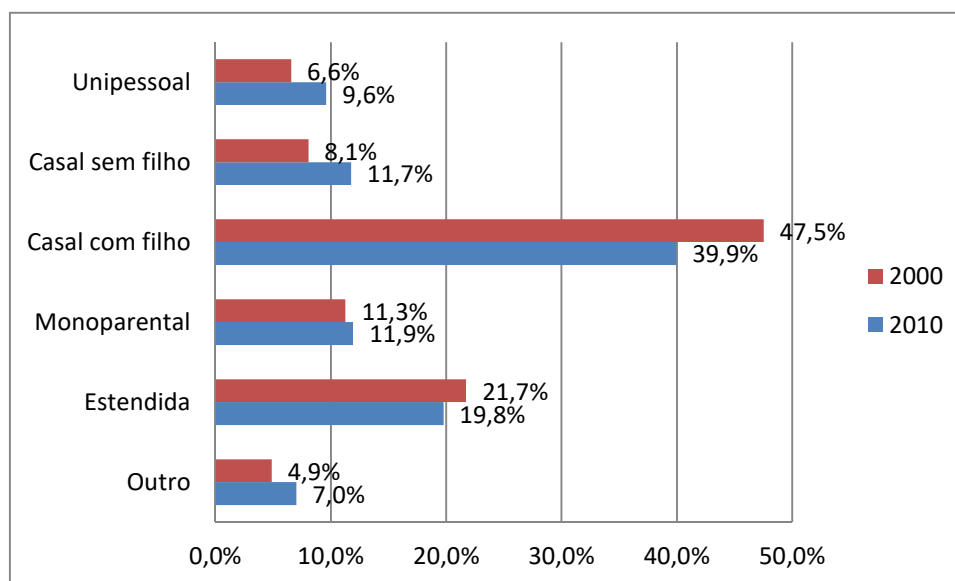
⁶⁰ A Tabela 5.1 considera todos os domicílios metropolitanos a partir dos microdados dos Censos de 2000 e de 2010.

Tabela 5.1 – Distribuição dos arranjos domiciliares segundo os tipos definidos – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010

Região Metropolitana	Distribuição dos arranjos domiciliares por tipo %												
	Unip.	%	Nuclear				Estendida	%	Outras	%	Total domicílios		
			Casal	%	Casal c/ filhos	%						Monop.	%
2010													
Fortaleza	98.904	9,6%	120.994	11,7%	411.316	39,9%	122.901	11,9%	203.537	19,8%	72.137	7,0%	1.029.788
Recife	125.007	11,2%	141.864	12,8%	416.605	37,5%	141.066	12,7%	212.840	19,1%	74.435	6,7%	1.111.817
Salvador	162.773	14,4%	141.041	12,5%	402.990	35,6%	155.281	13,7%	185.533	16,4%	83.440	7,4%	1.131.059
2000													
Fortaleza	48.824	6,6%	60.007	8,1%	353.435	47,5%	83.798	11,3%	161.648	21,7%	36.193	4,9%	743.905
Recife	67.742	7,8%	77.223	8,9%	383.733	44,4%	107.490	12,4%	188.173	21,8%	39.842	4,6%	864.203
Salvador	88.634	10,8%	71.760	8,7%	342.367	41,5%	113.230	13,7%	161.698	19,6%	46.598	5,7%	824.288

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico 5.1 – Tipos de arranjos domiciliares para a Região Metropolitana de Fortaleza – 2000 e 2010



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Para a RMR e RMS foram elaborados gráficos similares ao gráfico para a RMF (Gráficos A 2.1 e A 2.2, ver Anexo 2). Esses gráficos mostram que as tendências dos arranjos entre as RMs são próximas, mas com algumas diferenças: é o caso da RMS em que o arranjo monoparental permanece constante entre 2000 e 2010 e o arranjo da família estendida exibe uma queda

maior, passando de 19,6% para 16,4%. A RMS apresenta ainda os maiores níveis do arranjo unipessoal nos dois anos censitários: 10,8% e 14,4%, respectivamente.

A Tabela 5.2, apresentada a seguir, muda a perspectiva para as pessoas residentes nos domicílios em seus diferentes arranjos em 2000 e 2010. Naturalmente, para aqueles arranjos domiciliares normalmente compostos por menos indivíduos, como o unipessoal e casal sem filhos, podemos observar uma redução sensível em suas proporções em relação ao observado na Tabela 5.1. Em contrapartida, o arranjo casal com filho apresenta crescimento razoável nas proporções quando consideramos as pessoas residentes, enquanto o arranjo família estendida exhibe o maior crescimento, pois além da estrutura nuclear, possui outro parente residindo no domicílio.

A combinação das tabelas 5.1 e 5.2 permite calcularmos a média de moradores por domicílio pela razão entre os totais de residentes e de domicílios. Podemos calcular que em 2000 o tamanho médio dos domicílios para a RMF, RMR e RMS era de 4,1, 3,8 e 3,7 residentes, respectivamente; enquanto que para 2010 esses valores foram 3,5, 3,3 e 3,1. Esses números implicam em uma redução de cerca de 14% na média de moradores por domicílio na RMF e RMR e de 16,5% para a RMS.

A partir dos totais de domicílios para as três regiões metropolitanas em 2000 e 2010 (observados na Tabela 5.1), é possível calcular o crescimento anualizado do número de domicílios: 3,2%, 2,5% e 3,1% para RMF, RMR e RMS, respectivamente. Esses valores são sensivelmente maiores do que aqueles para o crescimento populacional das RMs⁶¹. Esse diferencial entre o crescimento da população e o dos domicílios está provavelmente ligado à redução do tamanho médio dos domicílios comentada acima.

⁶¹ A Tabela 3.4 no Capítulo 3 apresenta a taxa de crescimento anualizada para as populações das três áreas estudadas entre 2000 e 2010: 1,6%, 1% e 1,3% para RMF, RMR e RMS, respectivamente.

Tabela 5.2 – Distribuição das pessoas residentes segundo os tipos de arranjos domiciliares e proporção da população residente por arranjo – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010

Região Metropolitana	Distribuição dos residentes por tipo de arranjo domiciliar												
	Unip.	%	Nuclear						Estendida	%	Outras	%	Total
			Casal	%	Casal c/ filhos	%	Monop.	%					
2010													
Fortaleza	98.904	2,7%	245.697	6,8%	1.626.812	45,0%	354.641	9,8%	1.062.254	29,4%	227.461	6,3%	3.615.767
Recife	125.007	3,4%	286.306	7,8%	1.601.677	43,4%	388.981	10,5%	1.053.731	28,6%	234.846	6,4%	3.690.547
Salvador	162.773	4,6%	285.030	8,0%	1.531.721	42,9%	422.944	11,8%	921.817	25,8%	249.688	7,0%	3.573.973
2000													
Fortaleza	48.824	1,6%	123.196	4,0%	1.548.036	50,6%	267.931	8,8%	956.275	31,3%	112.506	3,7%	3.056.769
Recife	67.742	2,0%	156.117	4,7%	1.594.686	47,8%	324.160	9,7%	1.068.773	32,0%	126.087	3,8%	3.337.565
Salvador	88.634	2,8%	146.051	4,7%	1.448.989	46,4%	356.283	11,4%	939.058	30,1%	141.288	4,5%	3.120.303

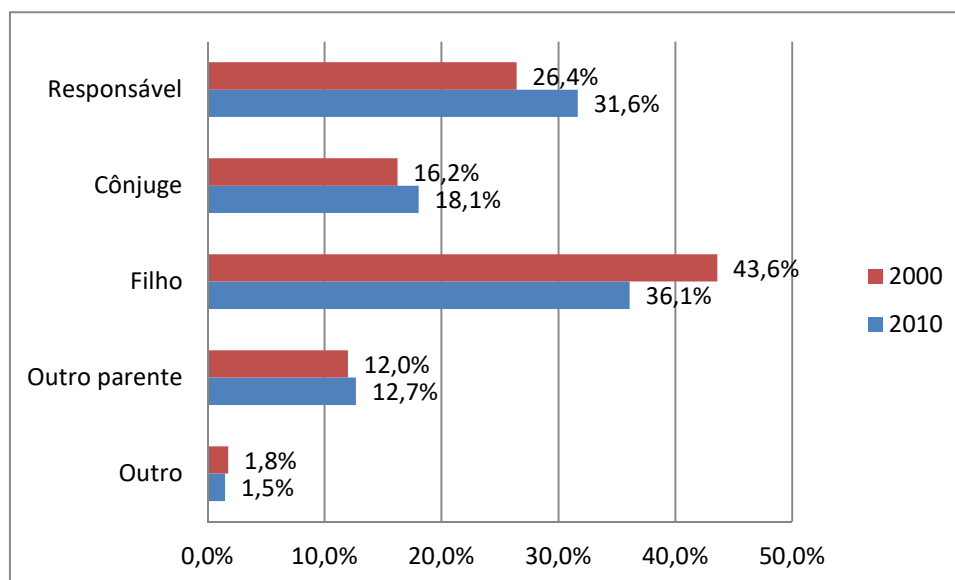
Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Outra maneira de evidenciar as mudanças nos arranjos domiciliares no período estudado consiste na análise da variação da composição dos domicílios, através do quesito censitário que relaciona cada membro do domicílio com a pessoa responsável. O Gráfico 5.2 apresenta a composição dos domicílios em 2000 e em 2010 para a RMS. O aspecto que mais chama a atenção é a redução proporcional dos filhos nos domicílios. Em 2000 43,6% dos membros do domicílio eram filhos em relação à pessoa de referência, enquanto em 2010 essa proporção foi de 36,1%. A contrapartida à redução na proporção de filhos nos domicílios encontra-se no aumento da participação na proporção de responsáveis, cônjuges e outros parentes.

Esse fenômeno pode também ser observado na RMF e RMR (nos Gráficos A 2.3 e A 2.4 no Anexo 2). A comparação entre as regiões metropolitanas evidencia que a RMS exibiu a maior redução na proporção de filhos e também o maior aumento nas proporções de responsáveis e cônjuges, embora tenha tido o menor acréscimo na de outros parentes. Esse fenômeno na RMS possivelmente está ligado à maior proporção nos arranjos unipessoais nesta RM vistos na Tabela 5.1. De maneira geral, para as três regiões metropolitanas o reflexo da redução na proporção de filhos nos domicílios encontra-se no decréscimo de um importante arranjo com presença de filhos – casal com filho – e também na

diminuição do número médio de moradores por domicílio, comentados anteriormente.

Gráfico 5.2 – Composição dos domicílios para a Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

A redução da presença de filhos nos domicílios possui forte associação com a redução na fecundidade nas RMs avaliadas. Essa questão foi discutida no Capítulo 2, em que se analisou a redução da fecundidade nas regiões metropolitanas estudadas no contexto da transição demográfica brasileira para níveis abaixo da reposição. Trata-se de uma referência importante para o entendimento das mudanças recentes nos arranjos domiciliares. Ao analisar as mudanças nos arranjos domiciliares na RMR no período 2000 a 2010, Lima *et al* (2015) comentam sobre a possível associação entre o aumento na proporção do arranjo casal sem filho e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, baixas taxas de fecundidade e envelhecimento da população.

As mudanças recentes mais relevantes nos arranjos domiciliares das RMs em estudo apontam para o aumento dos arranjos unipessoais e de casal sem filho e a contrapartida na diminuição da proporção dos arranjos casal com filho. Esta mudança tem uma associação com a redução do número de residentes no

domicílio ou da diminuição do tamanho da própria família domiciliar. As transformações demográficas, portanto, implicam em modificações na estrutura e composição da família domiciliar.

A partir das considerações sobre os arranjos e suas proporções na perspectiva dos domicílios e das pessoas nos domicílios, podemos combinar a estimação dos fluxos migratórios com os arranjos domiciliares. Um primeiro aspecto a ser avaliado reside no caráter familiar da migração nas RMs em estudo.

As Tabelas 5.3 e 5.4 apresentam a distribuição dos arranjos domiciliares segundo a condição migratória do responsável por RM para 2000 e 2010, respectivamente. Pode-se observar a expressão familiar na migração através dos arranjos nucleares dos deslocamentos, que em maioria superam essa referência em relação aos não migrantes. A sétima coluna nas duas tabelas mostra a soma dos arranjos nucleares, que nos permite verificar o destaque do caráter familiar no deslocamento. Nos dois anos censitários considerados, o movimento intrametropolitano exibiu os maiores valores de arranjos nucleares para as três regiões metropolitanas. Podemos ver na Tabela 5.3 os percentuais de 74,1%, 73,2% e 65,4% de arranjos nucleares nos deslocamentos intrametropolitanos com o responsável migrante para a RMF, RMR e RMS, respectivamente. De maneira geral, os movimentos intrametropolitanos e os inter-regionais são os que apresentam as maiores proporções de arranjos nucleares, denotando um caráter familiar mais acentuado.

Tabela 5.3 - Distribuição dos arranjos domiciliares por tipo, segundo condição migratória do responsável – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2000

Região Metropolitana	Condição migratória	Distribuição dos arranjos domiciliares por tipo %							
		Unipessoal	Nuclear				Estendida	Outras	Total
			Casal s/ filhos	Casal c/ filhos	Monop.	% Nuclear			
Fortaleza	Intrametropolitana	8,08%	12,93%	52,21%	9,01%	74,16%	15,22%	2,54%	21.359
	Intraestadual	7,83%	10,75%	46,15%	9,23%	66,13%	18,50%	7,55%	18.506
	Intraregional	9,71%	12,04%	45,71%	9,51%	67,26%	12,57%	10,46%	5.193
	Inter-regional	10,28%	11,97%	47,91%	9,87%	69,75%	13,92%	6,05%	13.035
	Retorno interestadual	8,22%	8,68%	47,18%	15,92%	71,78%	11,24%	8,76%	2.389
	Não migrante	6,21%	7,52%	47,04%	12,21%	66,77%	22,94%	4,68%	614.508
Recife	Intrametropolitana	8,88%	15,69%	46,96%	10,60%	73,26%	14,56%	3,30%	41.086
	Intraestadual	9,72%	9,14%	46,20%	10,00%	65,34%	17,47%	7,47%	13.841
	Intraregional	10,77%	12,11%	43,66%	8,63%	64,41%	16,09%	8,73%	5.107
	Inter-regional	13,94%	14,29%	46,12%	9,30%	69,71%	11,78%	4,57%	9.576
	Retorno interestadual	10,59%	8,36%	44,77%	15,37%	68,50%	15,45%	5,45%	3.157
	Não migrante	7,52%	8,35%	43,68%	12,77%	64,80%	23,08%	4,59%	715.484
Salvador	Intrametropolitana	14,37%	14,07%	42,33%	9,04%	65,44%	14,98%	5,22%	17.137
	Intraestadual	14,76%	11,42%	35,09%	9,92%	56,42%	15,40%	13,42%	21.662
	Intraregional	16,11%	10,08%	38,99%	7,89%	56,96%	17,95%	8,98%	2.737
	Inter-regional	15,64%	15,18%	43,93%	7,54%	66,66%	9,52%	8,18%	10.125
	Retorno interestadual	16,84%	8,17%	42,75%	9,90%	60,82%	11,65%	10,68%	2.907
	Não migrante	10,20%	8,24%	41,69%	14,27%	64,21%	20,46%	5,13%	708.711

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000.

A constatação sobre dos movimentos intrametropolitanos encontra-se em acordo com Cunha (1994), que encontrou uma proporção maior de arranjos nucleares no deslocamento intrametropolitano para a RMSP na década de 1970 em relação aos outros migrantes e aos não migrantes. Isso decorre, pelo menos em parte, pelo fato de restar ao migrante intrametropolitano a opção do deslocamento pendular ao trabalho quando não é possível a mudança de residência.

A comparação das tabelas 5.3 e 5.4 permite observar que a soma dos arranjos nucleares para os diversos tipos de deslocamento e também para os não migrantes no ano 2000 é superior ao observado para 2010. Essa constatação pode estar relacionada ao visto anteriormente (nas tabelas 5.1 e 5.2) sobre os efeitos da redução da fecundidade sobre os arranjos com presença de filhos, em combinação com o aumento de arranjos não nucleares, como os unipessoais. Caso isto tenha ocorrido, podemos inferir que há uma relação entre as mudanças recentes nos arranjos domiciliares e os deslocamentos considerados, seja no

movimento mais próximo, como o intrametropolitano ou mais distante, como o inter-regional.

Tabela 5.4 - Distribuição dos arranjos domiciliares por tipo, segundo condição migratória do responsável – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2010

Região Metropolitana	Condição migratória	Distribuição dos arranjos domiciliares por tipo %							
		Unipessoal	Nuclear				Estendida	Outras	Total
			Casal s/ filhos	Casal c/ filhos	Monop.	% Nuclear			
Fortaleza	Intrametropolitana	9,6%	18,5%	40,2%	10,3%	69,0%	14,8%	6,6%	20.357
	Intraestadual	12,8%	15,3%	34,1%	8,6%	58,1%	14,8%	14,3%	23.229
	Intraregional	15,3%	17,6%	42,1%	6,1%	65,8%	11,5%	7,5%	3.746
	Inter-regional	19,7%	19,6%	36,9%	7,3%	63,8%	9,7%	6,8%	9.102
	Retorno Interestadual	23,0%	11,0%	40,2%	8,9%	60,2%	9,0%	6,9%	2.414
	Não migrante	9,3%	11,2%	40,1%	12,2%	63,6%	20,5%	6,6%	906.908
Recife	Intrametropolitana	11,7%	20,7%	37,9%	11,0%	69,6%	13,8%	5,0%	38.161
	Intraestadual	15,1%	16,4%	32,0%	7,3%	55,7%	16,1%	13,2%	13.232
	Intraregional	17,9%	14,4%	30,9%	7,6%	52,9%	9,9%	19,3%	5.541
	Inter-regional	16,6%	18,3%	42,1%	7,4%	67,8%	8,3%	7,3%	10.089
	Retorno Interestadual	12,4%	11,5%	40,2%	11,8%	63,5%	15,5%	8,6%	3.979
	Não migrante	11,0%	12,1%	37,2%	13,0%	62,4%	20,1%	6,6%	969.243
Salvador	Intrametropolitana	13,7%	20,4%	40,0%	8,6%	69,0%	12,3%	5,0%	21.349
	Intraestadual	18,7%	14,7%	26,3%	8,1%	49,0%	9,9%	22,3%	25.553
	Intraregional	20,5%	18,2%	34,8%	10,0%	62,9%	8,0%	8,6%	3.901
	Inter-regional	17,8%	21,2%	37,1%	9,2%	67,4%	6,4%	8,3%	9.810
	Retorno Interestadual	16,9%	14,8%	29,5%	14,4%	58,8%	9,7%	14,6%	4.084
	Não migrante	14,1%	12,0%	35,7%	14,2%	61,9%	17,2%	6,8%	997.305

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010.

Um contraponto aos deslocamentos dos arranjos familiares nucleares encontra-se no arranjo unipessoal, que apresenta, nas RMs, um crescimento distinto a partir do deslocamento de menor distância, intrametropolitano, até as distâncias maiores do movimento intraestadual e o intraregional. Na RMR em 2010, por exemplo, a participação do arranjo unipessoal no movimento mais curto representou 11,6% dos domicílios, comparados aos 15% e 17,8% para os movimentos intraestadual e intraregional, respectivamente. Esse comportamento pode estar associado às especificidades do deslocamento intrametropolitano, que permite a opção da pendularidade, e também ao maior grau de mobilidade que o arranjo unipessoal apresenta em relação aos demais arranjos, pois segundo Mincer (1978) pessoas casadas são menos prováveis de migrar, especialmente para longas distâncias, quando comparadas às solteiras.

Ainda no sentido de investigar o atributo familiar dos deslocamentos, podemos inserir a apreciação do tempo de residência no município⁶² a fim de estabelecer se a pessoa responsável e o seu cônjuge realizaram o movimento juntos. Neste sentido, como a variável capta o número de anos, não há como definir, de maneira exata, se a migração ocorreu de fato no mesmo momento. No entanto, considera-se que se o responsável e seu cônjuge possuem o mesmo número de anos no município após a migração, eles realizaram o movimento juntos⁶³. Seguindo esse pressuposto, na Tabela 5.5 foram estimados os casos para 2010 em que o casal migrou junto em cada um dos fluxos, assim como a proporção dos que migraram juntos em relação ao total para os arranjos casal com ou sem filho.

A Tabela 5.5 indica que em pelo menos cerca de metade dos deslocamentos do arranjo casal com filho nos diversos fluxos para e nas RMs, o movimento foi feito pelo responsável e pelo cônjuge juntos. No caso do retorno interestadual para a RMF e RMR, o percentual é maior que 60% do total de deslocamentos. Para o arranjo casal sem filho, percebe-se que o deslocamento intrametropolitano apresentou os maiores percentuais em relação aos demais, acima de 42% para as três RMs. Na comparação entre os dois arranjos, em todos os diferentes tipos de deslocamento, os percentuais dos casais sem filho que migraram juntos são inferiores àqueles observados para o casal com filho.

A Tabela A 2.1 (no Anexo 2) exhibe a mesma informação da Tabela 5.5, mas para o ano 2000. Percebe-se que também para o ano 2000 os percentuais dos que migraram juntos no arranjo casal com filho são normalmente superiores àqueles do arranjo casal sem filho. A comparação entre essas tabelas sugere que a maior parte os percentuais dos dois arranjos para o ano 2000 são superiores

⁶² Que no Censo de 2010 é definida como tempo de moradia no município pelo número de anos completos de moradia sem interrupção na residência atual, ou o último retorno ao município de moradia.

⁶³ Uma limitação que permanece refere-se ao caso em que o número de anos é diferente, mas ainda assim a migração familiar se caracterizaria. O caso em que um dos parceiros migra primeiro se enquadra nesta situação. Infelizmente, pela falta do quesito relativo ao tempo em que o casal encontra-se casado ou unido inviabiliza esse tipo de composição. Por essa razão, a proporção de casais que migram juntos estará provavelmente subestimando a proporção de migração familiar (incluindo a migração conjunta no tempo e a migração familiar com hiato no momento de deslocamento dos membros do casal).

àqueles para 2010, num indicativo de caráter familiar mais forte para os deslocamentos no quinquênio 1995-2000.

Tabela 5.5 – Distribuição dos arranjos casal sem ou com filhos, segundo condição migratória e tempo de migração no município do responsável e do cônjuge – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2010

Região Metropolitana	Condição migratória	Arranjos domiciliares referência temporal dos anos de residência no município					
		Casal s/ filhos	Mig. juntos	%	Casal c/ filhos	Mig. juntos	%
Fortaleza	Intrametropolitana	3.763	1.583	42,1%	8.188	4.679	57,1%
	Intraestadual	3.559	1.024	28,8%	7.929	3.840	48,4%
	Intraregional	659	218	33,1%	1.578	828	52,5%
	Inter-regional	1.786	715	40,0%	3.360	2.068	61,5%
	Retorno Interestadual	266	73	27,4%	971	664	68,4%
Recife	Intrametropolitana	7.903	3.728	47,2%	14.449	7.640	52,9%
	Intraestadual	2.176	1.051	48,3%	4.228	2.487	58,8%
	Intraregional	799	348	43,5%	1.711	817	47,8%
	Inter-regional	1.843	728	39,5%	4.249	2.012	47,3%
	Retorno Interestadual	457	214	46,8%	1.599	973	60,9%
Salvador	Intrametropolitana	4.350	2.044	47,0%	8.545	4.854	56,8%
	Intraestadual	3.749	1.406	37,5%	6.708	3.346	49,9%
	Intraregional	709	304	42,9%	1.356	663	48,9%
	Inter-regional	2.078	906	43,6%	3.640	2.108	57,9%
	Retorno Interestadual	604	195	32,3%	1.207	624	51,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010.

Um dos aspectos abordados no Capítulo 4 refere-se ao ciclo de vida da família e sua possível influência nas decisões de migrar, com foco na estrutura etária do casal. Este ponto encontra-se associado às diferentes demandas da família domiciliar relacionadas ao estágio em que ela se encontra em seu ciclo vital.

Considerando a relevância de captar a influência do ciclo de vida na migração dos diversos arranjos domiciliares para os diferentes fluxos estudados, Cunha (1994) considera não ser possível reconstituir as características das famílias com exatidão no momento da migração, embora “melhores aproximações podem ser obtidas no que se refere à etapa do processo de desenvolvimento em que se encontravam” (CUNHA, 1994, p. 163). O autor define o ciclo vital com

base na idade média do casal, da seguinte maneira: se a idade média for menor que 34 anos trata-se da etapa de formação; entre 35 e 44 anos, a consolidação; acima de 45 anos a etapa de fragmentação.

Para o cálculo da idade média do casal, foi observada a condição migratória do responsável e considerado que o cônjuge possuía o mesmo status migratório. Utilizou-se o tempo de residência do responsável no município e foi subtraído esse tempo na idade do responsável e do cônjuge para que se chegasse a uma estimativa da idade no momento da migração. A Tabela 5.6 apresenta os resultados para os fluxos migratórios que vêm sendo trabalhados para o caso do arranjo casal com filhos com ou sem extensão⁶⁴ para os migrantes e também para os não migrantes⁶⁵ em 2010.

Pela Tabela 5.6, percebe-se que há uma concentração maior dos casais migrantes na etapa de formação. Este resultado está de acordo com o esperado, na medida em que a migração é um fenômeno que apresenta forte seletividade em relação à idade dos migrantes (ROGERS e CASTRO, 1981; RIGOTTI *et al*, 2015). A migração intraestadual possui as maiores proporções de casais migrantes na etapa de formação: 60,4%, 58,6% e 63,7% para a RMF, RMR e RMS, respectivamente. Para os não migrantes há um equilíbrio entre as proporções das três fases que não se encontra em nenhum dos tipos de migração, sendo esta a categoria que exhibe as maiores proporções de casais na etapa de fragmentação, com mais de 44 anos de idade média do casal. Essas observações são também válidas para o quinquênio 1995-2000, como pode ser visto na Tabela A 2.2 (no Anexo 2).

A constatação de que a maior parte dos arranjos de casal com filho se encontra na fase de formação de seu ciclo vital da família é um reflexo do que foi discutido no Capítulo 3, a partir das curvas de migração. Foi visto que a idade da maior parte dos migrantes se encontra nos grupos etários entre 20 e 30 anos e que a estrutura etária não se modifica de maneira sensível nas RMs, a não ser

⁶⁴ Ou seja, considera tanto os arranjos domiciliares com a presença do casal e algum filho, quanto aqueles compostos por esse arranjo mais outro parente residente.

⁶⁵ No caso dos não migrantes foi utilizada simplesmente a idade média do casal na data de referência do Censo 2010.

para a RMF que exibiu um deslocamento nas idades de pico para migração para o grupo etário entre 30 e 34 anos. De modo geral, os gráficos 3.1, 3.2 e 3.3 (no Capítulo 3) mostram que os pontos de máximo das curvas se encontram nos grupos etários entre 25 e 29 anos.

Tabela 5.6 – Distribuição dos arranjos por idade média do casal com filho no momento da migração do responsável, por condição migratória do responsável – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2010

Região Metropolitana	Condição migratória	Distribuição dos domicílios pela idade média do casal		
		< 34 anos	34 a 44 anos	> 44 anos
Fortaleza	Intrametropolitana	55,5%	28,3%	16,2%
	Intraestadual	60,5%	23,2%	16,3%
	Intraregional	54,2%	33,0%	12,7%
	Inter-regional	45,4%	37,2%	17,4%
	Retorno Interestadual	50,1%	27,9%	22,0%
	Não migrante	27,6%	32,6%	39,7%
Recife	Intrametropolitana	51,9%	30,1%	17,9%
	Intraestadual	58,6%	24,1%	17,3%
	Intraregional	61,1%	31,5%	7,4%
	Inter-regional	39,3%	41,2%	19,6%
	Retorno Interestadual	50,4%	36,7%	12,9%
	Não migrante	26,0%	33,0%	41,1%
Salvador	Intrametropolitana	50,8%	32,1%	17,0%
	Intraestadual	63,7%	24,5%	11,8%
	Intraregional	58,4%	24,5%	17,1%
	Inter-regional	42,8%	43,4%	13,7%
	Retorno Interestadual	47,4%	33,4%	19,2%
	Não migrante	26,5%	33,7%	39,8%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010.

Ainda no sentido de captar a influência do ciclo de vida da família para a migração dos arranjos domiciliares, a Tabela 5.7 apresenta a idade média do casal migrante ou não migrante para o arranjo casal sem filho para 2010. Para a elaboração dessa tabela utilizou-se o mesmo procedimento considerado na tabela anterior. Se o arranjo de casal com filho exibiu maior concentração dos arranjos domiciliares dos migrantes no estágio de formação, deveríamos esperar maior concentração ainda para os arranjos de casal sem filho, por esta representar uma

etapa anterior no ciclo vital familiar. Este aspecto pode ser observado pela comparação entre as tabelas 5.6 e 5.7. A maior parte dos arranjos de casal sem filho possui maior concentração de casos na etapa de formação das famílias, especialmente para a RMS em que, para todos os tipos de migração e também para os não migrantes, foi possível verificar essa diferença.

Tabela 5.7 – Distribuição dos arranjos por idade média do casal sem filho no momento da migração do responsável, por condição migratória do responsável – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2010

Região Metropolitana	Condição migratória	Distribuição dos domicílios pela idade média do casal		
		< 34 anos	34 a 44 anos	> 44 anos
Fortaleza	Intrametropolitana	62,4%	13,2%	24,3%
	Intraestadual	79,0%	7,6%	13,4%
	Intraregional	72,1%	14,1%	13,8%
	Inter-regional	55,7%	11,8%	11,8%
	Retorno Interestadual	26,2%	55,9%	17,9%
	Não migrante	41,4%	16,0%	42,6%
Recife	Intrametropolitana	50,6%	19,4%	30,0%
	Intraestadual	66,0%	10,2%	23,8%
	Intraregional	64,3%	20,9%	14,9%
	Inter-regional	61,3%	11,1%	27,6%
	Retorno Interestadual	50,0%	14,4%	35,6%
	Não migrante	29,1%	16,3%	54,6%
Salvador	Intrametropolitana	51,4%	18,2%	30,4%
	Intraestadual	79,4%	8,9%	11,7%
	Intraregional	67,8%	11,6%	20,6%
	Inter-regional	66,2%	13,4%	20,4%
	Retorno Interestadual	82,7%	12,5%	4,7%
	Não migrante	36,5%	20,3%	43,2%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010.

A comparação entre as tabelas 5.6 e 5.7, no entanto, evidencia outro padrão quando contrapomos os arranjos com ou sem filho. Para os arranjos de casal sem filho há também maior concentração de ocorrências na etapa de fragmentação. Neste caso, a RMR mostrou que em todos os tipos de migração e também para os não migrantes há maior número de ocorrências na etapa de fragmentação. Essa observação possivelmente está ligada ao fenômeno de partida dos filhos da residência dos pais, normalmente observado na etapa final do ciclo vital familiar.

As etapas do ciclo vital a partir da idade média do casal apresentam uma associação com o número médio de filhos que residem nos domicílios para o arranjo de casal com filhos. A Tabela 5.8 exibe o número médio de filhos residentes desses arranjos para os casais com filho para migrantes e também não migrantes. Percebe-se, através dessa tabela, que a etapa de consolidação possui, de maneira geral, o maior número de filhos residentes na maior parte dos fluxos – no caso da RMR e da RMF em todos eles. A migração intraestadual se destaca novamente, desta vez por possuir as maiores médias de filhos residentes entre os fluxos das RMs na etapa de consolidação do ciclo vital. De maneira geral, os não migrantes apresentam valores do número médio de filhos superiores aos dos migrantes.

Tabela 5.8 – Número médio de filhos residentes dos casais com filhos, por idade média do casal, segundo a condição migratória do responsável – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2010

Região Metropolitana	Condição migratória	Número médio de filhos por idade média do casal			
		< 34 anos	34 a 44 anos	> 44 anos	Total
Fortaleza	Intrametropolitana	1,63	2,12	1,82	1,80
	Intraestadual	1,55	2,20	2,05	1,78
	Intraregional	1,51	1,91	1,62	1,66
	Inter-regional	1,62	1,83	1,48	1,67
	Retorno Interestadual	1,46	1,73	1,49	1,54
	Não migrante	1,70	2,14	2,01	1,97
Recife	Intrametropolitana	1,57	1,85	1,64	1,67
	Intraestadual	1,80	2,01	1,94	1,88
	Intraregional	1,62	1,96	2,00	1,76
	Inter-regional	1,59	1,95	1,73	1,76
	Retorno Interestadual	1,33	2,03	1,69	1,67
	Não migrante	1,72	2,02	1,79	1,85
Salvador	Intrametropolitana	1,61	1,80	1,68	1,68
	Intraestadual	1,54	2,06	1,96	1,72
	Intraregional	1,68	2,06	1,88	1,81
	Inter-regional	1,57	1,72	1,70	1,65
	Retorno Interestadual	1,48	1,69	1,83	1,64
	Não migrante	1,58	1,90	1,90	1,82

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010.

A idade dos filhos também constitui um indicativo relevante para análise dos arranjos domiciliares. Segundo Carvalho e Alves (2010), trata-se de uma variável que permite avaliar questões relativas à produção, consumo e a disponibilidade e uso da renda no domicílio. Para esses autores, a presença de filhos com menos de 15 anos pode ser um indicativo de maiores restrições aos orçamentos das famílias domiciliares, de maneira que arranjos com menor razão de dependência apresentam melhores condições de rendimento.

Lima *et al* (2015) utilizam uma classificação para os estágios do ciclo de vida da família a partir da idade dos filhos⁶⁶ na qual a idade limite utilizada é de 16 anos. Fontes *et al* (2016) investigam a situação econômica dos domicílios monoparentais em comparação aos biparentais através de indicadores de orçamentos. Os autores utilizam como referência a presença de filhos e também adotam o corte etário de 16 anos⁶⁷ (FONTES *et al*, 2016). A partir da idade limite utilizada por essas referências, a Tabela 5.9 apresenta as proporções de arranjos domiciliares com filhos (casal com filho e monoparental) para as três regiões metropolitanas em 2010, de acordo com a condição migratória do responsável pelo domicílio.

A Tabela 5.9 mostra que a proporção de arranjos com todos os filhos menores de 16 anos é destacadamente maior para o arranjo casal com filho, que apresenta mais 70% em todos os diversos tipos de deslocamento nas três RMs. Quando comparamos esses valores àqueles dos não migrantes, percebe-se uma diferença sensível em todos os casos. Os não migrantes apresentam uma proporção maior de famílias em que todos os filhos possuem 16 anos ou mais para os dois tipos de arranjos. Esse diferencial pode ser o reflexo da maior juventude dos migrantes, observada no decorrer desta tese, ou ainda representar o indicativo de que as famílias domiciliares de migrantes apresentaram,

⁶⁶ Quando todos os filhos possuem menos de 16 anos, a família estaria no ciclo inicial, de expansão; no ciclo médio haveria filhos menores e maiores de 16 anos; e no ciclo final todos os filhos têm mais de 16 anos.

⁶⁷ Os autores lembram que esse corte etário atende aos critérios constitucionais das leis trabalhistas sobre a proibição do trabalho infantil e da idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho.

comparativamente aos não migrantes, maiores restrições de renda e orçamento, inerentes a essa condição de maior dependência.

Tabela 5.9 – Proporção de domicílios com filhos residentes menores de 16 anos, com 16 anos ou mais e menores ou maiores de 16 anos, segundo a condição migratória do responsável – Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2010

Região Metropolitana	Condição migratória	Casal com filho			Monoparental		
		Menor 16 anos	16 anos ou mais	Maior e menor	Menor 16 anos	16 anos ou mais	Maior e menor
Fortaleza	Intrametropolitana	79,5%	9,5%	11,0%	54,0%	30,3%	15,7%
	Intraestadual	77,5%	10,2%	12,2%	43,7%	36,3%	21,8%
	Intraregional	79,5%	12,3%	8,2%	32,6%	57,4%	18,1%
	Inter-regional	75,4%	13,8%	10,8%	52,7%	43,1%	4,2%
	Retorno Interestadual	74,3%	17,1%	8,6%	45,8%	34,3%	20,0%
	Não migrante	58,0%	24,7%	17,4%	31,2%	52,1%	16,7%
Recife	Intrametropolitana	74,98%	15,40%	8,72%	45,87%	43,00%	11,13%
	Intraestadual	76,00%	12,58%	11,09%	31,46%	55,35%	13,19%
	Intraregional	85,93%	6,21%	7,87%	40,93%	59,07%	0,00%
	Inter-regional	74,02%	14,07%	11,91%	57,51%	27,58%	14,90%
	Retorno Interestadual	74,83%	14,68%	10,49%	57,72%	36,39%	5,89%
	Não migrante	55,38%	31,10%	13,53%	30,97%	57,46%	11,57%
Salvador	Intrametropolitana	76,0%	13,0%	11,0%	56,8%	35,6%	7,7%
	Intraestadual	75,3%	13,3%	11,6%	43,5%	46,9%	10,8%
	Intraregional	74,6%	11,9%	13,5%	43,6%	39,7%	16,7%
	Inter-regional	83,1%	7,3%	9,5%	38,3%	49,4%	12,3%
	Retorno Interestadual	72,4%	20,1%	8,8%	36,2%	50,9%	12,9%
	Não migrante	58,2%	28,0%	13,9%	33,1%	53,7%	13,2%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2010.

A comparação entre os dois arranjos da Tabela 5.9 chama a atenção para o fato de que o arranjo monoparental não apenas possui menores valores para as proporções de domicílios com todos os filhos menores de 16 anos, mas também possui, em média, uma proporção maior daqueles com todos os filhos com 16 anos ou mais.

A partir dos indicativos desta seção para as principais mudanças nos arranjos domiciliares e na composição dos domicílios para o período em estudo e da relação dessas mudanças com o fenômeno migratório, a próxima seção formula as principais hipóteses desta tese.

5.2 – Hipóteses sobre a migração nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

As regiões metropolitanas em estudo possuem sua própria história de formação e estão inseridas em estados que possuem diferentes características econômicas. Para a RMS, a vantagem de possuir petróleo foi decisiva para a instalação da indústria petroquímica, que alterou a estrutura da economia baiana. A RMR, que apresenta a base industrial mais diversificada, desindustrializou-se na década de 1990 e na seguinte foi destaque regional e nacional em investimentos de grande porte e na criação de empregos. Por fim, a RMF tem como base principal a indústria de setores tradicionais e se beneficiou, na década de 1990, da criação de empregos gerados pela indústria têxtil e calçadista.

Em relação à referência temporal desta tese – as décadas de 1990 e de 2000 – foram assinaladas diferenças marcantes na economia. No caso da primeira década, foi significativa a liberalização da economia brasileira, o esgotamento do padrão de desenvolvimento fomentado pelo Estado e o reforço do sistema de incentivos fiscais estaduais (BAER, 2002; ALMEIDA, 2008). A década de 2000 evidenciou uma etapa de crescimento econômico no país e também no Nordeste. As finanças federais foram recompostas e o Estado voltou a apresentar estratégias produtivas consistentes pelo estímulo e atração de grandes investimentos privados (MONTEIRO NETO *et al*, 2015) e foram também relevantes os programas sociais de transferência de renda.

O contexto econômico maior⁶⁸ no qual as regiões metropolitanas estão inseridas e o fenômeno migratório constituem dois conceitos-chave discutidos ao longo desta tese. O terceiro conceito-chave foi definido pelo uso da família ou domicílio como unidade de análise, a partir de referencial teórico que indicou as

⁶⁸ No nível regional ou nacional, representa o cenário no qual os fatores estruturais motivam a definição da estratégia das famílias (WOOD, 1982). Influencia a decisão de migrar e pode também ser influenciado pelo fenômeno migratório (DE HAAS, 2010).

vantagens neste sentido (WOOD, 1982; MASSEY *et al*, 1993 e MASSEY, 1990, DE HAAS, 2010).

A família domiciliar constitui o grupo que as pesquisas domiciliares são capazes de descrever com precisão e exibe como características o condicionamento da proximidade física e dos laços de parentesco (WAJNMAN, 2012). As diferentes maneiras como essa família se organiza – os arranjos domiciliares – passaram por mudanças nas décadas em análise: houve aumento na proporção dos arranjos unipessoal, casal sem filho e monoparental e a redução do arranjo casal com filho. Cooke (2005), por exemplo, destaca que a redução relativa das famílias nucleares compostas por casais casados e o aumento da coabitação de casais heterossexuais ou do mesmo sexo e também de famílias com apenas um responsável sugerem que a dinâmica na qual ocorre a decisão de migrar é diferente daquela assumida por parte da literatura.

Podemos observar, através das tabelas 5.1 e 5.2, que as mudanças através do processo de transição demográfica pelo qual as regiões metropolitanas passam refletem na redução proporcional do arranjo casal com filhos e redução da proporção de pessoas que residem em domicílios com esses arranjos. Essa mudança reflete na redução do número médio de residentes por domicílio e, conseqüentemente, no tamanho da família domiciliar.

De acordo com o discutido no referencial teórico, o indivíduo toma a decisão de migrar tendo como referência o grupo no qual ele se insere, em especial a família domiciliar. Segundo Wood (1982), as estratégias dos domicílios refletem a forma como se adaptam às forças além de seus limites. Para De Haas (2010), o contexto macro pode afetar a decisão de migrar e neste processo as estratégias da família são relevantes. Segundo Harbison (1981), a decisão de migrar é do indivíduo, mas ele responde às questões macro em um grupo menor, que é a família domiciliar. Para Cooke (2005), o domicílio e a família moldam o comportamento individual e de grupo e uma demonstração disso se encontra nas constatações empíricas para o fenômeno *trailing wife*. Nesse sentido, a decisão de migrar pode ser afetada pelo contexto macro e também pelo tipo de arranjo domiciliar. Vimos que o contexto macro foi diferente entre as décadas de 1990 e de 2000 e que os arranjos domiciliares apresentaram algumas mudanças nesse

período. Deseja-se avaliar como os arranjos domiciliares encontram-se associadas ao fenômeno migratório no contexto macro regional em que se encontram as regiões metropolitanas.

Os dados censitários não permitem estabelecer causalidade para o fenômeno migratório, de maneira que não podemos, através dos censos, identificar os motivos que levam à migração das famílias, ou mesmo se a migração é de fato familiar ou a família do migrante se formou após o ato migratório. Neste sentido, propõe-se aqui uma análise de delineamento de perfis dos migrantes para definirmos os principais tipos e o que pode ser deduzido tendo como base esses tipos, assim como o que pode ser inferido com base no perfil do migrante para os diferentes tipos de arranjos domiciliares e de deslocamento.

Para a composição dos perfis dos migrantes serão consideradas variáveis dos Censos de 2000 e de 2010 referentes ao indivíduo e ao domicílio e que decorrem das referências teóricas desta tese. Serão analisadas quais variáveis associam-se em maior ou menor grau a determinado perfil de migrante, tendo como objetivo último inferir sobre a importância das características dos indivíduos e dos arranjos domiciliares sobre o processo migratório.

Os três conceitos-chave tomados em conjunto levaram à formulação da hipótese central desta tese. A família domiciliar, na forma de seus diferentes arranjos domiciliares, molda o comportamento individual e de grupo dos migrantes e podemos observar esse fenômeno através das estratégias distintas dos arranjos domiciliares nos diferentes tipos de migração empreendidas nas três regiões metropolitanas em 2000 e 2010. Neste sentido, podemos definir os perfis específicos dos migrantes em que diferentes atributos dos indivíduos ou dos arranjos estão associados a diferentes tipos de movimento.

A partir da hipótese central, podemos fazer algumas considerações sobre as principais variáveis que serão analisadas na definição dos perfis. A migração é altamente seletiva em relação à idade, com grande parte dos migrantes sendo jovem (ROGERS e CASTRO, 1981; RIGOTTI *et al*, 2015). Esse aspecto foi

confirmado para as RMs a partir das curvas de migração estimadas⁶⁹, que indicam, além de um perfil jovem do migrante, que não houve maiores alterações nesse perfil etário da migração nas regiões metropolitanas nas duas décadas em análise, embora tenha-se verificado uma queda generalizada na propensão a migrar entre os dois períodos.

Segundo Rogers e Castro (1981), a migração, antes considerada fortemente seletiva em relação ao sexo, com os homens tendo mobilidade maior que as mulheres, passa a exibir uma seletividade menos pronunciada do que a idade e menos uniforme no tempo e espaço. A questão de gênero é considerada relevante nas discussões sobre migração no Brasil na definição de quem se desloca e quais os efeitos possíveis para as famílias, especialmente para as mulheres (PERES, 2014; MACIEL, 2012). Para Halfacree (1995, *apud* Cooke, 2008) o movimento normalmente resulta na esposa como segundo migrante e reproduz a estrutura patriarcal na origem.

A abordagem do capital humano discute a participação da mulher no mercado de trabalho, de maneira que a esposa muitas vezes se comporta como *tied mover* e o deslocamento prejudica o emprego das mulheres (MINCER, 1978; BORJAS, 2008; TENN, 2010). No caso dos arranjos domiciliares em que o há casal com ou sem filho, a comparação do nível de emprego entre maridos e esposas pode ser um indicador de que a mulher se deslocou como *tied mover*. O modelo do papel de gênero na migração familiar também aborda o efeito *trailing wife* e aponta para a desigualdade de gênero produzindo uma situação econômica pior para as esposas em relação aos maridos após o deslocamento (COOKE, 2003; COOKE, 2005; COOKE, 2008b).

A renda familiar *per capita* reflete as estratégias de sustento que as famílias implementam para lidar com o contexto macro e para ajustar as suas necessidades de consumo e de trabalho disponível (WOOD, 1982). A renda constitui um elemento muito importante na definição do perfil socioeconômico do indivíduo ou da família migrante. Fontes *et al* (2016) destacam que a análise da

⁶⁹ Através dos gráficos 3.1, 3.2 e 3.3, no Capítulo 3.

situação econômica dos arranjos domiciliares pode ser feita pela ótica da renda ou do consumo. Para atingir essa finalidade, os autores utilizaram a renda domiciliar per capita e também a despesa domiciliar per capita⁷⁰. A escolha natural desta tese é pela renda familiar *per capita*, inclusive pela disponibilidade de dados nos Censos Demográficos.

Cunha (1994) encontrou para os deslocamentos intrametropolitanos na RMSP que grande parte dos deslocamentos caracteriza-se por famílias de baixa renda, resultado próximo ao observado nos deslocamentos inter-regionais. Apesar das mudanças recentes de redução na desigualdade econômica, os padrões migratórios no Nordeste ainda seriam regidos pelos mesmos elementos que condicionaram o padrão regional principal (OLIVEIRA *et al*, 2015). Esses resultados apontam, de maneira geral, para a prevalência de indivíduos ou famílias de baixa renda entre os migrantes.

O tipo de arranjo domiciliar é uma variável fundamental nesta tese porque reflete a forma de organização da família domiciliar e se encontra no cerne da nossa hipótese central. É através dessa variável que se espera um olhar diferenciado, que contribua para o entendimento da migração nas regiões metropolitanas propostas através desse grupo que reside no mesmo domicílio e possui laços de parentesco.

O tamanho da família domiciliar encontra-se associado às mudanças recentes observadas nas RMs no contexto de transição demográfica. Trata-se de uma variável que permite, por exemplo, a comparação entre os dois anos censitários considerados para avaliarmos mudança no perfil de um arranjo domiciliar em 2000 comparado a 2010. Cunha (1994) utiliza essa variável em sua tipologia das famílias migrantes e verifica a predominância de arranjos menores no início do ciclo vital, fase do ciclo que comporta a maior parte dos arranjos dos migrantes.

⁷⁰ Os autores utilizaram dados da POF para obter a soma dos diversos dispêndios monetários e não monetários dividido pelo número de moradores do domicílio.

A idade consiste num marcador significativo para as etapas do ciclo vital das famílias. O referencial teórico exibiu alguns estudos que associam comportamento diferenciado das famílias na propensão a migrar a partir do estágio em que se encontra em seu ciclo vital (GLICK, 1947; CUNHA, 1994; LYRA, 2003; NIVALAINEN, 2004; LIMA et al, 2015). A fase do ciclo vital da família constitui uma variável que pode enriquecer a análise dos perfis de migrantes pela associação possível entre o estágio em que se encontra a família domiciliar e a propensão a migrar. Cunha (1994) utiliza a idade média do casal como *proxy* para a fase do ciclo vital, enquanto que Lima *et al* (2015) e Fontes *et al* (2016) fazem uso da presença de filhos com idade menor ou maior de 16 anos. Esta tese opta pela aproximação da categorização dos estágios do ciclo de vida da família através da idade dos filhos, por permitir, além dos casais com filhos, a apreciação dos arranjos monoparentais e também inferências acerca do grau de restrição econômica das famílias migrantes.

A presença de filhos com idade inferior a 16 anos permite o indicativo de maior restrição ou dependência em relação à renda domiciliar (CARVALHO e ALVES, 2010; LIMA *et al*, 2015; FONTES *et al*, 2016). Essa presença representaria, além de um maior incentivo à migração, um parâmetro para o grau de dificuldade que os migrantes enfrentariam nos deslocamentos.

A apreciação da condição migratória do indivíduo ou do arranjo domiciliar permite o recorte por origem do deslocamento, se o migrante vem da própria UF da RM, do Nordeste ou de outra região, além do deslocamento intrametropolitano. Essa variável, que indica o tipo de migração empreendida, tem referência direta na hipótese central, na medida em que supomos ser possível observar especificidades no perfil do migrante em que pode haver associações entre características do indivíduo ou do tipo de arranjo domiciliar e o movimento realizado.

Além das variáveis com referência ao indivíduo ou ao arranjo domiciliar, consideramos o uso de variável que capte diferenças espaciais na origem ou destino do movimento. A discussão sobre formação econômica das RMs, desequilíbrios regionais e migração contida nos capítulos 2 e 3 reforçam a importância de um indicador do desenvolvimento na origem e no destino. Neste

sentido, o produto interno bruto *per capita* do município – PIBpc⁷¹ – consiste em um indicador relevante das condições locais de desenvolvimento e pode ser usado com o intuito de captar o potencial das diferenças locais ou regionais, tanto na origem quanto no destino. Essa variável permite, por exemplo, associar um deslocamento com origem em uma área com melhores ou piores indicadores socioeconômicos para as regiões metropolitanas.

O Quadro 5.1 abaixo reúne as variáveis comentadas nesta seção e apresenta qual seria seu comportamento esperado e outras considerações no sentido de facilitar a visualização do modelo de delineamento de perfis que será descrito no próximo capítulo.

⁷¹ Estimado pela razão entre o produto interno bruto do município (obtido através do banco de dados da pesquisa de Contas Regionais do IBGE) e sua população calculada pelos microdados censitários.

Quadro 5.1 - Considerações sobre as variáveis selecionadas para a análise da migração nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador nas décadas de 1990 e de 2010

Variável	Comportamento / Consideração	Referência bibliográfica
Idade	Forte indicador de seletividade, a idade é um marcador importante do ciclo de vida da família. Espera-se que a migração caia à medida que a idade aumente.	ROGERS e CASTRO, 1981; GLICK, 1947; CUNHA, 1994; LYRA, 2003; NIVALAINEN, 2004
Sexo	Diferenças decorrentes das questões de gênero, como no caso do mercado de trabalho.	ROGERS e CASTRO, 1981; PERES, 2014; MACIEL, 2012; HALFACREE, 1995
Emprego do responsável ou cônjuge	Espera-se um diferencial no nível de emprego favorável aos homens migrantes.	MINCER, 1978; BORJAS, 2008; TENN, 2010; Cooke, 2003; Cooke, 2008
Renda familiar per capita	Reflete as estratégias de sustento, importante indicador para a situação econômica do arranjo domiciliar. Espera-se a prevalência de indivíduos ou famílias de baixa renda	WOOD, 1982; MASSEY, 1993; CUNHA, 1994; DE HAAS, 2010
Tipo de migração	Referência para o recorte por origem do deslocamento e nas possíveis diferenças por tipo de arranjo.	SIMÕES et al, 2012; OJIMA e FUSCO, 2015; CAMPOS et al, 2012; CAMPOS e FUSCO, 2009; BAENINGER, 2000; RIGOTTI, 2000; MOURA, 1980; RIBEIRO, 1997; RIGOTTI, 1999
Tipo de arranjo domiciliar	Unidade de análise e importante grupo em que a decisão de migrar é definida.	WAJNMAN, 2012; WOOD, 1982; CUNHA, 1994; CAMPOS, 2012
Relação com o responsável pelo domicílio	Indicador da estrutura dos arranjos domiciliares, permite análise das mudanças em seus componentes.	CAMPOS, 2012; WAJNMAN, 2012; CAMPOS 2010; LYRA, 2003
Tamanho da família	Associada às mudanças demográficas, deve apresentar redução entre os censos.	CUNHA, 1994; LYRA, 2003
Presença de filhos por idade	Indicador da etapa do ciclo vital da família. Espera-se que a maior parte dos arranjos encontrem-se nas etapas iniciais. Expressa dependência maior para as famílias migrantes.	GLICK, 1947; GLICK e PARKER, 1965; CUNHA, 1994; LYRA, 2003; CARVALHO e ALVES, 2010; LIMA et al, 2015; FONTES et al, 2016
PIB per capita na origem e no destino	Caracterização espacial, indicador das condições de desenvolvimento. Espera-se observar diferenças entre as origens na região ou fora dela e também no destino ao polo metropolitano ou periferias.	MOURA, 1980; BRITO, 1997; SIMÕES et al, 2012; OJIMA e FUSCO, 2015; CAMPOS et al, 2012; CAMPOS e FUSCO, 2009

Fonte: Elaboração própria a partir do referencial teórico desta tese.

6 – MÉTODOS

Este capítulo discute os métodos para análise da migração nas três regiões metropolitanas através dos dados censitários. A primeira seção descreve e justifica a escolha da técnica direta utilizada para definir os migrantes para os quais os perfis serão delineados. Ressalte-se que alguns aspectos dos quesitos empregados na estimação dos migrantes tenham sido adiantados no Capítulo 3 e no Capítulo 5. A segunda seção apresenta o método de delineamento de perfil para o migrante metropolitano das três RMs, bem como propõe os modelos a serem estimados no contexto da estratégia de análise com a perspectiva dos arranjos domiciliares.

6.1 – Migração e censos demográficos.

Os microdados dos censos de 2000 e de 2010 são utilizados, nesta tese, para a mensuração e definição dos migrantes e delineamento de perfis. A estratégia empírica encontra amparo não apenas pelos interesses e questionamentos desta pesquisa, mas também pela importância do uso dos dados censitários, na medida em que essas bases de dados podem ser consideradas as mais completas no país para informações sobre pessoas e domicílios, inclusive para a estimação dos deslocamentos populacionais (CARVALHO e RIGOTTI, 1998; RIGOTTI, 1999; RIBEIRO e SABOIA, 2008; WAJNMAN, 2012).

O uso dos censos demográficos para análise da migração e dos arranjos domiciliares exhibe, no entanto, algumas restrições. Cunha (1994) destaca que os censos não permitem reconstituir os arranjos domiciliares vigentes no momento da migração, mas que aproximações podem ser feitas no sentido de indicações sobre o que se deseja investigar. Lyra (2003) ressalta que se por um lado os

dados censitários permitem medir os movimentos, por outro trazem restrições no estudo desses movimentos enquanto processo social, especialmente por refletirem as condições do momento da entrevista. As limitações dos dados censitários restringem as estimações dos arranjos domiciliares dos migrantes a *proxies* desses arranjos em relação ao grupo migrante.

Para a definição e estimação dos migrantes, sobre os quais o método de delineamento de perfis será aplicado, a indicação reside na utilização das técnicas diretas de migração, normalmente associadas à utilização dos quesitos censitários referentes aos migrantes (RIGOTTI, 2000). Este é um ponto que se encontra em consonância com a opção de utilização dos censos. Assim, uma breve consideração dos principais quesitos para migração fornece um indicativo de como serão estimados os quantitativos populacionais nos diferentes tipos de deslocamentos considerados.

Entre os principais quesitos ligados à migração, Rigotti (1999) considera, a partir das diretrizes da ONU (1970), que as questões mais comuns disponíveis nos censos demográficos são “lugar de nascimento”, “duração de residência”, “lugar de última residência” e “lugar de residência em uma data fixa do passado” (normalmente um ou cinco anos antes do censo). O quesito lugar de nascimento é considerado um dos mais importantes e sua definição de migrante depende do nível de desagregação espacial previamente definido (a região, estado, município, etc.), de maneira que migrante será o indivíduo que não nasceu no local em que foi recenseado e o não migrante aquele que nasceu. É a partir deste quesito que podemos empreender análises que identifiquem a naturalidade do migrante, seja para a migração acumulada ou não. A maior crítica ao uso deste quesito para a estimação da migração acumulada reside em que o momento em que a migração ocorreu pode ter passado há poucos dias antes do censo ou décadas atrás, de maneira que

um lugar pode ter recebido, no passado, a imigração de muitas pessoas não-naturais, no entanto, ser perdedora líquida de população no período mais recente. Assim, o balanço líquido do volume de migrantes acumulados (“lifetime migrants”) pode ser

muito diferente do saldo líquido intercensitário (RIGOTTI, 1999, p. 13).

Além disso, por considerar todos os naturais presentes como não-migrantes, o quesito lugar de nascimento não é ideal para captar a migração de retorno.

Os quesitos de duração de residência e lugar de última residência também podem ser encontrados nos censos brasileiros. O primeiro questiona há quanto tempo o indivíduo reside na área em que é recenseado e sua principal informação refere-se ao tempo em que se deu o último movimento dos migrantes acumulados; enquanto que o segundo quesito questiona o último lugar de residência, de maneira que migrante seria quem residiu numa área diferente de onde recenseado, todos que já moraram fora da área de nascimento, inclusive os migrantes de retorno (RIGOTTI, 1999). O uso combinado desses dois quesitos para a estimação da migração enriquece a análise migratória por conter a dimensão temporal e também espacial, originando o que pode ser chamado de migrante de última etapa (RIGOTTI, 1999; 2010).

O quesito de data fixa foi discutido de forma sucinta no Capítulo 3, quando foi destacada sua relevância na estimação das medidas usuais na análise migratória – os SMs e as TLMs – e também no sentido de captar os movimentos mais recentes na década. As análises descritivas contidas nos capítulos 3 e 5 foram feitas a partir da estimação dos migrantes por data fixa.

A definição de migrante interno está condicionada ao ato de deixar um município para morar em outro no território nacional (IBGE, 2010), sendo válida para o migrante determinado através do quesito de data fixa ou de última etapa. A ideia do conceito de migração restrito à mudança permanente de residência encontra-se, segundo Lyra (2003), na maior parte dos estudos de migração e compõe um enfoque analítico tradicional da mobilidade espacial da população.

Para a elaboração dos perfis dos migrantes nas três principais regiões metropolitanas nordestinas, torna-se necessário definirmos como serão estimados os migrantes e este ponto merece um comentário adicional. Apesar da proposta

aqui estabelecida apontar a relevância em estudar os migrantes de cada década, o quesito de última etapa, que capta quem fez o último deslocamento nos últimos 10 anos, não está disponível para os municípios no Censo Demográfico de 2000. Como consequência, não seria possível a comparação entre os resultados obtidos nos dois censos.

A partir das considerações acima, faz-se aqui a opção pelo uso do conceito de migrante de data fixa. O uso do quesito de data fixa para o município apresenta aspectos importantes, pois compõe as possibilidades oferecidas pelas técnicas diretas de migração e permite definir de maneira exata a origem dos migrantes. Além disso, encontra-se em sintonia com as estimações das análises descritivas exibidas anteriormente e capta os movimentos mais recentes na década, diminuindo as possíveis diferenças entre os arranjos dos que migraram e aqueles observados na data de referência dos censos.

Os recortes espaciais na definição do tipo de migração decorrem da discussão feita no Capítulo 3 sobre a migração nas regiões metropolitanas. Serão identificados para a construção dos perfis dos migrantes os deslocamentos intrametropolitanos, intraestaduais, intraregionais, inter-regionais e os de retorno interestaduais.

6.2 – Estratégias de análise

A estatística multivariada pode ser muito útil na tarefa de delineamento de perfis, como se propõe nesta tese. Segundo Mingoti (2005), trata-se de um conjunto de métodos estatísticos que podem ser usados quando há diversas variáveis medidas simultaneamente para cada elemento amostral. Essa estatística se divide em dois grupos: as técnicas exploratórias de sintetização e as de inferência estatística (MINGOTI, 2005). Para Campos (2010), as técnicas de inferência são usadas para determinar algum tipo de causalidade, enquanto que

as de sintetização, para simplificar a interpretação de um fenômeno, por gerarem parâmetros que sintetizam relações entre um conjunto de variáveis.

Dentre as técnicas de sintetização possíveis para o delineamento de perfis em uma população, propõe-se aqui, para a análise conjunta das variáveis, o uso da técnica de análise multivariada Grade of Membership – GOM (MANTON *et al*, 1994; GUEDES *et al*, 2016). Golgher (1998) empregou a técnica e considera o GOM uma ferramenta poderosa na caracterização de grupos com elementos muito heterogêneos e de difícil classificação, além de ser de fácil aplicação e análise.

Golgher (1998) estuda a migração entre as microrregiões de Minas Gerais através dos Censos de 1980 e 1991. Já em Sawyer e Cerqueira (2004), o principal objetivo é construir uma tipologia dos municípios brasileiros para o ano 2000 com base em um amplo conjunto de indicadores. Campos (2010) define e analisa o perfil de migrantes retornados idosos de São Paulo a Minas Gerais pelos Censos de 1991 e de 2000, enquanto Cerqueira e Maciel (2010) discutem a utilização do GOM para a construção de uma tipologia dos estabelecimentos escolares no Nordeste para o ano de 2007. Pinto e Caetano (2013) analisam a vulnerabilidade da juventude através da heterogeneidade encontrada na população jovem. Essas referências indicam que o método pode ser usado em populações heterogêneas e de difícil classificação, como é o caso do conjunto dos migrantes em uma região metropolitana.

Um diferencial importante do GOM em relação a outros métodos de delineamento de perfis é que, enquanto os demais métodos fornecem apenas o pleno pertencimento do indivíduo a um conjunto, o GOM possibilita a estimação de graus de pertencimento, caracterizando-se como uma técnica probabilística de conjuntos definidos por lógica nebulosa (*fuzzy sets*) (MANTON *et al*, 1994; GUEDES *et al*, 2016). Em modelos de lógica nebulosa, o pertencimento pode ser matizado de forma contínua entre 0 e 1, enquanto que os conjuntos discretos admitem apenas os dois extremos desse intervalo (PINTO e CAETANO, 2013; MANTON *et al*, 1994; GUEDES *et al*, 2016). O método traz a vantagem de que um elemento muito distinto de outro não seja classificado da mesma maneira,

permitindo, assim, mais possibilidades de representação da heterogeneidade individual através do grau de proximidade com os tipos de referência.

O método GOM utiliza a associação entre as categorias dos atributos ao invés dos indivíduos e capta com mais precisão os eventos heterogêneos. O método usa dois parâmetros para sintetizar os resultados. O primeiro relaciona-se com os chamados perfis puros ou extremos, que, de acordo com Golgher (1998), são classes usadas apenas como eixos de referências, a partir dos quais cada elemento será posicionado segundo a proximidade de características. Os perfis extremos representam os tipos mais frequentes, grupos de referência que contém características únicas da população (MANTON *et al*, 1994).

O primeiro parâmetro mede a frequência esperada das respostas para os indivíduos do tipo puro em cada perfil; ou seja, dos indivíduos que apresentam o maior escore de pertencimento ao perfil em caso, relativamente aos demais (MANTON *et al*, 1994; GUEDES *et al*, 2016). De maneira mais formal, esse parâmetro pode ser definido como λ_{kjl} , que descreve a probabilidade da l -ésima resposta para a j -ésima variável no k -ésimo perfil e possui todas as propriedades matemáticas dos conjuntos discretos. Para cada variável j existem L_j possibilidades ou categorias de respostas, sendo que cada indivíduo i responde a apenas uma dentre todas as possibilidades para cada variável j . Para cada possível resposta considerando a mesma variável j há uma variável binária aleatória dada por Y_{ijl} . Verifica-se ainda que $0 \leq \lambda_{kjl} \leq 1$ e $\sum_{l=1}^{L_j} \lambda_{kjl} = 1$.

Na medida em que esse parâmetro acima se refere aos indivíduos tipo puro, os demais indivíduos distanciam-se dessa medida à proporção em que os seus graus de pertencimento diminuem. Este aspecto nos conduz ao segundo parâmetro – g_{ik} – que mede os graus de pertencimento g de cada elemento i em relação aos conjuntos k . Esses escores mensuram o grau em que cada indivíduo possui propriedades associadas a cada perfil extremo; o quanto das características para um dado conjunto k de padrões de probabilidade pode ser esperado como realização para cada indivíduo i . Os escores g_{ik} encontram-se sujeitos às seguintes restrições: $0 \leq g_{ik} \leq 1$ e $\sum_{k=1}^K g_{ik} = 1$; ou seja, podem assumir

qualquer valor entre 0 e 1 e o somatório para um mesmo membro do grupo analisado é sempre igual a um (MANTON *et al*, 1994; GUEDES *et al*, 2016).

A probabilidade de ocorrência da l -ésima resposta para a j -ésima variável pelo i -ésimo indivíduo, condicional aos distintos valores de g_{ik} é dada por:

$$P(Y_{ijl} = 1) = \sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl}$$

De acordo com Manton *et al* (1994), o modelo estatístico para o GOM identifica os perfis extremos por máxima verossimilhança e obtém, simultaneamente, os graus de pertencimento aos perfis para cada elemento. Maximiza-se a função através de um processo iterativo, em que λ_{kjl} e g_{ik} são gerados várias vezes até seus valores se estabilizarem. Com o pressuposto de independência entre os indivíduos e as suas categorias de resposta condicionalmente aos parâmetros, a função de máxima verossimilhança é dada por:

$$L(Y) = \prod_{i=1}^I \prod_{j=1}^J \prod_{l=1}^{L_j} \left(\sum_{k=1}^K g_{ik} \lambda_{kjl} \right)^{Y_{ijl}}$$

Para a estimação do modelo pelo método GOM foi utilizado o software R através do pacote GoMRcpp.R desenvolvido por Pinto e Caetano (2013) como uma versão atualizada do GOM3.EXE, desenvolvido por Peter Charpentier no Departament de Epidemiology and Public Health da Yale School of Medicine no ano de 1992. O pacote está disponível para download em Guedes *et al* (2016).

Esta tese utilizou o Critério de Informação Akaike (Akaike Information Criterion - AIC) para a definição do número mais adequado de perfis extremos k , ou do modelo de representação mais aderente aos dados observados. A medida AIC pode ser obtida a partir da seguinte fórmula:

$$AIC = -2 \ln(L) + 2p$$

Em que $\ln(L)$ é o log do valor de máximo da função de verossimilhança e p o número total de parâmetros estimados (de λ_{kjl} e g_{ik}). A partir da aplicação do critério, obtém-se a indicação do modelo com K perfis extremos, o que acontece

através do menor valor do AIC (PINTO e CAETANO, 2013). O AIC indica o melhor ajuste e uma maior parcimônia para o número de perfis estimados.

A descrição dos perfis demanda a definição de um critério que destaque suas características mais relevantes. Utilizou-se nesta tese o critério definido por Sawyer *et al* (2002), a partir da comparação entre o parâmetro estimado λ_{kjl} e as probabilidades marginais observadas das respostas l , de maneira que a razão entre o parâmetro e a probabilidade seja maior ou igual a 1,2. Este critério significa que a probabilidade da l -ésima resposta para a j -ésima variável no k -ésimo perfil deve ser pelo menos 20% maior que a probabilidade observada dessa resposta no total da população estudada para que a característica seja relevante ao perfil.

Considerando as variáveis definidas a partir do referencial teórico e o método estatístico que será utilizado na análise dos dados, a descrição do modelo usado para a construção dos perfis pode ser feita no contexto da estratégia de análise.

A hipótese central, exibida no capítulo anterior, considera que a heterogeneidade entre os migrantes residentes nas regiões metropolitanas em estudo permite a criação de perfis em que diferentes atributos dos indivíduos ou dos arranjos podem ser associados a diferentes tipos de movimento. A consideração dos arranjos domiciliares como unidade privilegiada de análise, além do indivíduo, surge como motivação para a definição de dois modelos a serem estimados pelo método GOM.

No primeiro modelo, denominado de Modelo 1, serão consideradas prioritariamente as variáveis relativas aos atributos dos indivíduos, como idade, sexo e condição de trabalho. Este modelo considera todos os migrantes municipais de data fixa nas regiões metropolitanas estudadas, independentemente de seu arranjo domiciliar. O Quadro 6.1 apresenta as variáveis utilizadas no Modelo 1, que busca também captar nos perfis dos migrantes informação das características das condições de desenvolvimento dos municípios na origem e no destino dos deslocamentos através do produto interno bruto municipal *per capita* – PIBpc. Busca-se, no Modelo 1, a identificação de

padrões espaciais de deslocamento entre os migrantes para as duas décadas e também entre as três RMs, além de padrões referentes às características dos migrantes – se o migrante envelheceu ou aumentou a probabilidade de homem ou mulher migrar, por exemplo.

A partir dos padrões observados no primeiro modelo, podemos questionar qual informação adicional pode ser obtida através da consideração de variáveis relativas à família domiciliar na forma dos arranjos domiciliares. Ou seja, podemos questionar se os padrões observados no primeiro modelo seriam diferentes ou mais bem explicados através de variáveis que descrevam aspectos importantes desse grupo que compartilha parentesco e também moradia. Neste sentido, a partir da discriminação da migração por tipos de arranjos domiciliares e o uso de variáveis referentes ao domicílio, considera-se a introdução de um segundo modelo a ser testado.

O Modelo 2 parte do princípio estabelecido na hipótese central de que diferentes tipos de arranjos domiciliares podem estar relacionados a diferentes tipos de deslocamento. Não se trata de analisar causalidade, mas como as informações a partir dos arranjos contribuem na compreensão do fenômeno migratório para essas regiões metropolitanas em aspectos não captados no modelo anterior. Com o objetivo de elaborar os perfis dos migrantes separadamente de acordo com o tipo de arranjo domiciliar, o Modelo 2, que pode ser observado no Quadro 6.2, apresenta três diferentes composições:

- unipessoais;
- nucleares contendo os arranjos casal sem filho, casal com filho e monoparental;
- arranjos compostos por famílias estendidas.

É importante ressaltar que serão estimados os perfis dos migrantes cujo arranjo seja unipessoal por constituírem uma referência teórica válida na comparação com os arranjos familiares, conforme definido no capítulo anterior. Alguns aspectos das variáveis que compõem os dois modelos são destacados a seguir.

Os migrantes são agrupados em grupos etários com início em 5 anos de idade, pois é apenas a partir desta idade que o quesito de data fixa pode captar o indivíduo. Entre os 15 e os 64 anos, grande grupo etário em idade economicamente ativa, os grupos etários são decenais para permitir captar as idades mais relevantes no processo migratório com parcimônia na categorização dessa variável.

A respeito da atividade econômica do migrante, considera-se apenas se o migrante teve ou não alguma ocupação remunerada na semana de referência do censo. Os menores de 16 anos não são investigados quanto ao trabalho, em acordo com a suposição de que apenas a partir dessa idade podem contribuir com os rendimentos domiciliares.

Em relação à variável que capta os indicadores socioeconômicos dos municípios de origem do deslocamento, através do PIB_{pc} municipal, os valores foram classificados pelo grupo dos municípios de origem no deslocamento de data fixa para cada RM. Cada grupo foi dividido em quintis, de maneira que podemos analisar, por exemplo, se o migrante veio de um município entre os 20% mais pobres ou mais ricos em relação ao grupo dos municípios de origem nos deslocamentos de data fixa.

No caso do município de destino na RM, os PIB_{pc} municipais foram divididos em valores abaixo do polo metropolitano, do polo ou acima do polo, de maneira que podemos inferir se o migrante se dirige ao centro ou à periferia metropolitana. Caso se dirija à periferia, teremos um indicativo se foram aos municípios mais ou menos economicamente dinâmicos.

Para a variável que busca uma aproximação com o ciclo de vida da família, quando todos os filhos exibem menos de 16 anos, a família estaria no estágio inicial, de expansão; se há filhos maiores e menores dessa idade, temos o estágio médio do ciclo vital; finalmente, com todos os filhos maiores de 16 anos, a família estaria em seu estágio final do ciclo (LIMA *et al*, 2015). É importante ressaltar que a idade dos filhos foi calculada pela subtração da idade na data de referência do censo pelo tempo de residência no município, no sentido de melhor aproximar a estimativa dos estágios do ciclo de vida da família no momento da migração.

No cálculo da renda domiciliar per capita, foi somado o total de rendimentos em todos os trabalhos em reais para cada residente do domicílio (com 16 anos ou mais) para definir o valor total por domicílio, que depois foi dividido pelo total de pessoas residentes. Os valores foram expressos em termos do salário mínimo vigente à época de cada Censo Demográfico.

A variável que descreve os moradores pela relação com o responsável pelo domicílio foi utilizada para captar os membros da família domiciliar (responsável, cônjuge, filhos e outros parentes), sendo que a partir desta variável se mediu o tamanho da família domiciliar.

Quadro 6.1 – Códigos e categorização para as variáveis utilizadas Modelo1

Variável	Código	Categorização
Idade	1	5 a 14 anos
	2	15 a 24 anos
	3	25 a 34 anos
	4	35 a 44 anos
	5	45 a 54 anos
	6	55 a 64 anos
	7	64 ou + anos
Sexo	1	Masculino
	2	Feminino
Tinha trabalho remunerado na semana de referência	1	Menor de 16 anos
	2	Sim
	3	Não
Renda per capita domiciliar em salários mínimos	1	Sem rendimento
	2	0 a 0,5
	3	0,51 a 1
	4	1,1 a 2
	5	2,1 a 5
	6	5,1 a 10
	7	10 ou +
Tipo de migração	1	Intrametropolitana
	2	Intraestadual
	3	Intraregional
	4	Inter-regional
	5	Retorno intraregional
	6	Retorno inter-regional
PIBpc dos municípios de origem	1	Mais pobres
	2	Pobres
	3	Intermediários
	4	Ricos
	5	Mais ricos
PIBpc dos municípios de destino	1	Abaixo do polo metropolitano
	2	Polo metropolitano
	3	Acima do polo metropolitano

Fonte: elaboração própria.

Quadro 6.2 – Códigos e categorização para as variáveis utilizadas no Modelo2

Variável	Código	Categorização
Idade	1	5 a 14 anos
	2	15 a 24 anos
	3	25 a 34 anos
	4	35 a 44 anos
	5	45 a 54 anos
	6	55 a 64 anos
	7	64 ou + anos
Sexo	1	Masculino
	2	Feminino
Tinha trabalho remunerado na semana de referência	1	Menor de 16 anos
	2	Sim
	3	Não
Renda per capita domiciliar em salários mínimos	1	Sem rendimento
	2	0 a 0,5
	3	0,51 a 1
	4	1,1 a 2
	5	2,1 a 5
	6	5,1 a 10
	7	10 ou +
Tipo de migração	1	Intrametropolitana
	2	Intraestadual
	3	Intraregional
	4	Inter-regional
	5	Retorno intraregional
	6	Retorno inter-regional
PIBpc dos municípios de origem	1	Mais pobres
	2	Pobres
	3	Intermediários
	4	Ricos
	5	Mais ricos
PIBpc dos municípios de destino	1	Abaixo do polo metropolitano
	2	Polo metropolitano
	3	Acima do polo metropolitano
Tipo de arranjo domiciliar (caso dos arranjos nucleares)	1	Casal sem filho
	2	Casal com filho
	3	Monoparental
Filho (a) menor de 16 anos	1	Arranjo sem filhos
	2	Todos menores de 16 anos
	3	Todos maiores de 16 anos
	4	Maiores e menores de 16 anos
Relação com o responsável	1	Responsável
	2	Cônjuge
	3	Filho(a)
	4	Outro parente
	5	Outros
Tamanho da família	1	1 a 3 pessoas
	2	4 a 6 pessoas
	3	7 ou +

Fonte: elaboração própria.

CAPÍTULO 7 – PERFIS DOS MIGRANTES NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Este capítulo apresenta os resultados da aplicação do método GOM para a criação dos perfis para o Modelo 1 e o Modelo 2, definidos no capítulo anterior, com referência nas décadas de 1990 e de 2000 e para as três RMs em estudo. Os resultados referentes aos “tipos puros” dos perfis extremos foram utilizados para a identificação de padrões que permitam uma discussão sobre os conceitos-chave desenvolvidos para a elaboração da hipótese desta tese.

Após a estimação dos “tipos puros” para esses perfis, propôs-se a construção de perfis mistos no sentido de aprofundar as investigações. Isto se deve a que apenas parte dos migrantes adere às características dos perfis puros já que podem pertencer parcialmente a mais de um perfil extremo. Esta é uma das vantagens permitidas pelo método GOM: a criação de perfis mistos a partir de critérios para os graus em que cada indivíduo possui propriedades associadas a cada perfil extremo. Este procedimento para os tipos mistos permite a comparação dos resultados obtidos para os tipos puros e também a incorporação da heterogeneidade ponderada, gerando tipos que levam em conta as diferenças individuais.

7.1 – Perfis estimados para o Modelo 1

O Modelo 1 foi estimado para cada uma das três RMs nos dois anos censitários e foi composto de todos os indivíduos migrantes de data fixa, independentemente do tipo de arranjo domiciliar a que pertencem. Após a estimação do modelo, fez-se necessário descrever a representatividade de cada

grupo estimado, a descrição do percentual de indivíduos definidos como “tipos puros”. Neste sentido, descreve-se o percentual de heterogeneidade que se deixa de fora em cada modelo. A Tabela 7.1 apresenta essa representatividade para cada RM nos dois anos censitários pesquisados.

Tabela 7.1 – Representatividade dos indivíduos tipos puros e dos indivíduos heterogêneos: Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010

	2000					
	RMF		RMR		RMS	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Perfil 1	10.233	4,5	41.380	16,9	12.796	6,4
Perfil 2	16.405	7,3	39.273	16	37.251	18,5
Perfil 3	16.521	7,3	-	-	44.505	22,1
Heterogêneos	182.131	80,8	164.548	67,1	106.808	53
Total	225.290	100	245.202	100	201.360	100
	2010					
	RMF		RMR		RMS	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Perfil 1	36.699	20	36.641	17,2	5.793	2,9
Perfil 2	46.660	25,4	48.784	22,8	25.420	12,7
Perfil 3	-	-	-	-	46.489	23,2
Heterogêneos	100.059	54,6	128.120	60	122.818	61,2
Total	183.418	100	213.545	100	200.520	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos de 2000 e de 2010.

A Tabela 7.1 mostra que a proporção de indivíduos do “tipo puro” (em que o parâmetro $g_{ik}=1$) nos perfis extremos é menor que a proporção do total de indivíduos heterogêneos, que apresentam diferentes graus de pertencimento a cada perfil definido. A tabela destaca que o grau de heterogeneidade de cada região metropolitana variou no tempo. Por exemplo, a RMF teve um percentual de heterogeneidade de 80,8% em 2000 contra 54,6% em 2010, a maior redução observada. Para a RMF, portanto, a redução da heterogeneidade entre os migrantes das duas décadas teve como consequência a redução do número de perfis estimados de três para dois perfis, bem como aumento da representatividade dos perfis extremos.

Considerando, inicialmente, o caso do Modelo 1 para a RMF em 2000, a Tabela 7.2 refere-se aos resultados da aplicação do critério de Akaike, que indicou o modelo de três perfis como mais adequado, na medida em que, para o k variando entre 2 e 5, esse foi o que apresentou o menor valor para o AIC.

Tabela 7.2 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1765291,7	4431874,8
3	-1537579,9	4427096,7
4	-1432326,6	4667235,6
5	-1353791,2	4960810,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

A partir dessa definição, a Tabela 7.3 apresenta os resultados para os três perfis, que podem ser definidos ou descritos a partir dos marcadores obtidos pela razão entre os parâmetros estimados e as probabilidades marginais observadas das respostas, aqui definidas como Razão Lambda Frequência Marginal – RLFM. O critério utilizado foi que o valor da RLFM fosse igual ou superior a 1,2, conforme definido por Sawyer *et al* (2002). A Tabela 7.3 permite a descrição dos seguintes perfis extremos P_1 , P_2 e P_3 :

P_1 – Migrantes mais jovens com uma probabilidade 3,7 vezes maior de pertencer ao grupo de 5 a 14 anos do que a população dos migrantes. Acompanhantes dos pais em deslocamentos predominantemente intrametropolitanos no sentido do centro para as periferias mais ou menos dinâmicas e residentes em domicílios de baixa renda *per capita*. Através da Tabela 7.1, vemos que este grupo possui representatividade de 4,5% do total da amostra;

P_2 – Deslocamentos predominantemente intraestaduais a partir de municípios com baixo PIB_{pc} (entre os 40% menores para os municípios de origem na data fixa para a RMF) e com destino ao polo metropolitano. São migrantes jovens, com representatividade de 7,3% dos migrantes (Tabela 7.1) e com maior probabilidade

de pertencer aos grupos etários entre 15 a 24 anos ou mais velhos com 55 anos ou mais e de serem mulheres que não possuem trabalho e residem em domicílios com renda per capita de até um salário mínimo;

Tabela 7.3 – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kji}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	47989	21,301	0,800	(3,7)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	68594	30,447	0,000	(0)	0,619	(2)	0,195	(0,6)
25 a 34 anos	47973	21,294	0,164	(0,7)	0,134	(0,6)	0,331	(1,5)
35 a 44 anos	30151	13,383	0,000	(0)	0,000	(0)	0,376	(2,8)
45 a 54 anos	15379	6,826	0,037	(0,5)	0,063	(0,9)	0,099	(1,4)
55 a 64 anos	7977	3,541	0,000	(0)	0,097	(2,7)	0,000	(0)
64 ou + anos	7227	3,208	0,000	(0)	0,088	(2,7)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	103482	45,933	0,521	(1,1)	0,259	(0,5)	0,617	(1,3)
Feminino	121808	54,067	0,479	(0,8)	0,741	(1,3)	0,383	(0,7)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	53739	23,853	1,000	(4,1)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	85057	37,754	0,000	(0)	0,000	(0)	1,000	(2,6)
Não	86494	38,392	0,000	(0)	1,000	(2,6)	0,000	(0)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	29630	13,152	0,156	(1,1)	0,246	(1,8)	0,000	(0)
0 a 0,5	74577	33,103	0,600	(1,8)	0,490	(1,4)	0,000	(0)
0,51 a 1	46623	20,695	0,244	(1,1)	0,264	(1,2)	0,125	(0,6)
1,1 a 2	32509	14,43	0,000	(0)	0,000	(0)	0,373	(2,5)
2,1 a 5	25703	11,409	0,000	(0)	0,000	(0)	0,301	(2,6)
5,1 a 10	10347	4,593	0,000	(0)	0,000	(0)	0,127	(2,7)
10 ou +	5902	2,62	0,000	(0)	0,000	(0)	0,074	(2,8)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	73953	32,826	1,000	(3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraestadual	83350	36,997	0,000	(0)	1,000	(2,7)	0,000	(0)
Intraregional	23741	10,538	0,000	(0)	0,000	(0)	0,338	(3,2)
Inter-regional	35713	15,852	0,000	(0)	0,000	(0)	0,548	(3,4)
Retorno intraregional	2364	1,049	0,000	(0)	0,000	(0)	0,035	(3,2)
Retorno inter-regional	6169	2,738	0,000	(0)	0,000	(0)	0,080	(2,9)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	46543	20,659	0,000	(0)	0,515	(2,4)	0,000	(0)
Pobres	43618	19,361	0,000	(0)	0,485	(2,5)	0,000	(0)
Intermediários	38436	17,061	0,000	(0)	0,000	(0)	0,459	(2,6)
Ricos	50920	22,602	1,000	(4,4)	0,000	(0)	0,000	(0)
Mais ricos	45774	20,318	0,000	(0)	0,000	(0)	0,541	(2,6)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	63966	28,393	0,688	(2,4)	0,000	(0)	0,000	(0)
Polo metropolitano	121497	53,929	0,000	(0)	0,800	(1,4)	1,000	(1,8)
Acima do polo metropolitano	39827	17,678	0,312	(1,7)	0,200	(1,1)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

P₃ – Migrantes com maior preponderância entre os grupos etários em idade ativa – no intervalo de 25 a 54 anos – e que exibem maior probabilidade de trabalhar e de ser do sexo masculino, além de residir em domicílios com renda *per capita* maior ou igual a um salário mínimo, com renda média ou alta. Esses migrantes compõem em torno de 7,3% do total de migrantes (Tabela 7.1) e realizam, de forma destacada, deslocamentos interestaduais na própria região ou com origem

em outras regiões a partir de municípios com PIB_{pc} de nível intermediário ou entre os 20% mais elevados e se destinam ao polo metropolitano.

Os perfis apresentados na Tabela 7.3 expressam um padrão espacial discutido anteriormente no Capítulo 3, em que Fortaleza perde população para a periferia metropolitana e a RMF recebe um fluxo importante do próprio estado, além dos deslocamentos inter-regionais com caráter histórico. A migração intrametropolitana e a intraestadual compõem, predominantemente, perfil próprio (o Perfil 1 e o Perfil 2, respectivamente), enquanto que os deslocamentos interestaduais se encontram representados no terceiro perfil.

A Tabela 7.1 mostra um grau elevado de heterogeneidade para a RMF em 2000 de cerca de 80% dos migrantes de data fixa. Neste sentido, o método GOM permite a criação de perfis mistos que incorporam essa heterogeneidade. Como vimos antes, o critério para o indivíduo ser do “tipo puro” é que seu parâmetro $g_{ik}=1$, indicando total pertencimento a um perfil. Os indivíduos que não estão incluídos nesta categoria podem pertencer parcialmente a mais de um perfil extremo, de maneira que é possível estabelecer um critério de pertencimento aos perfis mistos que componha o total de migrantes.

O seguinte critério foi estabelecido para a definição dos perfis mistos: o indivíduo i pertence ao perfil misto $K=k$ se $g_{ik} =$ valor máximo (g_{ik}) para $K=1, \dots, k$. Ou seja, os perfis mistos serão compostos, além dos “tipos puros”, pelos indivíduos que exibam o maior escore de grau de pertencimento a um perfil quando comparados aos demais perfis.

A Tabela 7.4 apresenta os resultados para os perfis mistos construídos para a RMF em 2000. A tabela discrimina, para facilitar a visualização, os indivíduos “tipos puros” (que compuseram os perfis extremos), os indivíduos “heterogêneos” que agora compõem os perfis mistos e os subtotais para cada perfil misto. Os valores relativos em cada perfil misto referem-se ao total observado na última linha da tabela; ou seja, ao total de migrantes de data fixa na RMF em 2000.

Tabela 7.4 – Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

ANO		2000	
Distribuição de classes		Freq	%
Perfil Misto PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	10.233	4,5
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	60.543	26,9
	Perfil 1 misto (subtotal)	70.776	31,4
Perfil Misto PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	16.405	7,3
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	67.682	32,8
	Perfil 2 misto (subtotal)	84.087	37,3
Perfil Misto PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	16.521	7,3
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	53.906	23,9
	Perfil 3 misto (subtotal)	70.427	31,3
Total		225.290	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

O Perfil Misto 1 (PM1), que teve como referência o Perfil 1 da Tabela 7.3, apresentou o maior crescimento em relação ao perfil extremo, passando de uma representatividade de 4,5% para 31,4% do total de migrantes de data fixa na RMF em 2000. No entanto, observa-se um equilíbrio dos subtotais dos perfis mistos com um destaque para o Perfil Misto 2, que possui como relevantes os deslocamentos intraestaduais. Os resultados para os perfis mistos PM1 e PM2 reforçam o destaque da migração intrametropolitana e intraestadual, que possuem perfis com marcadores apenas para esses movimentos em 2000 (conforme a Tabela 7.3).

Os perfis extremos criados para a RMF em 2010 completam a apreciação para as duas décadas na RMF e, de maneira similar ao caso anterior, a Tabela 7.5 exhibe os resultados para o critério de Akaike, que indicou o modelo de dois perfis como mais adequado. A redução do número de perfis extremos constitui um indicativo de um menor grau de heterogeneidade para 2010, confirmado através da Tabela 7.1 que indica redução sensível da heterogeneidade para a RMF entre as duas décadas (passando de 80,8% para 54,6%). A Tabela 7.6 mostra os resultados para os dois perfis extremos, que se encontram descritos abaixo.

Tabela 7.5 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1409008,4	3551822,1
3	-1225602,8	3551913,2
4	-1127563,5	3722737,1
5	-1052879,2	3940271,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Podem ser definidos, dessa forma, dois tipos de perfis que abrangem todos os tipos de migração estimados:

P₁ – Movimento intrametropolitano ou inter-regional, incluindo retornados, com predominância para os grupos etários 5 a 14 anos ou com 35 anos ou mais, embora as maiores razões RLFM sejam a do primeiro grupo e do último de 64 anos ou mais. Para a variável sobre o trabalho remunerado, o marcador aponta para a resposta em que o migrante é menor, o que deve resultar do peso do grupo de 5 a 14 anos no perfil. Esses migrantes deslocam-se a partir de municípios com os PIB_{pc} entre os 20% maiores, possivelmente com destaque no caso dos deslocamentos inter-regionais para origem nos municípios com maior PIB_{pc} do Sudeste, ou a partir do polo metropolitano para as periferias mais ou menos economicamente dinâmicas.

P₂ – Migrantes intraestaduais ou da própria região, inclusive retornados, que tem como principais marcadores os grupos etários entre 15 a 34 anos, portanto em idade economicamente ativa. Os migrantes desse grupo possuem maior probabilidade de possuir trabalho e de residir em domicílios com renda baixa a alta. Os migrantes deste perfil se deslocam, de forma preponderante, a partir de municípios com PIB_{pc} baixo ou intermediário em direção ao polo metropolitano.

Tabela 7.6 – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
5 a 14 anos	30279	16,508	0,347	(2,1)	0,000	(0)
15 a 24 anos	56960	31,055	0,138	(0,4)	0,468	(1,5)
25 a 34 anos	44017	23,998	0,000	(0)	0,457	(1,9)
35 a 44 anos	23315	12,712	0,267	(2,1)	0,000	(0)
45 a 54 anos	13432	7,323	0,095	(1,2)	0,054	(0,7)
55 a 64 anos	7552	4,118	0,063	(1,5)	0,021	(0,5)
64 ou + anos	7862	4,287	0,090	(2,1)	0,000	(0)
Sexo						
Masculino	85582	46,66	0,501	(1)	0,435	(0,9)
Feminino	97836	53,34	0,499	(0,9)	0,565	(1)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	30279	16,508	0,344	(2)	0,000	(0)
Sim	85548	46,641	0,289	(0,6)	0,631	(1,3)
Não	67591	36,851	0,367	(0,9)	0,369	(1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	21554	11,751	0,243	(2)	0,000	(0)
0 a 0,5	67930	37,036	0,392	(1)	0,348	(0,9)
0,51 a 1	43075	23,485	0,159	(0,6)	0,308	(1,3)
1,1 a 2	25447	13,874	0,103	(0,7)	0,172	(1,2)
2,1 a 5	16313	8,894	0,066	(0,7)	0,110	(1,2)
5,1 a 10	6197	3,379	0,017	(0,4)	0,050	(1,4)
10 ou +	2902	1,582	0,020	(1,2)	0,012	(0,7)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	66795	36,417	0,708	(1,9)	0,000	(0)
Intraestadual	73933	40,308	0,000	(0)	0,825	(2)
Intraregional	14430	7,868	0,000	(0)	0,152	(1,9)
Inter-regional	20980	11,438	0,234	(2)	0,000	(0)
Retorno intraregional	2214	1,207	0,000	(0)	0,023	(1,9)
Retorno inter-regional	5067	2,762	0,058	(2)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	36876	20,105	0,000	(0)	0,369	(1,8)
Pobres	38122	20,784	0,000	(0)	0,381	(1,8)
Intermediários	33735	18,393	0,103	(0,5)	0,251	(1,3)
Ricos	43080	23,488	0,521	(2,2)	0,000	(0)
Mais ricos	31605	17,231	0,376	(2,1)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	60164	32,802	0,734	(2,2)	0,000	(0)
Polo metropolitano	92137	50,233	0,000	(0)	0,912	(1,8)
Acima do polo metropolitano	31117	16,965	0,266	(1,5)	0,088	(0,5)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

A Tabela 7.7 apresenta os resultados relativos à criação de perfis mistos para 2010 através do critério estabelecido nesta tese, de que esses perfis serão compostos por indivíduos “tipos puros” e por aqueles que exibam o maior escore de pertencimento quando comparados aos demais perfis. Observa-se que a maior parte dos migrantes aderiu ao Perfil Misto 2, que agrega 53,3% dos migrantes considerados. Trata-se do perfil que possui marcadores para os deslocamentos

intraestaduais e intraregionais de um grupo que se destaca por se encontrar em idade economicamente ativa.

Tabela 7.7 – Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

ANO		2010	
		RMF	
Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	36.699	20
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	48.289	26,3
	Perfil 1 misto (subtotal)	84.988	46,3
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	46.660	25,4
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	61.731	33,7
	Perfil 2 misto (subtotal)	98.430	53,7
Total		183.418	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Os perfis gerados para a RMF para 2000 e 2010 permitem a observação de alguns padrões importantes. A migração intrametropolitana com origem no centro e destino às periferias é um movimento que tem destaque nas regiões metropolitanas (CUNHA, 1994; LYRA *et al*, 2015) e os marcadores nos perfis para a RMF nos dois períodos exibem a evidência deste movimento (que em 2000 exibiu o PM1 com cerca de 31% dos migrantes).

Destacam-se também os deslocamentos intraestaduais para as RMs em estudo (conforme discutido em FUSCO, 2012) e a análise de perfis aponta a origem a partir de municípios com menor PIB_{pc} para a RMF, especialmente ao polo metropolitano, sendo que tais deslocamentos contribuem sensivelmente com os contingentes de migrantes para essas áreas. Pela Tabela 7.4 vemos que o PM2 apresenta representatividade de 37,3% dos migrantes, enquanto que o PM2 na Tabela 7.7 exhibe percentual de 53,3%.

Os deslocamentos interestaduais encontram-se representados nos perfis e comportam os subgrupos intraregionais ou inter-regionais. No primeiro caso, a RMF se destaca nas trocas com as UFs mais próximas, enquanto que no

segundo, pelas trocas com o Sudeste, especialmente São Paulo, conforme foi visto no Capítulo 3. Podemos observar, através dos resultados obtidos pelo método GOM, que os perfis com marcadores para a migração intraregional tem, predominantemente, origem em municípios com PIB_{pc} menores quando comparados aos perfis cujos marcadores indicam a relevância dos movimentos inter-regionais. Por exemplo, na Tabela 7.6 o Perfil 1 se destaca na migração inter-regional tendo como origem municípios com maiores PIB_{pc}; enquanto o Perfil 2, que se distingue pela força dos movimentos intraestaduais e intraregionais, destaca-se por municípios de origem com menores PIB_{pc}. Este ponto não causa surpresa e encontra-se em conformidade com o diferencial de desenvolvimento socioeconômico entre os municípios nordestinos e os do Sudeste (MOURA, 1980; SIMÕES *et al*, 2012; OJIMA e FUSCO, 2015).

Apesar do destaque do aspecto espacial nos deslocamentos para a RMF, outros padrões podem ser observados. A migração intrametropolitana possui sempre marcadores de idade para o grupo de 5 a 14 anos, o que ressalta seu caráter familiar. Além disso, esses migrantes exibem maior probabilidade de residir em domicílios de baixa renda. Os perfis de migrantes em idade ativa possuem marcadores a indicar que eles exibem maior probabilidade de estar empregados, de residir em domicílios com renda média ou alta e, para o caso de 2000, de ser do sexo masculino. Por outro lado, quando o perfil possui marcador para não possuir trabalho, a renda domiciliar é mais baixa e, no caso de 2000, há maior probabilidade de ser do sexo feminino.

Para que a análise dos resultados dos perfis não se torne muito extensa, a apreciação para o caso da RMR e RMS será feita pela referência das tabelas no Anexo 3. Neste sentido, as tabelas A 3.1 até A 3.4 contêm os resultados da aplicação do critério de Akaike e também os resultados para os perfis dos tipos puros para a RMR para os dois períodos analisados. As tabelas A 3.1 e A 3.3 assinalam dois perfis extremos como adequados para a RMR nos dois anos censitários. Apesar do mesmo número de perfis, a Tabela 7.1 aponta uma redução da heterogeneidade para essa região metropolitana de 67,1% em 2000 para 60% em 2010.

A discussão no Capítulo 3 indicou que a RMR se destaca das demais por possuir o polo que mais recebe contingentes da periferia e o que mais envia em direção a ela. Os perfis para a RMR trazem também o indicativo da força da migração intrametropolitana, que para 2010 exibe o Perfil 1 (na Tabela A 3.4) apenas com marcador para os deslocamentos intrametropolitanos. Esses deslocamentos têm como origem o polo e os municípios menos dinâmicos e como destino preferencialmente a periferia menos dinâmica, possivelmente porque apenas os municípios da microrregião de Suape (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) estão entre os que possuem PIB_{pc} maior que a capital em 2010.

Através do Perfil 2 da Tabela A 3.2 , referente ao Censo de 2000, podemos observar que os deslocamentos intraestaduais, intraregionais e os de retorno intraregional têm origem em municípios com PIB_{pc} baixo ou intermediário e destinam-se ao polo ou aos municípios economicamente mais dinâmicos da RM, localizados na microrregião de Suape. A migração inter-regional, por sua vez, apresenta uma mudança importante entre 2000 e 2010: no segundo momento (visto pelo Perfil 2 da Tabela A 3.4), passa a se destinar de forma mais intensa à periferia mais dinâmica, fenômeno possivelmente ligado às oportunidades de emprego geradas em Suape (SIMÕES *et al*, 2013; MONTEIRO NETO *et al*, 2015) e que passam a atrair contingentes de outras regiões, inclusive migrantes retornados.

A RMR apresenta em 2000 perfis que possuem marcadores para o sexo do migrante. Para o Perfil 1 (na Tabela A 3.2) há maior probabilidade do sexo masculino e também do migrante possuir trabalho e residir em domicílio com renda *per capita* maior que um salário mínimo. Quando o perfil é predominantemente do sexo feminino – caso do Perfil 2 – a maior probabilidade é do migrante não possuir trabalho e residir em domicílio de baixa renda. Para a relação entre grupos etários e tipo de migração, na RMR os perfis em que há predominância no deslocamento intrametropolitano (caso do Perfil 1 na Tabela A 3.2 e do Perfil 1 na Tabela A 3.4), há também do migrante pertencer ao grupo de 5 a 14, indicativo da força do caráter familiar do movimento.

A elaboração dos perfis mistos para a RMR para os dois anos analisados encontra-se na Tabela A 3.5 do Anexo 3. Percebe-se para o ano 2000 que a

maior parte dos migrantes aderiu ao Perfil Misto 1 com 51,8% do total contra 48,2% do Perfil Misto 2; ou seja, maior aderência ao perfil ligado à migração intrametropolitana e inter-regional. De uma maneira geral, a representatividade para os perfis mistos criados para a RMR indica um equilíbrio entre os dois perfis nos dois anos observados.

A discussão sobre migração nas regiões metropolitanas indicou que a RMS possui distinção na migração intraestadual. Conforme discutido no Capítulo 3, a RMS apresenta os maiores valores absolutos nas trocas com o próprio estado, que enviou para o polo metropolitano mais de 60% dos contingentes que chegaram a Salvador nos dois períodos estudados. A periferia metropolitana da RMS é também a que mais recebe migrantes, em termos relativos, em relação ao resto do estado.

As tabelas A 3.6 até A 3.9 no Anexo 3 contêm os resultados da aplicação do critério de Akaike e também os resultados para os perfis extremos para o Modelo 1 para o caso da RMS. A apreciação dos perfis indica que os deslocamentos intraestaduais se destacam nos dois períodos: em 2000 possuem marcadores para o Perfil 1 e também para o Perfil 3, enquanto que em 2010 o Perfil 3 destaca apenas esse tipo de migração como a mais provável. A migração intraestadual pelos perfis tem origem em municípios com o PIB_{pc} baixo ou intermediário e destinam-se ao polo metropolitano. O caráter familiar encontra-se presente nos deslocamentos intraestaduais na RMS. O Perfil 1 da Tabela A 3.7 indica que os migrantes mais jovens exibem 5,5 vezes mais chances de pertencer ao grupo de 5 a 14 anos nesse perfil em comparação à população de migrantes e 4,9 vezes mais chances de não possuir trabalho por serem ainda muito jovens.

A apresentação dos perfis mistos para a RMS para 2000 e 2010 encontra-se na Tabela A 3.10 do Anexo 3. Esta tabela reforça a importância da migração intraestadual para a RMS, na medida em que os perfis extremos que possuíam como marcadores os movimentos intraestaduais foram aqueles que obtiveram maior aderência de migrantes na aplicação do critério para a construção dos perfis mistos. Para o ano 2000, por exemplo, o Perfil Misto 3 compõe 45,5% dos migrantes, enquanto para 2010 o Perfil Misto 3 tem representatividade de 52,3%.

Região metropolitana com maior dinâmica econômica no Nordeste, e que possui o maior número de municípios com PIB_{pc} maior que a capital, a RMS também apresenta um intenso deslocamento intrametropolitano. A análise dos perfis indica, para os dois períodos, a relevância do movimento com origem no polo e destino às periferias mais ou menos dinâmicas. Esse é o caso do Perfil 2 em 2010, por exemplo (Tabela A 3.9), que possui marcador apenas para o deslocamento intrametropolitano com origem no polo e destino às áreas mais ou menos dinâmicas da RMS (e cujo Perfil Misto 2 na Tabela A 3.10 exibe representatividade de 32,1% dos migrantes).

A leitura dos perfis indica também a relevância, para a RMS, da migração de outras regiões a partir de municípios com o PIB_{pc} entre os 20% mais altos. Na Tabela A 3.9, por exemplo, o Perfil 1 apresenta 5,7 vezes mais chances do que a população de migrantes de ter realizado o deslocamento inter-regional e 3,9 vezes mais chances de ter como origem um município com o PIB_{pc} entre os mais altos.

Além dos aspectos espaciais, a análise dos perfis para a RMS pode nos fornecer outros indicativos. A comparação do Perfil 2 em 2000 (Tabela A 3.7) e do Perfil 2 em 2010 (Tabela A 3.9) traz referências sobre emprego e migração. Os dois perfis possuem maior probabilidade para os deslocamentos intrametropolitanos de pessoas adultas, mas em 2000 há maior predominância dos que não possuem trabalho, enquanto que em 2010 a indicação é oposta. Talvez seja possível uma associação dessa mudança e o fato de que a RMS apresentou, no final da década de 1990, as maiores taxas de desemprego dentre as principais RMs no país (ALMEIDA, 2008) enquanto que na década seguinte essa situação foi modificada, conforme discutido no Capítulo 2.

Outro aspecto que distingue a RMS das demais RMs é que os perfis em que há maior probabilidade dos grupos etários entre 5 a 14 anos, portanto acompanhantes nos deslocamentos, encontram-se associados à migração intraestadual ou intraregional em 2000, e aos deslocamentos intraregionais ou inter-regionais em 2010. Isso confere um caráter familiar mais contundente a outros movimentos além do intrametropolitano (característico da RMF e RMR).

De maneira geral, para as três regiões metropolitanas, a análise dos perfis para os períodos estimados pelos censos de 2000 e de 2010 permite a apreciação de alguns padrões comuns e relevantes.

Numa perspectiva espacial, temos o indicativo dos deslocamentos do polo às periferias metropolitanas em um padrão que pode ter uma associação com o crescimento metropolitano que acompanha os processos de industrialização e urbanização, com pontos em comum com o processo analisado por Cunha (1994). Para a migração intraestadual e intraregional, observou-se os deslocamentos, de forma predominante, a partir de municípios com PIB_{pc} baixo ou intermediário com destino preferencial aos polos metropolitanos, em conformidade com processos descritos por Fusco (2012) ou Oliveira *et al* (2015). Para a migração inter-regional, foi observado um padrão com origem em municípios com PIB_{pc} elevado com destino aos polos, caracterizando o padrão histórico entre Nordeste e Sudeste, com ênfase em São Paulo (SIMÕES *et al*, 2012; OJIMA e FUSCO, 2015; CAMPOS *et al*, 2012).

Para as três RMs foi observado, através dos diversos perfis, um diferencial de renda domiciliar *per capita* em favor dos migrantes que empreenderam o deslocamento inter-regional, relativamente aos movimentos intrametropolitanos e intraestaduais.

Para a RMF e RMR em 2000, observou-se que os perfis com marcadores na migração intraestadual ou intraregional e com maior probabilidade do migrante ser do sexo feminino, eram predominantemente migrantes que não possuíam trabalho e residiam em domicílios de baixa renda. Para essas duas áreas, quando havia maior probabilidade do sexo masculino para o migrante intraregional ou inter-regional, havia também maior probabilidade deste ter trabalho e residir em domicílios com renda média ou alta. Alguns desses elementos foram discutidos no Capítulo 4, em que a abordagem do capital humano traz referências a possíveis desvantagens para as mulheres no processo migratório da família, fenômeno conhecido como efeito *trailing wife* e que também é tratado pela abordagem do papel de gênero (MINCER, 1978; BORJAS, 2008; TENN, 2010; COOKE, 2003; COOKE, 2005).

Os grupos etários de 5 a 14 na RMF e RMR estiveram associados à migração intrametropolitana, enquanto que na RMS esse perfil mais familiar foi associado, preferencialmente, aos deslocamentos intraestaduais. São referências iniciais de uma discussão que será feita na próxima seção, cujo modelo estimado traz variáveis referentes aos arranjos domiciliares.

7.2 – Perfis estimados para o Modelo 2

Considerando a proposta contida na estratégia de análise de estimar, inicialmente, um modelo com variáveis prioritariamente relativas aos atributos dos indivíduos; questionamos se outro modelo que trouxesse variáveis referentes aos arranjos domiciliares traria alguma informação adicional valiosa e que permitiria compreender melhor os padrões observados. Neste sentido, o Modelo 2 permite estimar o perfil do migrante, de forma separada, em três diferentes grupos, de acordo com o tipo de arranjo domiciliar: os arranjos nucleares, de famílias estendidas e os unipessoais.

A análise dos principais resultados para o Modelo 2 será iniciada pelos arranjos nucleares, que comportam os tipos casal sem filho, casal com filho e famílias monoparentais. Em seguida, serão apresentados os resultados para as famílias estendidas e, finalmente, para os arranjos unipessoais.

7.2.1 – Arranjos domiciliares nucleares

De maneira similar ao realizado na seção anterior, após a estimação do método GOM para os arranjos nucleares, foi descrita a representatividade de cada grupo estimado, o percentual de cada perfil extremo para os indivíduos

definidos como “tipos puros” e também o percentual de indivíduos heterogêneos que se deixa de fora em cada modelo. A Tabela 7.8 apresenta essa representatividade para cada RM para os anos dos censos de 2000 e de 2010. Percebe-se, em relação ao modelo anterior, um aumento no número de perfis extremos por região metropolitana, possivelmente causado pelo aumento no número de variáveis no Modelo 2 para os arranjos nucleares. Um padrão que se observa nas três regiões metropolitanas entre os dois anos é o aumento do grau de heterogeneidade para o Modelo 2. A RMR, por exemplo, apresenta heterogeneidade de 40,6% em 2000 contra 72,6% em 2010, passando de um modelo de dois perfis para três no último ano censitário investigado.

Tabela 7.8 – Modelo 2 para arranjos nucleares. Representatividade dos indivíduos tipos puros e dos indivíduos heterogêneos. Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010

	2000					
	RMF		RMR		RMS	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Perfil 1	17.678	12,5	36.662	23,5	16.568	14,3
Perfil 2	34.369	24,3	55.891	35,9	9.288	8
Perfil 3	9.467	6,7	-	-	16.715	14,5
Heterogêneos	79.972	56,5	63.186	40,6	73.007	63,2
Total	141.486	100	155.739	100	115.578	100
	2010					
	RMF		RMR		RMS	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Perfil 1	10.211	9,7	12.130	9,4	2.205	1,9
Perfil 2	9.092	8,7	10.215	7,9	3.204	2,8
Perfil 3	5.849	5,6	13.133	10,1	4.251	3,7
Perfil 4	-	-	-	-	2.363	2
Heterogêneos	79.610	76	94.176	72,6	103.390	89,6
Total	104.762	100	129.654	100	115.413	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos de 2000 e de 2010.

Considerando inicialmente o caso para a RMS no ano de 2000, a Tabela 7.9 apresenta os resultados da aplicação do critério de Akaike, que indicou o modelo de três perfis como mais adequado, pois esse número de perfis foi o que apresentou o menor valor para o critério. Em seguida, a Tabela 7.10 exibe os

resultados para o Modelo 2 com três perfis para a RMS e permite a descrição dos três perfis P_1 , P_2 e P_3 .

Tabela 7.9 – Modelo 2 para arranjos nucleares. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Salvador – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1306290,8	3075077,1
3	-1185447,1	3064636,9
4	-1103866,1	3132722,6
5	-1033985,9	3224209,8

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Podem ser definidos, a partir das informações da Tabela 7.10, três tipos de perfis descritos abaixo:

P_1 – Migrantes intraestaduais e de retorno intraregional muito jovens com três vezes mais chances de pertencer ao grupo etário de 5 a 14 anos e com 2,8 vezes mais chances de compor, na estrutura familiar, o papel de filhos em relação ao responsável. Esse perfil de migrante exibe marcador para os arranjos monoparentais em famílias com mais de três pessoas, de tamanho médio ou grande. Trata-se de um grupo que exibe maior probabilidade de residir em domicílios no estágio médio do ciclo vital e com renda domiciliar *per capita* baixa.

P_2 – Perfil com 3,2 vezes mais chances de ser migrante intrametropolitano que o conjunto de migrantes, nos grupos etários a partir de 25 anos e que exibiam maior probabilidade de não possuir trabalho e residir em domicílios de baixa renda. Trata-se do perfil de indivíduos que apresentou marcador para maior chance de compor arranjos domiciliares de casal com filho, com predominância de ser responsável ou cônjuge na sua relação com o responsável e formar famílias de tamanho médio, entre 3 a 6 membros, em seu estágio inicial do ciclo vital familiar (ou seja, com todos os filhos menores de 16 anos).

P_3 – Migrantes intraestaduais ou de outros estados (especialmente migrantes inter-regionais) em idade adulta ou com 65 anos ou mais de idade. Exibem 2,7 vezes mais chances de constituir arranjo de casal sem filho do que o grupo maior de migrantes e também maior chance de compor o papel de responsável, cônjuge

ou agregado, na sua relação com o responsável. Este perfil apresenta um nível de renda domiciliar superior aos demais perfis, acima de 1 salário mínimo de renda *per capita*, sendo também o único perfil que possui marcador para o trabalho remunerado na semana de referência. Os indivíduos deste perfil possuem 2,1 vezes mais chances de formarem famílias com até três pessoas, em acordo com o tamanho esperado menor para o arranjo mais provável de casal sem filho.

Tabela 7.10 – Modelo 2 para arranjos nucleares. Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	24789	21,448	0,646	(3)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	32171	27,835	0,354	(1,2)	0,102	(0,3)	0,344	(1,2)
25 a 34 anos	28646	24,785	0,000	(0)	0,382	(1,5)	0,364	(1,4)
35 a 44 anos	17263	14,937	0,000	(0)	0,314	(2)	0,157	(1)
45 a 54 anos	8315	7,194	0,000	(0)	0,124	(1,7)	0,095	(1,3)
55 a 64 anos	2655	2,297	0,000	(0)	0,058	(2,5)	0,016	(0,7)
64 ou + anos	1737	1,503	0,000	(0)	0,021	(1,3)	0,024	(1,5)
Sexo								
Masculino	51213	44,311	0,495	(1,1)	0,519	(1,1)	0,336	(0,7)
Feminino	64364	55,689	0,505	(0,9)	0,481	(0,8)	0,664	(1,1)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	27456	23,756	0,811	(3,4)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	47204	40,842	0,000	(0)	0,432	(1)	0,679	(1,6)
Não	40917	35,402	0,189	(0,5)	0,568	(1,6)	0,322	(0,9)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	14265	12,343	0,097	(0,7)	0,296	(2,3)	0,000	(0)
0 a 0,5	27950	24,183	0,450	(1,8)	0,287	(1,1)	0,000	(0)
0,51 a 1	20708	17,917	0,154	(0,8)	0,198	(1,1)	0,188	(1)
1,1 a 2	17452	15,1	0,116	(0,7)	0,136	(0,9)	0,199	(1,3)
2,1 a 5	19075	16,504	0,111	(0,6)	0,083	(0,5)	0,293	(1,7)
5,1 a 10	10661	9,224	0,072	(0,7)	0,000	(0)	0,190	(2)
10 ou +	5466	4,729	0,000	(0)	0,000	(0)	0,130	(2,7)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	35038	30,316	0,000	(0)	1,000	(3,2)	0,000	(0)
Intraestadual	51720	44,749	0,764	(1,7)	0,000	(0)	0,553	(1,2)
Intraregional	8260	7,147	0,076	(1)	0,000	(0)	0,122	(1,7)
Inter-regional	17491	15,133	0,123	(0,8)	0,000	(0)	0,287	(1,8)
Retorno intraregional	769,7	0,666	0,015	(2,2)	0,000	(0)	0,005	(0,7)
Retorno inter-regional	2299	1,989	0,023	(1,1)	0,000	(0)	0,033	(1,6)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	19689	17,035	0,261	(1,5)	0,000	(0)	0,215	(1,2)
Pobres	20695	17,906	0,246	(1,3)	0,000	(0)	0,247	(1,3)
Intermediários	20650	17,867	0,263	(1,4)	0,000	(0)	0,233	(1,3)
Ricos	23244	20,111	0,000	(0)	0,748	(3,7)	0,000	(0)
Mais ricos	31299	27,08	0,230	(0,8)	0,252	(0,9)	0,305	(1,1)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	6307	5,457	0,000	(0)	0,176	(3,2)	0,000	(0)
Polo metropolitano	63270	54,743	0,687	(1,2)	0,000	(0)	1,000	(1,8)
Acima do polo metropolitano	46000	39,8	0,313	(0,7)	0,824	(2)	0,000	(0)
Tipo de arranjo domiciliar								
Casal sem filho	16352	14,148	0,000	(0)	0,000	(0)	0,386	(2,7)
Casal com filho	83771	72,48	0,817	(1,1)	0,926	(1,2)	0,477	(0,6)
Monoparental	15454	13,371	0,183	(1,3)	0,074	(0,5)	0,136	(1)
Relação com o responsável								
Responsável	32447	28,074	0,000	(0)	0,533	(1,8)	0,357	(1,2)
Cônjuge	33709	29,166	0,000	(0)	0,467	(1,6)	0,440	(1,5)
Filho(a)	40639	35,162	1,000	(2,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Outros	8783	7,599	0,000	(0)	0,000	(0)	0,204	(2,6)
Filho (a) menor de 16 anos								
Arranjo sem filhos	16352	14,148	0,000	(0)	0,000	(0)	0,384	(2,7)
Todos menores de 16 anos	71991	62,289	0,582	(0,9)	0,914	(1,4)	0,450	(0,7)
Todos maiores de 16 anos	10085	8,726	0,000	(0)	0,086	(0,9)	0,167	(1,9)
Maiores e menores de 16 anos	17148	14,837	0,418	(2,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Tamanho da família								
1 a 3 pessoas	52893	45,764	0,000	(0)	0,360	(0,7)	1,000	(2,1)
4 a 6 pessoas	57064	49,374	0,855	(1,7)	0,640	(1,2)	0,000	(0)
7 ou +	5620	4,862	0,145	(2,9)	0,000	(0)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

De maneira similar ao procedimento feito na seção anterior, foram criados os perfis mistos para a RMS em 2000 através do critério estabelecido para

pertencimento nos perfis mistos. A Tabela 7.11 exibe os perfis mistos e podemos observar maior aderência ao Perfil Misto 3, que passa a agregar quase 40% dos migrantes de data fixa que compõem os arranjos nucleares.

Tabela 7.11 – Modelo 2 para arranjos nucleares. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Salvador – 2000

Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	16.568	14,3
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	20.999	18,2
	Perfil 1 misto (subtotal)	37.567	32,5
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	9.288	8
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	20.999	13,3
	Perfil 2 misto (subtotal)	31.987	27,7
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	16.715	14,5
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	20.999	25,4
	Perfil 3 misto (subtotal)	46.023	39,8
Total		115.577	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Os três perfis expressos pela Tabela 7.10 para a RMS em 2000 exibiram como marcadores cada um dos três tipos de arranjos nucleares e também deslocamentos mais próximos ou mais distantes. Os perfis estimados para a RMS em 2010 permitem, em conjunto com os da década de 2000, uma análise mais abrangente para a RMS. A Tabela 7.12 exibe os resultados para o critério de Akaike e indica um modelo com quatro perfis como mais adequado, num indicativo de maior grau de heterogeneidade na RMS para 2010. O aumento de heterogeneidade na RMS pode ser confirmado pela Tabela 7.8, cujo percentual passa de 63,2% em 2000 para 89,6% em 2010. A Tabela 7.13, por sua vez, apresenta os resultados para os quatro perfis extremos.

Tabela 7.12 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na RMS, 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1322470,1	3106782,4
3	-1198516,1	3089795,5
4	-1077372,6	3078429,5
5	-1010716,8	3176039,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Podem ser definidos, a partir das informações da Tabela 7.13, quatro tipos de perfis descritos abaixo:

P₁ – Perfil em que os migrantes possuem 2,6 vezes mais chances de realizar deslocamentos intraestaduais em relação aos migrantes de data fixa em domicílios com arranjos nucleares. Os migrantes desse perfil exibem também 2,1 vezes mais chances de compor arranjos nucleares monoparentais. São migrantes jovens, predominantemente mulheres entre 15 e 34 anos que não possuem trabalho e residem em domicílios de baixa renda *per capita*. Exibem maior probabilidade de compor arranjos em famílias pequenas na etapa final do ciclo vital familiar.

P₂ – O perfil possui marcador apenas para os deslocamentos intrametropolitanos e seus migrantes exibem 5,1 vezes mais chances de pertencer ao grupo etário de 5 a 14 anos, sendo em parte acompanhantes nos deslocamentos que ocupam, predominantemente, a posição de filho na relação com o responsável pelo domicílio. Esses migrantes possuem maior probabilidade de residir em domicílios de baixa renda *per capita*, em arranjos do tipo casal com filho ou monoparentais em famílias com mais de três membros (de tamanho médio ou grande) que se encontram em estágio médio de seu ciclo vital (ou seja, com filhos menores e maiores de 16 anos).

P₃ – Este perfil também apresenta marcador unicamente para a migração intrametropolitana, mas possui marcador para o arranjo casal sem filho: 4,4 vezes mais chance de compor esse tipo de arranjo domiciliar em relação aos migrantes de data fixa que formam arranjos nucleares (maior chance também de ocupar a posição de pessoa de referência no domicílio ou de seu cônjuge). Outra diferença em relação ao perfil anterior reside na maior probabilidade dos migrantes se

situarem nos grupos etários entre 25 e 34 anos ou mais velhos, acima de 45 anos e possuírem trabalho, residindo em domicílios com renda domiciliar *per capita* de mais de um salário mínimo. Este perfil possui marcador para o tamanho pequeno de família, com até três pessoas, em sintonia com o arranjo domiciliar de referência de casal sem filho.

P₄ – Este perfil possui marcadores para os deslocamentos interestaduais (intraregionais ou inter-regionais, inclusive de retorno) e para o arranjo de casal com filho. São, predominantemente, migrantes em idade ativa que possuem maior probabilidade de ser do sexo masculino, trabalhar e residir em domicílio com rendas per capita mais altas. Compõem com maior probabilidade famílias de três a seis membros – de tamanho médio – e que estão no estágio inicial ou médio do ciclo vital familiar.

Tabela 7.13 – Modelo 2 para arranjos nucleares. Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3	Perfil 4	RLF4
Idade										
5 a 14 anos	22475	19,474	0,000	(0)	1,000	(5,1)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	25079	21,729	0,655	(3)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
25 a 34 anos	33049	28,636	0,345	(1,2)	0,000	(0)	0,521	(1,8)	0,224	(0,7)
35 a 44 anos	18927	16,399	0,000	(0)	0,000	(0)	0,080	(0,4)	0,570	(3,4)
45 a 54 anos	9916	8,592	0,000	(0)	0,000	(0)	0,153	(1,7)	0,206	(2,3)
55 a 64 anos	3887	3,368	0,000	(0)	0,000	(0)	0,160	(4,7)	0,000	(0)
64 ou + anos	2080	1,802	0,000	(0)	0,000	(0)	0,086	(4,7)	0,000	(0)
Sexo										
Masculino	52752	45,707	0,000	(0)	0,562	(1,2)	0,474	(1)	1,000	(2,1)
Feminino	62661	54,293	1,000	(1,8)	0,438	(0,8)	0,526	(0,9)	0,000	(0)
Possui trabalho remunerado										
Menor de 16 anos	22475	19,474	0,000	(0)	1,000	(5,1)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	55079	47,723	0,142	(0,2)	0,000	(0)	0,765	(1,6)	1,000	(2)
Não	37859	32,803	0,859	(2,6)	0,000	(0)	0,235	(0,7)	0,000	(0)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos										
Sem rendimento	11984	10,384	0,141	(1,3)	0,132	(1,2)	0,152	(1,4)	0,000	(0)
0 a 0,5	32412	28,084	0,447	(1,5)	0,646	(2,2)	0,000	(0)	0,000	(0)
0,51 a 1	24217	20,982	0,303	(1,4)	0,163	(0,7)	0,215	(1)	0,136	(0,6)
1,1 a 2	18868	16,348	0,110	(0,6)	0,059	(0,3)	0,330	(2)	0,189	(1,1)
2,1 a 5	17258	14,953	0,000	(0)	0,000	(0)	0,194	(1,2)	0,407	(2,7)
5,1 a 10	8385	7,265	0,000	(0)	0,000	(0)	0,082	(1,1)	0,213	(2,9)
10 ou +	2290	1,984	0,000	(0)	0,000	(0)	0,027	(1,3)	0,055	(2,7)
Tipo de migração										
Intrametropolitana	41709	36,139	0,000	(0)	1,000	(2,7)	1,000	(2,7)	0,000	(0)
Intraestadual	43682	37,848	0,996	(2,6)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraregional	10104	8,755	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,338	(3,8)
Inter-regional	16348	14,164	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,548	(3,8)
Retorno intraregional	632,3	0,548	0,004	(0,7)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,016	(2,8)
Retorno inter-regional	2938	2,546	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,098	(3,8)
PIB per capita no município de origem										
Mais pobres	18276	15,836	0,375	(2,3)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
Pobres	21004	18,199	0,420	(2,3)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intermediários	13684	11,856	0,205	(1,7)	0,069	(0,5)	0,008	(0)	0,095	(0,7)
Ricos	28846	24,994	0,000	(0)	0,922	(3,6)	0,992	(3,9)	0,000	(0)
Mais ricos	33603	29,115	0,000	(0)	0,009	(0)	0,000	(0)	0,905	(3,1)
PIB per capita no município de destino										
Abaixo do polo metropolitano	6925	6	0,000	(0)	0,182	(3)	0,112	(1,8)	0,000	(0)
Polo metropolitano	49108	42,55	0,757	(1,7)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,645	(1,5)
Acima do polo metropolitano	59380	51,45	0,243	(0,4)	0,819	(1,5)	0,888	(1,7)	0,355	(0,6)
Tipo de arranjo domiciliar										
Casal sem filhos	25902	22,443	0,000	(0)	0,000	(0)	1,000	(4,4)	0,000	(0)
Casal com filho	74627	64,66	0,728	(1,1)	0,794	(1,2)	0,000	(0)	1,000	(1,5)
Monoparental	14885	12,897	0,272	(2,1)	0,206	(1,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
Relação com o responsável										
Responsável	37206	32,237	0,000	(0)	0,000	(0)	0,473	(1,4)	1,000	(3,1)
Cônjuge	37902	32,84	0,799	(2,4)	0,000	(0)	0,527	(1,6)	0,000	(0)
Filho(a)	35744	30,97	0,076	(0,2)	1,000	(3,2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Outros	4562	3,953	0,125	(3,1)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
Filho (a) menor de 16 anos										
Arranjo sem filhos	25935	22,471	0,000	(0)	0,000	(0)	1,000	(4,4)	0,000	(0)
Todos menores de 16 anos	68284	59,165	0,690	(1,1)	0,792	(1,3)	0,000	(0)	0,837	(1,4)
Todos maiores de 16 anos	11177	9,685	0,310	(3,2)	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
Maiores e menores de 16 anos	10018	8,68	0,000	(0)	0,208	(2,3)	0,000	(0)	0,163	(1,8)
Tamanho da família										
1 a 3 pessoas	67995	58,914	0,951	(1,6)	0,083	(0,1)	1,000	(1,6)	0,253	(0,4)
4 a 6 pessoas	46417	40,218	0,049	(0,1)	0,875	(2,1)	0,000	(0)	0,747	(1,8)
7 ou +	1002	0,868	0,000	(0)	0,042	(4,8)	0,000	(0)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

O aumento da heterogeneidade observado para a RMS em 2010 teve como efeito a redução na representação dos perfis extremos, que passam a expressar percentuais menores (Tabela 7.8). A construção dos perfis mistos permite um ajuste a partir da incorporação da heterogeneidade nos perfis e a

Tabela 7.14 mostra os resultados da aplicação do critério de pertencimento aos perfis mistos que compoem o total de migrantes. Percebe-se que o Perfil Misto 1 e o Perfil Misto 2 foram aqueles que obtiveram as maiores aderências dos indivíduos heterogêneos, chegando a 31,9% e 23%, respectivamente, do total de migrantes em arranjos nucleares. Esses dois perfis mistos tiveram como referência perfis extremos com marcador para domicílios com baixa renda *per capita*. Neste sentido, temos um contexto em que mais da metade dos migrantes de data fixa nos arranjos nucleares na RMS em 2010 podem ter associações com domicílios com essa característica de baixa renda *per capita*, de forma predominante em domicílios com arranjos monoparental ou de casal com filho.

Tabela 7.14 – Modelo 2 para arranjos nucleares. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Salvador – 2010

Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	2.205	1,9
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	34.556	29,9
	Perfil 1 misto (subtotal)	36.761	31,9
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	3.204	2,8
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	23.354	21,1
	Perfil 2 misto (subtotal)	26.558	23
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	4.251	3,7
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	22.314	19,3
	Perfil 3 misto (subtotal)	26.565	23
PM4	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	2.363	2
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	23.167	20,1
	Perfil 3 misto (subtotal)	25.530	22,1
Total		115.414	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

A análise dos dois períodos na RMS permite a observação de alguns padrões que relacionam características dos indivíduos e dos tipos nucleares aos deslocamentos empreendidos. Nos perfis em que os marcadores indicavam relevância do arranjo monoparental, os deslocamentos foram mais curtos (predominantemente intraestaduais, mas também intrametropolitanos) e os

migrantes apresentavam maior probabilidade de não trabalhar e residir em domicílios com baixa renda domiciliar *per capita*. Além disso, as famílias estavam no estágio médio ou final de seu ciclo vital.

Vimos em Fontes *et al* (2016) que os arranjos monoparentais normalmente se destacam por sua fragilidade econômica (tendo como responsável usualmente uma mulher que precisa conciliar as atividades produtivas e reprodutivas). Esses autores sugerem que os domicílios com arranjo monoparental e presença de filho menor de 16 anos são os que possuem a menor renda domiciliar *per capita*. Os perfis extremos com marcador para o arranjo monoparental na RMS em 2000 e 2010 corroboram esse indicativo, pois possuem também predominância para os grupos etários entre 5 a 14 anos.

Quando os marcadores dos perfis indicaram a preponderância do arranjo casal com filho, há duas situações distintas. Na primeira, ligada ao movimento mais curto (intrametropolitano), os migrantes apresentavam maior probabilidade de residir em domicílios de baixa renda *per capita* e de não trabalhar, seja por comporem grupos etários muito novos, ou por não possuírem trabalho. Na segunda possibilidade, os migrantes percorreram distâncias maiores – interestaduais, inclusive de retorno – possuíam maior probabilidade de ter trabalho e residir em domicílio com renda *per capita* mais elevada. Os estágios do ciclo vital familiar em que as famílias esses migrantes se encontravam foram, predominantemente, o inicial ou médio.

Finalmente, quando a indicação de maior preponderância foi para o arranjo casal sem filho, os migrantes exibiram maior probabilidade de trabalhar e residir em domicílios com renda *per capita* média ou alta; além de comporem famílias de tamanho pequeno, com até três pessoas. Não foi, no entanto, constatado um padrão mais claro nos deslocamentos do tipo casal sem filho para a RMS nos dois períodos considerados.

Para a análise dos arranjos nucleares da RMF e RMR, será feito o uso das tabelas no Anexo 3, na medida em que são dois espaços em dois períodos e a exposição de todas as tabelas e descrições de perfis tornaria a apreciação dos resultados muito extensa. Para a RMF, as tabelas A 3.11 até A 3.15 referem-se

aos resultados da aplicação do critério de Akaike para a definição do número de perfis adequado, para os perfis extremos dos arranjos nucleares para a RMF e para os perfis mistos nos dois períodos considerados.

É possível observarmos, através da Tabela A 3.12, que o Perfil 1 e o Perfil 3 para a RMF em 2000 possuem marcadores para arranjo monoparental. Nesses perfis há predominância nos deslocamentos de menor distância, intrametropolitano ou intraestadual⁷², e do nível de renda per capita mais baixo nos domicílios. O Perfil 1 possui 4 vezes mais chances de que seus migrantes pertençam ao grupo etário entre 5 e 14 anos e marcador para o sexo masculino, enquanto o Perfil 3 apresenta 3,6 vezes mais chances de pertencimento ao grupo etário de 15 a 24 anos e marcador para o sexo feminino, além de não possuírem trabalho remunerado na semana de referência. Em decorrência da relevância dos grupos etários para os perfis, o Perfil 1 possui marcador para o estágio inicial do ciclo vital (com todos os filhos menores de 16 anos) enquanto o Perfil 3 para os estágios médio e final.

O Perfil 2 da Tabela A 3.12 possui marcador para o arranjo casal sem filho e migração intrametropolitana e inter-regional, inclusive de retorno e destaca-se dos demais perfis pela renda domiciliar *per capita*, que apresenta marcador para o nível intermediário e alto, acima de um salário mínimo. Não há, para os perfis estimados pelo Censo de 2000, marcadores para o arranjo casal com filho para a RMF. A Tabela A 3.13, que apresenta os perfis mistos para os arranjos nucleares da RMF, indica que o Perfil Misto 2 foi o que obteve maior aderência de migrantes: são 47% do total de migrantes de data fixa em arranjos nucleares na RMF que podem possuir associações com as características desse perfil.

A Tabela A 3.15 apresenta os perfis extremos para a RMF em 2010. O Perfil 2 e o Perfil 3 possuem como marcadores o arranjo casal com filho, embora com diferenças importantes entre eles. O Perfil 2 exhibe 3,5 vezes mais chances de pertencimento ao grupo etário de 5 a 14 anos, 3,4 vezes mais chances de não

⁷² Embora o Perfil 1 exiba também marcadores a migração inter-regional e de retorno.

possuir trabalho por ser menor de 16 anos, marcadores para migração intrametropolitana e para residir em domicílio com baixa renda *per capita*. O Perfil 3, por sua vez, possui marcadores para grupos etários em idade economicamente ativa, para o sexo masculino, possuir trabalho, residir em domicílio com renda per capita intermediária a alta e para a migração interestadual⁷³. A importância da presença de filhos menores e seu impacto nos orçamentos familiares foi discutida por Carvalho e Alves (2010) e Fontes *et al* (2016) e a análise para a RMF em 2010 indica a relevância desse aspecto para os perfis com marcador para casal com filho.

O Perfil 3 da Tabela A 3.15 possui também marcadores para os deslocamentos mais distantes (interestaduais), o que remete ao padrão observado para os arranjos nucleares da RMS. Foi observada uma associação (para os perfis extremos com marcador para arranjo casal com filho) entre os movimentos mais curtos e baixa renda *per capita* (com ausência de trabalho) e os movimentos mais longos e uma renda domiciliar *per capita* mais elevada (com marcador para possuir trabalho remunerado na semana de referência).

A Tabela A 3.13, que apresenta os perfis mistos para a RMF em 2010, indica maior aderência de migrantes para os perfis com marcadores para o arranjo domiciliar casal com filho; ou seja, o Perfil Misto 2 e o Perfil Misto 3 com 35,4% e 31,2%, respectivamente, do total de migrantes de data fixa na RMF em 2010.

O Perfil 1 da Tabela A 3.15 possui marcador para o arranjo casal sem filho. Quando comparado ao perfil com esse marcador de arranjo para o ano 2000 na RMF (o Perfil 2 na Tabela A 3.12), não foi possível observar um padrão mais claro para os de deslocamentos realizados mais curtos ou de maior distância.

A comparação dos perfis na Tabela A 3.15 que possuem marcadores para sexo e arranjos domiciliares com casal para 2010 (o Perfil 1 e o Perfil 3), trazem um aspecto notável. Quando há predominância de mulheres no perfil, há também

⁷³ Com destaque para os deslocamentos inter-regionais para os quais os migrantes apresentam 3,8 vezes mais chances de pertencimento.

maior probabilidade de o migrante não possuir trabalho e de ser cônjuge na estrutura domiciliar. No perfil com maior probabilidade de o migrante ser homem, temos a predominância de migrantes com trabalho e ocupando na estrutura domiciliar o papel do responsável ou cônjuge. Esses resultados estão, possivelmente, associados às abordagens que buscam explicar o efeito *trailing wife* (os modelos do capital humano e do papel de gênero), que preconizam que a migração tende a reduzir o desemprego dos homens e aumentar o das mulheres (MINCER, 1978; COOKE, 2003; COOKE, 2005), resultando em condições menos favoráveis a elas como determinantes da migração (BORJAS, 2008; TENN, 2010).

A aplicação do critério Akaike para os perfis extremos e os mistos para a RMR nos dois anos censitários encontram-se nas tabelas A 3.16 até A 3.20 do Anexo 3. Através da Tabela 7.8, observa-se que a RMR, de modo similar às demais RMs, exibiu aumento na heterogeneidade, que passou de 40,6% para 72,6%. Este aumento possivelmente está ligado ao acréscimo de mais um perfil extremo quando o Modelo 2 foi estimado para 2010.

Através de uma análise que combine os dois períodos para a RMR, encontramos alguns padrões por meio dos perfis estimados. Para os dois períodos houve perfis com marcador para a variável de arranjo domiciliar monoparental. No Perfil 1 para o ano 2000 (da Tabela A 3.17), os migrantes exibem 2,2 vezes mais chances de pertencer ao grupo etário de 5 a 14 anos (em comparação aos migrantes que compõem arranjos nucleares), 2,8 vezes mais chances de não trabalhar por ser menor de 16 anos. O Perfil 1 para o ano 2010 (na Tabela A 3.20), por sua vez, possui 3,4 vezes mais chances de pertencer ao grupo etário de 5 a 14 anos e 3,5 vezes mais chances de não trabalhar por ser menor de 16 anos. Esses dois perfis extremos realizaram, predominantemente, movimentos mais curtos (intraestadual em 2000 e intrametropolitano em 2010) e também exibiram marcador para a baixa renda domiciliar *per capita*.

Nos dois períodos para a RMR houve perfis extremos com marcadores para o arranjo casal sem filho (Perfil 2 A 3.17 e Perfil 2 na Tabela A 3.20). Nesses dois perfis observou-se predominância de o migrante compor grupos etários em idade economicamente ativa, possuir trabalho e residir em domicílio com renda

per capita acima de meio salário mínimo aos níveis mais elevados. Não foi possível, no entanto, observar um padrão migratório comum para esses perfis, inclusive pela ausência de marcadores para a migração exibida em 2000.

Para o arranjo casal com filho na RMR, temos apenas marcador para o Perfil 3 segundo período (Tabela A 3.20). Neste perfil, os movimentos interestaduais (intraregionais ou inter-regionais) possuem maior preponderância, inclusive os de retorno, e os migrantes exibem maior probabilidade de possuir trabalho, residir em domicílios com renda *per capita* mais elevada e comporem famílias que se encontram no estágio inicial de seu ciclo vital.

A leitura comum dos perfis criados para a RMF, RMR e RMS a partir dos migrantes de data fixa referentes aos quinquênios de 1995-2000 e 2005-2010 permite que sejam observados alguns padrões importantes.

Para os perfis que têm como marcadores o arranjo monoparental, os migrantes exibiram maior probabilidade de realizar movimentos mais curtos, intrametropolitano ou intraestadual. Os perfis indicam que esses migrantes constituíram, predominantemente, grupos etários muito novos (entre 5 a 14 anos, acompanhantes nos deslocamentos) ou de adultos jovens que não possuíam trabalho e residiam em domicílios com baixa renda *per capita*, compondo, de maneira preponderante, famílias no estágio médio de seu ciclo vital. A presença de filhos menores nesses arranjos, em associação a um padrão de renda mais baixo, encontra referência em Carvalho e Alves (2010) e Fontes *et al* (2016), que indicaram influência do ciclo vital no orçamento de famílias com filhos menores de 16 anos.

Quando os perfis nas três regiões metropolitanas têm como marcadores o arranjo domiciliar casal com filho, a maior preponderância foi observada para os deslocamentos de maior distância, interestaduais, inclusive de retorno. Nesses casos, os migrantes exibiram maior probabilidade de possuir trabalho, residir em domicílios com renda *per capita* mais elevada e compor famílias que se encontram no estágio inicial de seu ciclo vital. Nos casos em que os perfis extremos apresentaram marcadores para a migração intrametropolitana (na RMS e RMF em 2000 e na RMS em 2010), os perfis de arranjos casal com filho

exibiram maior probabilidade de não trabalhar e residir em domicílios de baixa renda *per capita*, compondo famílias no estágio inicial ou médio de seu ciclo vital.

Os perfis em que a variável “arranjo domiciliar” teve como marcador o tipo casal sem filho não permitiram a observação de um padrão de migração para as RMs em estudo. No entanto, esses migrantes possuem maior probabilidade de trabalharem e residirem em domicílios com renda *per capita* mais elevadas e de formarem famílias de tamanho pequeno, com até três pessoas.

Para a variável que capta os estágios do ciclo de vida da família, considerando as três regiões metropolitanas, a maior parte dos perfis para os arranjos nucleares exhibe marcadores que apontam, de forma clara, uma maior probabilidade de os estágios do ciclo vital da família dos migrantes encontrarem-se no inicial ou médio. Trata-se de um resultado que guarda proximidade com aquele apontado por Cunha (1994) e Lyra (2003), para quem a maior parte das famílias migrantes encontrava-se no estágio inicial. Além disso, esse resultado está em conformidade com a Tabela 5.9 (Capítulo 5), que aponta para a predominância nos domicílios dos migrantes da presença de filhos com menos de 16 anos, ou de famílias em estágio inicial ou médio do ciclo vital. Vale ressaltar também que os perfis com marcadores para casal com filho apresentaram predominância no estágio inicial ou médio do ciclo vital familiar; enquanto que aqueles com marcadores para o arranjo monoparental, para o estágio médio ou final, em acordo com o observado no Capítulo 5.

O caráter familiar apontado pelos perfis, através dos marcadores para o grupo etário de 5 a 14 anos, juntamente com a predominância dos grupos etários de adultos jovens consiste em resultado esperado, dada a seletividade por idade encontrada no fenômeno migratório destacada por Castro (1981) e Rigotti *et al* (2015). Encontra-se em acordo também com o observado nas curvas de migração estimadas no Capítulo 3.

7.2.2 – Arranjos domiciliares de família estendida

Segundo Wajzman (2012), as famílias estendidas incluem, além da família nuclear, outros parentes corresidentes. Através deste conceito, os arranjos para famílias estendidas foram formados a partir dos arranjos nucleares na condição de ter como residente no domicílio outro parente.

O Modelo 2 para o arranjo de família estendida foi estimado para as três RMs em 2000 e 2010. A Tabela 7.15 mostra a representatividade de cada grupo estimado, a descrição do percentual de indivíduos “tipos puros” e também o percentual de heterogeneidade que se deixa de fora em cada modelo. Observa-se pela tabela que a RMF é a única região metropolitana que apresenta redução na heterogeneidade de 75,2% para 58%, o que possivelmente implicou a redução de três para dois perfis extremos em 2010.

Tabela 7.15 – Modelo 2 – Família Estendida – Representatividade dos indivíduos tipos puros e dos indivíduos heterogêneos. Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife e Região Metropolitana de Salvador – 2000 e 2010

	2000					
	RMF		RMR		RMS	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Perfil 1	3.620	5,8	15.451	23	7.133	12,7
Perfil 2	7.634	12,1	9.848	14,7	16.578	29,4
Perfil 3	4.357	6,9	-	-	-	-
Heterogêneos	47.317	75,2	41.805	62,3	32.600	57,9
Total	62.928	100	67.104	100	56.311	100
	2010					
	RMF		RMR		RMS	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Perfil 1	7.667	15,1	10.715	21,4	7.444	16,8
Perfil 2	13.712	26,9	5.972	11,9	802	1,8
Perfil 3	-	-	-	-	7.555	17
Heterogêneos	29.552	58	33.368	66,7	28.521	64,3
Total	50.931	100	50.055	100	44.322	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000 e de 2010.

Para a RMF em 2000, a Tabela 7.16 mostra os resultados da aplicação do critério de Akaike, que indicou o modelo de três perfis como mais adequado.

Tabela 7.16 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na RMF, 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-705024,5	1661941,5
3	-640165,7	1658170,3
4	-602052,2	1707889,6
5	-566681,3	1763094,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

A Tabela 7.17 exhibe os resultados para os três perfis, que se encontram descritos a seguir:

Perfil 1 – Migrantes que exibem 3,5 vezes mais chances de pertencer ao grupo etário de 5 a 14 anos e 3,2 vezes mais chances de não possuir trabalho por ser menor de 16 anos, ocupando, predominantemente, a posição de filho na estrutura domiciliar. Os migrantes deste perfil apresentam maior probabilidade de realizar deslocamentos intrametropolitanos a partir do polo para as periferias metropolitanas mais ou menos dinâmicas, residindo em domicílios de baixa renda *per capita* em famílias grandes (com mais de sete pessoas).

Perfil 2 – Migrantes que possuem 2,2 vezes mais chances de realizar deslocamentos intraestaduais em relação aos migrantes que compõem os arranjos de família estendida. Deslocam-se de municípios com baixo PIB_{pc} em direção ao polo metropolitano. São indivíduos com maior probabilidade de não possuir trabalho e residir em domicílios com baixa renda *per capita* em famílias com até seis pessoas.

Perfil 3 – Indivíduos com maior probabilidade de se encontrar nos grupos etários em idade economicamente ativa e que possuem duas vezes mais chances de estar empregados que os migrantes que compõem arranjos de família estendida e residem em domicílios de renda maior que um salário mínimo. São migrantes que realizam, predominantemente, deslocamentos interestaduais (inclusive de retorno) a partir de municípios com PIB_{pc} intermediário a elevado em direção ao polo metropolitano.

Tabela 7.17 – Modelo 2 – Família Estendida. Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	12338	19,606	0,688	(3,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	22859	36,326	0,210	(0,5)	0,590	(1,6)	0,219	(0,6)
25 a 34 anos	11125	17,679	0,102	(0,5)	0,148	(0,8)	0,277	(1,5)
35 a 44 anos	5826	9,258	0,000	(0)	0,000	(0)	0,292	(3,1)
45 a 54 anos	4169	6,624	0,000	(0)	0,000	(0)	0,212	(3,1)
55 a 64 anos	2842	4,516	0,000	(0)	0,113	(2,5)	0,000	(0)
64 ou + anos	3770	5,991	0,000	(0)	0,150	(2,5)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	27347	43,458	0,479	(1,1)	0,357	(0,8)	0,494	(1,1)
Feminino	35581	56,542	0,521	(0,9)	0,643	(1,1)	0,506	(0,8)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	14379	22,85	0,749	(3,2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	21909	34,815	0,000	(0)	0,312	(0,8)	0,721	(2)
Não	26641	42,335	0,251	(0,5)	0,688	(1,6)	0,280	(0,6)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	6303	10,016	0,174	(1,7)	0,121	(1,2)	0,000	(0)
0 a 0,5	24106	38,307	0,696	(1,8)	0,413	(1)	0,000	(0)
0,51 a 1	14771	23,472	0,130	(0,5)	0,310	(1,3)	0,255	(1)
1,1 a 2	8663	13,767	0,000	(0)	0,156	(1,1)	0,257	(1,8)
2,1 a 5	6293	10	0,000	(0)	0,000	(0)	0,341	(3,4)
5,1 a 10	1875	2,98	0,000	(0)	0,000	(0)	0,099	(3,3)
10 ou +	918	1,459	0,000	(0)	0,000	(0)	0,048	(3,3)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	19001	30,196	1,000	(3,3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraestadual	26932	42,798	0,000	(0)	1,000	(2,3)	0,000	(0)
Intraregional	5577	8,863	0,000	(0)	0,000	(0)	0,319	(3,6)
Inter-regional	8766	13,93	0,000	(0)	0,000	(0)	0,536	(3,8)
Retorno intraregional	493,1	0,784	0,000	(0)	0,000	(0)	0,028	(3,5)
Retorno inter-regional	2159	3,431	0,000	(0)	0,000	(0)	0,117	(3,4)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	15323	24,351	0,000	(0)	0,532	(2,1)	0,000	(0)
Pobres	13259	21,069	0,000	(0)	0,468	(2,2)	0,000	(0)
Intermediários	11086	17,617	0,000	(0)	0,000	(0)	0,516	(2,9)
Ricos	12944	20,57	1,000	(4,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Mais ricos	10316	16,393	0,000	(0)	0,000	(0)	0,484	(2,9)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	15240	24,219	0,543	(2,2)	0,152	(0,6)	0,000	(0)
Polo metropolitano	35731	56,78	0,000	(0)	0,749	(1,3)	1,000	(1,7)
Acima do polo metropolitano	11957	19,001	0,457	(2,4)	0,100	(0,5)	0,000	(0)
Relação com o responsável								
Responsável	9207	14,631	0,000	(0)	0,155	(1)	0,279	(1,9)
Cônjuge	7152	11,366	0,000	(0)	0,159	(1,3)	0,166	(1,4)
Filho(a)	17008	27,027	0,681	(2,5)	0,000	(0)	0,227	(0,8)
Outro parente	26806	42,598	0,319	(0,7)	0,619	(1,4)	0,274	(0,6)
Outros	2755	4,378	0,000	(0)	0,068	(1,5)	0,055	(1,2)
Filho (a) menor de 16 anos								
Arranjo sem filhos	5348	8,499	0,000	(0)	0,215	(2,5)	0,000	(0)
Todos menores de 16 anos	25683	40,813	0,269	(0,6)	0,598	(1,4)	0,319	(0,7)
Todos maiores de 16 anos	15025	23,876	0,196	(0,8)	0,187	(0,7)	0,348	(1,4)
Maiores e menores de 16 anos	16872	26,811	0,536	(1,9)	0,000	(0)	0,332	(1,2)
Tamanho da família								
1 a 3 pessoas	5699	9,056	0,000	(0)	0,231	(2,5)	0,000	(0)
4 a 6 pessoas	35171	55,89	0,317	(0,5)	0,769	(1,3)	0,567	(1)
7 ou +	22059	35,054	0,683	(1,9)	0,000	(0)	0,433	(1,2)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

A Tabela 7.18 apresenta os perfis mistos elaborados criados para a RMF em 2000 a partir através do critério estabelecido para pertencimento nos perfis mistos. Essa tabela indica que o Perfil Misto 2 foi o que mais teve aderência, passando de 12,1% para 43,3% dos migrantes em arranjos de família estendida na RMF em 2000. Se considerarmos que o Perfil Misto 1, de modo similar ao Perfil Misto 2, foi criado a partir de um perfil extremo com marcador para residência em domicílio com baixa renda *per capita*, a RMF pode ter mais de 70% dos migrantes desse grupo (a soma desses dois perfis mistos) associados à baixa renda.

Tabela 7.18 – Modelo 2 – Família Estendida. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Perfil Misto	ANO	2000	
		RMF	
	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	3.620	5,8
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	14.380	22,9
	Perfil 1 misto (subtotal)	18.000	28,6
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	7.634	12,1
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	14.380	37,6
	Perfil 2 misto (subtotal)	27.255	43,3
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	4.357	6,9
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	14.380	21,2
	Perfil 3 misto (subtotal)	17.673	28,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

As Tabelas 7.19 e 7.20 apresentam o critério de Akaike e os resultados para a estimação dos perfis extremo em 2010, respectivamente. O critério de Akaike na Tabela 7.19 indicou o modelo com dois perfis como mais adequado, em acordo com a redução de heterogeneidade observada na Tabela 7.15.

Tabela 7.19 – Modelo 2 – Família Estendida. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na RMF, 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-550339,5	1304582,7
3	-513425,8	1332707,2
4	-478950,8	1365709,1
5	-446765,6	1403290,4

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Os perfis observados na Tabela 7.20 encontram-se descritos a seguir:

Perfil 1 – Migrantes muito jovens de 5 a 14 (2,3 vezes mais chances de pertencer a esse grupo etário) ou de meia idade com marcador para o grupo de 45 a 54 anos com residência em domicílios com baixa renda *per capita*. Realizam, predominantemente, deslocamentos intrametropolitanos ou de retorno inter-regional com origem em municípios de alto PIB_{pc} (o polo no caso dos deslocamentos na própria região metropolitana) em direção aos municípios mais ou menos dinâmicos da RMF.

Perfil 2 – Migrantes com maior probabilidade de ter trabalho na semana de referência e de residir em domicílios renda *per capita* até 10 salários mínimos. Migrantes intraestaduais e intraregionais (embora também haja marcador para os deslocamentos inter-regionais) que se deslocaram de municípios com PIB_{pc} baixo em direção ao polo metropolitano.

Tabela 7.20 – Modelo 2 – Família Estendida. Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
5 a 14 anos	7973	15,654	0,372	(2,3)	0,000	(0)
15 a 24 anos	19471	38,23	0,193	(0,5)	0,521	(1,3)
25 a 34 anos	9379	18,415	0,138	(0,7)	0,216	(1,1)
35 a 44 anos	4530	8,895	0,104	(1,1)	0,078	(0,8)
45 a 54 anos	3618	7,104	0,096	(1,3)	0,054	(0,7)
55 a 64 anos	2502	4,912	0,043	(0,8)	0,054	(1)
64 ou + anos	3458	6,79	0,054	(0,8)	0,078	(1,1)
Sexo						
Masculino	23098	45,353	0,491	(1)	0,428	(0,9)
Feminino	27832	54,647	0,510	(0,9)	0,573	(1)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	7973	15,654	0,379	(2,4)	0,000	(0)
Sim	21239	41,701	0,198	(0,4)	0,574	(1,3)
Não	21719	42,644	0,424	(0,9)	0,427	(1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	4407	8,653	0,216	(2,4)	0,000	(0)
0 a 0,5	23669	46,472	0,732	(1,5)	0,300	(0,6)
0,51 a 1	13507	26,519	0,000	(0)	0,432	(1,6)
1,1 a 2	5577	10,951	0,052	(0,4)	0,149	(1,3)
2,1 a 5	2620	5,145	0,000	(0)	0,086	(1,6)
5,1 a 10	998,7	1,961	0,000	(0)	0,033	(1,6)
10 ou +	152,1	0,299	0,000	(0)	0,000	(0)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	17720	34,792	0,957	(2,7)	0,000	(0)
Intraestadual	23680	46,494	0,000	(0)	0,719	(1,5)
Intraregional	3644	7,154	0,000	(0)	0,119	(1,6)
Inter-regional	4213	8,273	0,000	(0)	0,137	(1,6)
Retorno intraregional	781,1	1,534	0,000	(0)	0,025	(1,5)
Retorno inter-regional	892,9	1,753	0,043	(2,4)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	12737	25,008	0,000	(0)	0,370	(1,4)
Pobres	11311	22,209	0,000	(0)	0,332	(1,4)
Intermediários	8254	16,207	0,143	(0,8)	0,168	(1)
Ricos	12090	23,738	0,736	(3,1)	0,000	(0)
Mais ricos	6538	12,837	0,121	(0,9)	0,130	(1)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	16534	32,464	0,578	(1,7)	0,113	(0,3)
Polo metropolitano	24985	49,058	0,000	(0)	0,887	(1,8)
Acima do polo metropolitano	9411	18,478	0,422	(2,2)	0,000	(0)
Relação com o responsável						
Responsável	7537	14,798	0,134	(0,9)	0,158	(1)
Cônjuge	6007	11,794	0,085	(0,7)	0,142	(1,1)
Filho(a)	10930	21,461	0,491	(2,2)	0,000	(0)
Outro parente	24748	48,591	0,290	(0,5)	0,644	(1,3)
Outros	1709	3,356	0,000	(0)	0,057	(1,6)
Filho (a) menor de 16 anos						
Arranjo sem filhos	6418	12,601	0,000	(0)	0,215	(1,7)
Todos menores de 16 anos	20112	39,488	0,243	(0,6)	0,518	(1,3)
Todos maiores de 16 anos	15590	30,61	0,355	(1,1)	0,268	(0,8)
Maiores e menores de 16 anos	8811	17,301	0,402	(2,3)	0,000	(0)
Tamanho da família						
1 a 3 pessoas	7223	14,182	0,000	(0)	0,246	(1,7)
4 a 6 pessoas	33608	65,988	0,527	(0,7)	0,754	(1,1)
7 ou +	10099	19,83	0,473	(2,3)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

A Tabela 7.21 exibe os resultados para a elaboração dos perfis mistos pelo critério estabelecido para pertencimento em cada perfil. Perfil Misto 2 foi o que mais teve aderência, passando de 26,9% para 62,4% dos migrantes em arranjos de família estendida na RMF em 2010, possivelmente por se referir a um número maior de migrantes para os deslocamentos intraestaduais e interestaduais.

Tabela 7.21 – Modelo 2 – Família Estendida. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

ANO		2010 RMF	
Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	7.667	15.1
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	11.474	22.5
	Perfil 1 misto (subtotal)	19.141	37.6
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	13.712	26.9
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	24.123	47.4
	Perfil 2 misto (subtotal)	31.790	62.4
Total		50.931	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Pelos resultados para 2000 e 2010 para a RMF, encontramos alguns padrões espaciais de deslocamentos observados na seção anterior: deslocamento intrametropolitano do centro para as periferias mais ou menos economicamente dinâmicas; migração intraestadual com destino ao polo metropolitano; deslocamentos interestaduais de modo que se a origem é na própria região, o PIBpc municipal situa-se entre os mais baixos ou intermediários ou caso a origem situe-se em outra região, apresenta valores mais elevados.

As famílias estendidas na RMF, de modo similar aos arranjos nucleares, exibem predominância dos migrantes no grupo etário de 5 a 14 anos para os deslocamentos intrametropolitanos, com residência em domicílios com baixa renda. A maior parte dos perfis mostra, para a variável que capta o estágio no ciclo vital familiar, marcadores que indicam predominância do estágio inicial ou

médio. Trata-se de resultados esperados, conforme o perfil etário mais jovem das famílias migrantes observado também nos arranjos nucleares. Para os deslocamentos intrametropolitanos ou intraestaduais, há uma associação, a partir da indicação dos marcadores, entre a renda *per capita* mais baixa e a presença de filhos com menos de 16 anos.

De maneira geral, os elementos observados para o arranjo de família estendida na RMF encontram-se também na RMR e RMS. As tabelas referentes ao teste de Akaike, perfis extremos e perfis mistos estimados para as famílias estendidas para esses dois casos em 2000 e em 2010 encontram-se no Anexo 3. No entanto, alguns pontos podem ser destacados para essas duas regiões metropolitanas.

Para a RMR, os perfis indicam que os migrantes nos deslocamentos intrametropolitanos possuem maior probabilidade de não trabalharem (por ser menor ou não possuir emprego), residir em domicílios de baixa renda *per capita* e ter como destino a periferia metropolitana menos dinâmica economicamente. Por outro lado, quando os perfis possuem predominância nas idades economicamente ativas, há maior probabilidade de o migrante possuir trabalho, residir em domicílio com renda mais elevada e se dirigir ao polo metropolitano ou sua periferia mais dinâmica, representada por Suape.

Pode-se observar uma mudança na migração intrametropolitana do polo às periferias mais ou menos dinâmicas na RMS, que em 2000 possui perfil com marcadores que destacam os grupos etários menores e a residência em domicílios de baixa renda *per capita*. Para 2010, o perfil em que a migração intrametropolitana é marcada destina-se também do polo às periferias, mas tem como marcadores os grupos etários em idade ativa, com maior probabilidade de possuir trabalho e com residência em domicílio com renda mais elevada. Essa mudança de perfil pode estar associada às mudanças na economia da RMS na década de 2000 e sua influência nos deslocamentos internos.

De maneira geral não foram encontrados, pela análise de perfis para os arranjos de família estendida, padrões diferentes daqueles observados no primeiro modelo ou para o caso dos arranjos nucleares. Uma das possíveis

razões para este resultado é que, por não ter sido discriminado o tipo de arranjo nuclear que lhe deu origem, as famílias estendidas agregam em sua composição uma diversidade mais elevada, o que dificultaria a observação de um diferencial em relação aos arranjos nucleares.

Apesar de não comporem arranjos familiares, os arranjos unipessoais foram considerados para estimação no Modelo 2 por se tratar de uma referência teórica para comparação com as unidades familiares. Os resultados obtidos para a estimação dos perfis encontram-se no Anexo 3. O método foi aplicado apenas para os domicílios com arranjo unipessoal, mas pela utilização das mesmas variáveis do modelo anterior, na medida em que não é um arranjo composto por família domiciliar. Os resultados, no entanto, apenas reforçam os padrões espaciais observados no modelo anterior e não serão descritos para evitar que a análise se torne demasiadamente extensa.

O Quadro 7.1 apresenta uma síntese dos resultados a partir da criação dos perfis de migrantes para o Modelo 1 e para o Modelo 2 para os arranjos nucleares.

Quadro 7.1 – Síntese de resultados dos perfis dos migrantes para o Modelo 1 e para os arranjos nucleares do Modelo 2

Modelo	RM	Resultados específicos por RM	Resultados gerais
Modelo 1	RMF	Marcadores para sexo em 2000: associação da predominância feminina com a falta de trabalho e domicílios de baixa renda, e para a masculina, trabalho e domicílios de maior renda.	Resultados dos perfis reforçando a análise descritiva feita no Capítulo 3; Migração intrametropolitana: origem nos polos e destino às periferias metropolitanas; Migração intraestadual e intraregional: origem em municípios com baixo PIBpc e destino aos polos; Migração inter-regional: origem em municípios com PIBpc elevados e destino aos polos; Maior renda domiciliar per capita para os que se deslocaram entre regiões.
	RMR	Migração inter-regional passa a se destinar, de forma mais intensa, à periferia mais dinâmica de Suape em 2010.	
	RMS	Marcadores do grupo etário de 5 a 14 anos associados aos deslocamentos intraestaduais; Migrantes intrametropolitanos em 2010 com maior probabilidade de possuir trabalho.	
Modelo 2 - Nuclear	RMF	Arranjos monoparentais com marcadores para os deslocamentos mais curtos e nível de renda per capita mais baixo nos domicílios; arranjos de casal com filho na distância mais curta associados à baixa renda domiciliar, enquanto que na mais longa, ao sexo masculino, trabalho e maior renda.	Resultados dos perfis reforçando a análise descritiva feita no Capítulo 5 e também os padrões espaciais observados no Modelo 1; Arranjo monoparental com associação aos deslocamentos mais curtos; Arranjos de casal com filho associados, preponderantemente, aos movimentos de maior distância; Arranjo de casal sem filho não permitiram identificação de um padrão de migração; Estágios do ciclo vital familiar: a maior parte dos perfis possuem marcadores para os estágios inicial ou médio; Sexo do migrante: indicativos de um padrão de migração em que a mulher atua mais como tied mover.
	RMR	Arranjos monoparentais com marcadores para os deslocamentos mais curtos e nível de renda per capita mais baixo nos domicílios; arranjos de casal com filho nos deslocamentos interestaduais, com trabalho e renda domiciliar mais alta.	
	RMS	Arranjos monoparentais com marcadores para os deslocamentos mais curtos e nível de renda per capita mais baixo nos domicílios; arranjos de casal com filho na distância mais curta associados à baixa renda domiciliar, enquanto que na mais longa, ao sexo masculino, trabalho e maior renda.	

Fonte: Elaboração própria.

8 CONCLUSÃO

O estudo da migração segundo os arranjos domiciliares dos migrantes é considerado por diversos autores no Brasil e em outros países como primordial para entender as consequências demográficas dos deslocamentos espaciais, em especial o efeito exposição de oferta de parentes na decisão de migrar e a recomposição domiciliar resultante do projeto migratório. O uso dos atributos dos arranjos domiciliares em conjunto com os atributos dos indivíduos representa, portanto, um avanço nas possibilidades de análise da migração no sentido de incorporar maior variedade de perspectivas, níveis e suposições (MASSEY *et al*, 1993). A opção por utilizar os arranjos domiciliares nesta tese representa uma inovação frente ao que é feito nos estudos migratórios para o Nordeste, ou mesmo para o Brasil, que usualmente utilizam a análise dos fluxos migratórios ou de atributos individuais dos migrantes.

As RMs no Brasil continuam como destino preferencial da maioria dos fluxos migratórios em parte porque nelas as dinâmicas industrial e urbana ainda são muito presentes (LYRA e VASCONCELOS, 2015). O recorte espacial para as três RMs decorre de seu peso para economia e a população da região: juntas, as três RMs reuniam cerca de 39% do produto regional e 19,9% da população do Nordeste em 2000 e 35% e 20,5% em 2010, respectivamente⁷⁴. Os pontos em comum da formação econômica recente regional nas três RMs reforçaram o argumento de que podemos estudar a migração nessas RMs em conjunto e que elas não são apenas uma coleção de regiões metropolitanas observadas. O estudo da migração nas principais RMs nordestinas, destino preferencial de investimentos na região nas décadas de 1990 e de 2000, mostrou-se revelador de aspectos relevantes da distribuição espacial da população nordestina.

O processo de transição demográfica observado no Brasil, através da redução da mortalidade e da fecundidade e também do ritmo de crescimento

⁷⁴ Valores estimados a partir da pesquisa de Contas Regionais e dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010 do IBGE.

populacional, confere maior relevância às migrações para o entendimento das tendências de distribuição da população. Os principais indicadores de fecundidade e mortalidade para as RMs apontam que essas áreas não apenas seguiram a tendência observada no contexto nacional, mas também, em algumas situações, exibiram uma força maior.

As RMs em estudo seguiram a transição demográfica nacional e a análise das pirâmides de população indicou as mudanças intensas na composição de suas populações. A apreciação do comportamento dos grandes grupos etários trouxe contribuições para o entendimento das mudanças nas inter-relações socioeconômicas e forneceu indicativos da importância da migração na composição das populações das regiões metropolitanas. A apreciação das taxas de crescimento⁷⁵ reforçou essa relevância das migrações na dinâmica demográfica das RMs.

A Região Nordeste, que é profundamente marcada pelo padrão de migração com o Sudeste, apresentou mudanças nas décadas em análise, como o indicativo de maior capacidade de retenção da população regional. A análise da migração acumulada e a dos fluxos migratórios também apontaram para a manutenção do nível dos deslocamentos intraregionais, possivelmente ligada à criação de novos polos estaduais ou regionais de atração.

Quando consideramos a migração nas RMs desagregadas por municípios, os maiores SMs encontrados pertencem àqueles com maior dinâmica econômica, em especial os que receberam os maiores investimentos nas décadas recentes.

Quando as RMs são analisadas de forma agregada, estas perderam população na migração intraregional. As UFs mais representativas, tanto como origem quanto como destino, foram aquelas vizinhas aos estados das RMs. Para a migração inter-regional, a perda populacional é maior e grande parte das trocas continua a ocorrer com o Sudeste. As RMs são também importantes áreas de chegada dos retornados de outras regiões, com destaque para o Sudeste. Finalmente, o exame da migração intraestadual revela a força de atração das

⁷⁵ Observadas na Tabela 3.4 do Capítulo 3.

RMs, que exibem SMs sempre positivos e mais representativos que os saldos das trocas regionais.

Quando investigamos a migração com a perspectiva de centro e periferia das RMs, os polos metropolitanos recebem a maior parte da migração de seus próprios estados, tendo em seguida a maior proporção da migração interestadual. Quanto ao destino a partir dos polos, os municípios de sua periferia constituem proporção expressiva desses deslocamentos. Tendo como referência a periferia, a origem de seus fluxos de migrantes é em grande parte de seus núcleos ou de outros municípios de periferia, seguida da origem intraestadual. Esses são resultados que indicam a força da migração intrametropolitana e também intraestadual para essas regiões metropolitanas.

A análise da migração nas RMs não desconsidera o padrão histórico com a região mais rica no país, mas evidencia a importância na sua dinâmica dos movimentos intraregionais, intraestaduais e intrametropolitanos. Esses apontamentos permitiram destaque a aspectos regionais no sentido de uma aproximação a “um olhar nordestino” sugerido como relevante por alguns autores.

O comportamento da migração nas regiões metropolitanas também foi investigado através da propensão à emigração definida pelas curvas etárias de migração. As curvas sugerem uma alta seletividade por idade e a migração do grupo etário mais novo como um reflexo da migração dos pais – indicativo do caráter familiar da migração. O fenômeno de destaque, no entanto, consistiu na mudança de nível das curvas com manutenção de seu padrão etário. Para as três RMs houve redução generalizada na propensão a migrar, um fenômeno indicado por alguns autores como generalizado no país.

O referencial teórico nesta tese assinalou a importância da família domiciliar nas decisões individuais ou de grupo. Após este entendimento, a migração passou a ser estimada a partir da referência dos arranjos domiciliares para migrantes e não migrantes nas três RMs.

A opção pela estimação dos arranjos domiciliares enfrenta as restrições características de uma base de dados de corte transversal. Diversos autores destacam as limitações no uso dos censos demográficos, que informam a

estrutura domiciliar do migrante na data de referência do censo, podendo essa composição ter sido muito distinta daquela observada na origem do deslocamento. Neste sentido, consideraram-se os arranjos domiciliares dos migrantes estimados pelos censos como *proxies* dos arranjos no momento da migração.

A análise descritiva dos arranjos domiciliares para as regiões metropolitanas nos dois anos censitários revelou mudanças em sintonia com o avanço da transição demográfica, como a redução na proporção de arranjos de casal com filho e o aumento na proporção dos arranjos unipessoais, casal sem filho e monoparentais. A expressão familiar nos deslocamentos foi observada através da proporção elevada dos arranjos nucleares para os diversos tipos de movimento, maiores do que aquelas para os não migrantes. A apreciação do tempo de residência no município para os arranjos com casal indicou que ao menos metade dos deslocamentos foi feito pela pessoa responsável e seu cônjuge conjuntamente (mais um indicativo do caráter familiar nos deslocamentos).

Na busca por uma aproximação que permitisse captar a influência do ciclo de vida da família nas migrações, foram utilizados dois critérios na análise descritiva: a idade média do casal migrante ou a idade dos filhos residentes (com a idade de 16 anos como parâmetro). Tanto pela idade do casal como pela idade dos filhos residentes, observou-se uma concentração maior dos arranjos domiciliares dos migrantes no estágio inicial do ciclo vital. Trata-se de um resultado em consonância com a seletividade do migrante por idade observada na análise das curvas de migração.

A estratégia de análise dos resultados para o delineamento dos perfis dos migrantes teve como referência a elaboração de dois modelos para a análise empírica. No Modelo 1 foram consideradas variáveis relativas ao indivíduo e a aspectos espaciais na origem e no destino do movimento migratório. O Modelo 2 foi estimado de forma segmentada por arranjos domiciliares (nucleares, famílias estendidas e domicílios unipessoais) e incorporou as variáveis do modelo anterior mais aquelas referentes à família domiciliar, como a relação com o responsável ou a presença de filhos por idade no domicílio.

O Modelo 1 forneceu perfis que exibiram um padrão espacial muito próximo ao observado na análise descritiva da migração para e nas RMs. Observou-se, por exemplo, um padrão de deslocamentos intrametropolitanos do centro para as periferias. As diferenças entre os perfis encontrados sugeriram adicionalmente que o grupo etário de 5 a 14 anos são mais comuns nos fluxos migratórios intrametropolitanos para a RMF e RMR, reforçando o caráter familiar desse movimento.

Para a migração intraestadual, ressaltaram-se os movimentos em direção aos polos metropolitanos a partir de municípios com baixo PIB_{pc}. Os perfis para a RMS evidenciaram a importância dos deslocamentos do próprio estado em relação às demais RMs, assinalando a expressão familiar desse movimento através dos grupos etários de 5 a 14 anos.

Para os deslocamentos inter-regionais, que compõem o padrão dominante regional nas trocas com o Sudeste em primeiro plano, a análise dos resultados indicou que os municípios de origem nos deslocamentos possuíam os maiores PIB_{pc} (especialmente a partir de municípios com o PIB_{pc} entre os 20% mais altos) dentre os analisados e o principal destino o polo metropolitano. Em oposição, quando a origem do movimento era intraestadual ou intraregional, os PIB_{pc} situavam-se entre os níveis mais baixos (entre os 20% ou 40% mais baixos).

Através da análise dos perfis no Modelo 1, foram observadas algumas associações possíveis entre mudanças macroestruturais nas duas décadas na RMR e RMS e características dos migrantes. Para a RMR em 2010, por exemplo, os deslocamentos inter-regionais passam a se dirigir, preferencialmente, à periferia mais dinâmica de Suape.

O segundo modelo testado trouxe aspectos importantes a partir da perspectiva dos arranjos domiciliares, especialmente para os arranjos nucleares. Em primeiro lugar, houve o reforço dos resultados observados na perspectiva espacial do modelo anterior, mas foi possível observar novos elementos a partir da ótica da migração familiar.

Se o modelo anterior apontou para um padrão nos deslocamentos intrametropolitanos do centro às periferias realizado por migrantes que residem

em domicílios com baixa renda *per capita*, o Modelo 2 indica, para os arranjos monoparentais, perfis em que os deslocamentos mais curtos são predominantes. Todos os perfis com marcadores para o arranjo domiciliar monoparental evidenciaram os movimentos mais curtos intrametropolitanos ou intraestaduais. Destacaram também a presença de membros da família domiciliar no grupo etário de 5 a 14 anos, predominância feminina (na RMS e RMF) e baixa renda domiciliar *per capita*. A chefia feminina, a maior razão de dependência e a fragilidade econômica são elementos relacionados ao arranjo monoparental com referência na literatura (CARVALHO e ALVES, 2010; FONTES *et al*, 2016). Esta tese traz um novo elemento ao observar a associação do arranjo monoparental com os movimentos curtos nas regiões metropolitanas.

O primeiro modelo exibiu indicativos de que os migrantes interestaduais, especialmente os inter-regionais, possuem um padrão mais elevado de renda *per capita* domiciliar. O Modelo 2, por seu turno, indica que há preponderância nos deslocamentos mais longos, interestaduais, quando o arranjo nuclear predominante é o casal com filho. Neste caso, os migrantes possuem maior probabilidade de se encontrar em idade economicamente ativa, possuir trabalho (para a RMS e RMF houve marcador para o sexo masculino) e residir em domicílios com renda *per capita* mais elevada. Quando o arranjo casal com filho foi associado ao movimento mais curto (intrametropolitano na RMS e RMF), foi também relacionado à baixa renda domiciliar *per capita* e também à presença de filhos menores de 16 anos (num indicativo da relação observada entre razão de dependência e pressão no orçamento domiciliar).

Os resultados observados nos perfis dos migrantes para os arranjos monoparentais e de casal com filho indicam que diferentes atributos dos indivíduos ou dos arranjos estão associados a diferentes tipos de deslocamento – mais curtos ou mais longos – para as três regiões metropolitanas. São resultados que corroboram a hipótese central deste trabalho de que a família domiciliar molda o comportamento individual e de grupo dos migrantes. Os resultados também expressam, através dos arranjos domiciliares, um perfil de fragilidade socioeconômica maior para os migrantes que empreendem os deslocamentos mais curtos em comparação àqueles que se deslocam maiores distâncias. Esta é

uma contribuição para a discussão em demografia sobre os principais aspectos socioeconômicos na comparação entre os arranjos monoparentais e os biparentais, em que questões como o sexo da pessoa responsável pelo domicílio e as discriminações de gênero no mercado de trabalho são relevantes (BARROS *et al*, 1997; COSTA *et al*, 2005).

Os resultados dos perfis indicaram também que a presença de filhos pertencentes aos grupos etários mais novos pode gerar pressão sobre a renda *per capita* domiciliar, na medida em que foram observadas associações entre marcadores para esses indivíduos e rendas domiciliares *per capita* menores.

Os dois modelos testados trouxeram indicativos importantes sobre diferenciais de sexo e trabalho dos migrantes. O Modelo 1 permitiu associações entre a predominância do sexo feminino, deslocamentos intraestaduais ou intraregionais, a falta de trabalho na semana de referência e a baixa renda domiciliar *per capita*. Quando os perfis possuíam marcador para o sexo masculino, houve associações com os deslocamentos intraregionais ou inter-regionais, maior probabilidade de possuir trabalho e residir em domicílio com renda domiciliar *per capita* intermediária ou alta. O Modelo 2, por sua vez, permitiu identificar, em determinados perfis, que a predominância no sexo feminino estava associada a uma menor renda e também ao papel de cônjuge na estrutura domiciliar. Além disso, a predominância do sexo masculino estava associada ao trabalho, a maiores níveis de renda e ao papel de responsável no domicílio. Trata-se de uma discussão relevante contida no referencial teórico pela referência às abordagens do capital humano e do papel de gênero (MINCER, 1978; BORJAS, 2008; TENN, 2010; COOKE, 2003; COOKE, 2005). Os modelos testados nesta tese permitiram indicativos de que a mulher atua mais como *tied mover* e que os deslocamentos podem resultar na mulher como segundo migrante na busca por trabalho.

Diversamente ao que foi observado para os arranjos nucleares, não foram encontrados padrões entre os arranjos domiciliares e os tipos de migração para os arranjos de família estendida. Trata-se de um arranjo que é formado a partir dos arranjos nucleares e que, portanto, incorpora maior grau de diversidade em

sua composição. Não obstante, foram observados padrões espaciais próximos àqueles vistos no primeiro modelo.

Um ponto em comum no Modelo 2 entre os resultados dos arranjos nucleares e os das famílias estendidas encontra-se nos estágios observados do ciclo de vida da família. Para os dois grupos de arranjos verificou-se maior prevalência para o estágio inicial e o médio do ciclo vital. São resultados próximos para o ciclo vital das famílias de migrantes foram encontrados por Cunha (1994) e Lyra (2003) e que também estiveram em acordo com o observado na análise descritiva para a migração dos arranjos domiciliares. Esse resultado encontra-se também em conformidade com o esperado pela seletividade por idade do fenômeno migratório (ROGERS e CASTRO, 1981; RIGOTTI *et al*, 2015) e com o perfil observado nas curvas de migração estimadas nesta tese.

A análise descritiva para os arranjos domiciliares trouxe indicativos da redução do tamanho da família domiciliar dentro do contexto da transição demográfica de queda na fecundidade. Os resultados para os perfis do Modelo 2 não permitiram, no entanto, identificar uma redução no tamanho dos arranjos nucleares ou de família estendida.

Os resultados encontrados nesta tese foram obtidos a partir de bases de dados que oferecem possibilidades de análise da relação entre a migração e os arranjos domiciliares. Entretanto, há muitas limitações para o uso dos dados censitários, visto que os quesitos de migração não são direcionados à família domiciliar como unidade de análise. Apesar das limitações intrínsecas aos dados dos censos demográficos, considera-se que a estratégia metodológica utilizada através de dois modelos testados gerou, em primeiro lugar, resultados que enriqueceram os aspectos espaciais (através do Modelo 1) da análise descritiva desta tese. Posteriormente, os perfis gerados (pelo Modelo 2) produziram resultados que trouxeram mais informação ao associar os arranjos domiciliares e suas especificidades a padrões de deslocamentos observados nas regiões metropolitanas.

Este estudo propõe uma possibilidade de análise a partir dos dados dos censos demográficos sem perder de vista que muito pode ser desenvolvido em

metodologias que tornem mais consistentes a apreciação das relações contidas no âmbito da família domiciliar e as decisões ou motivações a migrar. Entretanto, a análise conjunta da migração e dos arranjos domiciliares representa uma inovação em relação à literatura de migração para o Nordeste por permitir conhecer um pouco mais sobre o padrão migratório de suas regiões metropolitanas mais importantes. O uso do GOM ou de outras técnicas de agrupamento em conjunto com as técnicas diretas de migração revela-se uma combinação promissora ao possibilitar a identificação de particularidades relevantes do fenômeno migratório, inclusive para fins de políticas públicas, como as características dos tipos de arranjo domiciliar que prevalecem nos deslocamentos intrametropolitanos.

No sentido de indicação de uma agenda futura de trabalho, podemos considerar algumas possibilidades de contribuição. Uma das possibilidades consiste em estudar especificamente os deslocamentos dos arranjos monoparentais e os biparentais, incluindo na análise a variável para o sexo da pessoa responsável pelo domicílio. A chefia de domicílio feminina ou masculina em boa parte contrapõe esses arranjos (no caso das três RMs, os arranjos monoparentais possuem cerca de 90% de mulheres à frente dos domicílios) e existe uma fragilidade econômica ou pobreza dos domicílios chefiados por mulheres em decorrência do menor número de adultos com rendimento e também dos rendimentos inferiores das mulheres em razão da discriminação de salários por gênero no Brasil (BARROS *et al*, 1997).

Outro ponto que pode ser trabalhado é que os modelos foram estimados no nível do indivíduo e em trabalhos futuros a análise pelo método GOM pode ser feita no ponto de vista do domicílio. Dessa forma, cada domicílio teria suas características e variáveis relativas que permitissem verificar que tipo de domicílio estaria mais associado a determinado perfil de migração. A inclusão do estado civil do migrante e alguma criatividade metodológica podem também introduzir novas nuances para entender o timing entre migração e arranjos domiciliares com dados censitários. Um trabalho com essa perspectiva permitiria, inclusive, uma comparação com os resultados obtidos para os indivíduos. Considera-se que há muitas possibilidades e perspectivas de pesquisas futuras que tornem mais

consistentes o conhecimento da relevância da família domiciliar para o fenômeno migratório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: Carvalho, Inaiá M. M. de; Pereira, Gilberto Corso (Org.). **Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana**, 2. ed. Salvador, EDUFBA, 2008.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Novos espaços da migração do Brasil: anos 80 e 90. In: Encontro Populacional de Estudos Populacionais, XII, 2000, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000. v. 12, p. 1-28.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Nobel, 2002.

BARBIERI, A.F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo (2007), v.24, n.2, p.225-246.

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 45, n. 2, p. 231-257, 1997.

BECKER, G. **A treatise on the Family**. Harvard University Press. Chapter 5. p. 135-154. (1991).

BECKER, G. S. Altruism in the Family and Selfishness in the Market Place. **Economica** v.48, n.189, p. 1-15, 1981.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.25-37, 27/ago/1996.

BOMTEMPO, Denise. C. A dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza no início do século XX. In Luiz Renato Pequeno, Maria Clélia Lustosa da Costa. (Org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p. 142-184.

BORJAS, G.J. **Labor Economics**. 4th ed. McGraw-Hill: Harvard University. Chapter. 9,321-364 (2008).

BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria no Brasil; Recife e Salvador na década de 70. **Revista de Economia e Política**, São Paulo, v. 5, n.4, p. 77-98, 1985.

BRITO, F. **População, espaço e economia: uma perspectiva histórica**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Demografia, Cedeplar/UFMG. Belo Horizonte, 1997.

BURCH, T. Household and Family demography: a bibliography essay. **Population Index**. Vol. 45, No 2, 1979, p. 173-195.

CAMPOS, J; RIGOTTI, J.I e BAPTISTA, E.A. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Águas de Lindóia/SP: ABEP, 2012, v. 18.

CAMPOS, L. H. R. ; FUSCO, WILSON . Municípios nordestinos e crescimento populacional: correspondência entre migração e desenvolvimento. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 33, p. 62-79, 2009.

CAMPOS, M.B. Estrutura domiciliar de migração: com quem os idosos migram? In ABEP. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Águas de Lindóia/SP: ABEP, 2012. v.

CAMPOS, **M.B. Migrações de idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Demografia, Cedeplar/UFMG. Belo Horizonte, 2010.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu-MG. ABEP, 2010.

CARVALHO, I. M; BORGES, A.M. A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Gilberto Corso Pereira ; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. **Salvador: transformações na ordem urbana**. 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2014, p. 77-108.

CARVALHO, J. A. M. Migrações internas: mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set. 1982.

CARVALHO, J.A.M.; SAWER, D.O.; RODRIGUES, R.N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994, reimpresso 1998.

CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.L.R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 587-605, mar. 2008.

CARVALHO, José Alberto M. de & RIGOTTI, José Irineu R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileirade Estudos de População**, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998.

CERQUEIRA, C.A; MACIEL D.B. Investigação dos perfis dos estabelecimentos escolares nordestinos: uma aplicação do método Grade of Membership. In ABEP. **Anais XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG, 2010.

COOKE, T.J. Gender Role Beliefs and Family Migration. **Population, Space and Place**, v. 14, n. 3, p. 163-175, 2008b.

COOKE, T.J. Migration in a Family Way. **Population, Space and Place**, v. 14, n. 4, p. 255-265, 2008a.

COOKE, T.J. Family migration and the relative earnings of husbands and wives. **Annals of the Association of American Geographers** n. 93, p. 338–349, 2003.

COOKE, T.J.. Migration of same-sex couples. **Population, Space and Place** n. 11, p. 401–409, 2005.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. 2005. Brasília: IPEA, 2005. 47p. (Texto para discussão, 1137).

CUNHA, J. et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004. Caxambú. **Anais**. Caxambú: ABEP, 2004. v.1, p.200-219.

CUNHA, José M. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de doutorado, UNICAMP/IFCH. Campinas, 1994.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. In **International Migration Review**, v. 44, n.1, p. 227-264, 2010.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração, dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – v. 25 n. 72 , 2010.

FERNANDES, C. M.; GUIMARÃES, J.R.S. A Região Metropolitana de Salvador na transição demográfica brasileira. In: Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Gilberto Corso Pereira ; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. **Salvador: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2014, p. 51-76.

FONTES, M.B.; WAJNMAM, S. ; GUEDES, G. R. . ARRANJOS MONO(BI)PARENTAIS E SUA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA. Oikos: **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 27, p. 5-30, 2016.

FURTADO, **Celso**. **Formação Econômica do Brasil**. 27ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

FUSCO, W. Regiões Metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**. Brasília, Ano XX, n39, p. 101-116, jul./dez. 2012.

GILLY, M. C.; ENIS, B. M. Recycling the Family Life Cycle: a Proposal For Redefinition. In: MITCHELL, A.; ABOR, A. **Advances in Consumer Research**. Association for Consumer Research. V. 09, p.271-276, 1982.

GLICK, P.C. The american family and its housing. **American Sociological Review**, v. 12, n.2, p. 164-174, 1947.

GLICK, P.C.; PARKE, JR. New approaches in studying the life cycle of the family. **U.S. Bureau of Census**. v.2, p. 187-202, 1965.

GOLGHER, A.B. Análise de fluxos de migrantes em Minas Gerais com base nos resultados de caracterização da região de estudo por técnica Grade of Membership. In ABEP. **Anais XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. CIDADE/ESTADO, 1998.

GOMES, Gustavo M. Da recessão de 1981-83 aos impactos do Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste: um alerta para o presente. Recife, Faculdade de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, 1987. Mimeografado. apud BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Nobel, 2002.

GOMES, Gustavo M. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.

GTDN, Uma Política de desenvolvimento para o Nordeste, mimeo., elaborado para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Recife, 1959.

GUEDES, G. R.; SIVIERO, P. M. L.; MACHADO, C. J.; PINTO, J.; RODARTE, M. M. **Grade of Membership: conceitos básicos e aplicação empírica usando o programa GoM para Windows, Linux, Stata e R**. Série População & Economia. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2016.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação da economia do Nordeste**. Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.

HALFACREE, KH. 1995. Household migration and the structuration of patriarchy – evidence from the USA. *Progress in Human Geography* 19: 159–182. apud COOKE, Thomas .J. Migration in a Family Way. **Population, Space and Place**, v. 14, n. 4, p. 255-265, 2008.

HARBISON, S. F. Family structure and family strategy in migration decision making. In: JONG, G. F., GARDNER, R. W. **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. New York – EUA, Pergamon Press, 1981.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – **Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. Tendências Demográficas – Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. **Informação Demográfica Socioeconômica número 13**. Rio de Janeiro, 2004.

KULU, H.; MILEWSKI, N. Family change and migration in the life course: an introduction. **Demographic Research**, v.17, p. 567-590, 2007.

LEE, R. The demographic transition: three centuries of fundamental change. **Journal of Economics Perspective**, v. 17, n. 4, p. 167-190, 2003.

LEMOS, M. B.; FERREIRA, M. F. Vantagens Comparativas das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza no Contexto Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 691-708, novembro 2001.

LIMA, R.M.C; SOUZA, M.A.; LYRA, M.R.S. Unidades domésticas no contexto da dinâmica demográfica e da organização social do território da metrópole do Recife. In Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Biton ; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. **Recife: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015, p. 198-240.

LUCAS, Robert EB; STARK, Oded. Motivations to remit: Evidence from Botswana. **Journal of political Economy**, v. 93, n. 5, p. 901-918, 1985.

LYRA, M.R.B; VASCONCELOS, V.M. A metrópole do Recife na dinâmica demográfica brasileira. In Maria Ângela de Almeida Souza, Jan Biton ; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. **Recife: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015, p. 70-108.

LYRA, Maria R.S.B. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco-São Paulo-Pernambuco**. Tese de doutorado, UNICAMP/IFCH. Campinas, 2003.

MACIEL, Francieli Tonet; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Migração interna e seletividade: uma aplicação para o Brasil. In: XXXIX Encontro Nacional de Economia. **Anais**. Foz do Iguaçu-PR. ANPEC, 2011.

MACIEL, Lidiane Maria. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MANTON, K. G.; WOODBURY, M. A.; TOLLEY, H. D. **Statistical application using fuzzy sets**. New York: John Wiley & Sons, 1994. 312 p.

MARTINE, G. **A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectiva**. (Texto para Discussão no. 21) Brasília: IPEA, 1989.

MARTINE, GEORGE. PREFÁCIO, p.5-8. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

MASSEY, D., J. ARANGO, et al. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. **Population and Development Review**. v.19, n.3, p. 431-466, 1993.

MASSEY, D.S. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**. v. 56, n.1, p.3-26, 1990.

MILLS, Edwin S. **Urban Economics**. 2ed. Princeton, Scott Foresman and Company, 1980.

MINCER, Jacob. Family Migration Decisions. **Journal of Political Economy**. v. 86, p. 749–773, 1978.

MINGOTI, S.A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MONTEIRO NETO, A.; VERGOLINO, J. R. O. ; SANTOS, Valdeci. M.. **Capacidades Governativas no ambiente Federativo Nacional: Pernambuco (2000-2012)**. 1. ed. BRASÍLIA: IPEA, 2015. v. 1. 190p.

MOURA, H. O balanço migratório do Nordeste no período 1950/70. In: MOURA, A.M. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 1025-1071.

MYRRHA, L.J. **Estrutura etária brasileira: decomposição segundo variações na fecundidade e na mortalidade**. Dissertação de mestrado, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR. Belo Horizonte, 2009.

NIVALAINEN, S. Determinants of Family migration: short moves vs. long moves. **Journal of Population Economics**. v. 17, p. 157-175, 2004.

NONNENBERG, M. J. B., MENDONÇA, M. J. C. **Determinantes dos investimentos externos em países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 18p. (Texto para discussão, 1016).

OJIMA, RICARDO; FUSCO, WILSON. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização, p.11-26. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

OLIVEIRA, K. F; FUSCO, W; LYRA, M. R.; CUNHA, J. M. P. As metrópoles nordestinas no processo migratório nacional: tendências e articulações espaciais, p.83-112. In Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015.

O'RAND, A.M.; M.L. KRECKER. Concepts of the 'life cycle': their history, meanings, and uses in the social sciences. **Annual Review of Sociology**. n. 16. p. 241-263, 1990.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza: um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: Luiz Renato Bezerra Pequeno; Maria Clélia Lustosa da Costa. (Org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2015, p. 76-109.

PERES, Roberta Guimarães. O que importa é o que acontece com a sua família: um diálogo entre família e migração. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 146 – 165. jan./jun. 2014.

PINTO, J.S.;CAETANO, A.J. A Heterogeneidade da vulnerabilidade social das juventudes: uma perspectiva empírica através do método Grade of Membership. In: **Revista Mediações** (Londrina), v. 18, p. 164-181, n. 1, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 21.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRESTON, S. H.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M.; **Demography: Measuring and Modeling Population Process**. Blackwell Publisher Ltd, 2001.

RANDS, Alexandre. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução**. Elsevier, Rio de Janeiro (2011).

RIBEIRO, J.T.L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1980/1991**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar. Belo Horizonte, 1997.

RIBEIRO, R.; SABOIA, A.L. **Família nas Pesquisas Domiciliares: questões e propostas alternativas**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008. 48 p. (Textos para Discussão,30).

RIGOTTI, J. I. O uso dos quesitos censitários para o estudo das migrações. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000. p. 1-11.

RIGOTTI, J.I.R. Información de los censos demográficos del Brasil sobre migraciones internas: críticas e sugerencias para el análisis. **Notas de Población**. CEPAL. Santiago de Chile, n.88., p.219-244, 2010.

RIGOTTI, José Irineu R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar. Belo Horizonte, 1999.

SANTOS, Valdeci M.. **A Indústria Incentivada no Nordeste - As Experiências das RMs de Salvador, Recife e Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1994.

SAWYER, D.T.; CERQUEIRA, C.A. Tipologia e características dos municípios brasileiros. In ABEP. **Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu/MG, 2004.

SIMÕES, R, LIMA, A.C, OLIVEIRA, AC. Caracterização dos padrões migratórios brasileiros no período 1980-2010. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Águas de Lindóia/SP, ABEP, 2012.

SIMÕES, R.F; RIBEIRO, L.C; LOPES, T.H; MOREIRA, T.M. **Suape: novo polo de crescimento?** Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, 2013. 34 p. (Texto para discussão, n 478).

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIQUEIRA, L. B. O. ; MAGALHAES, A. M. ; SILVEIRA NETO, R. M. Fluxo migratório para a região pobre do Brasil: quem são os seus migrantes?. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu-MG. ABEP, 2008.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**. v.70, n.5, 1962.

TENN, S. The relative importance of husband's and wife's characteristics in Family migration, 1960-2000. **Journal of Population Economics**. v.23, p. 1319-1337, 2010.

UNITED NATIONS. Manual VI : methods of measuring internal migration. United Nations. New York, 1970. apud RIGOTTI, José Irineu R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar. Belo Horizonte, 1999.

UNITED NATIONS. Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses. Department of Economic and Social Affairs/Statistics Divisions – Series M n. 67. United Nations. New York, 2008. apud RIBEIRO, R.; SABOIA, A.L. **Família nas Pesquisas Domiciliares: questões e propostas alternativas**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008. 48 p. (Textos para Discussão,30).

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Tese de Doutorado. . Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar. Belo Horizonte, 2012.

WOOD, C. H. Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration. **International Migration Review**. v.16, n.2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research, p. 298-319, 1982.

ANEXO 1

Tabela A 1.1 – Municípios das RMs na data de referência do Censo Demográfico de 2010, código do IBGE, legislação de inclusão na RM e data da lei.

RM de Fortaleza	Cód. IBGE	Legislação	Data da lei
AQUIRAZ	2301000	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
CASCVEL	2303501	Lei Complementar 078	26/06/2009
CAUCAIA	2303709	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
CHOROZINHO	2303956	Lei Complementar 018	29/12/1999
EUSÉBIO	2304285	Lei Complementar 018	29/12/1999
FORTALEZA	2304400	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
GUAIÚBA	2304954	Lei Complementar 018	29/12/1999
HORIZONTE	2305233	Lei Complementar 018	29/12/1999
ITAITINGA	2306256	Lei Complementar 018	29/12/1999
MARACANAÚ	2307650	Lei Complementar 052 (Federal)	16/04/1986
MARANGUAPE	2307700	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
PACAJUS	2309607	Lei Complementar 018	29/12/1999
PACATUBA	2309706	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
PINDORETAMA	2310852	Lei Complementar 078	26/06/2009
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2312403	Lei Complementar 018	29/12/1999
RM de Recife	Cód. IBGE	Legislação	Data da lei
ABREU E LIMA	2600054	Lei Complementar 010	06/01/1994
ARAÇOIABA	2601052	Inclusão por desmembramento	01/01/1997
CABO DE SANTO AGOSTINHO	2602902	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
CAMARAGIBE	2603454	Lei Complementar 010	06/01/1994
IGARASSU	2606804	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
IPOJUCA	2607604	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
ILHA DE ITAMARACÁ	2607208	Lei Complementar 010	06/01/1994
ITAPISSUMA	2607752	Lei Complementar 010	06/01/1994
JABOATÃO DOS GUARARAPES	2607901	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
MORENO	2609402	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
OLINDA	2609600	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
PAULISTA	2610707	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
RECIFE	2611606	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
SÃO LOURENÇO DA MATA	2613701	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
RM de Recife	Cód. IBGE	Legislação	Data da lei
CAMAÇARI	2905701	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
CANDEIAS	2906501	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
DIAS D'ÁVILA	2910057	Inclusão por desmembramento	01/01/1986
ITAPARICA	2916104	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
LAURO DE FREITAS	2919207	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
MADRE DE DEUS	2919926	Inclusão por desmembramento	01/01/1990
MATA DE SÃO JOÃO	2921005	Lei Complementar 30	03/01/2008
POJUCA	2925204	Lei Complementar 32	22/01/2009
SALVADOR	2927408	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
SÃO FRANCISCO DO CONDE	2929206	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
SÃO SEBASTIÃO DO PASSE	2929503	Lei Complementar 30	03/01/2008
SIMÕES FILHO	2930709	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973
VERA CRUZ	2933208	Lei Complementar 014 (Federal)	08/06/1973

Fonte: Divisão de População do IBGE.

Tabela A 1.2 - População de 5 anos ou mais, proporção de imigrantes e de emigrantes. RMF, 2000 e 2010

RM de Fortaleza	Pop. de 5 anos ou +		1995-2000		2005-2010	
	2000	2010	% Imig.	% Emig.	% Imig.	% Emig.
AQUIRAZ	53.923	67.014	12,62%	4,97%	10,10%	3,94%
CASCAVEL	51.071	61.405	7,92%	6,35%	6,49%	4,15%
CAUCAIA	219.740	299.143	14,70%	2,53%	8,69%	2,29%
CHOROZINHO	16.615	17.451	9,53%	12,83%	7,63%	10,05%
EUSÉBIO	27.622	42.098	15,12%	3,54%	15,44%	2,66%
FORTALEZA	1.936.917	2.282.672	6,27%	7,39%	4,06%	5,98%
GUAIÚBA	17.492	22.164	5,95%	6,06%	4,81%	4,48%
HORIZONTE	29.557	50.517	25,29%	3,64%	18,43%	4,28%
ITAITINGA	25.776	32.880	10,48%	3,59%	8,14%	3,66%
MARACANAÚ	159.576	192.881	14,19%	4,71%	7,98%	3,42%
MARANGUAPE	78.193	104.335	6,25%	5,88%	3,14%	3,35%
PACAJUS	38.828	56.820	14,24%	6,13%	12,18%	5,20%
PACATUBA	45.635	66.141	15,21%	3,28%	5,28%	2,15%
PINDORETAMA	13.461	17.262	8,74%	4,26%	10,25%	3,98%
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	31.510	40.412	7,91%	4,85%	10,66%	4,19%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.3 - População de 5 anos ou mais, proporção de imigrantes e de emigrantes. RMR, 2000 e 2010

RM de Recife	Pop. de 5 anos ou +		1995-2000		2005-2010	
	2000	2010	% Imig.	% Emig.	% Imig.	% Emig.
ABREU E LIMA	80.560	87.783	9,79%	6,76%	9,20%	5,95%
ARAÇOIBABA	13.403	16.602	9,30%	5,22%	5,43%	4,72%
CABO DE SANTO AGOSTINHO	137.371	170.992	6,57%	4,53%	7,27%	3,80%
CAMARAGIBE	116.825	134.682	9,66%	5,95%	6,61%	5,54%
IGARASSU	73.937	94.543	9,06%	6,12%	7,15%	5,52%
IPOJUCA	52.550	73.131	8,36%	5,32%	8,33%	3,91%
ILHA DE ITAMARACÁ	14.349	20.355	24,50%	1,30%	22,73%	5,03%
ITAPISSUMA	17.803	21.863	7,67%	7,26%	8,70%	5,49%
JABOATÃO DOS GUARARAPES	526.115	598.148	11,46%	3,86%	7,56%	3,46%
MORENO	44.508	52.702	6,35%	3,80%	5,13%	3,77%
OLINDA	336.566	352.958	8,86%	8,47%	5,57%	7,24%
PAULISTA	239.800	280.033	14,53%	5,41%	9,60%	4,80%
RECIFE	1.304.864	1.441.175	5,03%	11,43%	4,32%	9,16%
SÃO LOURENÇO DA MATA	81.470	95.147	7,79%	7,21%	7,42%	3,97%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.4 - População de 5 anos ou mais, proporção de imigrantes e de emigrantes. RMS, 2000 e 2010

RM de Salvador	Pop. de 5 anos ou +		1995-2000		2005-2010	
	2000	2010	% Imig.	% Emig.	% Imig.	% Emig.
CAMAÇARI	144.129	222.892	15,21%	5,95%	15,73%	4,60%
CANDEIAS	69.123	76.849	5,22%	5,60%	5,75%	6,44%
DIAS D'ÁVILA	40.451	60.396	19,51%	6,61%	14,54%	6,33%
ITAPARICA	16.928	19.198	11,04%	10,88%	10,51%	7,18%
LAURO DE FREITAS	101.868	151.468	22,94%	3,82%	16,42%	4,51%
MADRE DE DEUS	10.855	16.133	11,29%	4,95%	14,65%	4,52%
MATA DE SÃO JOÃO	29.423	36.950	8,23%	10,84%	8,05%	6,36%
POJUÇA	23.679	30.519	7,94%	10,59%	7,58%	5,92%
SALVADOR	2.234.688	2.510.010	5,28%	6,57%	3,88%	6,26%
SÃO FRANCISCO DO CONDE	23.352	30.550	5,90%	4,19%	6,45%	3,61%
SÃO SEBASTIÃO DO PASSE	36.017	39.125	4,58%	7,39%	5,27%	4,97%
SIMÕES FILHO	83.595	107.968	14,91%	4,48%	11,35%	4,27%
VERA CRUZ	26.390	34.832	13,96%	5,31%	12,11%	4,15%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.5 – Migração de data fixa intrametropolitana para RM de Fortaleza - 2000 e 2010

RM de Fortaleza	1995-2000				2005-2010			
	Imigrante	Emigrante	Saldo	TLM	Imigrante	Emigrante	Saldo	TLM
AQUIRAZ	3.749	1.832	1.917	3,56%	4.607	1.975	2.632	3,93%
CASCAVEL	2.132	2.190	-58	-0,11%	2.597	1.551	1.046	1,70%
CAUCAIA	21.914	3.313	18.601	8,47%	17.405	3.928	13.477	4,51%
CHOROZINHO	599	1.539	-940	-5,66%	556	1.330	-774	-4,44%
EUSÉBIO	2.947	839	2.108	7,63%	4.701	944	3.757	8,92%
FORTALEZA	9.732	50.920	-41.188	-2,13%	9.282	44.091	-34.809	-1,52%
GUAIÚBA	602	903	-301	-1,72%	458	740	-282	-1,27%
HORIZONTE	4.255	617	3.638	12,31%	4.697	1.396	3.301	6,53%
ITAITINGA	1.560	562	998	3,87%	1.862	1.002	860	2,62%
MARACANAÚ	14.133	4.725	9.408	5,90%	9.942	4.110	5.832	3,02%
MARANGUAPE	2.463	2.885	-422	-0,54%	1.860	2.354	-494	-0,47%
PACAJUS	2.649	1.240	1.409	3,63%	3.517	2.088	1.429	2,51%
PACATUBA	5.158	1.134	4.024	8,82%	2.455	1.130	1.325	2,00%
PINDORETAMA	836	476	360	2,67%	1.299	603	696	4,03%
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1.221	775	446	1,42%	2.726	722	2.004	4,96%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.6 – Migração de data fixa intrametropolitana para RM de Recife - 2000 e 2010

RM de Recife	1995-2000				2005-2010			
	Imigrante	Emigrante	Saldo	TLM	Imigrante	Emigrante	Saldo	TLM
ABREU E LIMA	5.650	3.578	2.072	2,57%	6.073	3.732	2.341	2,67%
ARAÇOIABA	652	168	484	3,61%	554	435	119	0,72%
CABO DE SANTO AGOSTINHO	4.188	3.470	718	0,52%	4.314	3.391	923	0,54%
CAMARAGIBE	7.153	4.843	2.310	1,98%	5.941	5.285	656	0,49%
IGARASSU	4.139	2.710	1.429	1,93%	4.709	3.049	1.660	1,76%
IPOJUCA	1.285	1.420	-135	-0,26%	2.036	1.480	556	0,76%
ILHA DE ITAMARACÁ	2.362	64	2.298	16,02%	3.808	741	3.067	15,07%
ITAPISSUMA	843	875	-32	-0,18%	1.480	844	636	2,91%
JABOATÃO DOS GUARARAPES	36.988	11.503	25.485	4,84%	27.586	12.387	15.199	2,54%
MORENO	1.687	963	724	1,63%	1.578	957	621	1,18%
OLINDA	19.935	19.356	579	0,17%	13.751	17.681	-3.930	-1,11%
PAULISTA	26.750	9.838	16.912	7,05%	20.727	9.549	11.178	3,99%
RECIFE	15.075	69.069	-53.994	-4,14%	17.501	53.186	-35.685	-2,48%
SÃO LOURENÇO DA MATA	4.282	3.132	1.150	1,41%	4.905	2.246	2.659	2,79%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.7 – Migração de data fixa intrametropolitana para RM de Salvador - 2000 e 2010

RM de Salvador	1995-2000				2005-2010			
	Imigrante	Emigrante	Saldo	TLM	Imigrante	Emigrante	Saldo	TLM
CAMAÇARI	9.735	3.307	6.428	4,46%	15.485	3.568	11.917	5,35%
CANDEIAS	1.650	2.370	-720	-1,04%	2.338	2.820	-482	-0,63%
DIAS D'ÁVILA	5.028	1.365	3.663	9,06%	5.208	1.955	3.253	5,39%
ITAPARICA	1.123	874	249	1,47%	1.394	646	748	3,90%
LAURO DE FREITAS	14.985	2.486	12.499	12,27%	15.691	3.798	11.893	7,85%
MADRE DE DEUS	646	292	354	3,26%	1.250	406	844	5,23%
MATA DE SÃO JOÃO	1.300	2.451	-1.151	-3,91%	1.593	1.544	49	0,13%
POJUCA	849	1.372	-523	-2,21%	941	940	1	0,00%
SALVADOR	8.822	35.502	-26.680	-1,19%	7.541	43.776	-36.235	-1,44%
SÃO FRANCISCO DO CONDE	812	645	167	0,72%	1.160	541	619	2,03%
SÃO SEBASTIÃO DO PASSE	809	1.373	-564	-1,57%	1.189	1.064	125	0,32%
SIMÕES FILHO	7.043	2.117	4.926	5,89%	7.020	1.749	5.271	4,88%
VERA CRUZ	2.229	877	1.352	5,12%	2.658	661	1.997	5,73%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.8 – Fluxos de migrantes com origem nas RMs e destino nas Ufs do Nordeste em ordem decrescente - 2000 e 2010

Região metropolitana de Fortaleza			
2000		2010	
Piauí	3.357	Rio G. Norte	3.470
Rio G. Norte	3.337	Piauí	3.135
Maranhão	2.775	Maranhão	2.552
Paraíba	1.669	Paraíba	1.578
Bahia	1.093	Pernambuco	954
Pernambuco	811	Bahia	921
Sergipe	455	Alagoas	363
Alagoas	330	Sergipe	232
Região metropolitana de Recife			
2000		2010	
Paraíba	8.886	Paraíba	9.673
Rio G. Norte	4.743	Rio G. Norte	4.870
Alagoas	3.515	Alagoas	4.108
Bahia	2.429	Bahia	1.848
Sergipe	1.342	Sergipe	1.477
Ceará	1.150	Ceará	1.256
Maranhão	1.061	Maranhão	1.165
Piauí	883	Piauí	851
Região metropolitana de Salvador			
2000		2010	
Sergipe	5.610	Sergipe	6.173
Pernambuco	1.352	Pernambuco	1.612
Paraíba	1.274	Alagoas	1.585
Rio G. Norte	1.206	Rio G. Norte	1.058
Ceará	1.028	Maranhão	1.010
Alagoas	995	Ceará	806
Piauí	380	Paraíba	802
Maranhão	255	Piauí	464

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.9 – Fluxos de migrantes com origem nas Ufs do Nordeste e destino nas RMs em ordem decrescente - 2000 e 2010

Região metropolitana de Fortaleza			
2000		2010	
Piauí	6.715	Piauí	4.062
Maranhão	4.790	Maranhão	2.718
Rio G. Norte	3.975	Rio G. Norte	2.277
Paraíba	2.269	Paraíba	1.642
Bahia	1.493	Pernambuco	1.233
Pernambuco	1.276	Bahia	750
Alagoas	1.006	Alagoas	656
Sergipe	436	Sergipe	201
Região metropolitana de Recife			
2000		2010	
Paraíba	6.882	Paraíba	5.677
Alagoas	4.911	Alagoas	3.493
Rio G. Norte	3.020	Bahia	2.278
Bahia	2.458	Rio G. Norte	2.212
Ceará	1.649	Piauí	963
Piauí	931	Maranhão	926
Maranhão	752	Ceará	865
Sergipe	704	Sergipe	510
Região metropolitana de Salvador			
2000		2010	
Sergipe	4.761	Sergipe	3.529
Alagoas	2.546	Alagoas	2.016
Pernambuco	1.683	Pernambuco	1.140
Ceará	765	Ceará	814
Piauí	731	Paraíba	794
Rio G. Norte	693	Piauí	648
Paraíba	693	Maranhão	621
Maranhão	479	Rio G. Norte	582

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.10 - Fluxo de migrantes com origem nas RMs e destino nas Ufs fora do Nordeste em ordem decrescente - 2000 e 2010

Região metropolitana de Fortaleza			
2000		2010	
São Paulo	12.878	São Paulo	10.028
Rio de Janeiro	6.187	Rio de Janeiro	5.526
Brasília	3.494	Brasília	3.005
Pará	2.888	Pará	2.314
Amazonas	1.698	Minas Gerais	1.894
Goiás	1.518	Amazonas	1.496
Minas Gerais	1.277	Goiás	1.465
Rio Grande do Sul	1.017	Rio Grande do Sul	1.337
Rondônia	974	Santa Catarina	1.019
Mato Grosso	774	Paraná	995
Paraná	620	Mato Grosso	763
Roraima	579	Rondônia	686
Santa Catarina	521	Tocantins	534
Tocantins	420	Mato Grosso do Sul	520
Amapá	419	Roraima	486
Mato Grosso do Sul	351	Amapá	347
Espírito Santo	349	Acre	280
Acre	248	Espírito Santo	244
Região metropolitana de Recife			
2000		2010	
São Paulo	29.566	São Paulo	19.903
Rio de Janeiro	9.647	Rio de Janeiro	7.151
Brasília	2.556	Minas Gerais	1.729
Minas Gerais	1.753	Brasília	1.691
Amazonas	1.164	Mato Grosso	1.641
Rio Grande do Sul	1.117	Santa Catarina	1.588
Goiás	1.023	Amazonas	1.468
Pará	1.012	Goiás	1.387
Paraná	890	Pará	1.117
Espírito Santo	716	Mato Grosso do Sul	1.090
Santa Catarina	630	Paraná	1.001
Rondônia	583	Rio Grande do Sul	769
Mato Grosso	473	Roraima	412
Tocantins	445	Rondônia	407
Mato Grosso do Sul	382	Tocantins	272
Roraima	279	Espírito Santo	241
Amapá	111	Acre	120
Acre	64	Amapá	75
Região metropolitana de Salvador			
2000		2010	
São Paulo	24.978	São Paulo	21.894
Rio de Janeiro	9.073	Rio de Janeiro	9.631
Minas Federais	3.533	Minas Federais	4.243
Brasília	2.705	Brasília	2.849
Espírito Santo	1.825	Espírito Santo	2.231
Goiás	1.256	Goiás	1.991
Rio Grande do Sul	1.045	Paraná	1.819
Paraná	1.027	Santa Catarina	1.661
Pará	901	Rio Grande do Sul	1.366
Santa Catarina	571	Pará	675
Mato Grosso do Sul	308	Mato Grosso do Sul	542
Amazonas	266	Rondônia	460
Rondônia	181	Amazonas	337
Mato Grosso	166	Tocantins	335
Tocantins	113	Mato Grosso	267
Amapá	87	Roraima	174
Roraima	43	Acre	100
Acre	22	Amapá	44

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 1.11 - Fluxo de migrantes com origem nas Ufs fora do Nordeste e destino nas RMs em ordem decrescente - 2000 e 2010

Região metropolitana de Fortaleza			
2000		2010	
São Paulo	16.015	São Paulo	9.174
Rio de Janeiro	5.545	Rio de Janeiro	3.550
Pará	4.833	Pará	3.443
Brasília	2.963	Brasília	1.879
Amazonas	2.577	Amazonas	1.276
Minas Gerais	1.405	Minas Gerais	1.252
Rio Grande do Sul	1.192	Rio Grande do Sul	1.250
Paraná	1.135	Goiás	845
Rondônia	1.084	Paraná	795
Goiás	861	Santa Catarina	437
Roraima	768	Amapá	434
Mato Grosso	694	Rondônia	394
Amapá	644	Roraima	393
Mato Grosso do Sul	623	Espírito Santo	257
Santa Catarina	589	Mato Grosso	252
Acre	444	Acre	223
Espírito Santo	287	Tocantins	176
Tocantins	217	Mato Grosso do Sul	162

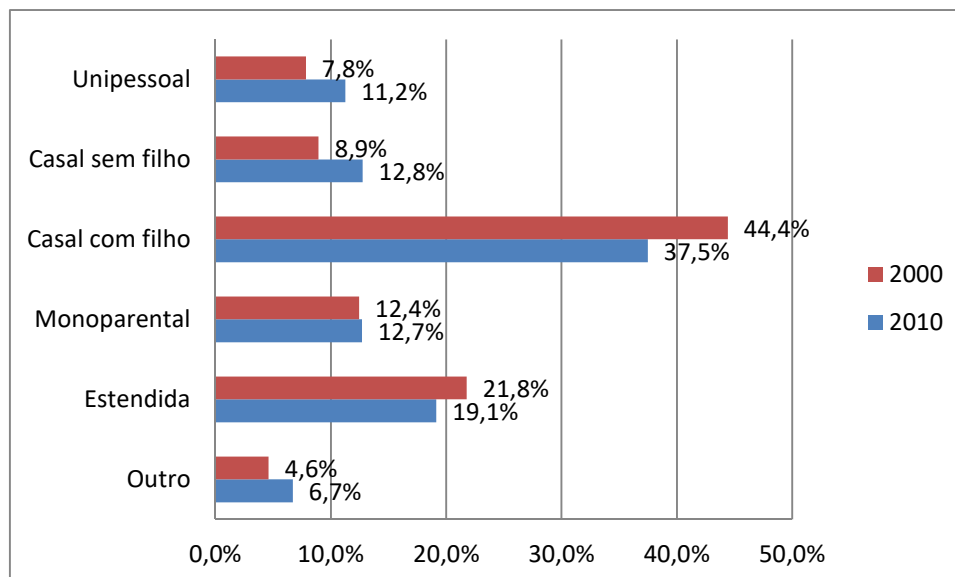
Região metropolitana de Recife			
2000		2010	
São Paulo	15.074	São Paulo	11.665
Rio de Janeiro	6.903	Rio de Janeiro	6.151
Minas Gerais	1.582	Minas Gerais	1.958
Pará	1.410	Brasília	1.511
Brasília	1.380	Rio Grande do Sul	1.406
Rio Grande do Sul	1.008	Pará	1.186
Amazonas	997	Amazonas	1.037
Paraná	686	Santa Catarina	842
Espírito Santo	429	Paraná	592
Rondônia	424	Rondônia	515
Mato Grosso	391	Goiás	442
Mato Grosso do Sul	363	Espírito Santo	377
Santa Catarina	332	Mato Grosso do Sul	255
Goiás	307	Mato Grosso	252
Amapá	161	Tocantins	175
Roraima	153	Roraima	112
Tocantins	112	Amapá	111
Acre	14	Acre	101

Região metropolitana de Salvador			
2000		2010	
São Paulo	12.039	São Paulo	11.766
Rio de Janeiro	7.821	Rio de Janeiro	6.089
Minas Gerais	1.963	Minas Gerais	2.078
Rio Grande do Sul	1.402	Paraná	1.497
Brasília	1.144	Rio Grande do Sul	1.239
Paraná	1.028	Brasília	1.166
Espírito Santo	927	Pará	1.086
Pará	924	Espírito Santo	842
Goiás	819	Goiás	667
Santa Catarina	456	Santa Catarina	528
Amazonas	426	Mato Grosso do Sul	254
Rondônia	181	Amazonas	234
Mato Grosso do Sul	160	Mato Grosso	167
Mato Grosso	132	Tocantins	157
Roraima	115	Rondônia	103
Tocantins	42	Roraima	57
Acre	36	Acre	0
Amapá	19	Amapá	0

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

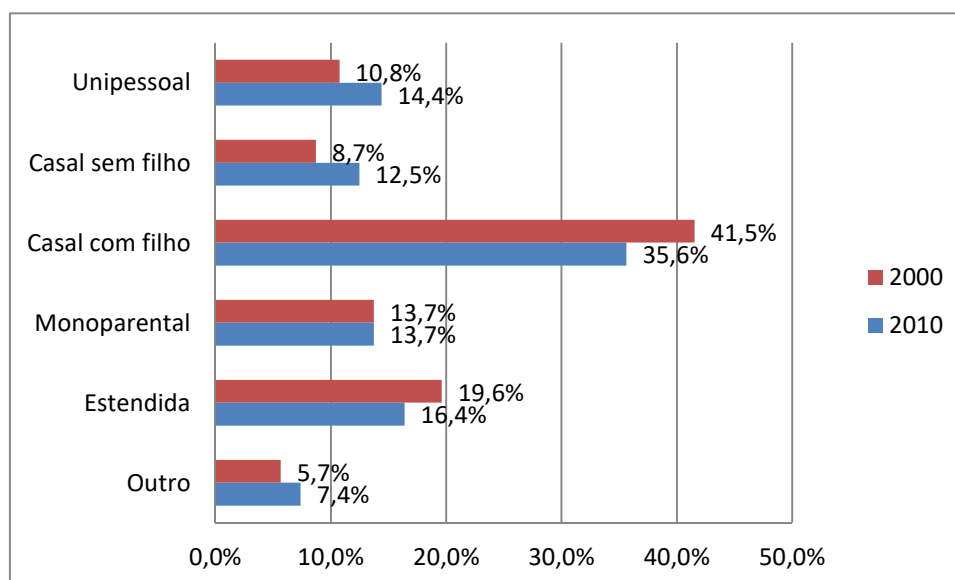
ANEXO 2

Gráfico A 2.1 – Tipos de arranjos domiciliares para a RMR – 2000 e 2010

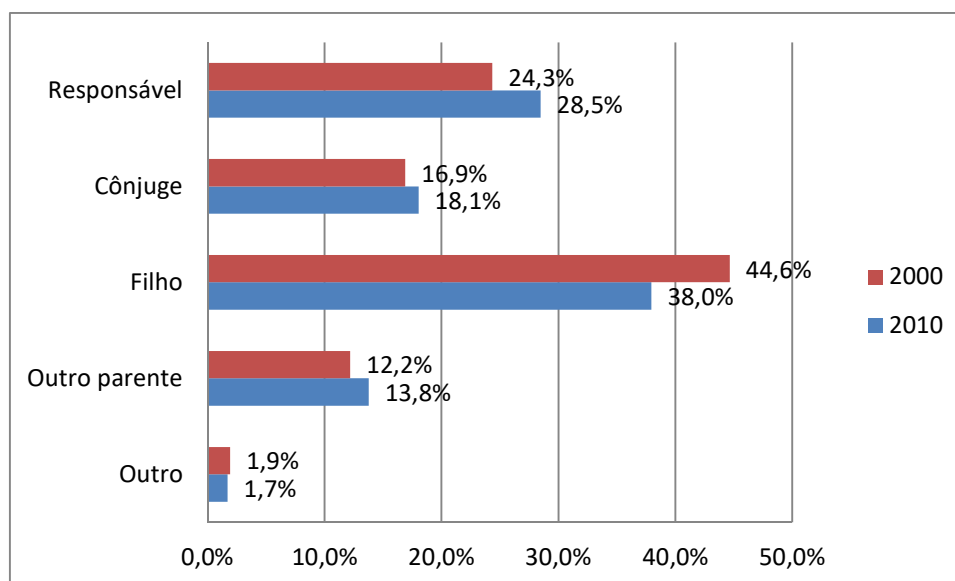


Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

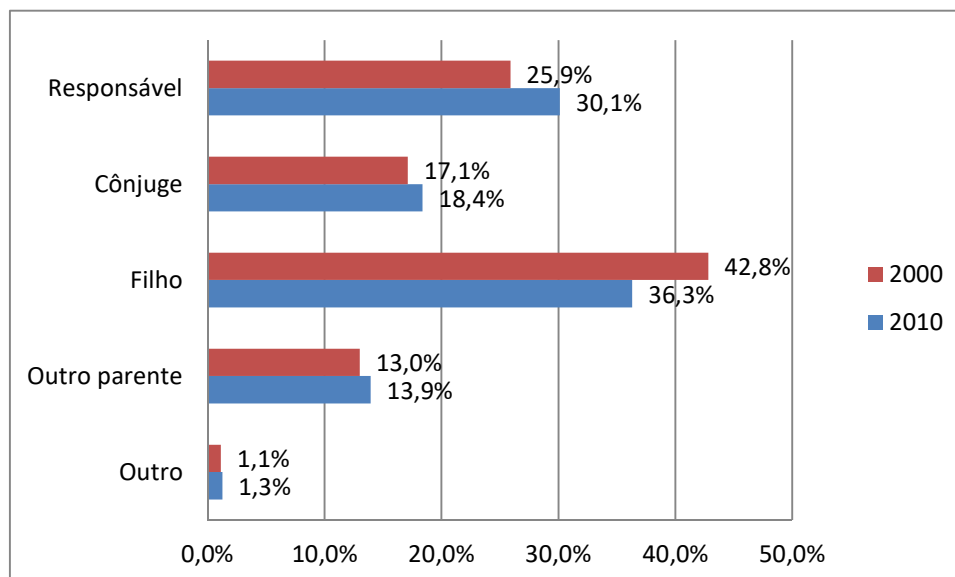
Gráfico A 2.2 – Tipos de arranjos domiciliares para a RMR – 2000 e 2010



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico A 2.3 – Composição dos domicílios para a RMF – 2000 e 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico A 2.4 – Composição dos domicílios para a RMR – 2000 e 2010

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para os Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Tabela A 2.1 – Distribuição dos arranjos casal sem ou com filhos, segundo condição migratória e tempo de migração no município do responsável e do cônjuge - RMF, RMR e RMS – 2000.

Região Metropolitana	Condição migratória	Arranjos domiciliares referência temporal dos anos de residência no município					
		Casal s/ filhos	Mig. juntos	%	Casal c/ filhos	Mig. juntos	%
Fortaleza	Intrametropolitana	2.762	1.431	51,8%	11.152	7.199	64,6%
	Intraestadual	1.989	645	32,4%	8.541	5.155	60,4%
	Intraregional	625	251	40,1%	2.374	1.409	59,4%
	Inter-regional	1.560	706	45,3%	6.245	3.947	63,2%
	Retorno Interestadual	207	133	64,2%	1.127	702	62,3%
Recife	Intrametropolitana	6.446	3.102	48,1%	19.296	11.553	59,9%
	Intraestadual	1.265	555	43,9%	6.395	3.895	60,9%
	Intraregional	619	189	30,5%	2.230	1.467	65,8%
	Inter-regional	1.368	696	50,9%	4.417	2.956	66,9%
	Retorno Interestadual	264	109	41,3%	1.413	1.010	71,5%
Salvador	Intrametropolitana	2.411	1.175	48,7%	7.254	3.996	55,1%
	Intraestadual	2.473	918	37,1%	7.602	4.313	56,7%
	Intraregional	276	174	63,1%	1.067	665	62,3%
	Inter-regional	1.537	738	48,0%	4.449	2.829	63,6%
	Retorno Interestadual	237	105	44,2%	1.243	667	53,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2000.

Tabela A 2.2 – Distribuição dos arranjos por idade média do casal no momento da migração do responsável, por condição migratória do responsável e RM de residência no Censo - RMF, RMR e RMS – 2000.

Região Metropolitana	Condição migratória	Distribuição dos domicílios pela idade média do casal		
		< 34 anos	34 a 44 anos	> 44 anos
Fortaleza	Intrametropolitana	59,5%	26,0%	14,5%
	Intraestadual	58,4%	23,0%	18,7%
	Intraregional	52,3%	28,9%	18,8%
	Inter-regional	45,7%	35,0%	19,2%
	Retorno Interestadual	39,1%	37,7%	23,3%
	Não migrante	31,3%	32,2%	36,5%
Recife	Intrametropolitana	53,84%	29,07%	17,09%
	Intraestadual	54,87%	25,45%	19,68%
	Intraregional	52,02%	31,35%	16,63%
	Inter-regional	45,65%	36,85%	17,50%
	Retorno Interestadual	45,30%	33,63%	21,07%
	Não migrante	29,52%	32,79%	37,69%
Salvador	Intrametropolitana	52,90%	30,64%	16,46%
	Intraestadual	64,16%	22,43%	13,42%
	Intraregional	65,85%	23,86%	10,29%
	Inter-regional	54,83%	31,52%	13,65%
	Retorno Interestadual	57,10%	27,64%	15,25%
	Não migrante	29,81%	35,97%	34,22%

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do IBGE para o Censo Demográfico de 2000.

ANEXO 3

Tabela A 3.1 – Modelo 1 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1937120,3	4855178,8
3	-1732567,9	4936543,1
4	-1567742,6	5097361,6
5	-1496496,1	5445337,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.2 – Modelo 1 – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLFM1	Perfil 2	RLFM2
Idade						
5 a 14 anos	47208	19,253	0,393	(2)	0,000	(0)
15 a 24 anos	62890	25,648	0,000	(0)	0,502	(1,9)
25 a 34 anos	57108	23,29	0,274	(1,1)	0,193	(0,8)
35 a 44 anos	37665	15,361	0,221	(1,4)	0,087	(0,5)
45 a 54 anos	20581	8,393	0,093	(1,1)	0,076	(0,8)
55 a 64 anos	10086	4,113	0,019	(0,4)	0,063	(1,5)
64 ou + anos	9664	3,941	0,000	(0)	0,079	(2)
Sexo						
Masculino	114621	46,746	1,000	(2,1)	0,000	(0)
Feminino	130580	53,254	0,000	(0)	1,000	(1,8)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	52219	21,296	0,413	(1,9)	0,000	(0)
Sim	91615	37,363	0,587	(1,5)	0,139	(0,3)
Não	101367	41,34	0,000	(0)	0,861	(2)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	39386	16,063	0,000	(0)	0,314	(1,9)
0 a 0,5	64199	26,182	0,267	(1)	0,257	(0,9)
0,51 a 1	45992	18,757	0,204	(1)	0,173	(0,9)
1,1 a 2	38363	15,645	0,193	(1,2)	0,122	(0,7)
2,1 a 5	34851	14,213	0,196	(1,3)	0,091	(0,6)
5,1 a 10	13935	5,683	0,072	(1,2)	0,042	(0,7)
10 ou +	8476	3,457	0,069	(1,9)	0,000	(0)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	130986	53,42	0,746	(1,3)	0,298	(0,5)
Intraestadual	58204	23,737	0,000	(0)	0,499	(2,1)
Intraregional	21731	8,863	0,000	(0)	0,181	(2)
Inter-regional	26089	10,64	0,209	(1,9)	0,000	(0)
Retorno intraregional	2556	1,042	0,000	(0)	0,021	(2)
Retorno inter-regional	5635	2,298	0,046	(1,9)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	49233	20,079	0,000	(0)	0,434	(2,1)
Pobres	49876	20,341	0,141	(0,6)	0,276	(1,3)
Intermediários	46432	18,936	0,102	(0,5)	0,290	(1,5)
Ricos	69068	28,168	0,519	(1,8)	0,000	(0)
Mais ricos	30593	12,477	0,239	(1,9)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	164756	67,192	0,815	(1,2)	0,525	(0,7)
Polo metropolitano	65659	26,778	0,152	(0,5)	0,387	(1,4)
Acima do polo metropolitano	14786	6,03	0,033	(0,5)	0,088	(1,4)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.3 – Modelo 1 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1937120,3	4855178,8
3	-1732567,9	4936543,1
4	-1567742,6	5097361,6
5	-1496496,1	5445337,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.4 – Modelo 1 – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLFm1	Perfil 2	RLFm2
Idade						
5 a 14 anos	34187	16,009	0,358	(2,2)	0,000	(0)
15 a 24 anos	46019	21,55	0,000	(0)	0,388	(1,7)
25 a 34 anos	57445	26,901	0,296	(1)	0,248	(0,9)
35 a 44 anos	34111	15,974	0,182	(1,1)	0,142	(0,8)
45 a 54 anos	20506	9,602	0,113	(1,1)	0,082	(0,8)
55 a 64 anos	11214	5,251	0,052	(0,9)	0,053	(1)
64 ou + anos	10063	4,712	0,000	(0)	0,088	(1,8)
Sexo						
Masculino	102756	48,119	0,549	(1,1)	0,421	(0,8)
Feminino	110789	51,881	0,451	(0,8)	0,579	(1,1)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	34187	16,009	0,361	(2,2)	0,000	(0)
Sim	96097	45,001	0,639	(1,4)	0,328	(0,7)
Não	83261	38,99	0,000	(0)	0,672	(1,7)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	34594	16,2	0,000	(0)	0,315	(1,9)
0 a 0,5	62527	29,281	0,337	(1,1)	0,252	(0,8)
0,51 a 1	41086	19,24	0,397	(2)	0,000	(0)
1,1 a 2	32903	15,408	0,168	(1)	0,142	(0,9)
2,1 a 5	27299	12,784	0,099	(0,7)	0,155	(1,2)
5,1 a 10	10738	5,028	0,000	(0)	0,096	(1,9)
10 ou +	4397	2,059	0,000	(0)	0,039	(1,9)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	114949	53,829	1,000	(1,8)	0,000	(0)
Intraestadual	48224	22,583	0,000	(0)	0,524	(2,3)
Intraregional	18454	8,642	0,000	(0)	0,174	(2)
Inter-regional	23516	11,012	0,000	(0)	0,226	(2)
Retorno intraregional	3243	1,519	0,000	(0)	0,030	(1,9)
Retorno inter-regional	5159	2,416	0,000	(0)	0,046	(1,9)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	40927	19,166	0,000	(0)	0,350	(1,8)
Pobres	43478	20,36	0,448	(2,1)	0,000	(0)
Intermediários	48442	22,685	0,000	(0)	0,412	(1,8)
Ricos	53188	24,907	0,553	(2,2)	0,000	(0)
Mais ricos	27510	12,883	0,000	(0)	0,238	(1,8)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	132739	62,16	1,000	(1,6)	0,284	(0,4)
Polo metropolitano	62308	29,178	0,000	(0)	0,551	(1,8)
Acima do polo metropolitano	18498	8,662	0,000	(0)	0,165	(1,9)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.5 – Modelo 1 – Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Recife – 2000 e 2010

2000			
Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	41.380	16,9
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	85.584	34,9
	Perfil 1 misto (subtotal)	126.964	51,8
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	39.273	16
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	76.857	31,3
	Perfil 2 misto (subtotal)	118.237	48,2
Total		245.201	100
2010			
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	36.641	17,2
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	65.815	30,8
	Perfil 1 misto (subtotal)	102.455	48
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	48.784	22,8
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	74.449	34,9
	Perfil 2 misto (subtotal)	111.090	52
Total		213.545	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000 e de 2010

Tabela A 3.6 – Modelo 1 – Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Salvador – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1774998,3	4355566,4
3	-1372997,9	3954350,5
4	-1255539,2	4122218,1
5	-1161384,4	4336693,3

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.7 – Modelo 1 – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	36048	17,903	1,000	(5,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	68789	34,162	0,000	(0)	0,228	(0,6)	0,554	(1,6)
25 a 34 anos	46071	22,88	0,000	(0)	0,296	(1,2)	0,274	(1,1)
35 a 44 anos	25363	12,596	0,000	(0)	0,224	(1,7)	0,102	(0,8)
45 a 54 anos	13268	6,589	0,000	(0)	0,117	(1,7)	0,051	(0,7)
55 a 64 anos	5921	2,941	0,000	(0)	0,056	(1,9)	0,019	(0,6)
64 ou + anos	5898	2,929	0,000	(0)	0,078	(2,6)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	91194	45,289	0,466	(1)	0,506	(1,1)	0,401	(0,8)
Feminino	110166	54,711	0,534	(0,9)	0,494	(0,9)	0,599	(1)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	40761	20,243	1,000	(4,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	83891	41,662	0,000	(0)	0,442	(1)	0,578	(1,3)
Não	76707	38,095	0,000	(0)	0,558	(1,4)	0,422	(1,1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	26109	12,966	0,074	(0,5)	0,291	(2,2)	0,000	(0)
0 a 0,5	49498	24,582	0,780	(3,1)	0,166	(0,6)	0,000	(0)
0,51 a 1	38812	19,275	0,147	(0,7)	0,152	(0,7)	0,279	(1,4)
1,1 a 2	33433	16,604	0,000	(0)	0,139	(0,8)	0,297	(1,7)
2,1 a 5	30664	15,229	0,000	(0)	0,137	(0,8)	0,256	(1,6)
5,1 a 10	14688	7,294	0,000	(0)	0,067	(0,9)	0,118	(1,6)
10 ou +	8156	4,05	0,000	(0)	0,049	(1,2)	0,050	(1,2)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	55024	27,326	0,000	(0)	0,634	(2,3)	0,000	(0)
Intraestadual	100864	50,091	0,871	(1,7)	0,000	(0)	0,873	(1,7)
Intraregional	14530	7,216	0,092	(1,2)	0,000	(0)	0,127	(1,7)
Inter-regional	25859	12,842	0,000	(0)	0,317	(2,4)	0,000	(0)
Retorno intraregional	1307	0,649	0,037	(5,7)	0,000	(0)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	3777	1,876	0,000	(0)	0,049	(2,5)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	40183	19,956	0,360	(1,8)	0,000	(0)	0,342	(1,7)
Pobres	41376	20,548	0,362	(1,7)	0,000	(0)	0,350	(1,7)
Intermediários	35556	17,658	0,279	(1,5)	0,000	(0)	0,308	(1,7)
Ricos	35492	17,626	0,000	(0)	0,427	(2,4)	0,000	(0)
Mais ricos	48752	24,212	0,000	(0)	0,573	(2,3)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	10855	5,391	0,058	(1)	0,116	(2,1)	0,000	(0)
Polo metropolitano	118011	58,607	0,654	(1,1)	0,000	(0)	1,000	(1,7)
Acima do polo metropolitano	72493	36,002	0,288	(0,7)	0,884	(2,4)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.8 – Modelo 1. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1566319,9	3934855,3
3	-1343583,5	3890490,1
4	-1285452,4	4175335,4
5	-1120982,3	4247502,9

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.9 – Modelo 1 – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLFM1	Perfil 2	RLFM2	Perfil 3	RLFM3
Idade								
5 a 14 anos	30650	15,285	0,800	(5,2)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	57689	28,77	0,000	(0)	0,000	(0)	0,610	(2,1)
25 a 34 anos	54955	27,406	0,000	(0)	0,336	(1,2)	0,342	(1,2)
35 a 44 anos	26543	13,237	0,000	(0)	0,391	(2,9)	0,000	(0)
45 a 54 anos	15433	7,697	0,000	(0)	0,231	(2,9)	0,000	(0)
55 a 64 anos	7875	3,927	0,200	(5)	0,000	(0)	0,000	(0)
64 ou + anos	7374	3,678	0,000	(0)	0,043	(1,1)	0,048	(1,2)
Sexo								
Masculino	94700	47,227	0,482	(1)	0,553	(1,1)	0,412	(0,8)
Feminino	105821	52,773	0,518	(0,9)	0,447	(0,8)	0,588	(1,1)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	30650	15,285	0,901	(5,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	96754	48,251	0,000	(0)	0,680	(1,4)	0,510	(1)
Não	73117	36,464	0,099	(0,2)	0,320	(0,8)	0,490	(1,3)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	26277	13,105	0,132	(1)	0,126	(0,9)	0,134	(1)
0 a 0,5	52925	26,394	0,315	(1,1)	0,262	(0,9)	0,242	(0,9)
0,51 a 1	44916	22,4	0,103	(0,4)	0,224	(1)	0,276	(1,2)
1,1 a 2	34089	17	0,078	(0,4)	0,184	(1)	0,200	(1,1)
2,1 a 5	26933	13,432	0,172	(1,2)	0,137	(1)	0,116	(0,8)
5,1 a 10	11633	5,801	0,106	(1,8)	0,067	(1,1)	0,032	(0,5)
10 ou +	3749	1,869	0,094	(5)	0,000	(0)	0,000	(0)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	63368	31,602	0,000	(0)	1,000	(3,1)	0,000	(0)
Intraestadual	92807	46,283	0,000	(0)	0,000	(0)	0,908	(1,9)
Intraregional	15152	7,556	0,194	(2,5)	0,000	(0)	0,085	(1,1)
Inter-regional	23965	11,951	0,690	(5,7)	0,000	(0)	0,000	(0)
Retorno intraregional	1263	0,63	0,014	(2,1)	0,000	(0)	0,007	(1,1)
Retorno inter-regional	3966	1,978	0,103	(5,1)	0,000	(0)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	40107	20,001	0,000	(0)	0,000	(0)	0,374	(1,8)
Pobres	41356	20,624	0,000	(0)	0,000	(0)	0,385	(1,8)
Intermediários	24780	12,358	0,000	(0)	0,000	(0)	0,241	(1,9)
Ricos	43710	21,798	0,000	(0)	1,000	(4,5)	0,000	(0)
Mais ricos	50568	25,218	1,000	(3,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	11274	5,622	0,045	(0,7)	0,138	(2,4)	0,000	(0)
Polo metropolitano	97327	48,537	0,509	(1)	0,000	(0)	1,000	(2)
Acima do polo metropolitano	91920	45,841	0,446	(0,9)	0,862	(1,8)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.10 – Modelo 1. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Recife – 2000 e 2010

2000			
Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	12.796	6,4
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	20.752	10,3
	Perfil 1 misto (subtotal)	33.548	16,7
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	37.251	18,5
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	20.752	31,5
	Perfil 2 misto (subtotal)	76.292	37,9
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	44.505	22,1
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	20.752	23,3
	Perfil 3 misto (subtotal)	91.520	45,5
Total		201.360	100
2010			
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	5.793	2,9
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	25.617	12,8
	Perfil 1 misto (subtotal)	31.410	15,7
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	25.420	12,7
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	25.617	29,2
	Perfil 2 misto (subtotal)	64.309	32,1
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	46.489	23,2
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	25.617	29,1
	Perfil 3 misto (subtotal)	104.802	52,3
Total		200.521	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000 e de 2010

Tabela A 3.11 – Modelo 2 – Arranjos nucleares. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1612624,2	3791381,3
3	-1466658,3	3782515,9
4	-1342429,7	3817125,3
5	-1272575,9	3960484,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.12 – Modelo 2 – Arranjos Nucleares – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	34569	24,433	1,000	(4)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	36912	26,089	0,000	(0)	0,000	(0)	0,944	(3,6)
25 a 34 anos	31893	22,541	0,000	(0)	0,460	(2)	0,000	(0)
35 a 44 anos	22305	15,765	0,000	(0)	0,331	(2)	0,000	(0)
45 a 54 anos	9747	6,889	0,000	(0)	0,124	(1,7)	0,041	(0,5)
55 a 64 anos	4062	2,871	0,000	(0)	0,054	(1,8)	0,015	(0,5)
64 ou + anos	1997	1,412	0,000	(0)	0,032	(2,2)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	65298	46,151	0,559	(1,2)	0,542	(1,1)	0,254	(0,5)
Feminino	76188	53,849	0,441	(0,8)	0,458	(0,8)	0,746	(1,3)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	37914	26,797	1,000	(3,7)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	53460	37,784	0,000	(0)	0,591	(1,5)	0,380	(1)
Não	50112	35,418	0,000	(0)	0,409	(1,1)	0,620	(1,7)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	17027	12,034	0,185	(1,5)	0,165	(1,3)	0,000	(0)
0 a 0,5	47649	33,678	0,379	(1,1)	0,228	(0,6)	0,462	(1,3)
0,51 a 1	28506	20,147	0,162	(0,8)	0,200	(0,9)	0,237	(1,1)
1,1 a 2	19914	14,075	0,122	(0,8)	0,171	(1,2)	0,112	(0,7)
2,1 a 5	16735	11,828	0,099	(0,8)	0,134	(1,1)	0,111	(0,9)
5,1 a 10	7458	5,271	0,040	(0,7)	0,061	(1,1)	0,052	(0,9)
10 ou +	4198	2,967	0,014	(0,4)	0,042	(1,3)	0,026	(0,8)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	50333	35,575	0,567	(1,5)	0,583	(1,6)	0,000	(0)
Intraestadual	47025	33,237	0,000	(0)	0,000	(0)	0,906	(2,7)
Intraregional	15304	10,817	0,126	(1,1)	0,111	(1)	0,094	(0,8)
Inter-regional	23663	16,724	0,252	(1,5)	0,254	(1,5)	0,000	(0)
Retorno intraregional	1702	1,203	0,023	(1,8)	0,016	(1,2)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	3459	2,445	0,033	(1,3)	0,037	(1,4)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	26280	18,575	0,000	(0)	0,000	(0)	0,495	(2,6)
Pobres	25538	18,05	0,000	(0)	0,000	(0)	0,483	(2,6)
Intermediários	23254	16,436	0,271	(1,6)	0,233	(1,4)	0,023	(0,1)
Ricos	34830	24,617	0,381	(1,5)	0,407	(1,6)	0,000	(0)
Mais ricos	31583	22,322	0,348	(1,5)	0,361	(1,6)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	44304	31,314	0,415	(1,3)	0,409	(1,3)	0,081	(0,2)
Polo metropolitano	71413	50,473	0,368	(0,7)	0,389	(0,7)	0,798	(1,5)
Acima do polo metropolitano	25769	18,213	0,217	(1,1)	0,203	(1,1)	0,121	(0,6)
Tipo de arranjo domiciliar								
Casal sem filho	15735	11,121	0,000	(0)	0,254	(2,2)	0,000	(0)
Casal com filho	108665	76,802	0,735	(0,9)	0,746	(0,9)	0,829	(1)
Monoparental	17086	12,076	0,265	(2,1)	0,000	(0)	0,171	(1,4)
Relação com o responsável								
Responsável	41659	29,444	0,000	(0)	0,603	(2)	0,000	(0)
Cônjuge	38408	27,146	0,000	(0)	0,397	(1,4)	0,374	(1,3)
Filho(a)	52839	37,346	1,000	(2,6)	0,000	(0)	0,383	(1)
Outros	8580	6,064	0,000	(0)	0,000	(0)	0,244	(4)
Filho (a) menor de 16 anos								
Arranjo sem filhos	15735	11,121	0,000	(0)	0,245	(2,2)	0,000	(0)
Todos menores de 16 anos	92191	65,159	0,999	(1,5)	0,671	(1)	0,379	(0,5)
Todos maiores de 16 anos	10242	7,239	0,000	(0)	0,083	(1,1)	0,107	(1,4)
Maiores e menores de 16 anos	23318	16,48	0,001	(0)	0,000	(0)	0,513	(3,1)
Tamanho da família								
1 a 3 pessoas	54219	38,321	0,148	(0,3)	0,582	(1,5)	0,278	(0,7)
4 a 6 pessoas	75555	53,401	0,732	(1,3)	0,418	(0,7)	0,546	(1)
7 ou +	11713	8,278	0,120	(1,4)	0,000	(0)	0,176	(2,1)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.13 – Modelo 2 – Arranjos Nucleares. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000 e 2010

ANO		2000	
		RMF	
Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	17.678	12,5
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	19.096	13,5
	Perfil 1 misto (subtotal)	36.774	26
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	34.369	24,3
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	19.096	34,5
	Perfil 2 misto (subtotal)	66.444	47
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	9.467	6,7
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	19.096	20,4
	Perfil 3 misto (subtotal)	38.269	27
Total		141.487	100

ANO		2010	
		RMF	
Perfil Misto	Distribuição de classes	Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	10.211	9,7
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	24.763	23,6
	Perfil 1 misto (subtotal)	34.974	33,4
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	9.092	8,7
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	24.763	25,7
	Perfil 2 misto (subtotal)	37.090	35,4
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	5.849	5,6
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	24.763	25,6
	Perfil 3 misto (subtotal)	32.698	31,2
Total		104.762	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000 e de 2010

Tabela A 3.14 – Modelo 2 – Arranjos nucleares. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1192265,1	2803768,7
3	-1083838,3	2796534,5
4	-989083,6	2816644,5
5	-921839,7	2891776,1

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.15 – Modelo 2 – Arranjos Nucleares – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	20688	19,748	0,000	(0)	0,698	(3,5)	0,000	(0)
15 a 24 anos	26514	25,308	0,435	(1,7)	0,302	(1,1)	0,000	(0)
25 a 34 anos	27831	26,566	0,315	(1,1)	0,000	(0)	0,432	(1,6)
35 a 44 anos	15931	15,207	0,000	(0)	0,000	(0)	0,428	(2,8)
45 a 54 anos	8038	7,673	0,088	(1,1)	0,000	(0)	0,140	(1,8)
55 a 64 anos	3245	3,097	0,091	(2,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
64 ou + anos	2516	2,401	0,071	(2,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	48221	46,028	0,332	(0,7)	0,466	(1)	0,591	(1,2)
Feminino	56542	53,972	0,669	(1,2)	0,535	(0,9)	0,409	(0,7)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	20688	19,748	0,000	(0)	0,674	(3,4)	0,000	(0)
Sim	48816	46,597	0,528	(1,1)	0,000	(0)	0,796	(1,7)
Não	35258	33,655	0,472	(1,4)	0,326	(0,9)	0,204	(0,6)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	11023	10,522	0,222	(2,1)	0,100	(0,9)	0,000	(0)
0 a 0,5	38454	36,706	0,217	(0,5)	0,774	(2,1)	0,000	(0)
0,51 a 1	23128	22,077	0,374	(1,6)	0,126	(0,5)	0,196	(0,8)
1,1 a 2	14967	14,286	0,174	(1,2)	0,000	(0)	0,282	(1,9)
2,1 a 5	11225	10,715	0,000	(0)	0,000	(0)	0,355	(3,3)
5,1 a 10	4028	3,845	0,000	(0)	0,000	(0)	0,122	(3,1)
10 ou +	1938	1,85	0,013	(0,7)	0,000	(0)	0,045	(2,4)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	42247	40,327	0,382	(0,9)	0,665	(1,6)	0,090	(0,2)
Intraestadual	36118	34,476	0,618	(1,7)	0,335	(0,9)	0,000	(0)
Intraregional	8446	8,062	0,000	(0)	0,000	(0)	0,280	(3,4)
Inter-regional	13657	13,036	0,000	(0)	0,000	(0)	0,500	(3,8)
Retorno intraregional	1167	1,114	0,000	(0)	0,000	(0)	0,035	(3,1)
Retorno inter-regional	3128	2,986	0,000	(0)	0,000	(0)	0,096	(3,2)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	17077	16,301	0,315	(1,9)	0,161	(0,9)	0,000	(0)
Pobres	19967	19,06	0,364	(1,9)	0,192	(1)	0,000	(0)
Intermediários	20123	19,209	0,078	(0,4)	0,109	(0,5)	0,394	(2)
Ricos	26855	25,634	0,244	(0,9)	0,538	(2)	0,000	(0)
Mais ricos	20740	19,797	0,000	(0)	0,000	(0)	0,606	(3)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	37478	35,774	0,448	(1,2)	0,579	(1,6)	0,000	(0)
Polo metropolitano	48922	46,698	0,363	(0,7)	0,103	(0,2)	1,000	(2,1)
Acima do polo metropolitano	18363	17,528	0,189	(1)	0,318	(1,8)	0,000	(0)
Tipo de arranjo domiciliar								
Casal sem filho	20950	19,998	0,744	(3,7)	0,000	(0)	0,000	(0)
Casal com filho	69980	66,799	0,000	(0)	0,850	(1,2)	1,000	(1,4)
Monoparental	13833	13,204	0,256	(1,9)	0,151	(1,1)	0,000	(0)
Relação com o responsável								
Responsável	34032	32,485	0,376	(1,1)	0,000	(0)	0,568	(1,7)
Cônjuge	32722	31,234	0,468	(1,4)	0,000	(0)	0,432	(1,3)
Filho(a)	32445	30,97	0,000	(0)	1,000	(3,2)	0,000	(0)
Outros	5564	5,311	0,155	(2,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
Filho (a) menor de 16 anos								
Arranjo sem filhos	21036	20,08	0,765	(3,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Todos menores de 16 anos	62339	59,505	0,000	(0)	0,707	(1,1)	0,930	(1,5)
Todos maiores de 16 anos	10116	9,656	0,235	(2,4)	0,000	(0)	0,070	(0,7)
Maiores e menores de 16 anos	11272	10,76	0,000	(0)	0,293	(2,7)	0,000	(0)
Tamanho da família								
1 a 3 pessoas	58246	55,598	1,000	(1,7)	0,000	(0)	0,640	(1,1)
4 a 6 pessoas	44596	42,569	0,000	(0)	0,946	(2,2)	0,360	(0,8)
7 ou +	1920	1,833	0,000	(0)	0,054	(2,9)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.16 – Modelo 2 – Arranjos nucleares. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1719835,3	4062817,1
3	-1573173,8	4081067,5
4	-1455979,9	4158253,1
5	-1366967,7	4291801,7

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.17 – Modelo 2 – Arranjos Nucleares – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
5 a 14 anos	33517	21,521	0,485	(2,2)	0,000	(0)
15 a 24 anos	35821	23,001	0,516	(2,2)	0,000	(0)
25 a 34 anos	38132	24,484	0,000	(0)	0,451	(1,8)
35 a 44 anos	27393	17,589	0,000	(0)	0,316	(1,7)
45 a 54 anos	13043	8,375	0,000	(0)	0,146	(1,7)
55 a 64 anos	4794	3,078	0,000	(0)	0,053	(1,7)
64 ou + anos	3041	1,952	0,000	(0)	0,034	(1,7)
Sexo						
Masculino	74188	47,636	0,481	(1)	0,472	(0,9)
Feminino	81551	52,364	0,519	(0,9)	0,528	(1)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	36787	23,621	0,678	(2,8)	0,000	(0)
Sim	59625	38,285	0,000	(0)	0,589	(1,5)
Não	59327	38,094	0,322	(0,8)	0,411	(1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	22942	14,731	0,125	(0,8)	0,173	(1,1)
0 a 0,5	38439	24,682	0,488	(1,9)	0,000	(0)
0,51 a 1	28085	18,033	0,141	(0,7)	0,225	(1,2)
1,1 a 2	25163	16,157	0,107	(0,6)	0,220	(1,3)
2,1 a 5	24686	15,851	0,101	(0,6)	0,219	(1,3)
5,1 a 10	10293	6,609	0,038	(0,5)	0,093	(1,4)
10 ou +	6132	3,937	0,000	(0)	0,070	(1,7)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	87776	56,361	0,487	(0,8)	0,618	(1)
Intraestadual	32954	21,16	0,291	(1,3)	0,156	(0,7)
Intraregional	12513	8,035	0,083	(1)	0,079	(0,9)
Inter-regional	17242	11,071	0,103	(0,9)	0,116	(1)
Retorno intraregional	1643	1,055	0,013	(1,2)	0,009	(0,8)
Retorno inter-regional	3611	2,319	0,024	(1)	0,023	(0,9)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	28433	18,257	0,245	(1,3)	0,139	(0,7)
Pobres	31907	20,488	0,205	(0,9)	0,205	(0,9)
Intermediários	29896	19,196	0,181	(0,9)	0,199	(1)
Ricos	45503	29,217	0,252	(0,8)	0,321	(1)
Mais ricos	20000	12,842	0,118	(0,9)	0,136	(1)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	107016	68,715	0,679	(0,9)	0,694	(1)
Polo metropolitano	39808	25,561	0,246	(0,9)	0,262	(1)
Acima do polo metropolitano	8916	5,725	0,075	(1,3)	0,045	(0,7)
Tipo de arranjo domiciliar						
Casal sem filho	21336	13,7	0,000	(0)	0,236	(1,7)
Casal com filho	114464	73,497	0,823	(1,1)	0,671	(0,9)
Monoparental	19940	12,804	0,178	(1,3)	0,093	(0,7)
Relação com o responsável						
Responsável	49800	31,977	0,000	(0)	0,507	(1,5)
Cônjuge	45788	29,4	0,000	(0)	0,469	(1,5)
Filho(a)	56059	35,995	0,971	(2,6)	0,000	(0)
Outros	4092	2,628	0,029	(1)	0,025	(0,9)
Filho (a) menor de 16 anos						
Arranjo sem filhos	21424	13,756	0,000	(0)	0,239	(1,7)
Todos menores de 16 anos	97269	62,456	0,636	(1)	0,618	(0,9)
Todos maiores de 16 anos	15864	10,186	0,045	(0,4)	0,144	(1,4)
Maiores e menores de 16 anos	21182	13,601	0,319	(2,3)	0,000	(0)
Tamanho da família						
1 a 3 pessoas	66935	42,979	0,000	(0)	0,688	(1,5)
4 a 6 pessoas	82391	52,903	0,899	(1,7)	0,312	(0,5)
7 ou +	6413	4,118	0,101	(2,4)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.18 – Modelo 2 – Arranjos Nucleares. Distribuição dos escores GOM para os perfis mistos construídos para os migrantes metropolitanos. Região Metropolitana de Recife – 2000 e 2010

Perfil Misto	ANO		
	Distribuição de classes	2000	
		Freq	%
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	36.662	23,5
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	23.600	15,2
	Perfil 1 misto (subtotal)	60.262	38,7
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	55.891	35,9
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	58.815	37,8
	Perfil 2 misto (subtotal)	95.477	61,3
Total		155.739	100
ANO		2010	
PM1	Perfil 1 puro ($g_{i1} = 1$)	12.130	9,4
	Perfil 1 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	27.310	21,1
	Perfil 1 misto (subtotal)	39.440	30,4
PM2	Perfil 2 puro ($g_{i2} = 1$)	10.215	7,9
	Perfil 2 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	27.310	20,8
	Perfil 2 misto (subtotal)	39.132	30,2
PM3	Perfil 3 puro ($g_{i3} = 1$)	13.133	10,1
	Perfil 3 heterogêneo ($g_{i_máximo}$)	27.310	29,3
	Perfil 3 misto (subtotal)	51.082	39,4
Total		129.654	100

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000 e de 2010

Tabela A 3.19 – Modelo 2 – Arranjos nucleares. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-1449592,1	3417986,6
3	-1316036,9	3410277,5
4	-1205749,3	3449103,4
5	-1134956,9	3566919,9

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.20 – Modelo 2 – Arranjos Nucleares – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
5 a 14 anos	24081	18,573	0,632	(3,4)	0,000	(0)	0,000	(0)
15 a 24 anos	23318	17,985	0,368	(2)	0,092	(0,5)	0,106	(0,5)
25 a 34 anos	37492	28,917	0,000	(0)	0,327	(1,1)	0,472	(1,6)
35 a 44 anos	23583	18,19	0,000	(0)	0,163	(0,8)	0,336	(1,8)
45 a 54 anos	12732	9,82	0,000	(0)	0,204	(2)	0,086	(0,8)
55 a 64 anos	5618	4,333	0,000	(0)	0,142	(3,2)	0,000	(0)
64 ou + anos	2828	2,182	0,000	(0)	0,073	(3,3)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	61410	47,364	0,469	(0,9)	0,514	(1)	0,448	(0,9)
Feminino	68244	52,636	0,531	(1)	0,487	(0,9)	0,552	(1)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	24081	18,573	0,654	(3,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
Sim	61095	47,121	0,000	(0)	0,683	(1,4)	0,638	(1,3)
Não	44478	34,305	0,346	(1)	0,317	(0,9)	0,362	(1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	15681	12,094	0,218	(1,8)	0,183	(1,5)	0,000	(0)
0 a 0,5	36792	28,377	0,525	(1,8)	0,000	(0)	0,280	(0,9)
0,51 a 1	25363	19,562	0,157	(0,8)	0,326	(1,6)	0,140	(0,7)
1,1 a 2	21789	16,805	0,100	(0,5)	0,291	(1,7)	0,139	(0,8)
2,1 a 5	19703	15,197	0,000	(0)	0,158	(1)	0,272	(1,7)
5,1 a 10	7579	5,845	0,000	(0)	0,030	(0,5)	0,125	(2,1)
10 ou +	2747	2,119	0,000	(0)	0,012	(0,5)	0,045	(2,1)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	73362	56,583	0,871	(1,5)	1,000	(1,7)	0,000	(0)
Intraestadual	24225	18,684	0,129	(0,6)	0,000	(0)	0,376	(2)
Intraregional	9946	7,672	0,000	(0)	0,000	(0)	0,193	(2,5)
Inter-regional	16797	12,955	0,000	(0)	0,000	(0)	0,329	(2,5)
Retorno intraregional	2153	1,66	0,000	(0)	0,000	(0)	0,041	(2,4)
Retorno inter-regional	3172	2,446	0,000	(0)	0,000	(0)	0,061	(2,4)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	21164	16,323	0,140	(0,8)	0,057	(0,3)	0,246	(1,5)
Pobres	26839	20,7	0,422	(2)	0,330	(1,5)	0,000	(0)
Intermediários	29279	22,582	0,116	(0,5)	0,000	(0)	0,427	(1,8)
Ricos	33804	26,072	0,321	(1,2)	0,613	(2,3)	0,000	(0)
Mais ricos	18569	14,322	0,000	(0)	0,000	(0)	0,327	(2,2)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	83215	64,183	0,951	(1,4)	1,000	(1,5)	0,226	(0,3)
Polo metropolitano	36109	27,85	0,000	(0)	0,000	(0)	0,618	(2,2)
Acima do polo metropolitano	10330	7,967	0,049	(0,6)	0,000	(0)	0,156	(1,9)
Tipo de arranjo domiciliar								
Casal sem filho	29078	22,427	0,000	(0)	1,000	(4,4)	0,000	(0)
Casal com filho	84235	64,97	0,630	(0,9)	0,000	(0)	1,000	(1,5)
Monoparental	16341	12,603	0,370	(2,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
Relação com o responsável								
Responsável	44923	34,649	0,000	(0)	0,544	(1,5)	0,460	(1,3)
Cônjuge	42838	33,04	0,000	(0)	0,456	(1,3)	0,494	(1,4)
Filho(a)	39470	30,443	1,000	(3,2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Outros	2422	1,868	0,000	(0)	0,000	(0)	0,047	(2,4)
Filho (a) menor de 16 anos								
Arranjo sem filhos	29118	22,458	0,000	(0)	0,837	(3,7)	0,000	(0)
Todos menores de 16 anos	72348	55,801	0,588	(1)	0,000	(0)	0,911	(1,6)
Todos maiores de 16 anos	15307	11,806	0,114	(0,9)	0,163	(1,3)	0,089	(0,7)
Maiores e menores de 16 anos	12880	9,934	0,298	(3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Tamanho da família								
1 a 3 pessoas	75340	58,108	0,174	(0,2)	1,000	(1,7)	0,574	(0,9)
4 a 6 pessoas	52164	40,233	0,772	(1,9)	0,000	(0)	0,426	(1)
7 ou +	2150	1,658	0,054	(3,2)	0,000	(0)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.21 – Modelo 2 – Família Estendida. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-748539,1	1765674,4
3	-686354,1	1775602,3
4	-639032,9	1815258,1
5	-609675,1	1890840,5

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.22 – Modelo 2 – Família Estendida. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Recife – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-559765,8	1319930,5
3	-517450,1	1335498,7
4	-478484,9	1357767,7
5	-456530,9	1414059,2

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.23 – Modelo 2 – Família Estendida – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
5 a 14 anos	12397	18,474	0,337	(1,8)	0,000	(0)
15 a 24 anos	20472	30,508	0,237	(0,7)	0,386	(1,2)
25 a 34 anos	13261	19,762	0,138	(0,6)	0,272	(1,3)
35 a 44 anos	7321	10,909	0,000	(0)	0,244	(2,2)
45 a 54 anos	5370	8,002	0,066	(0,8)	0,098	(1,2)
55 a 64 anos	3688	5,495	0,099	(1,7)	0,000	(0)
64 ou + anos	4596	6,849	0,123	(1,8)	0,000	(0)
Sexo						
Masculino	28852	42,996	0,422	(0,9)	0,441	(1)
Feminino	38252	57,004	0,579	(1)	0,559	(0,9)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	13783	20,54	0,388	(1,8)	0,000	(0)
Sim	21441	31,952	0,000	(0)	0,655	(2)
Não	31880	47,508	0,612	(1,2)	0,345	(0,7)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	8787	13,094	0,233	(1,7)	0,000	(0)
0 a 0,5	23875	35,579	0,427	(1,1)	0,264	(0,7)
0,51 a 1	14688	21,888	0,182	(0,8)	0,268	(1,2)
1,1 a 2	10009	14,915	0,101	(0,6)	0,212	(1,4)
2,1 a 5	6776	10,097	0,058	(0,5)	0,156	(1,5)
5,1 a 10	2033	3,03	0,000	(0)	0,069	(2,2)
10 ou +	936,9	1,396	0,000	(0)	0,031	(2,2)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	33762	50,313	0,800	(1,5)	0,000	(0)
Intraestadual	18449	27,493	0,000	(0)	0,742	(2,6)
Intraregional	6477	9,653	0,000	(0)	0,230	(2,3)
Inter-regional	6167	9,19	0,160	(1,7)	0,000	(0)
Retorno intraregional	765,8	1,141	0,000	(0)	0,028	(2,4)
Retorno inter-regional	1483	2,21	0,040	(1,8)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	15697	23,392	0,000	(0)	0,512	(2,1)
Pobres	13544	20,183	0,167	(0,8)	0,245	(1,2)
Intermediários	11822	17,618	0,121	(0,6)	0,243	(1,3)
Ricos	18483	27,544	0,508	(1,8)	0,000	(0)
Mais ricos	7557	11,262	0,204	(1,8)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	45325	67,545	0,943	(1,3)	0,356	(0,5)
Polo metropolitano	16827	25,076	0,000	(0)	0,550	(2,1)
Acima do polo metropolitano	4951	7,379	0,057	(0,7)	0,094	(1,2)
Relação com o responsável						
Responsável	10484	15,623	0,098	(0,6)	0,232	(1,4)
Cônjuge	7515	11,2	0,000	(0)	0,256	(2,2)
Filho(a)	18820	28,046	0,498	(1,7)	0,000	(0)
Outro parente	28773	42,878	0,405	(0,9)	0,462	(1)
Outros	1511	2,252	0,000	(0)	0,051	(2,2)
Filho (a) menor de 16 anos						
Arranjo sem filhos	4846	7,221	0,000	(0)	0,165	(2,2)
Todos menores de 16 anos	24312	36,231	0,237	(0,6)	0,531	(1,4)
Todos maiores de 16 anos	22041	32,846	0,448	(1,3)	0,169	(0,5)
Maiores e menores de 16 anos	15905	23,702	0,315	(1,3)	0,134	(0,5)
Tamanho da família						
1 a 3 pessoas	6280	9,359	0,000	(0)	0,211	(2,2)
4 a 6 pessoas	40018	59,635	0,569	(0,9)	0,627	(1)
7 ou +	20806	31,006	0,431	(1,3)	0,162	(0,5)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.24 – Modelo 2 – Família Estendida – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
5 a 14 anos	8631	17,243	0,296	(1,7)	0,000	(0)
15 a 24 anos	12981	25,934	0,000	(0)	0,617	(2,3)
25 a 34 anos	10257	20,492	0,165	(0,8)	0,257	(1,2)
35 a 44 anos	6099	12,185	0,150	(1,2)	0,082	(0,6)
45 a 54 anos	4560	9,109	0,126	(1,3)	0,044	(0,4)
55 a 64 anos	3430	6,852	0,120	(1,7)	0,000	(0)
64 ou + anos	4097	8,186	0,143	(1,7)	0,000	(0)
Sexo						
Masculino	21793	43,539	0,431	(0,9)	0,441	(1)
Feminino	28261	56,461	0,569	(1)	0,559	(0,9)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	8631	17,243	0,300	(1,7)	0,000	(0)
Sim	19063	38,084	0,313	(0,8)	0,473	(1,2)
Não	22361	44,673	0,387	(0,8)	0,527	(1,1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	6669	13,323	0,232	(1,7)	0,000	(0)
0 a 0,5	21341	42,636	0,349	(0,8)	0,534	(1,2)
0,51 a 1	10626	21,229	0,235	(1,1)	0,180	(0,8)
1,1 a 2	6397	12,78	0,102	(0,7)	0,163	(1,2)
2,1 a 5	3479	6,951	0,057	(0,8)	0,086	(1,2)
5,1 a 10	1195	2,388	0,026	(1)	0,021	(0,8)
10 ou +	347,2	0,694	0,000	(0)	0,016	(2,3)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	27471	54,882	0,884	(1,6)	0,000	(0)
Intraestadual	13537	27,044	0,000	(0)	0,730	(2,6)
Intraregional	3556	7,104	0,000	(0)	0,169	(2,3)
Inter-regional	3311	6,615	0,116	(1,7)	0,000	(0)
Retorno intraregional	673,6	1,346	0,000	(0)	0,031	(2,3)
Retorno inter-regional	1506	3,009	0,000	(0)	0,070	(2,3)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	11419	22,813	0,000	(0)	0,481	(2,1)
Pobres	10607	21,191	0,254	(1,1)	0,165	(0,7)
Intermediários	10402	20,781	0,079	(0,3)	0,354	(1,7)
Ricos	12801	25,573	0,492	(1,9)	0,000	(0)
Mais ricos	4826	9,642	0,176	(1,8)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	31740	63,41	0,936	(1,4)	0,278	(0,4)
Polo metropolitano	12989	25,949	0,000	(0)	0,563	(2,1)
Acima do polo metropolitano	5326	10,641	0,064	(0,6)	0,159	(1,4)
Relação com o responsável						
Responsável	8835	17,651	0,323	(1,8)	0,000	(0)
Cônjuge	6501	12,987	0,236	(1,8)	0,000	(0)
Filho(a)	11525	23,024	0,000	(0)	0,504	(2,1)
Outro parente	22347	44,646	0,442	(0,9)	0,457	(1)
Outros	847,2	1,692	0,000	(0)	0,039	(2,2)
Filho (a) menor de 16 anos						
Arranjo sem filhos	7058	14,1	0,252	(1,7)	0,000	(0)
Todos menores de 16 anos	17821	35,602	0,370	(1)	0,339	(0,9)
Todos maiores de 16 anos	18129	36,219	0,378	(1)	0,342	(0,9)
Maiores e menores de 16 anos	7047	14,079	0,000	(0)	0,318	(2,2)
Tamanho da família						
1 a 3 pessoas	9053	18,085	0,324	(1,7)	0,000	(0)
4 a 6 pessoas	32160	64,25	0,676	(1)	0,601	(0,9)
7 ou +	8842	17,664	0,000	(0)	0,399	(2,2)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.25 – Modelo 2 – Família Estendida. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Salvador – 2000

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-604506,4	1434439,1
3	-554018,1	1446175,5
4	-520200,7	1491254,1
5	-490932,85	1545431,4

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.26 – Modelo 2 – Família Estendida. Resultados da aplicação do critério de Akaike para definição do número ótimo de perfis para a análise da migração na Região Metropolitana de Salvador – 2010

Número de perfis	Log Verossimelhança	AIC
2	-490184,7	1157833,3
3	-442491,2	1151178,2
4	-421399,1	1197725,7
5	-385796,4	1215252,3

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.27 – Modelo 2 – Família Estendida – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
5 a 14 anos	10135	17,999	0,428	(2,3)	0,000	(0)
15 a 24 anos	23205	41,208	0,211	(0,5)	0,560	(1,3)
25 a 34 anos	10113	17,958	0,101	(0,5)	0,234	(1,3)
35 a 44 anos	4970	8,826	0,114	(1,2)	0,071	(0,7)
45 a 54 anos	3429	6,089	0,080	(1,3)	0,048	(0,7)
55 a 64 anos	1979	3,515	0,042	(1,1)	0,031	(0,8)
64 ou + anos	2480	4,405	0,025	(0,5)	0,057	(1,2)
Sexo						
Masculino	23845	42,344	0,475	(1,1)	0,390	(0,9)
Feminino	32467	57,656	0,525	(0,9)	0,610	(1)
Possui trabalho remunerado						
Menor de 16 anos	11809	20,971	0,489	(2,3)	0,000	(0)
Sim	20711	36,779	0,188	(0,5)	0,504	(1,3)
Não	23792	42,25	0,323	(0,7)	0,496	(1,1)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	4999	8,877	0,223	(2,5)	0,000	(0)
0 a 0,5	18778	33,346	0,462	(1,3)	0,251	(0,7)
0,51 a 1	12884	22,881	0,189	(0,8)	0,253	(1,1)
1,1 a 2	9473	16,822	0,074	(0,4)	0,231	(1,3)
2,1 a 5	6958	12,356	0,000	(0)	0,204	(1,6)
5,1 a 10	2212	3,928	0,037	(0,9)	0,041	(1)
10 ou +	1008	1,789	0,015	(0,8)	0,020	(1,1)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	14379	25,534	0,711	(2,7)	0,000	(0)
Intraestadual	31445	55,841	0,000	(0)	0,879	(1,5)
Intraregional	4283	7,606	0,002	(0)	0,121	(1,5)
Inter-regional	4864	8,638	0,226	(2,6)	0,000	(0)
Retorno intraregional	416,1	0,739	0,019	(2,5)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	924,8	1,642	0,042	(2,5)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	13445	23,875	0,000	(0)	0,369	(1,5)
Pobres	13362	23,729	0,000	(0)	0,366	(1,5)
Intermediários	9486	16,845	0,000	(0)	0,265	(1,5)
Ricos	8667	15,391	0,425	(2,7)	0,000	(0)
Mais ricos	11352	20,159	0,575	(2,8)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	3515	6,243	0,157	(2,5)	0,000	(0)
Polo metropolitano	33741	59,919	0,000	(0)	1,000	(1,6)
Acima do polo metropolitano	19055	33,838	0,843	(2,4)	0,000	(0)
Relação com o responsável						
Responsável	7455	13,238	0,146	(1,1)	0,122	(0,9)
Cônjuge	5982	10,624	0,080	(0,7)	0,124	(1,1)
Filho(a)	13442	23,871	0,547	(2,2)	0,000	(0)
Outro parente	26859	47,698	0,227	(0,4)	0,677	(1,4)
Outros	2572	4,568	0,000	(0)	0,076	(1,6)
Filho (a) menor de 16 anos						
Arranjo sem filhos	5362	9,522	0,000	(0)	0,157	(1,6)
Todos menores de 16 anos	24781	44,007	0,300	(0,6)	0,528	(1,1)
Todos maiores de 16 anos	13178	23,402	0,311	(1,3)	0,185	(0,7)
Maiores e menores de 16 anos	12990	23,068	0,389	(1,6)	0,131	(0,5)
Tamanho da família						
1 a 3 pessoas	6464	11,478	0,061	(0,5)	0,150	(1,3)
4 a 6 pessoas	33819	60,057	0,500	(0,8)	0,665	(1,1)
7 ou +	16029	28,465	0,439	(1,5)	0,185	(0,6)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.28 – Modelo 2 – Família Estendida – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLFM1	Perfil 2	RLFM2	Perfil 3	RLFM3
Idade								
5 a 14 anos	6807	15,359	0,000	(0)	1,000	(6,5)	0,000	(0)
15 a 24 anos	15294	34,508	0,190	(0,5)	0,000	(0)	0,594	(1,7)
25 a 34 anos	10051	22,677	0,240	(1)	0,000	(0)	0,290	(1,2)
35 a 44 anos	3588	8,095	0,206	(2,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
45 a 54 anos	3238	7,307	0,187	(2,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
55 a 64 anos	2049	4,624	0,119	(2,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
64 ou + anos	3293	7,429	0,058	(0,7)	0,000	(0)	0,116	(1,5)
Sexo								
Masculino	19205	43,333	0,464	(1)	0,534	(1,2)	0,369	(0,8)
Feminino	25116	56,667	0,536	(0,9)	0,466	(0,8)	0,631	(1,1)
Possui trabalho remunerado								
Menor de 16 anos	6807	15,359	0,000	(0)	1,000	(6,5)	0,000	(0)
Sim	18376	41,462	0,507	(1,2)	0,000	(0)	0,477	(1,1)
Não	19137	43,179	0,493	(1,1)	0,000	(0)	0,523	(1,2)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	4765	10,752	0,126	(1,1)	0,154	(1,4)	0,074	(0,6)
0 a 0,5	15500	34,971	0,418	(1,1)	0,448	(1,2)	0,260	(0,7)
0,51 a 1	11769	26,553	0,208	(0,7)	0,165	(0,6)	0,358	(1,3)
1,1 a 2	6571	14,827	0,127	(0,8)	0,018	(0,1)	0,220	(1,4)
2,1 a 5	4066	9,174	0,122	(1,3)	0,041	(0,4)	0,087	(0,9)
5,1 a 10	1387	3,13	0,000	(0)	0,174	(5,5)	0,000	(0)
10 ou +	263,1	0,594	0,000	(0)	0,000	(0)	0,000	(0)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	14434	32,568	1,000	(3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraestadual	22643	51,088	0,000	(0)	0,048	(0)	1,000	(1,9)
Intraregional	2711	6,118	0,000	(0)	0,356	(5,8)	0,000	(0)
Inter-regional	3698	8,345	0,000	(0)	0,489	(5,8)	0,000	(0)
Retorno intraregional	397,5	0,897	0,000	(0)	0,051	(5,7)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	436,3	0,984	0,000	(0)	0,056	(5,7)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	10499	23,688	0,000	(0)	0,000	(0)	0,506	(2,1)
Pobres	10258	23,144	0,000	(0)	0,000	(0)	0,494	(2,1)
Intermediários	4711	10,629	0,000	(0)	0,509	(4,7)	0,000	(0)
Ricos	9842	22,207	0,708	(3,1)	0,000	(0)	0,000	(0)
Mais ricos	9011	20,332	0,292	(1,4)	0,491	(2,4)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	2726	6,15	0,124	(2)	0,076	(1,2)	0,000	(0)
Polo metropolitano	21304	48,068	0,000	(0)	0,471	(0,9)	1,000	(2)
Acima do polo metropolitano	20291	45,782	0,876	(1,9)	0,453	(0,9)	0,000	(0)
Relação com o responsável								
Responsável	6164	13,908	0,358	(2,5)	0,000	(0)	0,000	(0)
Cônjuge	5424	12,237	0,190	(1,5)	0,000	(0)	0,111	(0,9)
Filho(a)	8713	19,66	0,190	(0,9)	0,627	(3,1)	0,000	(0)
Outro parente	22767	51,368	0,261	(0,5)	0,373	(0,7)	0,826	(1,6)
Outros	1253	2,828	0,000	(0)	0,000	(0)	0,063	(2,2)
Filho (a) menor de 16 anos								
Arranjo sem filhos	6575	14,834	0,099	(0,6)	0,000	(0)	0,249	(1,6)
Todos menores de 16 anos	18417	41,553	0,372	(0,8)	0,494	(1,1)	0,418	(1)
Todos maiores de 16 anos	14058	31,72	0,400	(1,2)	0,293	(0,9)	0,260	(0,8)
Maiores e menores de 16 anos	5271	11,893	0,129	(1)	0,213	(1,7)	0,072	(0,6)
Tamanho da família								
1 a 3 pessoas	7856	17,725	0,154	(0,8)	0,000	(0)	0,266	(1,5)
4 a 6 pessoas	29714	67,043	0,664	(0,9)	0,745	(1,1)	0,648	(0,9)
7 ou +	6751	15,231	0,182	(1,1)	0,255	(1,6)	0,085	(0,5)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.29 – Modelo 2 – Unipessoal – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
15 a 24 anos	1136	21,899	0,328	(1,4)	0,000	(0)
25 a 34 anos	1466	28,252	0,416	(1,4)	0,000	(0)
35 a 44 anos	831,3	16,022	0,150	(0,9)	0,185	(1,1)
45 a 54 anos	758,3	14,616	0,106	(0,7)	0,232	(1,5)
55 a 64 anos	450,2	8,677	0,000	(0)	0,259	(2,9)
64 ou + anos	546,5	10,534	0,000	(0)	0,324	(3)
Sexo						
Masculino	3157	60,847	0,670	(1,1)	0,509	(0,8)
Feminino	2031	39,153	0,330	(0,8)	0,491	(1,2)
Possui trabalho remunerado						
Sim	3414	65,802	1,000	(1,5)	0,000	(0)
Não	1774	34,198	0,000	(0)	1,000	(2,9)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	1638	31,57	0,000	(0)	0,825	(2,6)
0 a 0,5	135,4	2,61	0,022	(0,8)	0,033	(1,2)
0,51 a 1	785,6	15,142	0,159	(1)	0,142	(0,9)
1,1 a 2	1208	23,281	0,379	(1,6)	0,000	(0)
2,1 a 5	687,8	13,256	0,214	(1,6)	0,000	(0)
5,1 a 10	309	5,956	0,096	(1,6)	0,000	(0)
10 ou +	424,6	8,184	0,132	(1,6)	0,000	(0)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	1726	33,276	0,000	(0)	0,860	(2,5)
Intraestadual	1448	27,913	0,375	(1,3)	0,130	(0,4)
Intraregional	633,3	12,206	0,197	(1,6)	0,000	(0)
Inter-regional	1184	22,82	0,373	(1,6)	0,000	(0)
Retorno intraregional	40,47	0,78	0,013	(1,6)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	155,9	3,004	0,042	(1,4)	0,010	(0,3)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	684,5	13,193	0,163	(1,2)	0,071	(0,5)
Pobres	882,3	17,006	0,216	(1,2)	0,077	(0,4)
Intermediários	921	17,752	0,219	(1,2)	0,091	(0,5)
Ricos	1272	24,521	0,000	(0)	0,761	(3,1)
Mais ricos	1428	27,527	0,403	(1,4)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	1520	29,295	0,000	(0)	0,612	(2)
Polo metropolitano	2780	53,578	1,000	(1,8)	0,000	(0)
Acima do polo metropolitano	888,6	17,127	0,000	(0)	0,388	(2,2)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.30 – Modelo 2 – Unipessoal – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Fortaleza – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
15 a 24 anos	1546	22,289	0,597	(2,6)	0,000	(0)	0,000	(0)
25 a 34 anos	2002	28,863	0,225	(0,7)	0,180	(0,6)	0,454	(1,5)
35 a 44 anos	993,7	14,322	0,000	(0)	0,201	(1,4)	0,253	(1,7)
45 a 54 anos	599,9	8,647	0,000	(0)	0,164	(1,9)	0,114	(1,3)
55 a 64 anos	984,5	14,19	0,000	(0)	0,282	(1,9)	0,179	(1,2)
64 ou + anos	810,9	11,688	0,178	(1,5)	0,172	(1,4)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	4292	61,868	0,475	(0,7)	0,702	(1,1)	0,701	(1,1)
Feminino	2646	38,132	0,525	(1,3)	0,298	(0,7)	0,299	(0,7)
Possui trabalho remunerado								
Sim	4709	67,867	0,451	(0,6)	0,660	(0,9)	1,000	(1,4)
Não	2229	32,133	0,549	(1,7)	0,340	(1)	0,000	(0)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	1957	28,212	0,479	(1,6)	0,329	(1,1)	0,000	(0)
0 a 0,5	164,3	2,368	0,028	(1,1)	0,043	(1,8)	0,000	(0)
0,51 a 1	1410	20,329	0,275	(1,3)	0,204	(1)	0,119	(0,5)
1,1 a 2	1434	20,673	0,218	(1)	0,240	(1,1)	0,169	(0,8)
2,1 a 5	788,4	11,364	0,000	(0)	0,184	(1,6)	0,184	(1,6)
5,1 a 10	757,3	10,916	0,000	(0)	0,000	(0)	0,339	(3,1)
10 ou +	425,8	6,138	0,000	(0)	0,000	(0)	0,188	(3)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	1953	28,145	0,000	(0)	1,000	(3,5)	0,000	(0)
Intraestadual	2401	34,606	1,000	(2,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraregional	715,7	10,316	0,000	(0)	0,000	(0)	0,284	(2,7)
Inter-regional	1313	18,924	0,000	(0)	0,000	(0)	0,488	(2,5)
Retorno intraregional	77,66	1,119	0,000	(0)	0,000	(0)	0,034	(2,9)
Retorno inter-regional	478	6,89	0,000	(0)	0,000	(0)	0,195	(2,8)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	1094	15,774	0,377	(2,3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Pobres	1263	18,204	0,428	(2,3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intermediários	1418	20,432	0,195	(0,9)	0,203	(0,9)	0,210	(1)
Ricos	1213	17,48	0,000	(0)	0,797	(4,5)	0,000	(0)
Mais ricos	1950	28,11	0,000	(0)	0,000	(0)	0,790	(2,8)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	1858	26,779	0,000	(0)	0,643	(2,3)	0,000	(0)
Polo metropolitano	4177	60,199	1,000	(1,6)	0,000	(0)	1,000	(1,6)
Acima do polo metropolitano	903,4	13,021	0,000	(0)	0,357	(2,7)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.31 – Modelo 2 – Unipessoal – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2
Idade						
15 a 24 anos	926,3	13,245	0,221	(1,6)	0,000	(0)
25 a 34 anos	1958	28,001	0,452	(1,6)	0,000	(0)
35 a 44 anos	1352	19,331	0,214	(1,1)	0,162	(0,8)
45 a 54 anos	1174	16,786	0,114	(0,6)	0,257	(1,5)
55 a 64 anos	774,6	11,076	0,000	(0)	0,284	(2,5)
64 ou + anos	808,5	11,561	0,000	(0)	0,297	(2,5)
Sexo						
Masculino	3884	55,544	0,729	(1,3)	0,311	(0,5)
Feminino	3109	44,456	0,271	(0,6)	0,689	(1,5)
Possui trabalho remunerado						
Sim	4277	61,165	1,000	(1,6)	0,000	(0)
Não	2716	38,835	0,000	(0)	1,000	(2,5)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos						
Sem rendimento	2622	37,491	0,000	(0)	1,000	(2,6)
0 a 0,5	120,2	1,718	0,028	(1,6)	0,000	(0)
0,51 a 1	596,4	8,528	0,140	(1,6)	0,000	(0)
1,1 a 2	971	13,884	0,221	(1,5)	0,000	(0)
2,1 a 5	1138	16,274	0,256	(1,5)	0,000	(0)
5,1 a 10	598	8,55	0,140	(1,6)	0,000	(0)
10 ou +	947,9	13,554	0,216	(1,5)	0,000	(0)
Tipo de migração						
Intrametropolitana	3616	51,711	0,000	(0)	1,000	(1,9)
Intraestadual	1345	19,239	0,428	(2,2)	0,000	(0)
Intraregional	676,9	9,678	0,185	(1,9)	0,000	(0)
Inter-regional	1097	15,693	0,327	(2)	0,000	(0)
Retorno intraregional	19,45	0,278	0,000	(0)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	237,8	3,4	0,061	(1,7)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem						
Mais pobres	1011	14,452	0,201	(1,3)	0,065	(0,4)
Pobres	1196	17,106	0,151	(0,8)	0,201	(1,1)
Intermediários	1408	20,14	0,342	(1,6)	0,000	(0)
Ricos	2116	30,257	0,000	(0)	0,735	(2,4)
Mais ricos	1262	18,046	0,307	(1,7)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino						
Abaixo do polo metropolitano	4393	62,823	0,333	(0,5)	1,000	(1,5)
Polo metropolitano	2234	31,944	0,576	(1,8)	0,000	(0)
Acima do polo metropolitano	365,9	5,232	0,091	(1,7)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.32 – Modelo 2 – Unipessoal – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Recife – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
15 a 24 anos	1142	12,161	0,103	(0,8)	0,061	(0,4)	0,209	(1,7)
25 a 34 anos	2381	25,346	0,353	(1,3)	0,000	(0)	0,405	(1,5)
35 a 44 anos	1655	17,616	0,230	(1,3)	0,071	(0,4)	0,221	(1,2)
45 a 54 anos	1599	17,02	0,314	(1,8)	0,000	(0)	0,165	(0,9)
55 a 64 anos	1290	13,729	0,000	(0)	0,428	(3,1)	0,000	(0)
64 ou + anos	1327	14,128	0,000	(0)	0,440	(3,1)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	5231	55,69	0,650	(1,1)	0,302	(0,5)	0,691	(1,2)
Feminino	4162	44,31	0,350	(0,7)	0,698	(1,5)	0,309	(0,6)
Possui trabalho remunerado								
Sim	5893	62,734	1,000	(1,5)	0,000	(0)	1,000	(1,5)
Não	3501	37,266	0,000	(0)	1,000	(2,6)	0,000	(0)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	3304	35,171	0,000	(0)	1,000	(2,8)	0,000	(0)
0 a 0,5	286,5	3,05	0,000	(0)	0,000	(0)	0,099	(3,2)
0,51 a 1	1274	13,56	0,362	(2,6)	0,000	(0)	0,000	(0)
1,1 a 2	1490	15,865	0,422	(2,6)	0,000	(0)	0,000	(0)
2,1 a 5	1153	12,277	0,216	(1,7)	0,000	(0)	0,141	(1,1)
5,1 a 10	1017	10,823	0,000	(0)	0,000	(0)	0,418	(3,8)
10 ou +	869,5	9,256	0,000	(0)	0,000	(0)	0,342	(3,6)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	4462	47,498	0,782	(1,6)	0,713	(1,5)	0,000	(0)
Intraestadual	1993	21,221	0,218	(1)	0,287	(1,3)	0,140	(0,6)
Intraregional	1187	12,632	0,000	(0)	0,000	(0)	0,346	(2,7)
Inter-regional	1407	14,978	0,000	(0)	0,000	(0)	0,403	(2,6)
Retorno intraregional	72,6	0,773	0,000	(0)	0,000	(0)	0,024	(3)
Retorno inter-regional	272,2	2,897	0,000	(0)	0,000	(0)	0,087	(2,9)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	1595	16,982	0,311	(1,8)	0,224	(1,3)	0,000	(0)
Pobres	1711	18,22	0,321	(1,7)	0,263	(1,4)	0,000	(0)
Intermediários	2293	24,411	0,000	(0)	0,066	(0,2)	0,558	(2,2)
Ricos	2195	23,372	0,367	(1,5)	0,447	(1,9)	0,000	(0)
Mais ricos	1598	17,016	0,000	(0)	0,000	(0)	0,442	(2,5)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	5757	61,291	0,887	(1,4)	0,964	(1,5)	0,000	(0)
Polo metropolitano	3110	33,107	0,000	(0)	0,000	(0)	1,000	(3)
Acima do polo metropolitano	526,2	5,602	0,114	(2)	0,036	(0,6)	0,000	(0)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010

Tabela A 3.33 – Modelo 2 – Unipessoal – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2000

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
15 a 24 anos	1668	21,176	0,571	(2,6)	0,000	(0)	0,000	(0)
25 a 34 anos	2417	30,676	0,429	(1,3)	0,000	(0)	0,359	(1,1)
35 a 44 anos	1543	19,592	0,000	(0)	0,000	(0)	0,468	(2,3)
45 a 54 anos	883,5	11,215	0,000	(0)	0,204	(1,8)	0,173	(1,5)
55 a 64 anos	703,1	8,925	0,000	(0)	0,412	(4,6)	0,000	(0)
64 ou + anos	663	8,416	0,000	(0)	0,384	(4,5)	0,000	(0)
Sexo								
Masculino	5346	67,862	0,749	(1,1)	0,467	(0,6)	0,743	(1)
Feminino	2532	32,138	0,251	(0,7)	0,533	(1,6)	0,257	(0,7)
Possui trabalho remunerado								
Sim	5236	66,472	1,000	(1,5)	0,000	(0)	1,000	(1,5)
Não	2641	33,528	0,000	(0)	1,000	(2,9)	0,000	(0)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	2565	32,561	0,000	(0)	1,000	(3)	0,000	(0)
0 a 0,5	140,9	1,789	0,000	(0)	0,000	(0)	0,052	(2,9)
0,51 a 1	1066	13,538	0,425	(3,1)	0,000	(0)	0,000	(0)
1,1 a 2	1522	19,317	0,385	(1,9)	0,000	(0)	0,199	(1)
2,1 a 5	1008	12,793	0,143	(1,1)	0,000	(0)	0,219	(1,7)
5,1 a 10	689,8	8,756	0,047	(0,5)	0,000	(0)	0,203	(2,3)
10 ou +	885,9	11,246	0,000	(0)	0,000	(0)	0,327	(2,9)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	2462	31,25	0,000	(0)	0,619	(1,9)	0,645	(2)
Intraestadual	3197	40,584	0,816	(2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraregional	614,7	7,803	0,184	(2,3)	0,000	(0)	0,000	(0)
Inter-regional	1315	16,692	0,000	(0)	0,225	(1,3)	0,355	(2,1)
Retorno intraregional	20,07	0,255	0,000	(0)	0,012	(4,8)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	269,1	3,416	0,000	(0)	0,144	(4,2)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	1181	14,987	0,310	(2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Pobres	1379	17,509	0,353	(2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intermediários	1304	16,554	0,337	(2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Ricos	1738	22,059	0,000	(0)	0,352	(1,5)	0,446	(2)
Mais ricos	2276	28,891	0,000	(0)	0,648	(2,2)	0,554	(1,9)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	461,2	5,855	0,000	(0)	0,225	(3,8)	0,000	(0)
Polo metropolitano	4202	53,337	0,713	(1,3)	0,393	(0,7)	0,422	(0,7)
Acima do polo metropolitano	3215	40,808	0,287	(0,7)	0,383	(0,9)	0,578	(1,4)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2000

Tabela A 3.34 – Modelo 2 – Unipessoal – Frequência absoluta, probabilidades marginais, coeficientes (λ_{kjl}) das variáveis do modelo e razões RLFM. Região Metropolitana de Salvador – 2010

Variável	Frequência absoluta	Probabilidade	Perfil 1	RLF1	Perfil 2	RLF2	Perfil 3	RLF3
Idade								
15 a 24 anos	2192	20,881	0,365	(1,7)	0,124	(0,5)	0,000	(0)
25 a 34 anos	3587	34,167	0,524	(1,5)	0,326	(0,9)	0,000	(0)
35 a 44 anos	1638	15,599	0,112	(0,7)	0,165	(1)	0,240	(1,5)
45 a 54 anos	1186	11,292	0,000	(0)	0,157	(1,3)	0,284	(2,5)
55 a 64 anos	1128	10,742	0,000	(0)	0,124	(1,1)	0,300	(2,7)
64 ou + anos	768,5	7,32	0,000	(0)	0,104	(1,4)	0,176	(2,4)
Sexo								
Masculino	6408	61,035	0,709	(1,1)	0,450	(0,7)	0,620	(1)
Feminino	4091	38,965	0,291	(0,7)	0,550	(1,4)	0,381	(0,9)
Possui trabalho remunerado								
Sim	7236	68,925	1,000	(1,4)	0,428	(0,6)	0,490	(0,7)
Não	3263	31,075	0,000	(0)	0,572	(1,8)	0,510	(1,6)
Renda per capita domiciliar em salários mínimos								
Sem rendimento	3092	29,449	0,000	(0)	0,512	(1,7)	0,522	(1,7)
0 a 0,5	314,9	2,999	0,027	(0,8)	0,000	(0)	0,072	(2,3)
0,51 a 1	1793	17,079	0,282	(1,6)	0,000	(0)	0,193	(1,1)
1,1 a 2	2073	19,748	0,397	(2)	0,000	(0)	0,106	(0,5)
2,1 a 5	1631	15,532	0,295	(1,8)	0,000	(0)	0,108	(0,6)
5,1 a 10	735,2	7,003	0,000	(0)	0,226	(3,2)	0,000	(0)
10 ou +	860	8,191	0,000	(0)	0,262	(3,1)	0,000	(0)
Tipo de migração								
Intrametropolitana	2932	27,922	0,000	(0)	0,000	(0)	1,000	(3,5)
Intraestadual	4738	45,133	1,000	(2,2)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intraregional	950,3	9,051	0,000	(0)	0,329	(3,6)	0,000	(0)
Inter-regional	1510	14,387	0,000	(0)	0,548	(3,8)	0,000	(0)
Retorno intraregional	134,5	1,281	0,000	(0)	0,045	(3,5)	0,000	(0)
Retorno inter-regional	233,7	2,226	0,000	(0)	0,077	(3,4)	0,000	(0)
PIB per capita no município de origem								
Mais pobres	1632	15,545	0,304	(1,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
Pobres	2191	20,864	0,394	(1,8)	0,000	(0)	0,000	(0)
Intermediários	1623	15,462	0,302	(1,9)	0,000	(0)	0,000	(0)
Ricos	2015	19,195	0,000	(0)	0,000	(0)	1,000	(5,2)
Mais ricos	3038	28,935	0,000	(0)	1,000	(3,4)	0,000	(0)
PIB per capita no município de destino								
Abaixo do polo metropolitano	840,9	8,01	0,000	(0)	0,000	(0)	0,283	(3,5)
Polo metropolitano	5736	54,63	0,674	(1,2)	1,000	(1,8)	0,000	(0)
Acima do polo metropolitano	3922	37,36	0,326	(0,8)	0,000	(0)	0,718	(1,9)

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Censo de 2010